

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ANGRA DO HEROÍSMO:
ARQUITECTURA DO SÉCULO XX E
MEMÓRIA COLECTIVA**

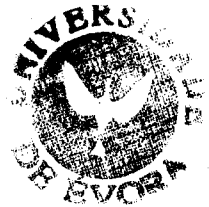
Paulo Duarte de Melo Gouveia

Dissertação apresentada
à Universidade de Évora
para candidatura à
obtenção do grau de
Doutor em Arquitectura.
Trabalho realizado sob
orientação do Prof.
Doutor José Manuel
Cruz Fernandes.
Esta tese não inclui as
críticas e sugestões
feitas pelo júri.

**Évora
2002**

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ANGRA DO HEROÍSMO:
ARQUITECTURA DO SÉCULO XX E
MEMÓRIA COLECTIVA**



Paulo Duarte de Melo Gouveia

Dissertação apresentada
à Universidade de Évora
para candidatura à
obtenção do grau de
Doutor em Arquitectura.
Trabalho realizado sob
orientação do Prof.
Doutor José Manuel
Cruz Fernandes.
Esta tese não inclui as
críticas e sugestões
feitas pelo júri.

**Évora
2002**

À memória do meu pai.

(...)

Mas, quando ao largo a embarcação se fez
veloz como uma asa,
vi branquejar ao longe ainda uma vez
a minha pobre casa

entre searas verdes e viçosas,
de frente para o mar,
as janelas fitando-me, saudosas,
como humano olhar...

(...)

Roberto de Mesquita (1871 – 1923)
Poeta Açoriano

AGRADECIMENTOS

Como qualquer trabalho que envolva pesquisa e rigor de informação, também este só foi possível com o contributo de pessoas e instituições a quem o autor retribui aqui com os agradecimentos devidos.

Destes agradecimentos, os primeiros vão naturalmente para o orientador, Professor Doutor José Manuel Cruz Fernandes pelo apoio científico e amizade que dispensou.

Seguidamente, para o Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, pelos esclarecimentos e indicação de bibliografia, e para Professor Doutor Joaquim Quitério, pela leitura e troca de impressões quanto à clareza do texto.

Para a Dr^a. Adélia Caldas, em Lisboa, e para o Dr. José Mendonça, em Angra do Heroísmo, pela sua colaboração na pesquisa documental, e ainda para a leitora atenta, Dr^a. Teresa Carvalho.

Para os inúmeros amigos angrenses, que forneceram espontaneamente muito do material impresso e desenhado; que ajudaram com a sua memória na reconstituição de plantas de edifícios desaparecidos ou ainda permitiram a análise do interior das suas casas, também os nossos agradecimentos.

Agradecemos ainda aos colegas que puseram à disposição os projectos dos quais foram autores.

Há ainda a agradecer as facilidades concedidas pelas instituições que puseram ao dispor os seus arquivos, nomeadamente o Banco de Portugal, o Banco Português do Atlântico, o Banco Nacional Ultramarino, o Banco Comercial dos Açores, a Caixa Geral de Depósitos, a Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, a Companhia de Seguros Mundial Confiança, os Correios, Telégrafos e Telefones de Portugal, a Confederação Operária Terceirense, as Secretarias Regionais da Educação e Cultura e do Equipamento Social da Região Autónoma dos Açores, o Instituto Açoreano de Cultura, o Gabinete da Zona Classificada da Cidade de Angra do Heroísmo, o Museu de Angra de Heroísmo, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a pt – Projectos Técnicos, Lda., o Instituto Hidrográfico e o Instituto Português de Cartografia e Cadastro.

Por fim, um agradecimento muito especial ao Arquitecto Nuno Teotónio Pereira, pessoa sempre disponível para dialogar com os seus colegas menos experientes, pela troca de impressões que nos proporcionou.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO.....	7
2. GÉNESE E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE ANGRA DO HEROÍSMO ATÉ AOS FINAIS DO SÉCULO XIX.....	12
3. ANGRA DO HEROÍSMO: ARQUITECTURA DO SÉCULO XX.....	29
3.1. INTERVENÇÕES ARQUITECTÓNICAS NA CIDADE NO DECURSO DO SÉCULO XX	29
3.1.1. Habitação.....	30
3.1.1.1. Casas do Corvelo	30
3.1.1.2. Casa do José Júlio.....	32
3.1.1.3. Casa do Dr. Manuel Menezes.....	38
3.1.1.4. Casa da Confederação Operária.....	45
3.1.1.5. Casa com “Bowindows” e prédio para “A União”.....	50
3.1.1.6. Edifício da Garagem “Auto-Angrense “.....	55
3.1.1.7. Casa do Dr. Henrique Brás.....	58
3.1.1.8. Casa do João Crisóstomo.....	59
3.1.1.9. Casa do Camacho.....	61
3.1.1.10. Casa do João Manuel Martins.....	69
3.1.1.11. Casa do João Coelho.....	75
3.1.1.12. Casa do Joaquim Mendes.....	77
3.1.1.13. Edifício na Rua da Palha.....	81
3.1.1.14. Edifício da Caixa de Previdência e Abono de Família.....	83
3.1.1.15. Casas dos anos de 1960.....	85
3.1.1.16. Residencial da Sé.....	87

3.1.1.17.	Casa do Severo Moniz.....	89
3.1.2.	Edifícios Públicos.....	94
3.1.2.1.	Banco de Portugal.....	94
3.1.2.2.	Companhia de Seguros Mundial Confiança.....	113
3.1.2.3.	Escola Infante Dom Henrique.....	129
3.1.2.4.	Banco Português do Atlântico.....	139
3.1.2.5.	Correios , Telégrafos e Telefones.....	144
3.1.2.6.	Palácio Bettencourt.....	157
3.1.2.7.	Direcção Regional da Educação.....	166
3.1.2.8.	Paço Episcopal.....	172
3.1.2.9.	Hotel de Angra.....	174
3.1.2.10.	Banco Nacional Ultramarino.....	220
3.1.2.11.	Teatro Angrense.....	238
3.1.2.12.	Sociedade Recreio dos Artistas.....	247
3.1.2.13.	Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia.....	254
3.1.2.14.	Caixa Geral de Depósitos.....	261
3.1.3.	Da Praça às Covas.....	292
3.2.	INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NA CIDADE NO DECURSO DO SÉCULO XX.....	299
3.2.1.	A Planta da cidade de 1905.....	300
3.2.2.	O Ante - Plano de Urbanização de 1946.....	301
3.2.3.	Levantamento Aero - fotogramétrico de 1980.....	309
3.2.4.	Intervenções efectivamente realizadas.....	310
3.2.4.1.	Largo Prior do Crato.....	311
3.2.4.2.	Praça Velha.....	319
3.2.4.3.	Alto das Covas e Passeio Público.....	326
3.2.4.4.	Traseiras da Igreja da Sé.....	330
3.2.4.5.	Pátio da Alfândega e Baía.....	334
3.2.4.6.	Circulação e estacionamento de veículos.....	337
4.	DISCUSSÃO E CONCLUSÕES.....	338

5.FONTES DOCUMENTAIS E BILIOGRAFIA.....	346
5.1. FONTES DOCUMENTAIS.....	346
5.1.1. Arquivo da Caixa Geral de Depósitos.....	346
5.1.2. Arquivo da Confederação Operária Terceirense.....	347
5.1.3. Arquivo da Direcção Regional dos Assuntos Culturais.....	347
5.1.4. Arquivo da Secretaria Regional da Educação e Cultura.....	347
5.1.5. Arquivo do Banco Nacional Ultramarino.....	348
5.1.6. Arquivo do Banco de Portugal.....	348
5.1.7. Arquivo do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo.....	348
5.1.8. Ministério da Educação.....	348
5.1.9. Arquivo dos Correios, Telégrafos e Telefones.....	348
5.1.10. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.....	348
5.1.11. Biblioteca Nacional.....	349
5.1.12. Instituto Português de Cartografia e Cadastro	349
5.1.13. Secretaria Regional da Educação e Cultura.....	349
5.2. BIBLIOGRAFIA.....	350
5.2.1. Bibliografia geral.....	350
5.2.2. Bibliografia específica.....	358
5.2.3. Periódicos.....	366

INTRODUÇÃO

A escolha de “Angra do Heroísmo: Arquitectura do Século XX e Memória Colectiva” como objecto de estudo deste trabalho decorre de duas observações. Em primeiro lugar a cidade de Angra é, desde 1983, património mundial da humanidade, adquirindo, por isso, dimensão histórica universal reconhecida pela UNESCO. Qualquer intervenção arquitectónico-urbanística projectada para aquela cidade, deve, desde então, obedecer a critérios de rigor e de respeito pelas convenções internacionais que uma tal classificação implica. Depois, falar de Angra e da sua arquitectura tem sido, sobretudo, falar de um passado que remonta aos séculos XV/XVI e pára nos fins do século XIX, varrendo-se da memória dos homens e da história da cidade as intervenções arquitectónicas e urbanísticas do século XX, as quais não suscitaram, até agora, o interesse dos estudiosos e das instituições responsáveis pelo seu património.

Ao fazer da arquitectura angrense do século XX o objecto central deste estudo, pretende-se, por um lado, alertar para um período marcado por intervenções arquitectónicas que não podem ser ignoradas, porque integram a imagem e a memória colectiva da cidade. Por outro lado, pretende-se também alertar para a necessidade de reflexão sobre os problemas que se colocam a todos aqueles que estão implicados em intervenções urbanísticas e arquitectónicas nas cidades antigas, assim como para o impacto desses trabalhos na memória colectiva das populações.

Sendo claramente impossível estender este estudo a toda a cidade, ou mesmo a toda a zona central inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO, definimos uma área de estudo que, pelas suas características, constitui uma amostra significativa do que pretendemos com este trabalho.

A área escolhida foi a “Baixa”, cujos quarteirões ortogonais foram concebidos na transição do século XV para o século XVI¹, segundo orientações de Álvaro Martins Homem e João Vaz Corte Real, capitães-donatários. Esta área está já representada na Carta de Jan Huygen van Linschoten de 1595, o que constituiu uma das principais razões para a referida classificação da cidade de Angra (figs. 8 e 8A).

A zona escolhida para o estudo é delimitada da seguinte forma:

¹ A este propósito ver LIMA, MANUEL BAPTISTA DE, “Apontamentos para uma proposta destinada à inclusão da zona central de Angra do Heroísmo na *Lista do Património Mundial*”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º XL, Angra do Heroísmo, 1982, p. 708 e FERNANDES, JOSÉ MANUEL, *Angra do Heroísmo*, ed. Presença, Lisboa, 1989, p. 37.

- Do lado sul, pelo mar;
- Do lado da terra, a sua delimitação começa a leste, no ponto de intercepção do prolongamento do eixo da Rua do Santo Espírito com a linha da costa e intercepta a Rua Rainha D. Amélia. Prossegue pelas traseiras do edifício da Câmara Municipal, cruza a Rua João de Deus, inflecte para nordeste, contornando e incluindo o Hotel de Angra e prosseguindo pelo eixo da antiga Travessa da Saúde;
- Em seguida, inflecte para oeste, contornando a fachada da Igreja dos Jesuítas e o muro sul dos jardins do Palácio dos Capitães-Generais. Cruza a Rua do Palácio e passa pelas traseiras dos edifícios do lado norte da Rua da Esperança, inflectindo para sudoeste e contornando os limites sudeste e sudoeste do Mercado Duque de Bragança. Depois, cruza a Rua do Rêgo e continua pelo eixo da Rua Dr. António Moniz, inflectindo para oeste, de modo a contornar o limite Norte dos terrenos da Escola Infante D. Henrique até à Rua Madre de Deus cujo eixo segue para sul. Atravessa o Largo do Alto das Covas, de modo a apanhar o eixo da Rua Recreio dos Artistas, até intersectar a Rua do Conselheiro Jacinto Cândido e inflectir para oeste, apanhando o eixo da Rua Nova até intersectar a linha da costa (ver planta no fim deste capítulo).

Para a compreensão das intervenções arquitectónicas e urbanísticas ocorridas em Angra no decurso do século XX, considerou-se indispensável apreender a evolução da urbe desde a sua génese até aos finais do século XIX, tendo presente que as intervenções novecentistas continuavam o processo evolutivo que se iniciara com o povoamento, na primeira metade do século XV.

Assim, antecedendo os capítulos respeitantes às intervenções novecentistas, apresenta-se uma síntese das principais etapas do urbanismo angrense, elaborada a partir de vários estudos dos quais se destaca o de Manuel Coelho Baptista de Lima, "Apontamentos para uma proposta destinada à inclusão da zona central de Angra do Heroísmo na *Lista do Património Mundial*".²

Devido à diferente formação profissional dos projectistas, subdividimos o capítulo "Intervenções Arquitectónicas no decurso do século XX" em dois itens, analisando, no primeiro, os edifícios de habitação e, no segundo, os edifícios públicos.

Subdividimos igualmente o capítulo "Intervenções Urbanísticas no decurso do século XX" em quatro itens, analisando no primeiro a cidade tal como foi representada na Planta de 1905, no segundo o Ante-Plano de Urbanização de 1946, no terceiro o Levantamento aero-fotogramétrico de 1980 e, no quarto, as intervenções efectivamente realizadas nesse século.

² LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE, "Apontamentos para uma proposta destinada à inclusão da zona central de Angra do Heroísmo na Lista do Património Mundial", Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º XL, Angra do Heroísmo, 1982

A análise das intervenções arquitectónicas e urbanísticas assentou em três momentos: o primeiro correspondente aos antecedentes históricos dos espaços abertos e dos edifícios construídos ou alterados; o segundo correspondente à descrição dos projectos e das obras; e o terceiro correspondente ao impacto que tais intervenções tiveram junto da população angrense.

Para a reconstituição histórica dos edifícios e espaços intervencionados conjugámos diferentes informações anteriores ao século XX, desde os estudos monográficos às plantas de Angra.

Dos vários trabalhos monográficos consultados foi-nos particularmente útil o de Frederico Lopes, *Da Praça às Covas, memórias de uma velha rua*³, pelas valiosas referências históricas sobre um grande número de edifícios angrenses.

Das plantas analisadas destacamos a Carta de Linschoten de 1595⁴, a Planta da Cidade de 1905⁵ e as Plantas de 1946⁶; a comparação entre a primeira e as últimas permitiu-nos “visualizar” não só as transformações operadas no tecido urbano de Angra até finais do século XIX, mas também as que resultaram das intervenções novecentistas.

Para a caracterização destas intervenções, particularmente das arquitectónicas, recorreremos, sempre que foi possível, à análise dos respectivos projectos e memórias descritivas.

Finalizamos o nosso estudo com uma reflexão sobre as “variações do sentido estético” dos angrenses relativamente às intervenções ocorridas na cidade antes e depois de 1980, tendo presente que esta data, com a ocorrência do sismo, determinou um novo olhar sobre o património construído da cidade.

No Apêndice Documental, em volume separado, foi reunida e inventariada a documentação que sustentou estas hipóteses de trabalho e que, conseqüentemente, fundamentou o nosso estudo.

Para chegarmos aos fundos documentais desejados, partimos de uma exaustiva pesquisa bibliográfica e arquivística que se centrou fundamentalmente em Angra do Heroísmo e em Lisboa e que ocorreu nas seguintes instituições: Biblioteca Nacional (secções de Leitura Geral, de

³ LOPES, FREDERICO, *Da Praça às Covas, memórias de uma velha rua*, ed. do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vols. XXIII-XXIV, Angra do Heroísmo, 1965/66.

⁴ O holandês Jan Huygen van Linschoten esteve na Terceira entre 1589 e 1592, tendo nesta data regressado à Holanda. Durante a sua permanência na Terceira desenhou a planta da cidade de Angra, ao mesmo tempo que recolheu informações sobre os mais diversos aspectos desta urbe açoriana: as suas características geo-estratégicas, as de índole político-económica, etc. As informações coligidas e a planta da cidade foram reunidas numa obra intitulada *Navigatio ac Itinerarium*, que conheceu a sua primeira edição em 1595.

⁵ Planta executada para a Câmara Municipal pelo Tenente de Infantaria Francisco de Lacerda e Oliveira

⁶ Plantas inseridas no *Ante-Plano de Urbanização de Angra do Heroísmo da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização*. (Policopiado), Lisboa 1946

Iconografia e Cartografia), Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (arquivo histórico do Ministério das Finanças e do Ministério do Reino), Arquivo Cartográfico da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, Instituto Hidrográfico da Marinha, Arquivo Central da Marinha, Ministério da Defesa Nacional e Instituto Português de Cartografia e Cadastro.

As pesquisas realizadas nas instituições referidas tiveram como objectivo imediato a obtenção de documentos escritos e iconográficos que nos permitissem “reconstituir” diversas etapas do urbanismo angrense e diversas etapas evolutivas de certos espaços e edifícios. Efectivamente, para a compreensão das intervenções arquitectónicas do século XX, foi necessário reunir documentos que nos “falassem” dos edifícios que os antecederam.

Uma outra etapa da nossa investigação consistiu na pesquisa arquivística, realizada também em Lisboa e em Angra do Heroísmo, nas instituições que promoveram intervenções em Angra no decorrer do século XX, como o Banco de Portugal, o Banco Nacional Ultramarino, o Banco Comercial dos Açores, a Caixa Geral de Depósitos, a Santa Casa da Misericórdia de Angra e a Confederação Operária Terceirense, entre outras.

Nesta fase de pesquisa procurámos obter o maior número possível de documentos respeitantes, por um lado, às intervenções realizadas (peças desenhadas e escritas que explicitassem as características da intervenção e o seu valor orçamental) e, por outro, aos seus intervenientes directos.

Além dos Arquivos atrás referidos, consultámos ainda o Centro de Documentação e Informação do Ministério da Educação em Lisboa e, em Angra do Heroísmo, os Arquivos do Banco Português do Atlântico, da Secretaria Regional das Obras Públicas e Equipamentos, da Direcção Regional da Cultura e da Câmara Municipal, além de alguns arquivos privados de projectistas, os quais nos facultaram documentação respeitante a diversos edifícios públicos e privados (projectos, pareceres, etc.) .

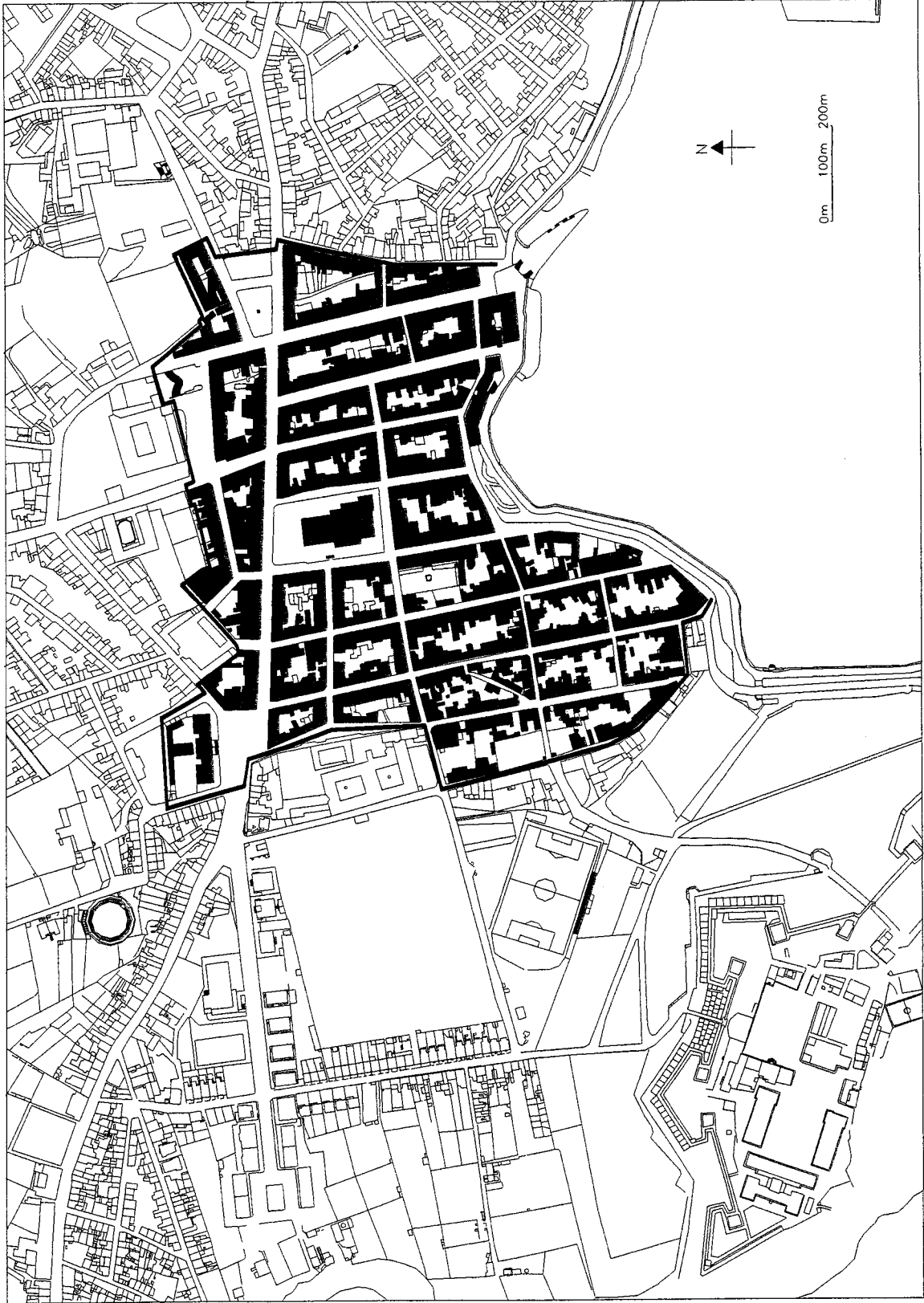
Ainda na Biblioteca Nacional (secção de Periódicos) e na Hemeroteca, fizemos a análise de periódicos de Angra do Heroísmo, datados entre a década de 20 e finais do século XX – *A União*, *A Pátria*, *O Diário Insular*, a revista *Ilha Terceira*, etc. – a fim de recolhermos o maior número possível de informações não só sobre as intervenções em curso mas também sobre as opiniões dos angrenses relativamente às intervenções realizadas ou propostas.

Com base na documentação que foi sendo recolhida, desenvolvemos um trabalho de campo na área específica da cidade que nos propusemos estudar. Consistiu esse trabalho de campo no levantamento fotográfico dos edifícios e espaços intervencionados, no

levantamento de plantas de edifícios existentes e de alguns já demolidos e na reconstituição de alçados de edifícios desaparecidos, a partir de fotos antigas.⁷

Na sequência da pesquisa arquivística já referida e a partir dos documentos encontrados, fizemos a digitalização dos desenhos de arquitectura, para permitir uma leitura mais fiel.

⁷ Foram de grande utilidade para este trabalho, os livros de MARTINS, FRANCISCO ERNESTO DE OLIVEIRA, *Arquitectura nos Açores, Subsídios para o seu estudo*, ed. Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, Direcção Regional do Turismo, Horta, 1983; *António José Leite artista fotógrafo*, Colecção Presenças da Imagem, ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1984 e *Angra, seus espaços e memórias*, ed. Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo, 1995.



Angra do Heroísmo. Delimitação da área de estudo.

1. ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO

Como se disse atrás, os estudiosos que escreveram sobre Angra do Heroísmo no decorrer do último século não manifestaram interesse pelas intervenções arquitectónico-urbanísticas novecentistas. Nada, ou muito pouco, referiram a seu respeito.

Na sua maior parte, privilegiaram o período entre os séculos XV e XVIII, não apenas enquanto objecto de estudo, mas também como fonte de informação. Os documentos históricos utilizados foram, exclusivamente, as descrições dos navegadores, cronistas, clérigos, e outros, escritas ao longo daquele período. Do conjunto dessas descrições, destacamos, pela riqueza de informação relativa ao espaço urbano e às suas vivências, a de Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*⁸, de finais de século XVI, a de Jan Huygen van Linschoten, *Navigatio ac Itinerarium*⁹, de 1595, a de Frei Agostinho de Monte Alverne, *Crónica da província de São João Evangelista das ilhas dos Açores*¹⁰, do século XVII, e a do Padre António Cordeiro, *História Insular*¹¹, datada de 1717.

No século XIX e princípios do século seguinte, novas descrições de Angra surgiram no contexto de obras de carácter geográfico, corográfico e histórico, de âmbito mais ou menos vasto, como, por exemplo, a *Notícia do Arquipélago dos Açores e do que há mais importante na sua história natural*¹² (1871), a *Memórias sobre a Ilha Terceira*¹³ (1904), e o *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*¹⁴ (1930).

Nas últimas décadas do século XX, em estudos mais ou menos especializados (alguns deles integrados em obras de História da Arte, História da Arquitectura e do Urbanismo), as referências a Angra do Heroísmo cingem-se ao período que decorre entre os séculos XV e XIX. É o que se verifica em “L’architecture aux Açores du Manuelin au

⁸ FRUTUOSO, GASPAS, *Saudades da Terra*, ed. do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1963.

⁹ LINSCHOTEN, JAN HUYGEN VAN, “Histoire de la Navigation”, Ed. Theodore Pierre, Amsterdam, 1610

¹⁰ MONTE ALVERNE, FR. AGOSTINHO, *Crónica da Província de S. João Evangelista das ilhas dos Açores*, ed. Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1960/62.

¹¹ CORDEIRO, ANTÓNIO, *História Insular das ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Ocidental*, ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981

¹² RAMOS, ACÚRSIO GARCIA, *Notícia do Arquipélago dos Açores e do que há mais importante na sua história natural*, ed. Tipografia Terceirense, Angra do Heroísmo, 1869

¹³ SAMPAIO, ALFREDO DA SILVA, *Memórias sobre a ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1904

¹⁴ COSTA, AMÉRICO, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, 12 vols., ed. de autor, Vila do Conde, 1930

Barroque”, de Yves Bottineau¹⁵ (1977), e ainda no estudo de Teresa Bettencourt da Câmara intitulado “Urbanismo Angrense: da fundação quatrocentista à cidade do Renascimento”¹⁶, que se debruça essencialmente sobre a fundação da cidade e a caracterização do seu urbanismo quinhentista.

O mesmo se verifica em obras de divulgação mais recente como a *História da Arte em Portugal* (vol. 7)¹⁷, a *História da Arte Portuguesa* (vol. 3)¹⁸, a *Arquitectura Popular dos Açores*¹⁹ e a *Arquitectura nos Açores, Subsídios para o seu estudo*²⁰.

Estudos respeitantes ao urbanismo e à arquitectura angrenses continuaram, pois, ao longo do último século, a privilegiar a época da fundação e da definição da malha urbana primitiva.

Destacou-se, na década de 50, um estudo de Manuel Coelho Baptista de Lima, inserido no “Relatório sobre os trabalhos efectuados no Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo durante o ano de 1951”²¹.

Nas décadas de 60 e 70, merecem-nos referência especial, por serem os mais exaustivos e melhor fundamentados, os estudos de Frederico Lopes, *Da Praça às Covas, memórias de uma velha rua*²², os de Jorge Pamplona Forjaz sobre várias casas de Angra - “A Casa da D. Violante”²³, “A Casa dos Bettencourt”²⁴ e “As casas Luís Meireles ou de como a Praça Velha se viu privada de um Palácio”²⁵ - e os de Pedro de Merelim como, por exemplo, a *Filarmónica “Recreio dos Artistas”*²⁶, a *Caixa Económica de Santa Casa da Misericórdia de Angra do*

¹⁵ BOTTINEAU, YVES, “L’Architecture aux Açores du Manuélin au Barroque”, Colóqui-Artes, nº 35, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1977

¹⁶ CÂMARA, TERESA BETTENCOURT DA, “Urbanismo Angrense: da fundação quatrocentista à cidade do renascimento”, Revista “ICALP”, n.º 8, ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, Dezembro de 1989

¹⁷ *História da Arte em Portugal*, ed. Alfa, 14 vols., Lisboa, 1986

¹⁸ *História da Arte Portuguesa* (dir. de Paulo Pereira), ed. Círculo de Leitores, 3 vols., Lisboa, 1995

¹⁹ *Arquitectura Popular nos Açores*, Obra colectiva, ed. Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2000

²⁰ MARTINS, FRANCISCO ERNESTO DE OLIVEIRA, *Arquitectura nos Açores, Subsídio para o seu estudo*, ed. Secretaria Regional de Transportes e Turismo, Direcção Regional do Turismo, Horta, 1983

²¹ LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE, “Relatório sobre os trabalhos efectuados no Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo durante o ano de 1951”, Boletim do Arquivo Distrital, vol. 1º, n.º 3, Angra do Heroísmo, 1951

²² LOPES, FREDERICO, ob. cit.

²³ FORJAZ, JORGE PAMPLONA, Diário Insular de 05.08.1971

²⁴ FORJAZ, JORGE PAMPLONA, Diário Insular de 10.02.1972

²⁵ FORJAZ, JORGE PAMPLONA, “As casas Luís Meireles ou de como a Praça Velha se viu privada de um Palácio”, Atlântida, vol. XXVII, Angra do Heroísmo, 1978

²⁶ MERELIM, PEDRO DE, *Filarmónica “Recreio dos Artistas”*, ed. de autor, Angra do Heroísmo, 1967

*Heroísmo*²⁷ e *As 18 paróquias do concelho de Angra do Heroísmo*²⁸, entre outros.

Registe-se que a imprensa açoriana teve, então, um importante papel, não só na divulgação destes estudos junto da população como também na sua sensibilização, face às questões urbanas e patrimoniais. Os periódicos regionais, quer jornais diários, quer revistas culturais, como *A Pátria*, *A União*, *Diário Insular*, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, *Atlântida*, entre outros, bem como instituições culturais como o Instituto Açoriano de Cultura e o Instituto Histórico da Ilha Terceira publicaram e divulgaram alguns dos trabalhos então apresentados, nomeadamente os de Francisco dos Reis Maduro Dias, João Dias Afonso, Jorge Pamplona Forjaz e Manuel Coelho Baptista de Lima.

Também os organismos governamentais, regionais e locais – Secretaria Regional da Educação e Cultura, Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo – deram notícias destas monografias da cidade, promovendo, simultaneamente, a publicação, total ou parcial, de obras históricas, como a *História Insulana* e os *Anais da Ilha Terceira*, editadas pela Secretaria Regional de Educação e Cultura, em 1981.

Nesta década, foi de fundamental importância a Inventariação do Património Arquitectónico da Cidade de Angra do Heroísmo, elaborada pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, em 1980.

A reconstrução da cidade, na sequência do sismo de 1 de Janeiro de 1980, e a classificação pela UNESCO em 1983, da zona central de Angra como Património Mundial, fizeram recrudescer o interesse colectivo pela arquitectura e pelo urbanismo angrenses, multiplicando-se os estudos monográficos que continuaram, como já foi referido, a ignorar as intervenções urbanístico-arquitectónicas ocorridas ao longo do século XX.

Acentuamos o facto de este desinteresse pelas intervenções novecentistas atingir a própria população angrense, com reflexos na legislação criada entre 1980 e 1986, para salvaguarda da zona central da cidade. O conjunto de portarias e decretos que regulamentaram, então, o tipo de intervenções susceptíveis de ocorrer naquela área, expressa, claramente, o objectivo de garantir sobretudo a preservação dos edifícios anteriores ao século XX.

Esses edifícios que povoam actualmente a cidade podem, segundo José Manuel Fernandes²⁹, agrupar-se em duas grandes classes: a casa

²⁷ MERELIM, PEDRO DE, *Caixa Económica de Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo*, ed. Diário Insular, Angra do Heroísmo, 1971

²⁸ MERELIM, PEDRO DE, *As 18 paróquias do concelho de Angra do Heroísmo*, ed. Tipografia Minerva Comercial, Angra do Heroísmo, 1974

²⁹ FERNANDES, JOSÉ MANUEL, *Cidades e Casas da Macaronésia*, ed. FAUP Publicações, Porto, 1996.

“larga”, mais primitiva, normalmente de dois pisos, com os nembos mais largos do que os vãos, e a casa “esguia”, frequentemente de três pisos, com os vãos mais largos que os panos de parede.

Estas casas colocadas empena a empena, pelas suas características comuns, originaram uma paisagem homogénea que não afecta a leitura do traçado urbano herdado do século XVI.

As primeiras referências aos edifícios angrenses construídos nos séculos XIX e XX começaram a aparecer em estudos publicados nos últimos quinze anos, nomeadamente nos de José Manuel Fernandes, *Angra do Heroísmo*³⁰, *Guia das Cidades e Vilas Históricas de Portugal*³¹, “A cultura das formas: urbanismo, arquitectura e artes” e “Arquitectura e Urbanismo no Espaço Ultramarino Português”³², “Vinte anos de recuperação” e “Angra em perigo”³³.

Também em duas obras relativas à arquitectura pública do Estado Novo - *Muitos anos de escolas*³⁴ e *Desenho de equipamento no Estado Novo: as estações do Correio do Plano Geral de Edificações*³⁵ - são referidos edifícios públicos angrenses novecentistas.

Salientamos, por último, alguns estudos que, embora não se referindo exclusivamente a Angra do Heroísmo, nos permitiram compreender melhor a sua arquitectura novecentista por comparação com a que se realizou no espaço português no mesmo período. São eles: “A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, uma interpretação”, de Nuno Portas³⁶, *Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925/1940*, de José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro³⁷, *Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*, de José Manuel Fernandes³⁸, o *Percurso* -

³⁰ FERNANDES, JOSÉ MANUEL, *Angra do Heroísmo*, ed. Presença, Lisboa 1989

³¹ *Guia das Cidades e Vilas Históricas de Portugal* ed. Expresso, Lisboa, 1996

³² *História da Expansão Portuguesa*, ed. Círculo de Leitores, vols. 4 e 5, Lisboa, 1998,

³³ FERNANDES, JOSÉ MANUEL, Expresso, Lisboa, 5 de junho de 1999 e 18 de Novembro de 2000

³⁴ BEJA, FILOMENA, e outros, *Muitos Anos de Escolas*, 2 vols., ed. do Ministério da Educação, Lisboa, 1990-1997.

³⁵ BARTOLO, CARLOS HUMBERTO MATEUS DE SOUSA, *Desenho de equipamento no Estado Novo: as Estações de Correio do Plano Geral de Edificações*, dissertação de Mestrado em Design Industrial, FAUP, Porto, 1997

³⁶ PORTAS, NUNO, “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, Uma Interpretação”, in Bruno Zevi, *História da Arquitectura Moderna*, II vol., Lisboa, Arcádia, 1977.

³⁷ FERNANDES, JOSÉ MANUEL JANEIRO, M.^a LURDES, *Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925/1940*, Ed. Câmara Municipal, Lisboa, 1991

³⁸ FERNANDES, JOSÉ MANUEL, *Arquitectura Modernista em Portugal*, Ed. Gradiva, Lisboa, 1993

Arquitectura Portuguesa 1930/1974, de Sérgio Fernandez³⁹, e *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, de Ana Tostões⁴⁰.

³⁹ FERNANDEZ, SÉRGIO, *Percurso - Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, 2ª ed., Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988.

⁴⁰ TOSTÕES, ANA, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Ed. F.A.U.P. , 1997.

2. GÉNESE E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE ANGRA DO HEROÍSMO ATÉ AOS FINAIS DO SÉCULO XIX

Pode dizer-se que a história de Angra é, em grande parte, a história da sua baía acolhedora, cuja importância para a navegação atlântica – rotas da Índia e da América - se acentuou continuamente de meados do século XV até ao século XVIII.

O desenvolvimento urbano de Angra, que se caracterizaria, a partir do século XVI, pela sua malha ortogonal, resultou da conjugação de vários factores, à primeira vista sem qualquer relação entre si, tais como, a situação geográfica da ilha Terceira, a presença de uma baía favorável à ancoragem na costa sul, a orientação dos ventos locais predominantes, a fertilidade das terras e a abundância das águas, a experiência de navegação e conhecimentos cartográficos dos primeiros capitães-donatários, entre outros.

Cerca de 1439, os marinheiros do Infante D. Henrique descobriram uma ilha deserta, situada a 38° 39' de latitude norte e a 27° 14' de longitude ocidental, primeiramente chamada Jesus Cristo e, posteriormente, ilha Terceira.

O povoamento desta ilha iniciou-se por volta de 1450, após a nomeação do seu primeiro capitão-donatário, o flamengo Jácome Bruges.

Quanto ao povoamento de Angra, tudo leva a crer que foi também iniciado durante o governo daquele primeiro capitão-donatário, por iniciativa própria ou por iniciativa de Álvaro Martins Homem, a quem foi atribuído o senhorio desta área, em 1461⁴¹.

As terras recebidas por Álvaro Martins Homem situavam-se num vale profundamente cavado, fechado a norte por colinas (mais tarde designadas sucessivamente Outeiro, Santa Luzia, Memória e Corpo Santo) e aberto a sul sobre uma baía (Angra), abrigada dos ventos predominantes de Leste por um promontório (Monte Brasil).

A poente deste promontório, localizava-se outra baía mais pequena, baía do Fanal, que se apresentava como uma alternativa à de Angra para a ancoragem dos barcos, no caso de mudança dos ventos (fig. 1.).

⁴¹ Afirma JOSÉ MANUEL FERNANDES, *Angra do Heroísmo*, ed. Presença, Lisboa, 1989, p. 23, citando CARREIRO DA COSTA, que “a Álvaro Martins Homem (...) por recomendação de 1461, [foram] dadas terras para povoar e cultivar (...) Terras que (...) abrangiam a área de Angra, ainda então deserta.”

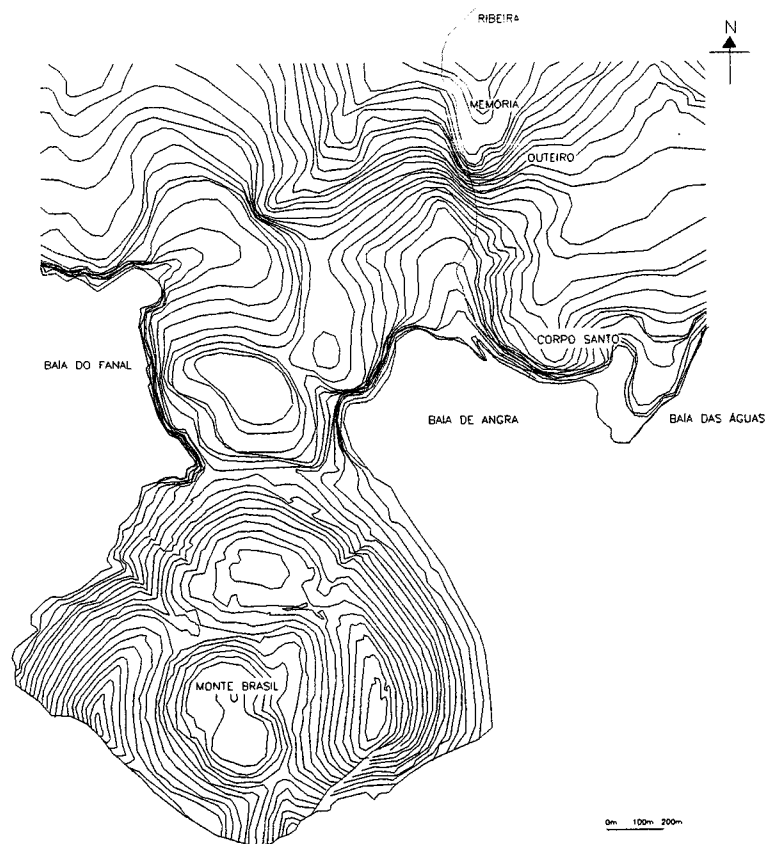


Fig. 1. Cidade de Angra do Heroísmo. Locais de fixação dos primeiros povoadores.

O vale era atravessado por uma ribeira que, vinda da colina mais alta a norte, formava um charco no meio do vale antes de desaguar a sul na baía, o que levava os primeiros povoadores a fixarem-se no topo da colina do Outeiro.

Devido, porém, à presença forte e constante do mar e à sua vocação de pescadores, muitos povoadores preferiram construir as suas casas na colina do Corpo Santo, mais baixa e mais próxima da baía, e outros instalaram-se mesmo junto do mar, na zona onde hoje se encontra o Castelinho (5 da fig. 3).

A urbanização inicial de Angra, anterior a 1474, fez-se de forma orgânica, à maneira medieval, seguindo a topografia do terreno. Assim, o povoado desenvolveu-se "ao longo do principal curso de água, ou seja, da ribeira (...), entre a colina e o porto, de uma forma um tanto desordenada

e sinuosa, correspondendo às ruas do Pisão, Beco das Alcaçarias, Rua do Cruzeiro, Rua da Garoupinha e Rua de Santo Espírito⁴².

É possível que, já nessa altura, Álvaro Martins Homem tivesse melhorado alguns aspectos dessa urbanização, ao mesmo tempo que tomava medidas tendentes a favorecerem o povoamento e o desenvolvimento económico do povoado como, por exemplo, o desvio da ribeira, ao longo da qual foram construídos 12 moinhos, e a secagem do pântano no fundo do vale (2 da fig.3. e 5 da fig.4.).

Porém, só a partir de 1474, com a nomeação de Álvaro Martins Homem e João Vaz Corte Real como capitães-donatários⁴³, é que verdadeiramente se iniciou o ordenamento urbanístico de Angra.

Álvaro Martins Homem e João Vaz Corte Real, aplicando os seus conhecimentos de cartografia, deram então uma nova orientação aos arruamentos do povoado "(...) no sentido de não só aproveitar inteligentemente os acidentes do terreno (...) mas também de o implantar da forma mais adequada no vale protegido pelas colinas do Corpo Santo, do Outeiro, da Memória, de Santa Luzia e abrigado dos ventos do Sul pelo monte Brasil (...) "⁴⁴

Paralelamente à já existente Rua do Santo Espírito (7 da fig.4.), foram desenhadas ruas largas, apontadas para o mar, com orientação norte-sul, para assim ficarem protegidas dos ventos predominantes de Poente.

Essas ruas principais - Direita, de São João, da Palha e da Carreira dos Cavalos - foram cortadas transversalmente por ruas secundárias, a maior parte delas com orientação nascente-poente (8 da fig. 5.).

Nos extremos da Rua Direita, situada entre o porto e a Praça Velha, foram construídas a Sul, junto ao mar, a Igreja da Misericórdia e, a Norte, o edifício da Câmara (9 e 10 da fig.5.).

Na continuação desta rua, para o interior, correspondendo à actual Rua João Vaz Corte Real, situava-se a casa do capitão-donatário cuja construção foi iniciada por Martins Homem e concluída por João Vaz Corte Real⁴⁵ (fig.2.).

⁴² LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE , "Apontamentos para uma proposta destinada à inclusão da zona central de Angra do Heroísmo na "Lista do Património Mundial", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º XL, Angra do Heroísmo, 1982 , p. 708

⁴³ Afirma MANUEL COELHO BAPTISTA DE LIMA, *ob. cit.*, p. 707, que "A Carta de Capitania passada a favor do primeiro capitão da ilha Terceira (...) " [data de] 2 de Março de 1450 (...) [e as] Cartas de Capitania passadas a favor de Álvaro Martins e João Vaz Corte Real, respectivamente de 17 de Fevereiro e de 2 de Abril de 1474 (...)".

⁴⁴ LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE, *idem*. p. 709

⁴⁵ Afirma HENRIQUE BRAZ, *Ruas da Cidade (Notas para a toponímia da cidade de Angra, da ilha Terceira)*, ed. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1985, que "(...)João Vaz (presume Drumond que foi ainda Álvaro Martins) fez também edificar (...) uns vastos paços nobres (...) rodeados de jardins (...) "

Perpendicularmente à Rua Direita, foi desenhada uma rua principal, a Rua da Sé, com orientação nascente-poente, estendendo-se da Praça Velha até ao Alto das Covas e apresentando a meio caminho a Matriz de São Salvador, elevada a Sé em 1534, cuja construção foi igualmente iniciada por Álvaro Martins Homem (5 da fig.5.).

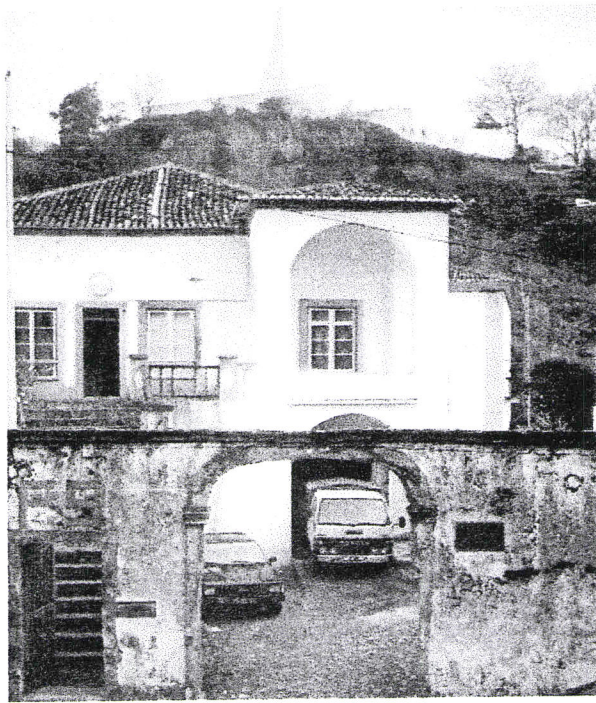


Fig. 2. Casa do Capitão-donatário, em Angra do Heroísmo (fotografia dos anos de 1950)

Graças à acção urbanística dos citados capitães-donatários, desenvolvida no último quartel do século XV, Angra ficou caracterizada por uma malha ortogonal⁴⁶, resultante do “traçado de arruamentos

⁴⁶ O desenho ortogonal de Angra do Heroísmo, surgido no último quartel do século XV, tem suscitado diversas opiniões aos estudiosos do urbanismo angréense.

Na opinião de KATHARINA ELISABETH GYGAX, “Contribuições para a geografia de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta (Açores)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, nº 27/28, Angra do Heroísmo, 1969/70, p. 156, “(...) os fundadores da cidade desenharam uma planta geométrica clara, antes do início da construção, que depois executaram de maneira consequente, sem tomar em conta as condições topográficas existentes (...)”

Segundo TERESA BETTENCOURT DA CÂMARA, “Urbanismo Angrense: da fundação quatrocentista à cidade do renascimento”, *Revista ICALP*, nº 8, Lisboa, 1989, pp. 114-115, a cidade de Angra teve inicialmente outra configuração, alterada na sequência de sismos ocorridos, evidenciando os recentes achados arqueológicos a primitiva orientação das ruas.

rectilíneos de primeira e de segunda ordem que se cruzam entre si, formando quarteirões de planta rectangular que, a pouco e pouco, no decorrer do século XVI, se vão preenchendo com edifícios de planta, alçado e volume diferentes (...).⁴⁷

Uma vez que o preenchimento desses quarteirões, separados por ruas largas, claras e arejadas, se fez a um ritmo extraordinariamente acelerado, o traçado da cidade ficou definido a partir de meados do século XVI, impressionando, desde então, todos os seus visitantes.

Efectivamente, no decorrer do tempo, visitantes nacionais e estrangeiros admiraram o traçado original da cidade de Angra e, nos seus livros de viagem, registaram as suas impressões, como foi o caso de Pompeo Arditio (meados do século XVI) e de Edward Boyd (inícios do século XIX)⁴⁸.

A evolução urbanística de Angra entre o último quartel do século XV e a 1ª metade do século XVI, acompanhou, naturalmente, o rápido crescimento demográfico e o acentuado desenvolvimento económico, proporcionados pela procura, cada vez mais frequente, dos portos de Angra e do Fanal por parte dos navios que regressavam da Mina e da Índia. A escala feita por Vasco da Gama na ilha Terceira, em 1499, no seu regresso da Índia, para aí deixar o corpo de seu irmão, constituiu um grande contributo para a divulgação das excepcionais qualidades daqueles portos. Alguns anos mais tarde, usando uma rota semelhante, Pedro de Alvarado confirmou a importância dos referidos portos, transformando Angra numa escala obrigatória no Atlântico Norte.

Com a sua elevação a vila, em 1478, e com a sua elevação a cidade e a sede de diocese, em 1534, Angra viu a sua importância reconhecida oficialmente.

Mas a salvaguarda do papel desempenhado por Angra no cruzamento das grandes rotas mercantis atlânticas, garantia do seu próprio desenvolvimento económico, só foi possível graças à construção de uma linha defensiva militar, iniciada por João Vaz Corte Real.

⁴⁷ LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE, *ob. cit.*, p. 709

⁴⁸ TERESA BETTENCOURT DA CÂMARA, *ob. cit.*, p. 109, cita Pompeu Arditio que no seu livro *Viaggio alla isola di Madera e alle Azzore* (1567), descreve Angra como uma cidade “ (...) muito bela e bem desenhada, com ruas muito largas e direitas (...)” e cita também o capitão Edward Boyd que no seu livro *A description of Azores* (1835), afirma que Angra vista da baía tem “ (...) a forma de anfiteatro (...) do casario branco ressaltam as igrejas e os conventos (...) as ruas são regulares e formam ângulos rectos (...)”.

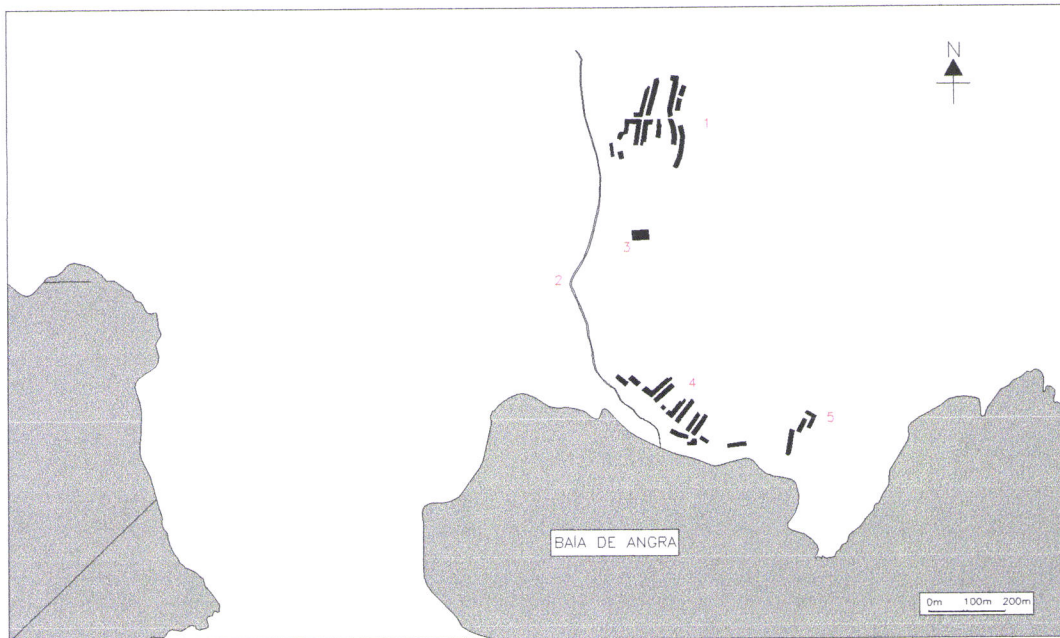


Fig. 3. Cidade de Angra do Heroísmo. Planta do povoamento, 1ª fase, iniciado c. 1450. (desenho do autor)
 1- Outeiro; 2- Ribeira (antes de ser desviada); 3-Convento de São Francisco; 4- Corpo Santo; 5- Zona do Castelinho

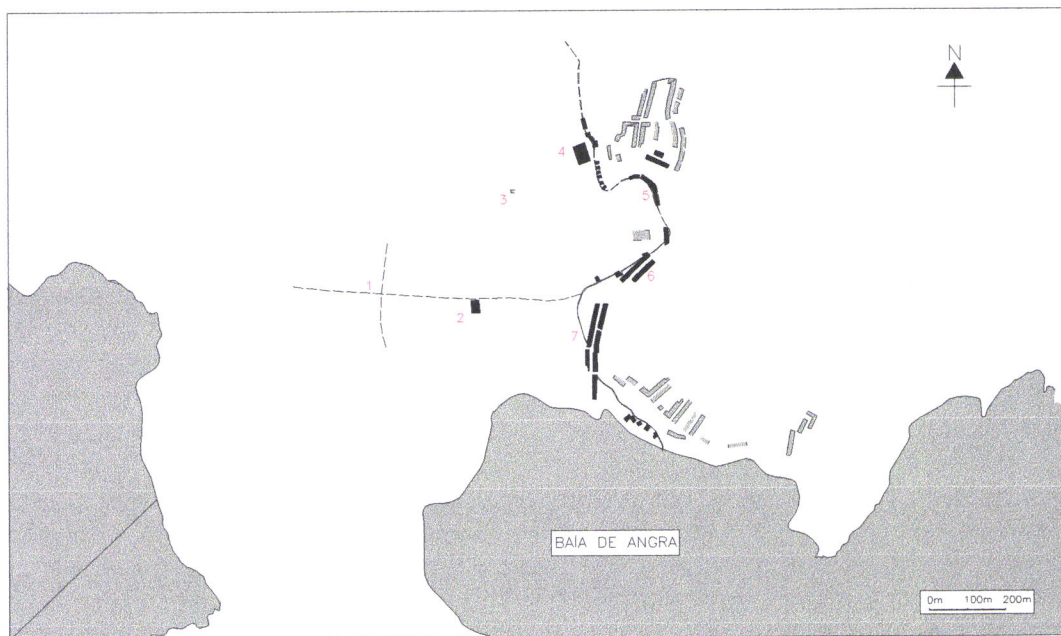


Fig. 4. Cidade de Angra do Heroísmo. Planta do povoamento, 2ª fase, aproximadamente entre 1474 e finais do século XV. (desenho do autor)
 1- Largo do Alto das Covas; 2- Igreja de São Salvador; 3-Casa do Capitão; 4- Castelo de S. Luiz ; 5- Ribeira dos Moinhos; 6- Rua da Garoupinha; 7- Rua do Santo Espírito.



Fig. 5. Cidade de Angra do Heroísmo. Planta do povoamento, 3ª fase, primeira metade do século XVI. (desenho do autor).

- 1- Igreja S. Pedro; 2- Casa do Capitão; 3- Castelo de S. Luiz; 4- Largo do Alto das Covas; 5- Rua da Sé;
 6- Convento de S. Gonçalo; 7- Convento de S. Francisco; 8- Ruas (da direita para a esquerda) Direita, S. João, Palha, Carreira dos Cavalos; 9- Igreja da Misericórdia e Hospital de Santo Espírito; 10- Câmara

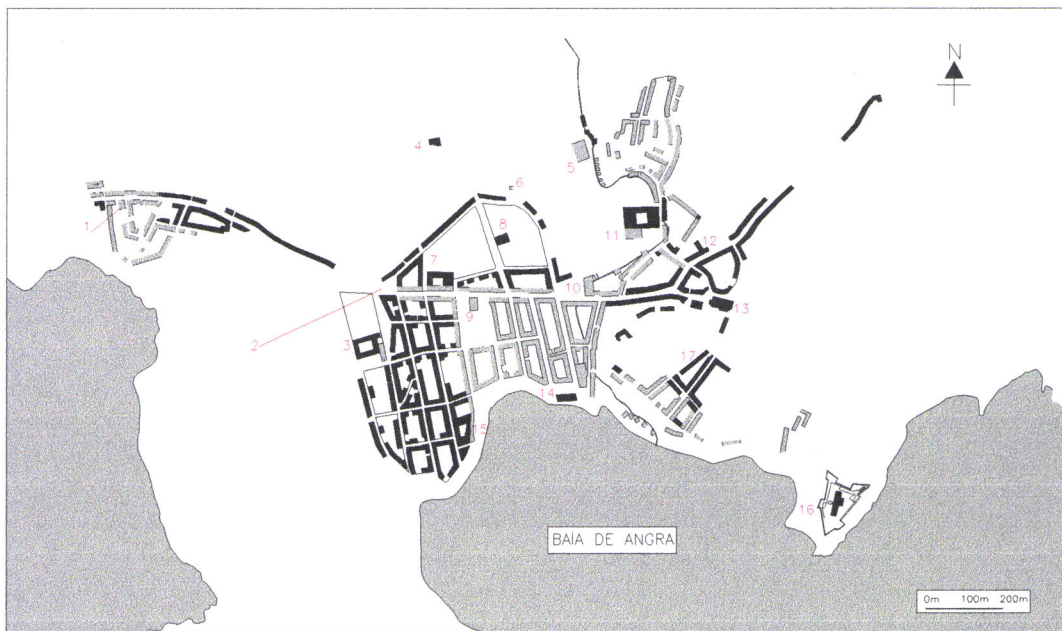


Fig. 6. Cidade de Angra do Heroísmo. Planta de Jan Huygen van Linschoten, 1589 (Ocupação Espanhola). (desenho do autor).

- 1- Igreja S. Pedro; 2- Largo do Alto das Covas; 3- S. Gonçalo; 4- Santa Luzia; 5- Castelo de São Luiz;
 6- Casa do Capitão; 7- Convento da Esperança; 8- Nossa Senhora da Natividade; 9- Igreja da Sé (em construção); 10- Praça Velha; 11- Convento de S. Francisco; 12- Convento de S. Sebastião; 13- Igreja da Conceição; 14- Alfândega; 15- Casa da Companhia de Jesus; 16- Fortaleza de S. Sebastião; 17- Provedoria das Naus.

Este capitão-donatário, a quem se atribuem também as importantes obras do cais da alfândega, da muralha de suporte da baía e do Hospital do Santo Espírito, mandou construir longe do mar, no Outeiro, numa visão continental de defesa, a primeira fortificação da ilha, o Castelo de São Luís (ou Castelo dos Moinhos, ou Castelo de São Cristóvão) (5 da fig.6).

Já no século XVI, foi fixada nesse Outeiro do Corpo Santo, com controlo sobre toda a baía, a Provedoria das Armadas e Naus da Índia e Mina, para dar apoio às carreiras (nesta altura, também as do México e do Peru) (17 da fig. 6.).

Sendo leiloadas na alfândega de Angra muitas mercadorias de navios retidos, gerou-se um grande afluxo de comerciantes estrangeiros e Angra passou a exportar e a importar em grande escala para o (e do) continente e estrangeiro.

Acompanhando esse acentuado desenvolvimento mercantil, foram construídos estaleiros navais no porto e a defesa deste tornou-se mais eficaz com a construção do Castelo de São Sebastião, obra projectada pelo arquitecto Tomaso Benetto, chegado à Terceira em 1567 (16, fig. 6.).

Já durante o período da ocupação espanhola (1583 – 1642), foi reforçada a segurança de Angra, com a construção da Fortaleza de S. Filipe (mais tarde, de S.João Baptista), entre 1593 e 1597, que é, ainda hoje, a única peça de arquitectura monumental da cidade.

O desenvolvimento demográfico angrense, entre finais do século XV e o século XVII, multiplicou, naturalmente, o número de edifícios religiosos, ermidas, igrejas e conventos. Enquanto as primeiras – Ermida dos Santos Cosme e Damião, Ermida da Saúde, Igreja de S. Salvador, Igreja de S. Sebastião, Igreja do Espírito Santo, entre outras – se inseriram em diversos pontos da malha urbana, os conventos, sucessivamente construídos entre os séculos XV e XVIII, “ (...) instalaram-se em cintura à volta da cidade (...)”⁴⁹.

Estendendo-se de Nordeste a Noroeste, a enorme “mancha verde” formada pelas cercas desses Conventos – de S. Gonçalo, de S. Francisco, da Esperança, de S. Sebastião, de Jesus, das Concepcionistas, da Graça e dos Capuchos – e respectivas cercas (fig.7.), foi, durante vários séculos⁵⁰, um dos factores condicionantes da expansão do tecido urbano angrense.

⁴⁹ DIAS, FRANCISCO DOS REIS MADURO, “Angra do Heroísmo, Contribuição para o estudo da evolução histórica da ocupação (Alguns testemunhos arqueológicos)”, *10 anos após o sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, ed. Laboratório de Engenharia Civil, Secretaria Regional da Educação e Obras Públicas, Delegação da Ilha Terceira, Açores, vol. I, p.2

⁵⁰ A extinção dos conventos determinada pela legislação de Joaquim António de Aguiar, em 1834, alterou, naturalmente, esta situação e em Angra, como em todas as regiões do país, os edifícios



Fig. 7. Cidade de Angra do Heroísmo. Espaço ocupado pelos Conventos e respectivas cercas. (desenho do autor).

1-Convento de S. Gonçalo; 2-Convento da Graça; 3-Convento da Esperança; 4-Convento dos Jesuítas; 5-Convento dos Franciscanos; 6-Convento de S. Sebastião; 7-Convento das Concepcionistas; 8-Convento de Santo António dos Capuchos.

À excepção do Bairro de S. João, construído em meados do século XVII, a cidade de Angra não conheceu mudanças significativas entre o século XVI e os finais do século XIX, como se pode verificar pela análise comparada da já referida Carta de Jan van Linschoten, de 1595 (figs. 6. e 8.), com a Planta da cidade de 1905 (figs. 9. e 11.).

Essa análise mostra-nos a correspondência, no que respeita ao desenho urbano, entre a urbe quincentista e a urbe de inícios do século XX, correspondência essa que se manteve até aos nossos dias.

De facto, as pequenas intervenções novecentistas a que nos referiremos em capítulo próprio, pouco alteraram aquele desenho, razão pela qual podemos olhar a zona central da cidade como um “documento

conventuais conheceram outras utilizações ao passarem à posse do Estado e de particulares e as antigas cercas foram, a curto ou a médio prazo, urbanizadas.

vivo”, ou, se quisermos, como uma maquete em tamanho natural, de uma urbe do século XVI.



Fig. 8A. Cidade de Angra do Heroísmo. Carta de Jan van Linschoten. Representação da área delimitada na figura 1 da Introdução.



Planta

da

Cidade de Angra do Heroísmo



Planta
1878
Curvas de nível
Sede de polígonos

PLANTA DE ANGRA DO HEROÍSMO 1905

1905

ESCALA 1:2000

BARRIO
DE
ANGRA

0 2000 m

ESCALA
1:2000

Fig. 9. Cidade de Angra do Heroísmo. Planta da cidade, em 1905.

Mas, se o traçado do centro da cidade actual, no que concerne às suas ruas, praças e largos, corresponde ainda ao da cidade desenhada por Linschoten, a semelhança entre os actuais edifícios e os do século XVI desapareceu.

As casas quinhentistas, de um só piso (A da fig.10.) ou “(...) de sobrado em cujas lojas se montavam estabelecimentos comerciais ou se instalavam as cavalariças e cocheiras (...), e algumas vezes com (...) uma torre central, que se elevava alguns metros acima dos telhados” (...) foram ampliadas com mais um piso, ou mesmo substituídas por edifícios mais modernos “(...) nos quais foi, todavia, respeitada, como denominador comum, a harmonia de proporções, principalmente no que se refere aos vãos, invariavelmente guarnecidos de cantarias lisas ou emolduradas, mantendo-se, no decurso de mais de três séculos, as sacadas de madeira com rótulas e os *aventais* de cantaria nas janelas de peito (...)”⁵¹.

Excluindo as casas dos séculos XVI e XVII, das quais já há poucos exemplares, caracterizadas fundamentalmente por dois pisos e uma disposição irregular dos vãos, as restantes e mais frequentes são normalmente edifícios construídos ao longo dos séculos XVIII e XIX, de dois ou mais pisos, com um número variável de vãos dispostos regularmente⁵².

Estas casas podem “ (...) agrupar-se essencialmente em dois tipos: o da casa mais atarracada, com predominância dos *cheios* (paredes) sobre os *vazios* (vãos) e, conseqüentemente, com uma fachada urbana de proporção mais larga que alta (B da fig.10.); e o da casa esguia, com pouca espessura de parede entre vãos, portanto, mais alta que larga (...)”⁵³ (C da fig.10.).

Essas casas “esguias” valorizam-se quando agrupadas “ (...) em seqüências, empena a empena, pelos ritmos diversos que introduzem no espaço urbano, onde a ondulação gerada pelo repetitivo lintel curvo é dominante (...)”⁵⁴.

Ainda segundo José Manuel Fernandes, “ (...) a casa *esguia* pode enquadrar-se no modelo de casa *burguesa* que, do Porto ao Recife, ficou associada, nos séculos XVIII - XIX, às cidades comerciais e/ou portuárias de influência portuguesa (...)”⁵⁵.

⁵¹ LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE, *ob. cit.*, p. 719

⁵² Para um estudo da arquitectura doméstica na cidade de Angra do Heroísmo ver DIAS, FRANCISCO DOS REIS MADURO, “Módulos Arquitectónicos na Cidade de Angra do Heroísmo (uma primeira aproximação)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Volume XVIII, t.2, Angra do Heroísmo, 1985.

⁵³ FERNANDES, JOSÉ MANUEL, *ob. cit.*, p. 70.

⁵⁴ *Idem*, p. 73.

⁵⁵ *Idem*, p. 70



Não será, pois, de admirar que existam analogias entre algumas ruas angrenses e as de São Salvador da Baía (Brasil), umas e outras caracterizadas pela presença desse tipo de arquitectura vernácula.⁵⁶

Os alçados desta arquitectura, predominantemente setecentista e oitocentista que ainda no começo do século XX “decoravam” e “ritmavam” as ruas angrenses, afirmavam-se “(...) no seu conjunto, por [uma] harmonia de proporção (...)”, uma vez que os edifícios “(...) embora construídos no decurso de três séculos, apresentavam um grande parentesco e muitas características comuns (...)”⁵⁷.

Assim, graças às suas características arquitectónico-urbanísticas- à “harmonia de proporção” dos edifícios e à malha ortogonal quinhentista -, que pouco se alteraram no decurso do século XX, a cidade foi incluída, em 1983, na lista de Património Mundial da UNESCO.

⁵⁶ A este propósito veja-se FERNANDES, JOSÉ MANUEL, *Cidades e casas da Macaronésia*, ed. FAUP Publicações, Porto 1996, pp. 281 a 287

⁵⁷ LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE, *ob. cit.*, p. 719

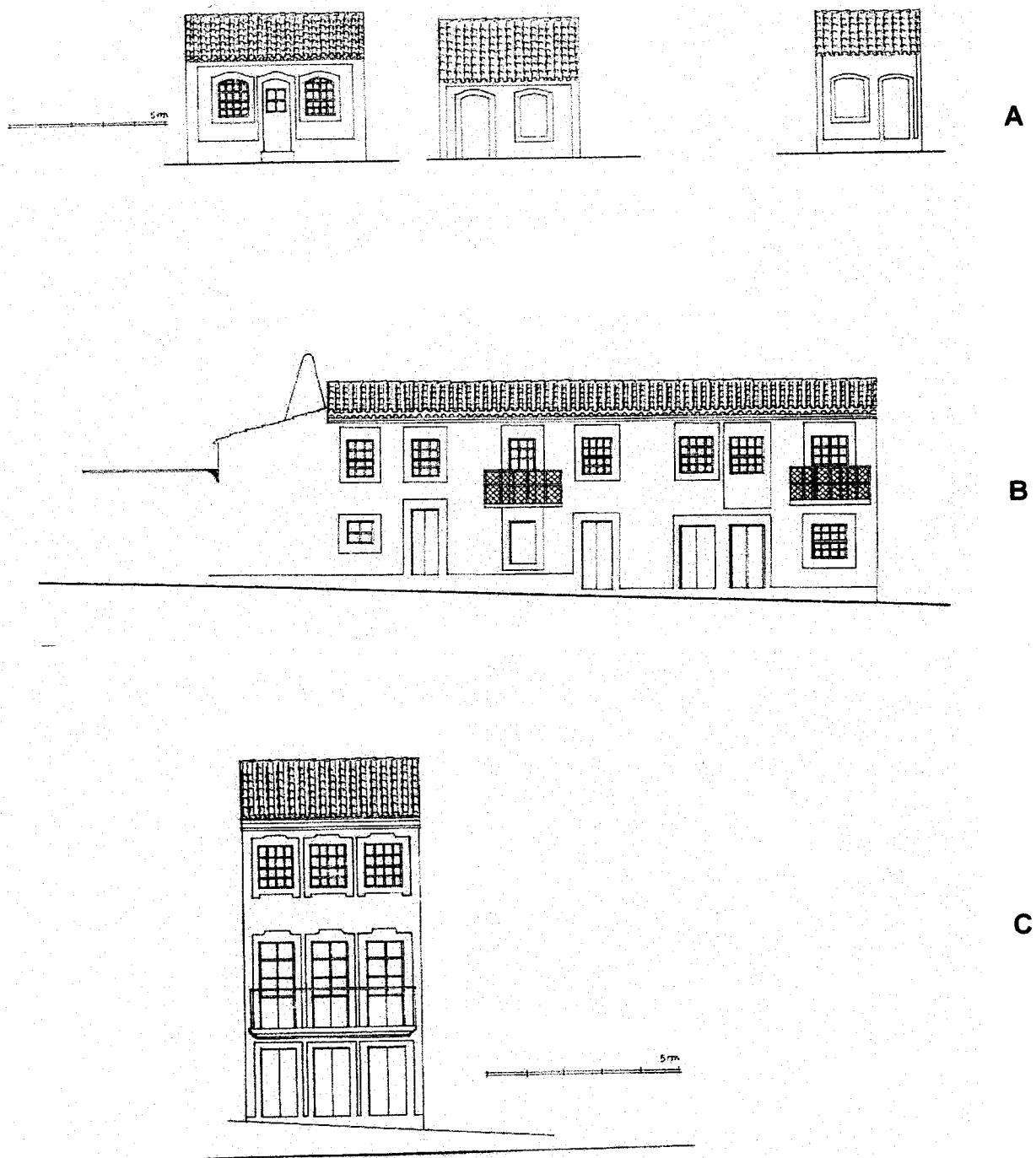


Fig. 10. Tipologia da casa urbana vernácula em Angra do Heroísmo, segundo José Manuel Fernandes.
 A- casa primitiva de um só piso ; B- casa “atarracada”, com predomínio de “cheios” (paredes) sobre os “vazios” (vãos); C- casa “esguia” de nove vãos , com pouca espessura entre os vãos.
 (in Fernandes, José Manuel, *Angra do Heroísmo*, ed. Presença, Lisboa, 1989, pp. 71, 74 e 76)

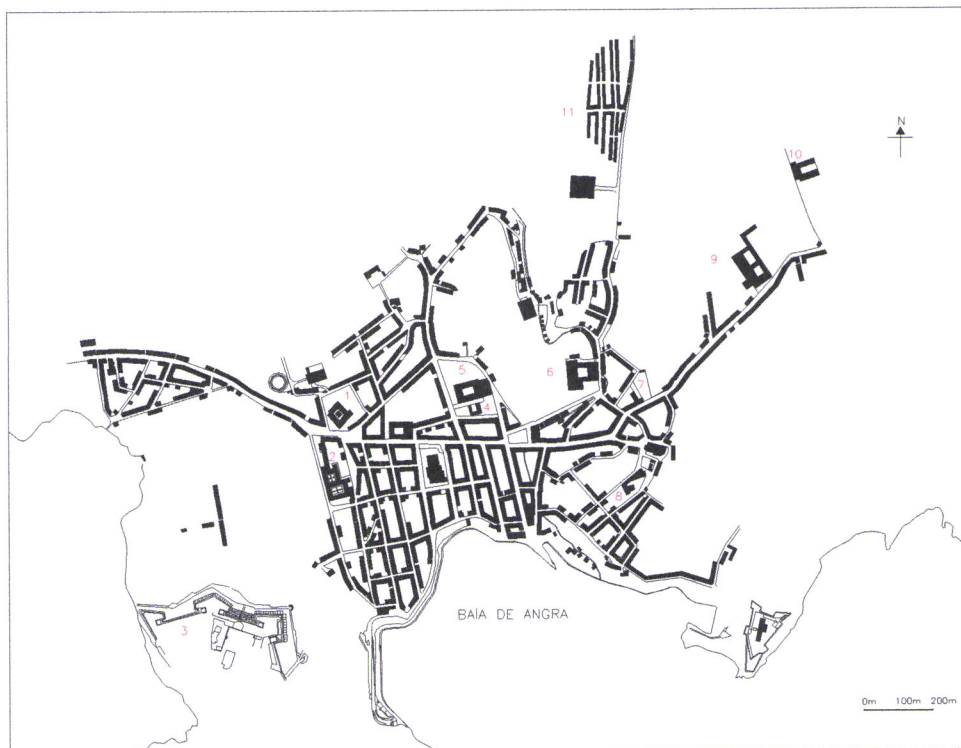


Fig. 11. Cidade de Angra do Heroísmo. Planta da cidade de 1905. (desenho do autor).

1- Convento da Graça (século XVIII); 2- Convento de S. Gonçalo (século XVI); 3- Castelo de S. João Baptista/ Castelo de S. Filipe (século XVII); 4- Tribunal Judicial (Colégio dos Estudos da Companhia de Jesus); 5- Governo Civil; 6- Seminário (Convento de S. Francisco); 7- Cadeia Civil (Convento de S. Sebastião); 8- Solar dos Remédios; 9- Hospital Civil (Convento das Concepcionistas); 10- Asilo da Infância Desvalida; 11- Bairro de S. João.



Fig. 12. Cidade de Angra do Heroísmo. Planta dos anos de 1980.

1- Bairro do Fanal; 2- Escola Infante D. Henrique; 3- Casa da Companhia de Jesus; 4- Traseiras da Sé; 5- Largo Prior do Crato (resultante da demolição do Tribunal Judicial/Colégio dos Estudos); 6- Praça Velha; 7- Praça Dr. Sousa Júnior (resultante da demolição do Convento de S. Sebastião/ Cadeia Civil); 8- Bairro das Avenidas Novas. (Desenho do autor).

3. ANGRA DO HEROÍSMO: ARQUITECTURA DO SÉCULO XX

3.1 INTERVENÇÕES ARQUITECTÓNICAS NA CIDADE NO DECURSO DO SÉCULO XX

No decorrer do século XX foram poucas as intervenções arquitectónicas ocorridas no centro da cidade, o que lhe permitiu manter a imagem equilibrada, herdada dos séculos anteriores, do conjunto dos seus edifícios.

Os primeiros desenhos assumidamente modernos verificaram-se primeiramente na habitação, a partir de 1927, enquanto os edifícios públicos só têm uma intervenção semelhante a partir do ano de 1933, com a construção do Banco de Portugal.

Quer num caso quer noutra as fachadas dos novos edifícios mantém até aos anos de 1950 um desenho que, para além da sua qualidade apreciável, não quebra o equilíbrio de conjunto.

Foi no rés-do-chão dos edifícios da cidade que, com a sua adaptação ao comércio, se verificaram as alterações mais profundas nas fachadas das ruas.

Procurou fazer-se um estudo comparado entre os desenhos dos edifícios desaparecidos com os que actualmente povoam a cidade. Para a reconstituição dos edifícios desaparecidos, recorreu-se a gravuras, levantamentos arquitectónicos, fotografias antigas e, no caso de algumas plantas, à reconstituição oral transmitida pelos antigos ocupantes.

Para o caso dos edifícios existentes recorreu-se ao levantamento dos alçados das ruas da cidade, feitos pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, e à Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, ambos de 1980.

Os períodos estudados foram o período até ao ano de 1980 e o posterior a 1983, respectivamente os anos do sismo e da inscrição da cidade na Lista de Património Mundial da UNESCO, que mudaram a filosofia da intervenção arquitectónica da cidade.

Uma preocupação paralela foi a da identificação, sempre que possível, dos autores dos projectos, muito pouco divulgada.

3.1.1. Habitação

3.1.1.1. Casas do Corvelo⁵⁸, 1909

Estas “casas” constituem um bom exemplo das primeiras intervenções feitas na cidade nos inícios do século XX.

As “Casas do Corvelo” foram construídas no espaço anteriormente ocupado pelas casas que, em 1867, haviam pertencido a Francisco Leite Botelho de Teive, descritas no Registo Civil como “casas nobres, compreendendo lojas, cavalariças, 1º e 2º andares.”⁵⁹

Os alçados das primitivas “casas do Corvelo”, rematados por beirados, apresentavam vãos de diferentes dimensões e distribuídos com irregularidade (fig. 13).

Em 1900, passaram estas casas à posse da Assembleia Angrense que nelas pretendeu instalar a sua sede, o que não chegou a acontecer.

Em 1902 foram estas mesmas casas ocupadas pela sede da “Recreio dos Artistas”, que aí permaneceu até à sua transferência para o antigo Convento da Graça, em 1909.

Após a saída da “Recreio”, João Corvelo de Ávila, proprietário dessas casas desde 1908, iniciou a sua demolição “para em seu lugar construir dois prédios contíguos, um com toda a frente para a Rua Infante D. Luís (Rua Carreira dos Cavalos) e o outro na esquina, com uma parte virada para esta rua e outra parte virada para a Rua Serpa Pinto (...)”⁶⁰ (fig. 14).

Os alçados destes prédios (um com dois e outro com três pisos), de desenho muito simples, caracterizam-se principalmente pela distribuição regular dos vãos, definidos por molduras de cantaria ligeiramente recortadas.

Curiosamente, os lintéis dos vãos voltados para a Rua Carreira dos Cavalos inspiraram-se nos dos vãos com sacada dos edifícios anteriores.

A protecção e, simultaneamente, a decoração dos vãos é obtida pela presença de varandins e de varandas de sacada de ferro fundido.

Estes alçados apresentam-se superiormente rematados por uma platibanda decorada com motivos geométricos, elemento já presente em vários prédios datados de finais do século XIX.

Este imóvel vem classificado, na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 198061, como imóvel de qualidade, a preservar com reajustamentos.

⁵⁸ Por facilidade da identificação dos edifícios analisados, utilizaremos os nomes por que são tradicionalmente conhecidos.

⁵⁹ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p.215

⁶⁰ *Idem*, pp. 215-216

⁶¹ Ficha n.º 329



Fig. 13. "Casas do Corvelo", em Angra do Heroísmo. Edifícios demolidos (fotografia de c.1908)



Fig. 14. "Casas do Corvelo", em Angra do Heroísmo (fotografia de c. 1965)

3.1.1.2. Casa do José Júlio, 1915 ⁶² (inícios do século XX)

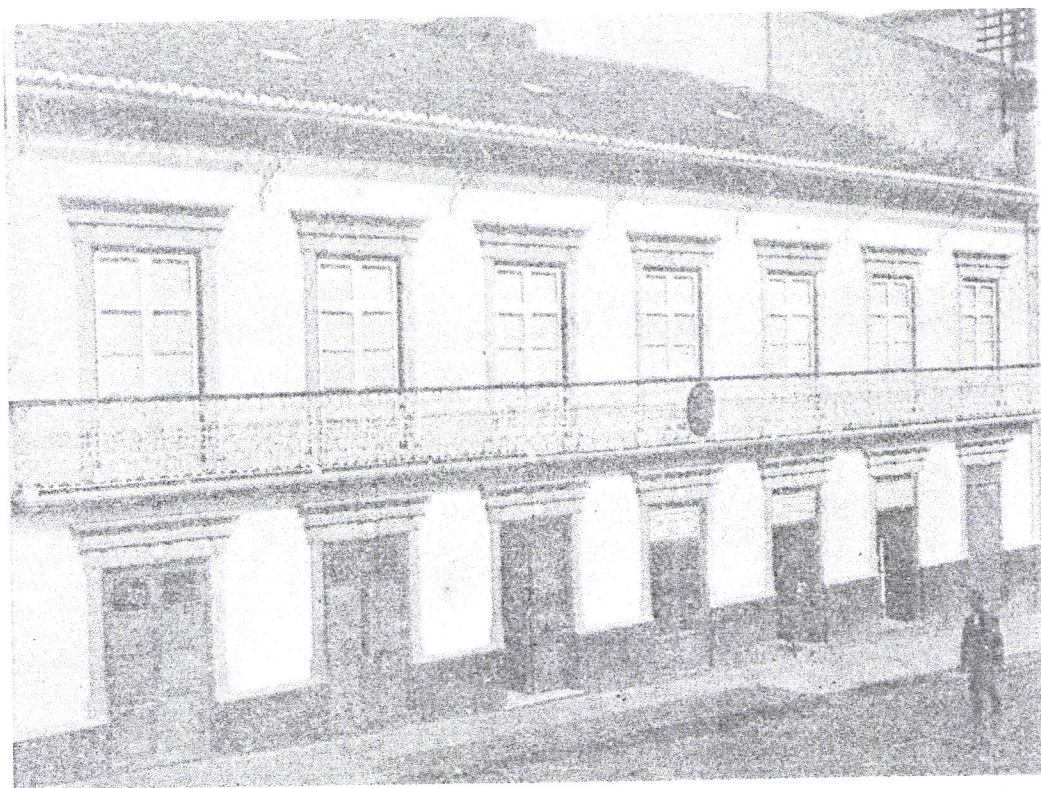


Fig. 15. “Casa do José Júlio”, em Angra do Heroísmo (fotografia dos anos de 1930).

A “Casa do José Júlio”, situada na Rua da Sé, junto do Banco de Portugal, tornou-se assim conhecida a partir de finais do século XIX, altura em que foi herdada por José Júlio da Rocha Abreu.

Conhece-se, porém, a história deste edifício desde 1641, data em que passou, por herança, à posse de João de Bettencourt Vasconcelos, capitão-mor de Angra.

⁶² Este edifício não sendo do século XX encontra-se neste capítulo por um projecto, para ele elaborado e não concretizado no início do século findo, constituir um importante elemento para a compreensão da evolução da arquitectura da cidade.

O imóvel foi “sequestrado pelo governo liberal, após a revolução de 1828”⁶³, em virtude de o seu proprietário, José Teodósio de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, ter emigrado por adesão à causa miguelista.

Nele se instalou, então, a primeira tipografia açoreana, que em 17 de Abril de 1830 publicou o primeiro número da “Chronica da Terceira”.

A sua fachada sofreu uma primeira alteração quando da reconstrução do edifício, feita em 1852 pelo seu proprietário, Mateus José de Araújo.

Tendo sido adquirido pelo comerciante Bento José de Matos Abreu, em 1871, o imóvel “sofreu novos reparos, com pequenas alterações (...)”⁶⁴

Nos inícios do séc. XX, surgiu um projecto de alteração para este edifício, da autoria do engenheiro Barcelos Coelho Borges⁶⁵, que previa o alargamento do último piso do edifício o qual, até então apenas aberto para as traseiras (fig. 17), ficaria agora igualmente aberto para o lado da Rua da Sé (fig. 19).

Deste modo, a fachada principal do edifício voltado à Rua da Sé, ganharia mais um piso e seria profusamente decorada com ferros forjados, cachorros, platibanda e cornijas (fig. 21).

Quanto ao interior, a principal alteração residiria no segundo andar, onde um corredor central serviria duas fiadas de quartos voltados a norte e a sul (fig. 19).

Não tendo sido viabilizado este projecto, a “Casa do José Júlio” conservou-se sem alterações até aos nossos dias, tendo sido classificada pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁶⁶ como “imóvel de grande qualidade”, para o qual se recomendava como terapêutica “preservar com fidelidade”.

Trata-se de um edifício elegante, apresentando no seu alçado principal sete vãos no rés do chão e outros tantos no piso superior, ligados por uma sacada corrida em ferro fundido (fig. 15).

Na planta do piso principal, sem corredor, as salas desenvolvem-se à volta do acesso vertical (fig. 16).

As traseiras do edifício apresentam, como se disse, um terceiro piso, constituído por um amplo sótão com janelas para o jardim (fig. 17).

⁶³ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p. 332

⁶⁴ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p. 333

⁶⁵ O engenheiro Francisco de Assis Barcelo Coelho Borges (1877 – 1942), Coronel de engenharia na reserva e Director das Obras Públicas de Angra do Heroísmo, foi autor de vários projectos de edifícios para a cidade de Angra do Heroísmo. Colaborou no projecto do banco de Portugal.

⁶⁶ Ficha n.º 1335

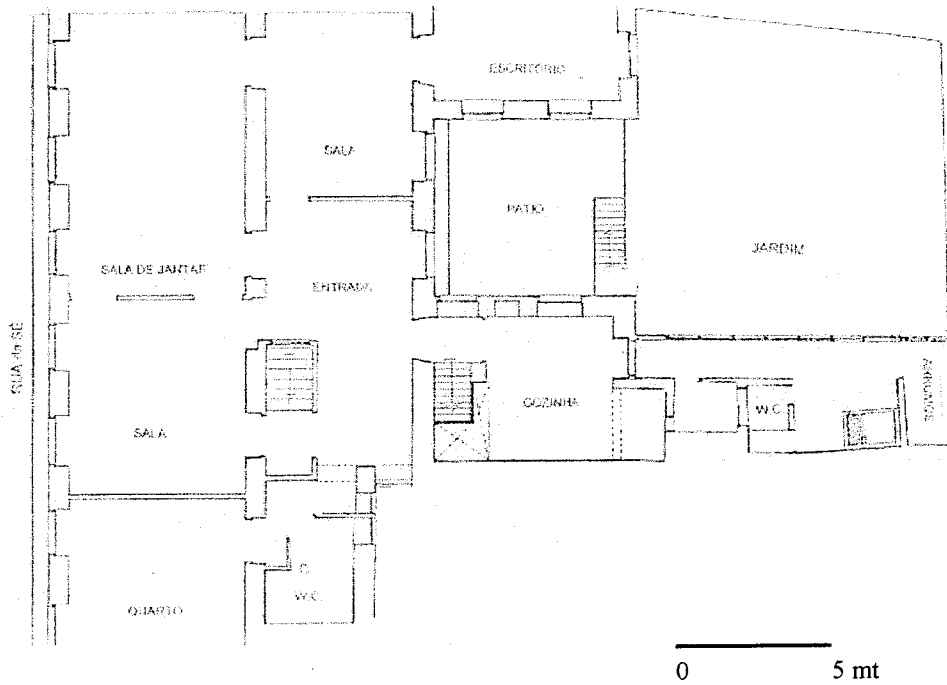


Fig. 16. “Casa do José Júlio”, em Angra do Heroísmo. Edifício da fotografia da fig. 1. Planta do 1º andar (desenho gentilmente cedido pelo proprietário).

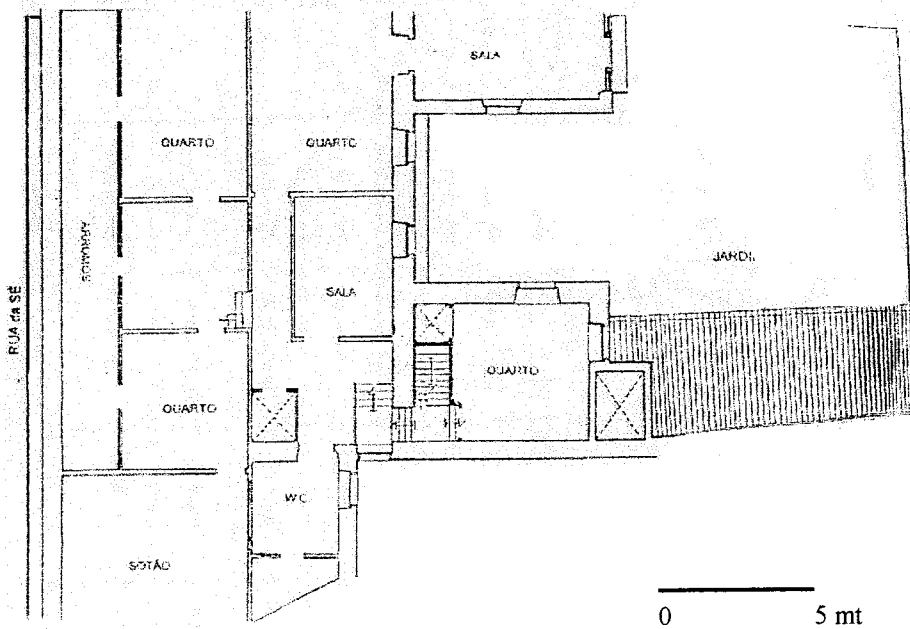


Fig. 17. “Casa do José Júlio”, em Angra do Heroísmo. Edifício da fotografia da fig. 1. Planta do 2º andar, voltado para as traseiras (desenho gentilmente cedido pelo proprietário).

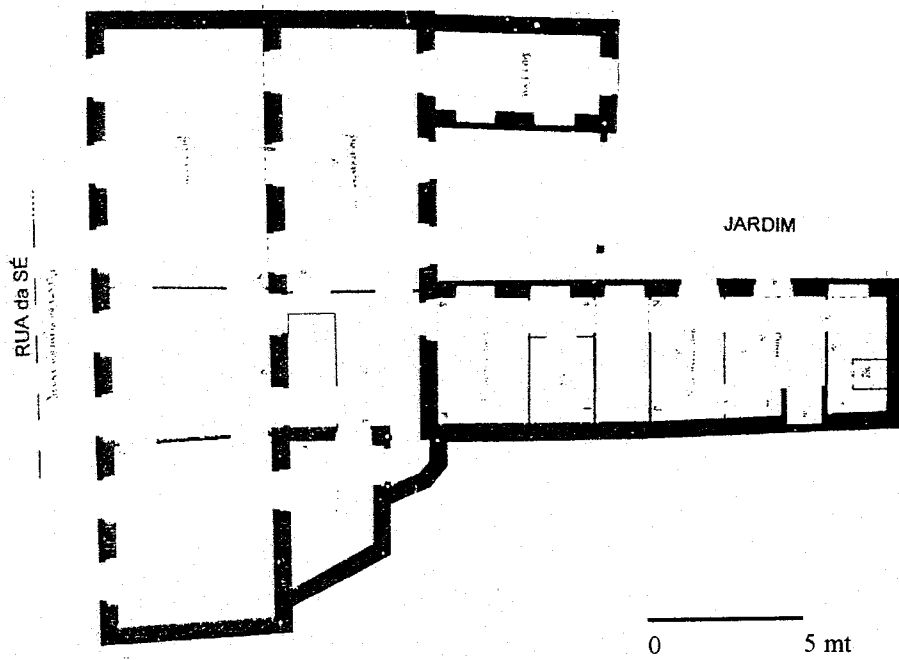


Fig. 18. “Casa do José Júlio”, em Angra do Heroísmo. Projecto não construído. Planta do 1º andar (desenho dos primeiros anos do século XX, gentilmente cedido pelo proprietário.)

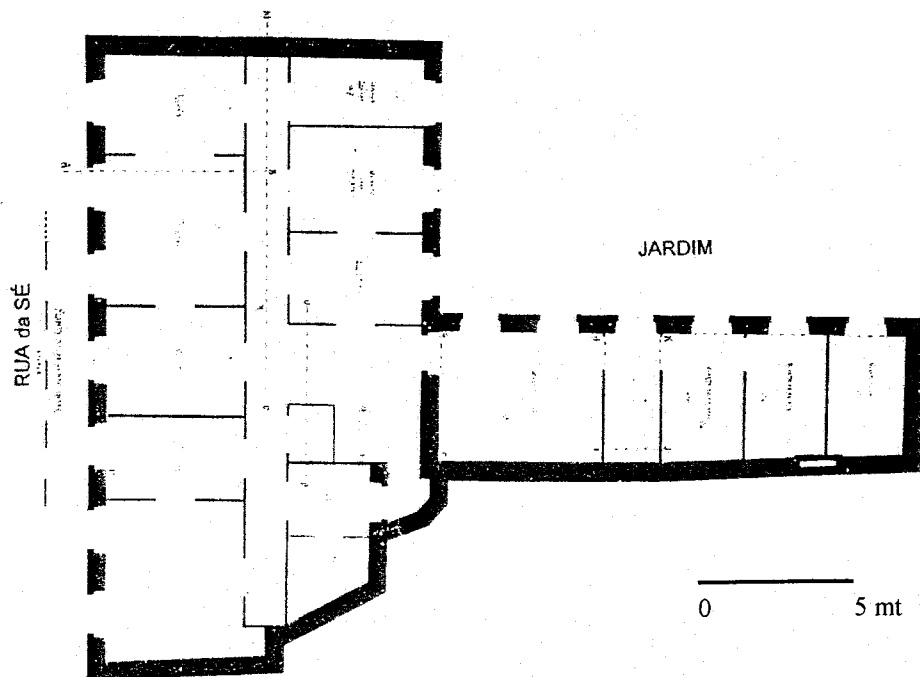


Fig. 19. “Casa do José Júlio”, em Angra do Heroísmo. Projecto não construído. Planta do 2º andar (desenho dos primeiros anos do século XX, gentilmente cedido pelo proprietário.)

Corte a generáhlí

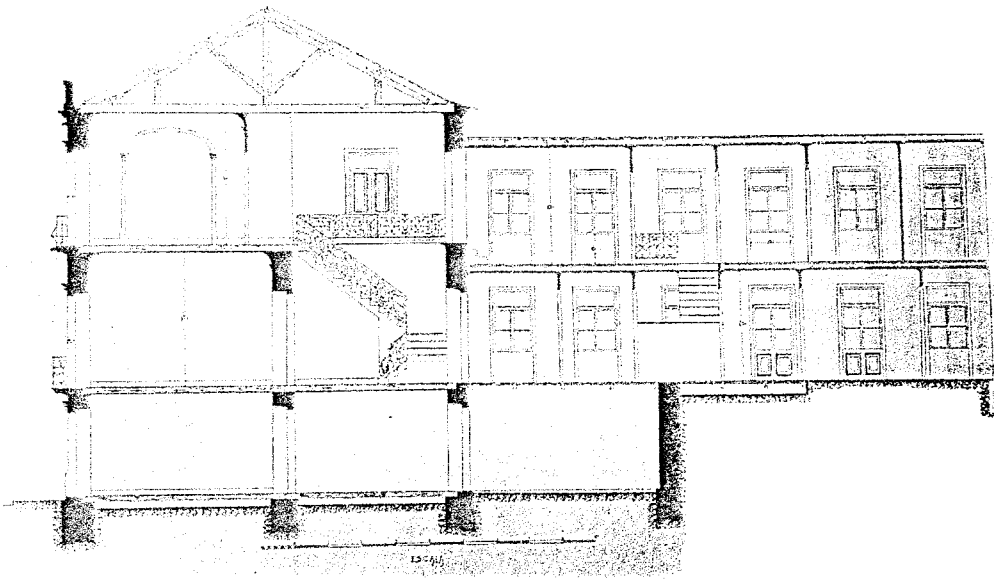


Fig. 20. "Casa do José Júlio", em Angra do Heroísmo. Projecto não construído. Corte (desenho dos primeiros anos do século XX, gentilmente cedido pelo proprietário.).

FACHADA DA FRONTE

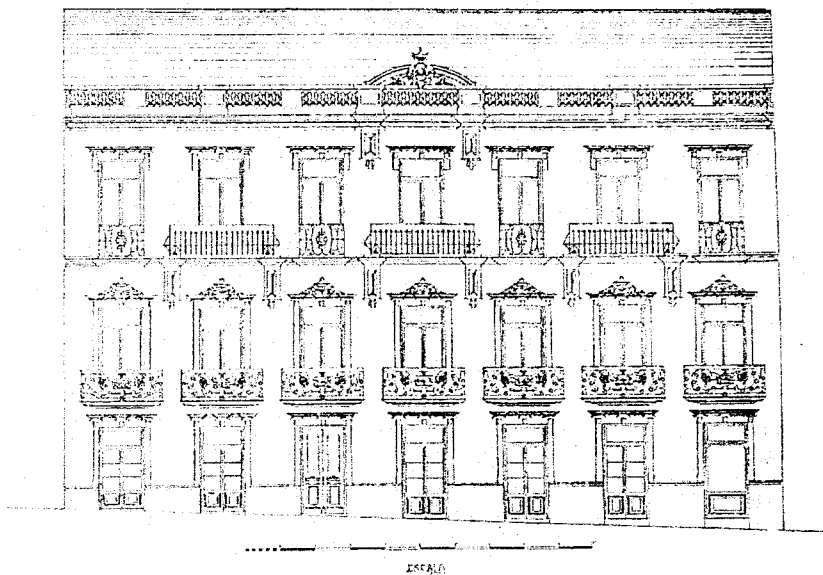
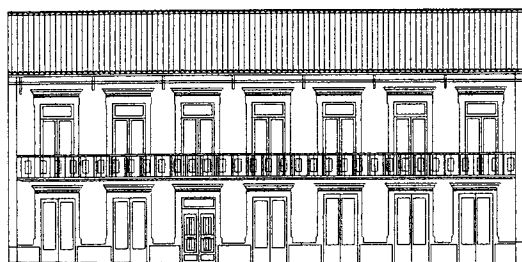
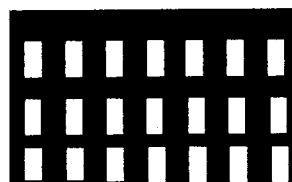
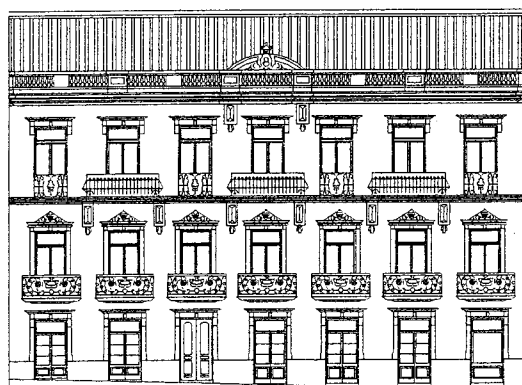


Fig. 21. "Casa do José Júlio", em Angra do Heroísmo. Projecto não construído. Alçado principal (desenho dos primeiros anos do século XX, gentilmente cedido pelo proprietário.).



século XIX



século XX

0 5 mt

Fig. 22. “Casa do José Júlio”, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica.

3.1.1.3. Casa do Dr. Manuel de Menezes, 1927



Fig. 23. “Casa do Dr. Manuel de Menezes”, em Angra do Heroísmo. Edifício demolido em 1925, para dar lugar à casa actual (foto gentilmente cedida pelos proprietários).

Em 1925, iniciou-se a construção de um prédio destinado à habitação do Dr. Manuel de Menezes, com um projecto da autoria do engenheiro civil micaelense F. Pacheco de Castro.

Tratou-se, provavelmente, do primeiro prédio de habitação com desenho erudito, influenciado pelo que então se fazia em Lisboa, nomeadamente os Prémios Valmor, mas simplificado na sua decoração.

O projecto revela que o seu autor conjugou as preocupações estéticas com as funcionais, revelando-se estas últimas na distribuição racional dos espaços interiores, no seu arejamento e na sua iluminação.

Pela análise da “memória descritiva” deste projecto, percebe-se como foram organizados esses espaços e como se procedeu para os iluminar.

Quanto ao rés-do-chão da habitação, a referida “memória descritiva” explicita que “(...) fica levantado da rua 2 degraus para melhor proporção da fachada e ao mesmo tempo dar uma caixa de ar mais alta aos soalhos deste andar (...) O vestíbulo de entrada, em mosaico, é dividido por larga porta de vidros da caixa de escada. Como a escada é toda aberta em cima, uma porta de vidros é que é propriamente a porta de entrada, contribuindo para iluminação da escada (...) No *enchamel* que divide essa loja da parte do consultório (...) projecta-se uma grande janela, em vidro translúcido, para aumentar a iluminação daquela divisão. Por esse motivo ficará aquela loja aberta por um arco, o mais alto possível”.

Quanto ao primeiro andar, refere essa “memória” que “a sala de visitas e a sala de estar são divididas por larga porta envidraçada, em que os vidros serão da melhor qualidade (preferível (...) de cristal chanfrado) e serão presos por pequenas molduras de madeira e não com massa de vidraceiro (...) No quarto de copa vai projectado um janelão, cuja tábua de peito fica à altura do soalho, para iluminação do primeiro patamar da escada (...) Os vidros desse janelão, como os da porta de vidro que separa aquele quarto de copa do *hall* central da casa, serão de vidros translúcido de efeito decorativo.”

Relativamente ao sótão, refere-se nessa “memória” que : “A falsa foi dividida em três compartimentos com iluminação por alboios. A escada é iluminada superiormente por um grande lanternim (...)” (doc. 1).

A modernidade do prédio revela-se igualmente no desenho da fachada principal, na qual os vãos perderam a distribuição regular para, no último piso, se juntarem num desenho que os angrenses na altura chamaram de “sineiras”.

A construção deste prédio de habitação durou dois anos e o canteiro responsável pelos trabalhos das guarnições dos vãos e da cornija foi, segundo se crê, o mestre pedreiro José da Costa, da Vila de São Sebastião.

Não tendo sofrido quaisquer alterações desde a sua construção, o prédio foi classificado na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁶⁷ como “imóvel de qualidade”, sendo recomendada como terapêutica a sua “preservação com fidelidade”.

⁶⁷ Ficha n.º 483

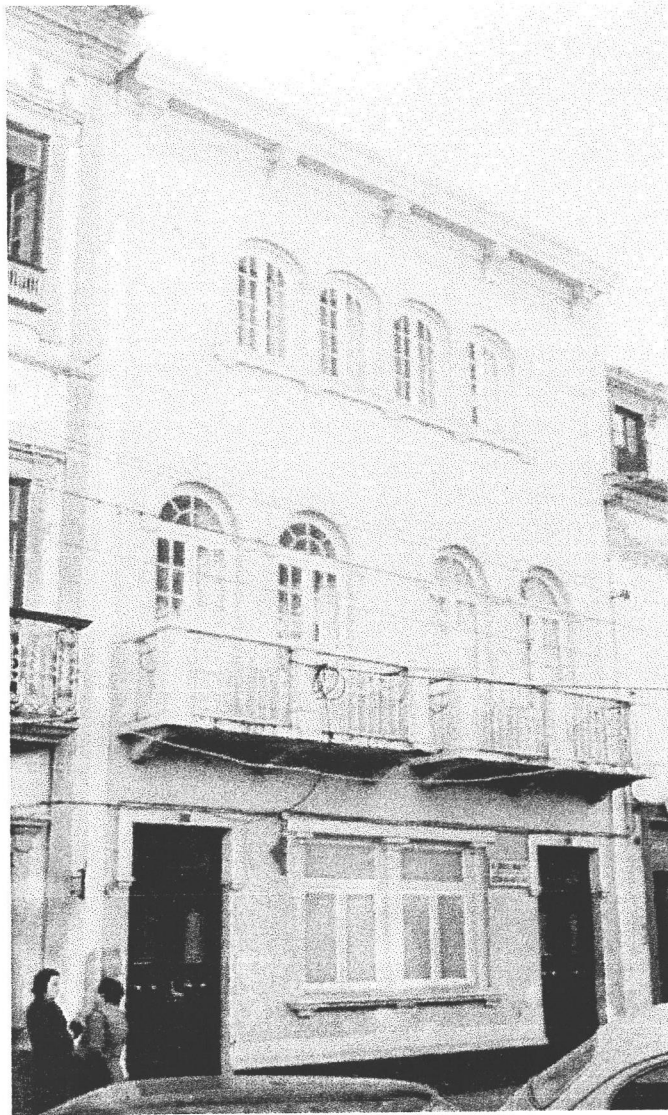


Fig. 24. “Casa do Dr. Manuel de Menezes”, em Angra do Heroísmo (fotografia de 1999)

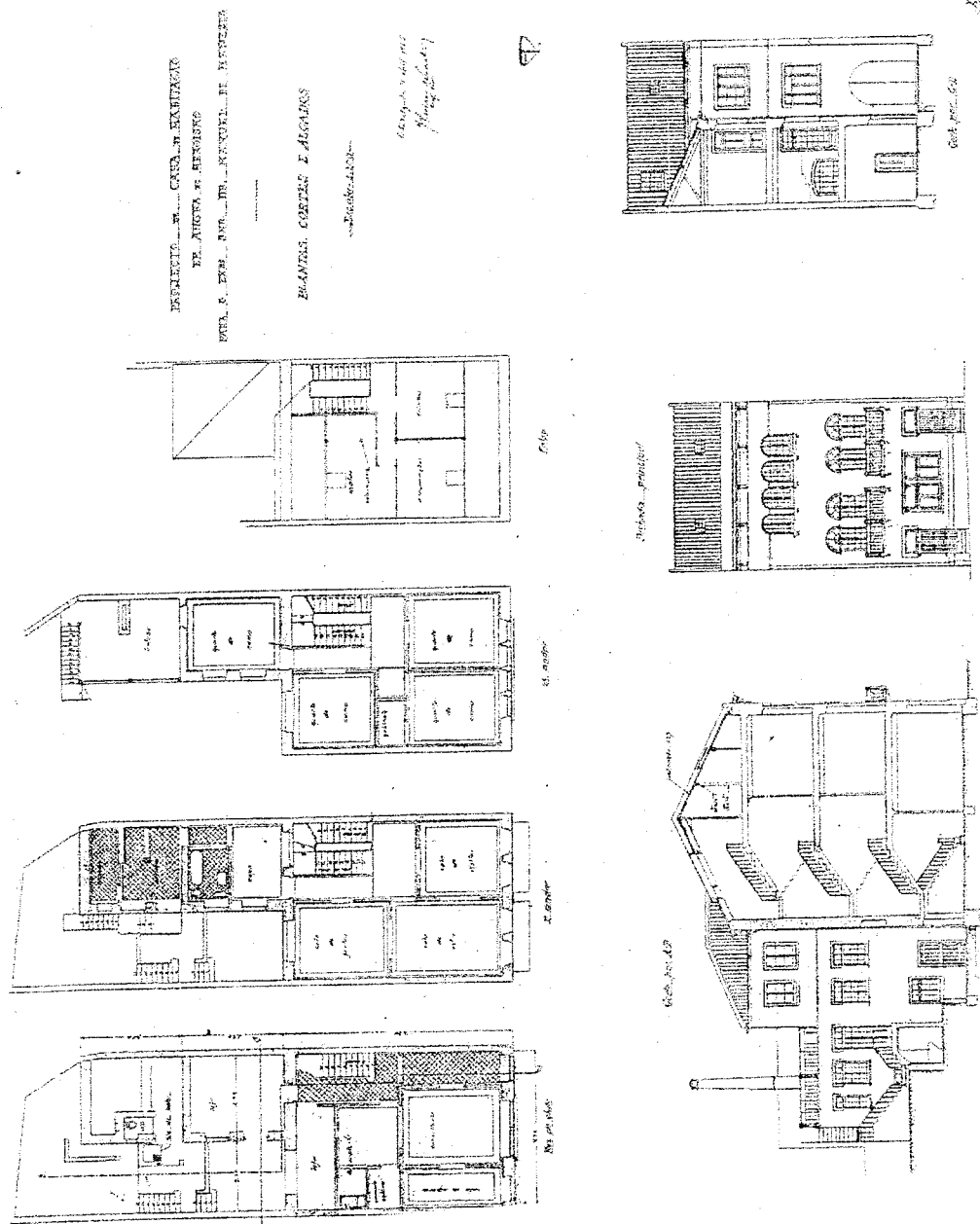


Fig. 25. "Casa do Dr. Manuel de Menezes", em Angra do Heroísmo. Projecto da autoria do engenheiro F. Pacheco de Castro . Plantas, cortes e alçados (desenho de 1925, gentilmente cedido pelos proprietários).

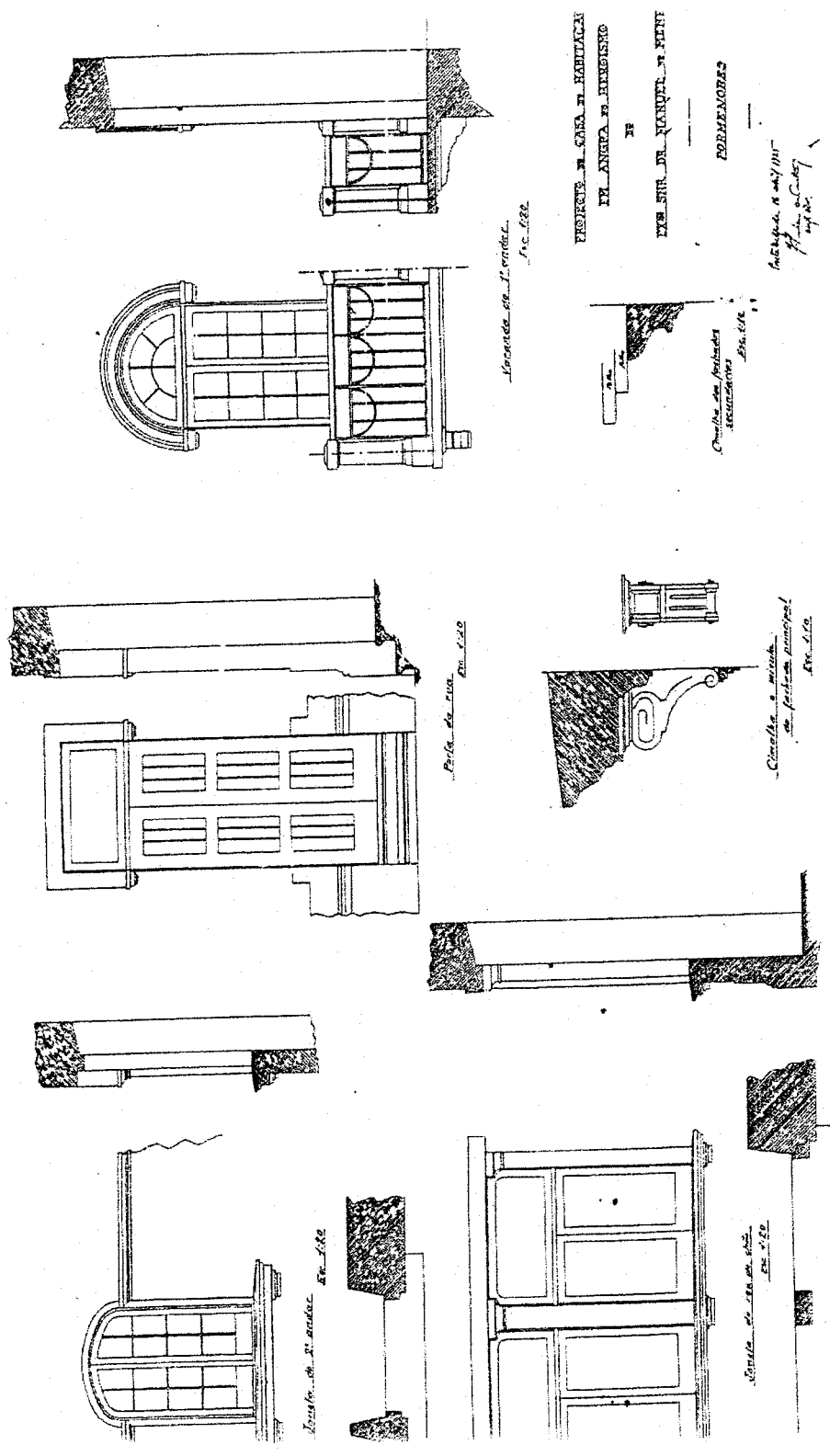
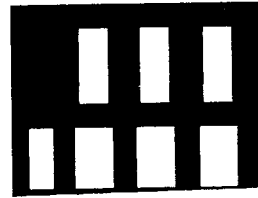
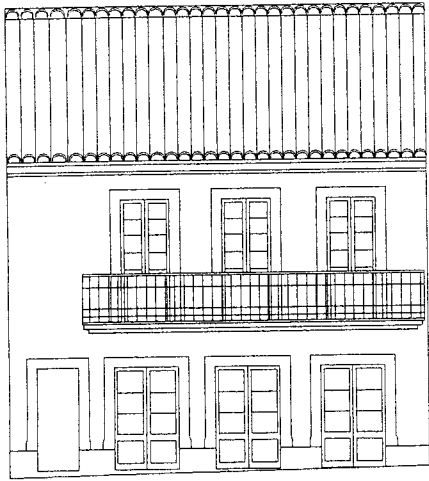
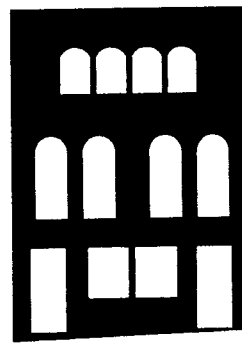
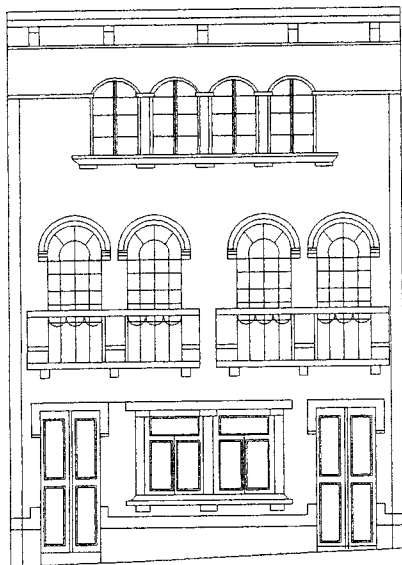


Fig. 26. "Casa do Dr. Manuel de Menezes", em Angra do Heroísmo. Projecto da autoria do engenheiro F. Pacheco de Castro. Pormenores. (desenho de 1925, gentilmente cedido pelos proprietários).



séc. XVII



1927

Imóvel de qualidade a preservar c/ fidelidade

0 5 mt

Fig. 27. "Casa do Dr. Manuel de Menezes", em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (desenho do autor).



PRIMITIVO

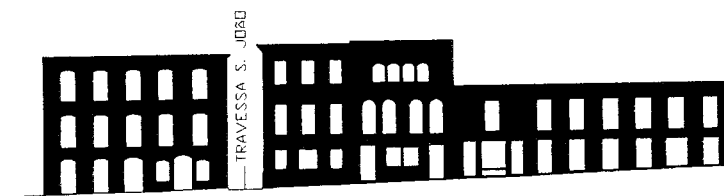


ACTUAL

0 m 10 m



PRIMITIVO



ACTUAL

0 m 10 m

Fig. 28. Casa do Dr. Manuel de Menezes, em Angra do Heroísmo. Integração no conjunto (desenho do autor).

3.1.1.4. Casa da Confederação Operária, 1942

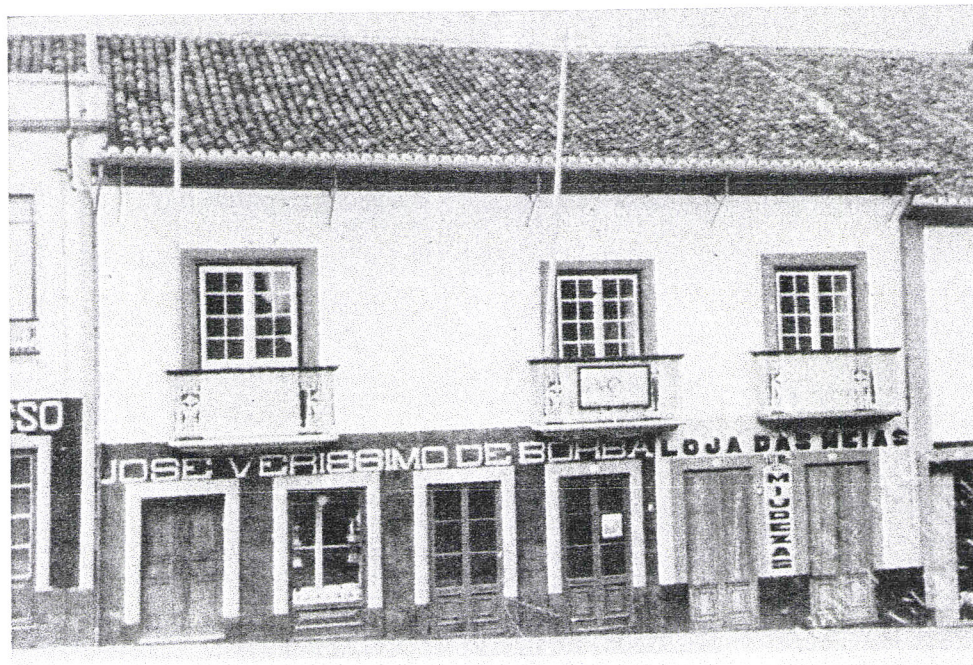


Fig. 29. “Confederação Operária Terceirense”, em Angra do Heroísmo. Edifício demolido em 1942 (original no arquivo da C. O. T.).

A Confederação Operária Terceirense (Associação de Socorros Mútuos), fundada em 1918, teve sua primeira sede na Rua da Rocha (n.ºs 28 e 30), donde se transferiu, em 1926, para a Rua do Santo Espírito (n.º 100).

Em 1933, tendo adquirido ao Banco Nacional Ultramarino um prédio situado na Rua da República (com os n.ºs 82 a 92) (fig. 29), pelo preço de 40.000\$00, demoliu-o para no seu espaço construir, em 1942, um prédio de moradias⁶⁸.

⁶⁸ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, pp. 310-311

Neste prédio de dois andares, o primeiro andar foi parcialmente destinado à sede da Confederação e a parte restante, tal como o segundo andar, foi destinada a habitação, “reservando-se todo o rés do chão para dois estabelecimentos comerciais”⁶⁹ (figs. 30 e 31).

Embora desconhecendo o autor do projecto deste edifício, julgamos possível, pelas razões seguidamente expostas, que tenha sido o mestre Almeida Chaves⁷⁰ (Doc. 2).

Existe no espólio da família do mestre Manuel Almeida Chaves um desenho datado de 1942, em que o programa dos vãos do alçado principal é muito semelhante ao do actual alçado principal do prédio da Confederação Operária, podendo tratar-se de uma proposta anterior que foi abandonada (fig.32).

Na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁷¹, este edifício foi classificado como “imóvel de acompanhamento”, sendo indicada como terapêutica a sua “preservação com fidelidade”.

⁶⁹ Idem, p. 311

⁷⁰ Manuel de Almeida Chaves nasceu em Angra do Heroísmo a 4 de Junho de 1877 e faleceu na mesma cidade aos 83 anos de idade. Foi gerente da Sociedade de Construção Civil Açoreana, Lda. O seu nome ficou ligado à construção do Banco de Portugal, edifício dos C.T.T., Seminário de Angra do Heroísmo, Posto Meteorológico, etc., e ainda a vários edifícios de habitação que ele próprio desenhou. Era muito considerado pelo seu talento profissional.

⁷¹ Ficha n.º 1145

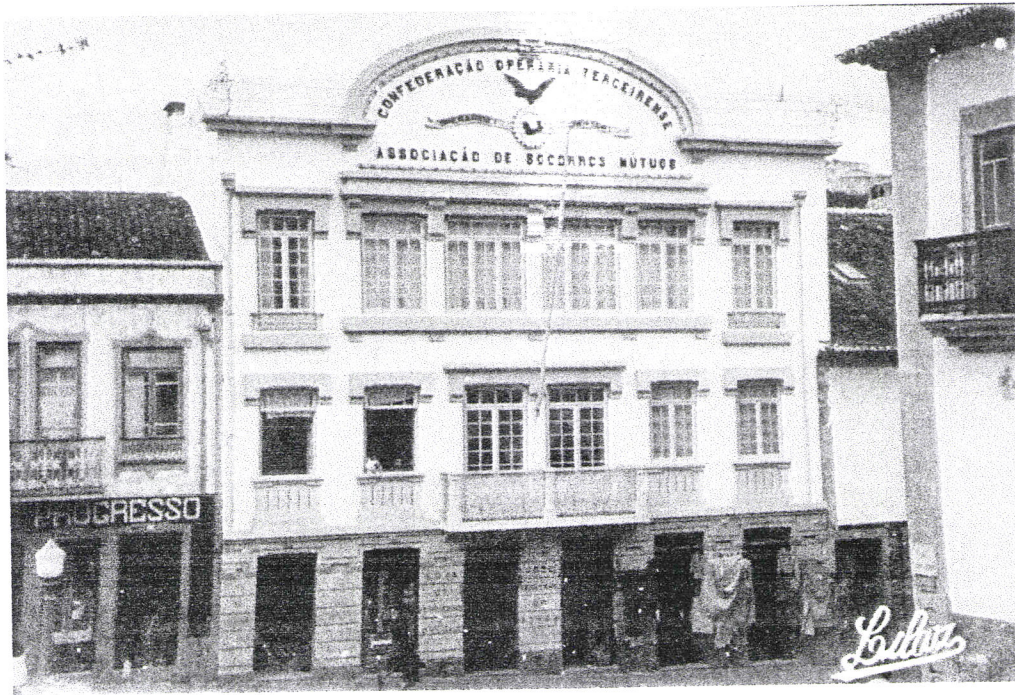


Fig. 30. “Confederação Operária Terceirense”, em Angra do Heroísmo. (fotografia dos anos de 1950, do arquivo da C. O. T.).

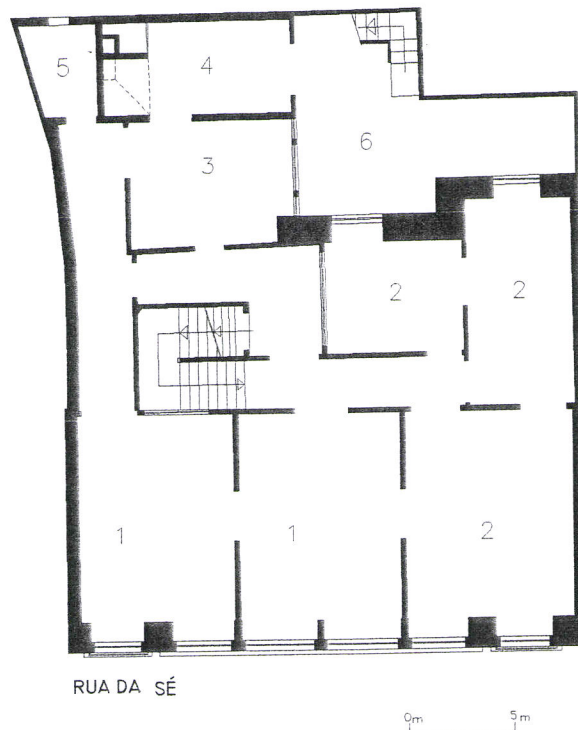


Fig. 31. “Confederação Operária Terceirense”, em Angra do Heroísmo. Planta do 1º andar do edifício de 1942.
 1- Sala ; 2- Quarto; 3- Copa ; 4- Cozinha ; 5- Instalações sanitárias ; 6- Pátio (original no arquivo da C. O. T.).

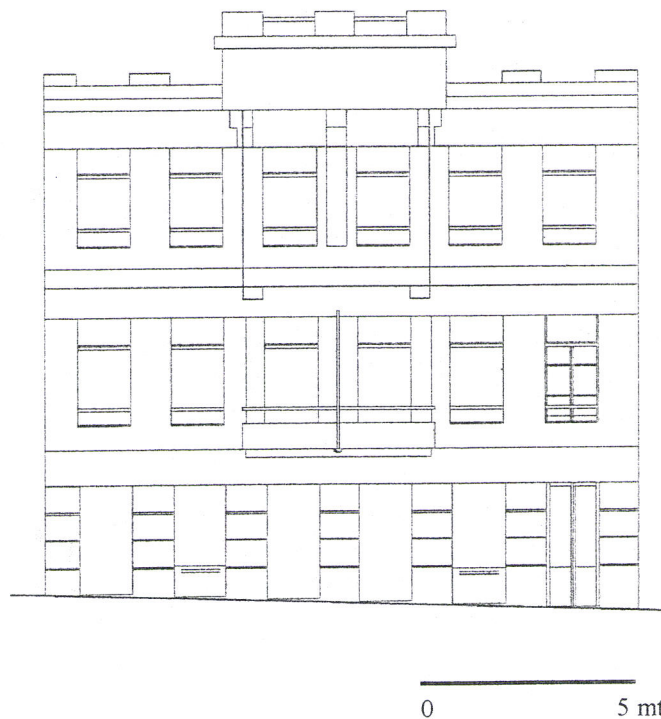
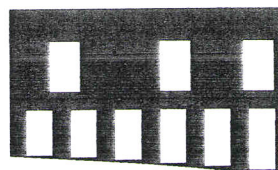
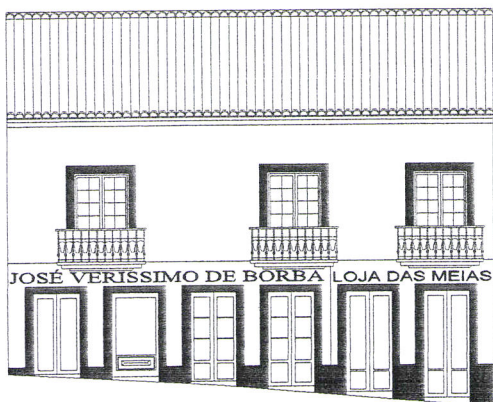
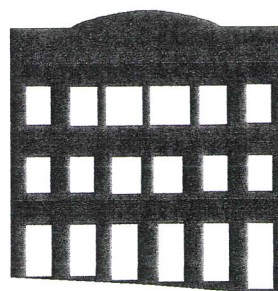
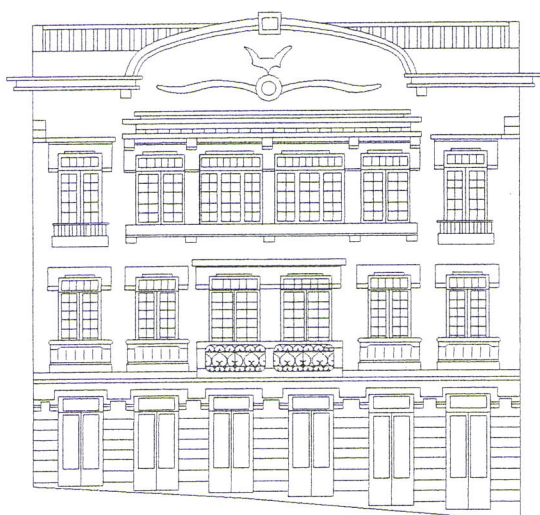


Fig. 32. “Confederação Operária Terceirense”, em Angra do Heroísmo. Possível primeira proposta, não construída, para o alçado principal, da autoria do mestre Almeida Chaves (original gentilmente cedido pela família do autor, desenho de c. 1940).



séc. XVII



1942

Imóvel de acompanhamento a
preservar c/ qualidade

0 5 mt

Fig. 33. “Confederação Operária Terceirense”, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (desenho do autor).

3.1.1.5. Casa com “bowindows” e prédio para “A União”, c.1946



Fig. 34. Casa com “bowindows” na Rua da Palha, em Angra do Heroísmo (fotografia de 1980).

Nos anos 40, o mestre Almeida Chaves apresentou dois projectos para casas de habitação, que revelavam um apurado sentido estético e um apreciável conhecimento do que então se fazia no Continente.

Um desses projectos, datado de 1946 e que não chegou a ser construído, destinava-se às instalações do jornal diário “A União”.

O desenho do alçado principal do prédio projectado⁷², revela-se um desenho muito actualizado para a época, com a substituição dos vãos do último piso por um único janelão semicircular (fig. 35).

⁷² Este e outros desenhos que constituem o espólio do mestre Almeida Chaves encontram-se na posse da sua família

Do segundo projecto, embora construído, não existem referências seguras para a sua datação.

Trata-se de um prédio de dois pisos⁷³, com um interessante desenho de fachada, com duas “bowindows” no piso superior (figs. 34 e 36).

A Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁷⁴, classificou este prédio como “imóvel de acompanhamento” e recomendou como terapêutica “preservar com fidelidade”.

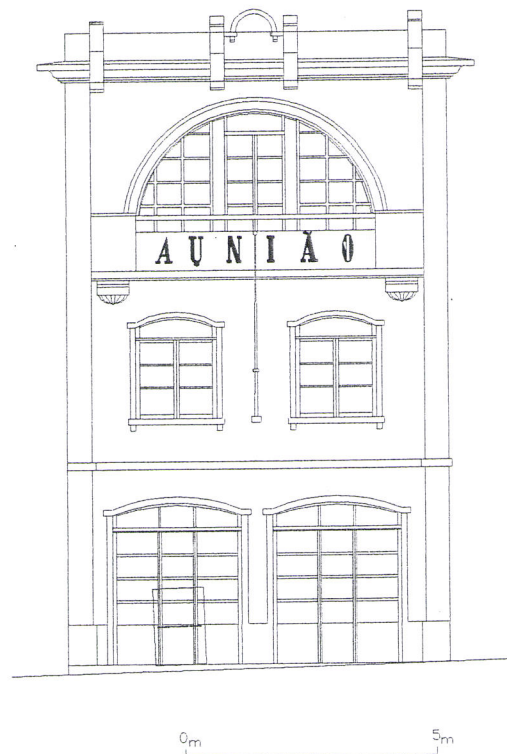


Fig. 35. Alçado para o edifício de “A União” (não construído), em Angra do Heroísmo. Desenho do autor segundo original do mestre Almeida Chaves, pertencente aos familiares (desenho de 1946).

⁷³ Tudo leva a crer que não seria uma casa, mas duas casas geminadas com “bowindows”, tendo uma delas perdido, posteriormente, as janelas salientes.

⁷⁴ Ficha n.º 364

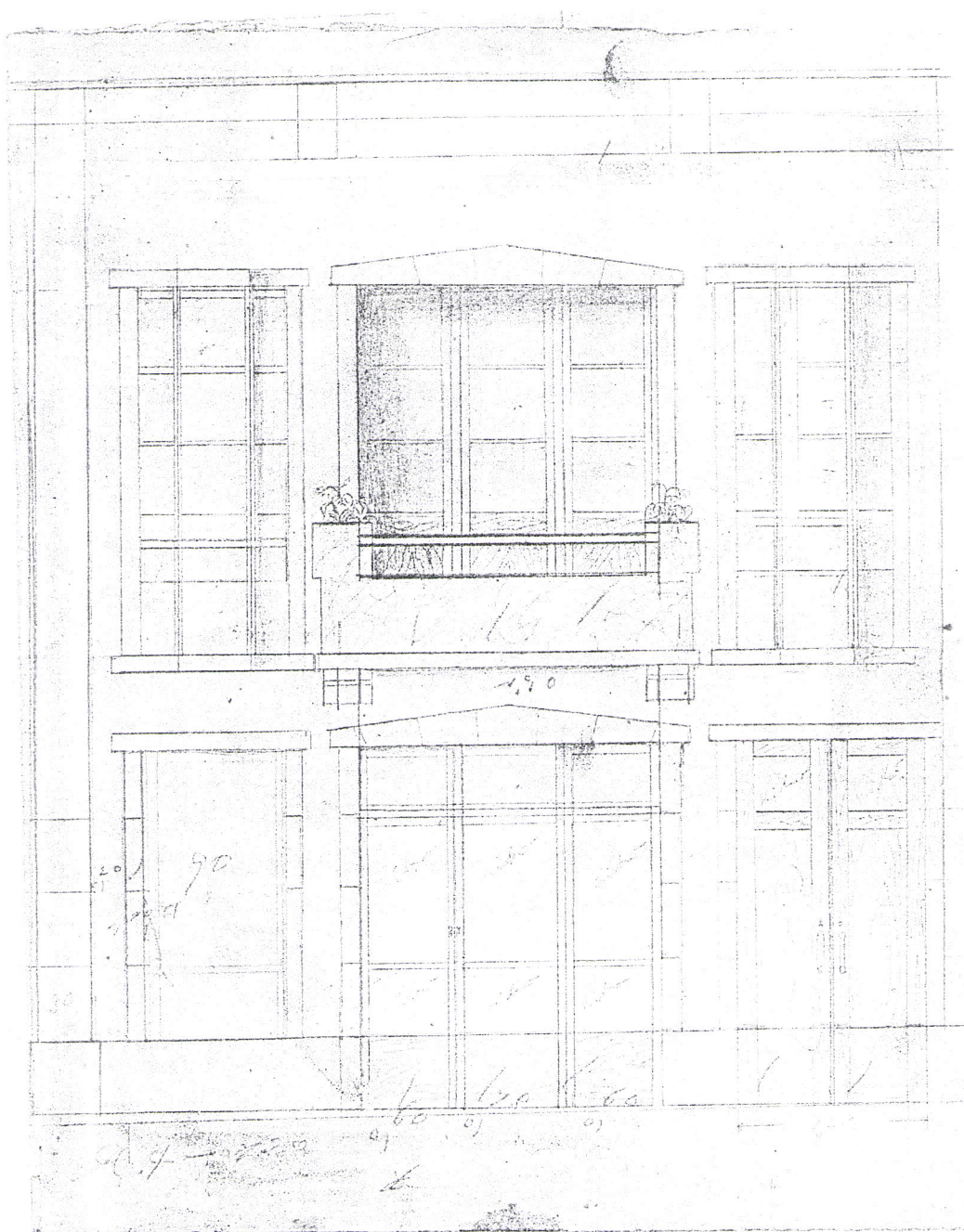


Fig. 36. Casa com “bowwindows” na Rua da Palha, em Angra do Heroísmo. Desenho para o alçado, da autoria do mestre Almeida Chaves (desenho dos anos de 1940, gentilmente cedido pela família do autor).

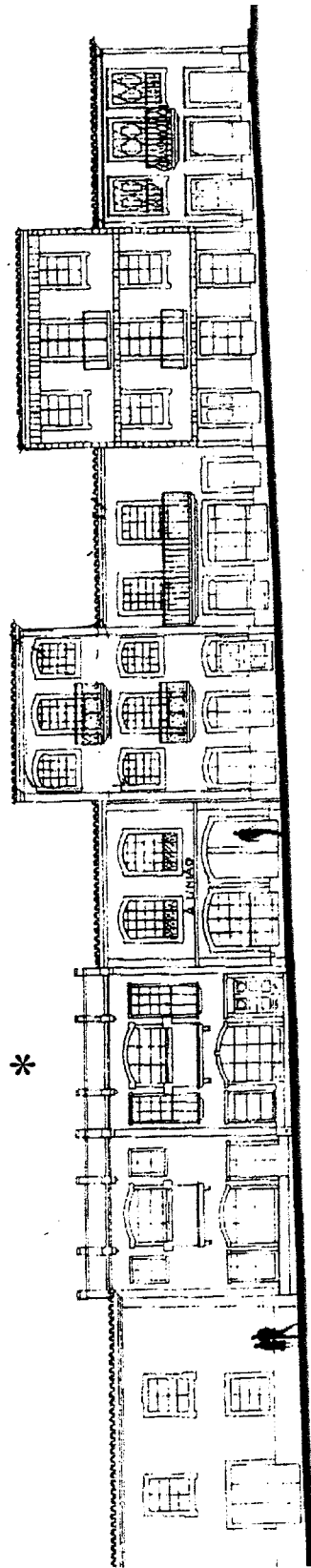


Fig. 37. Casa com "bowwindows" na Rua da Palha, em Angra do Heroísmo (*). Integração no conjunto

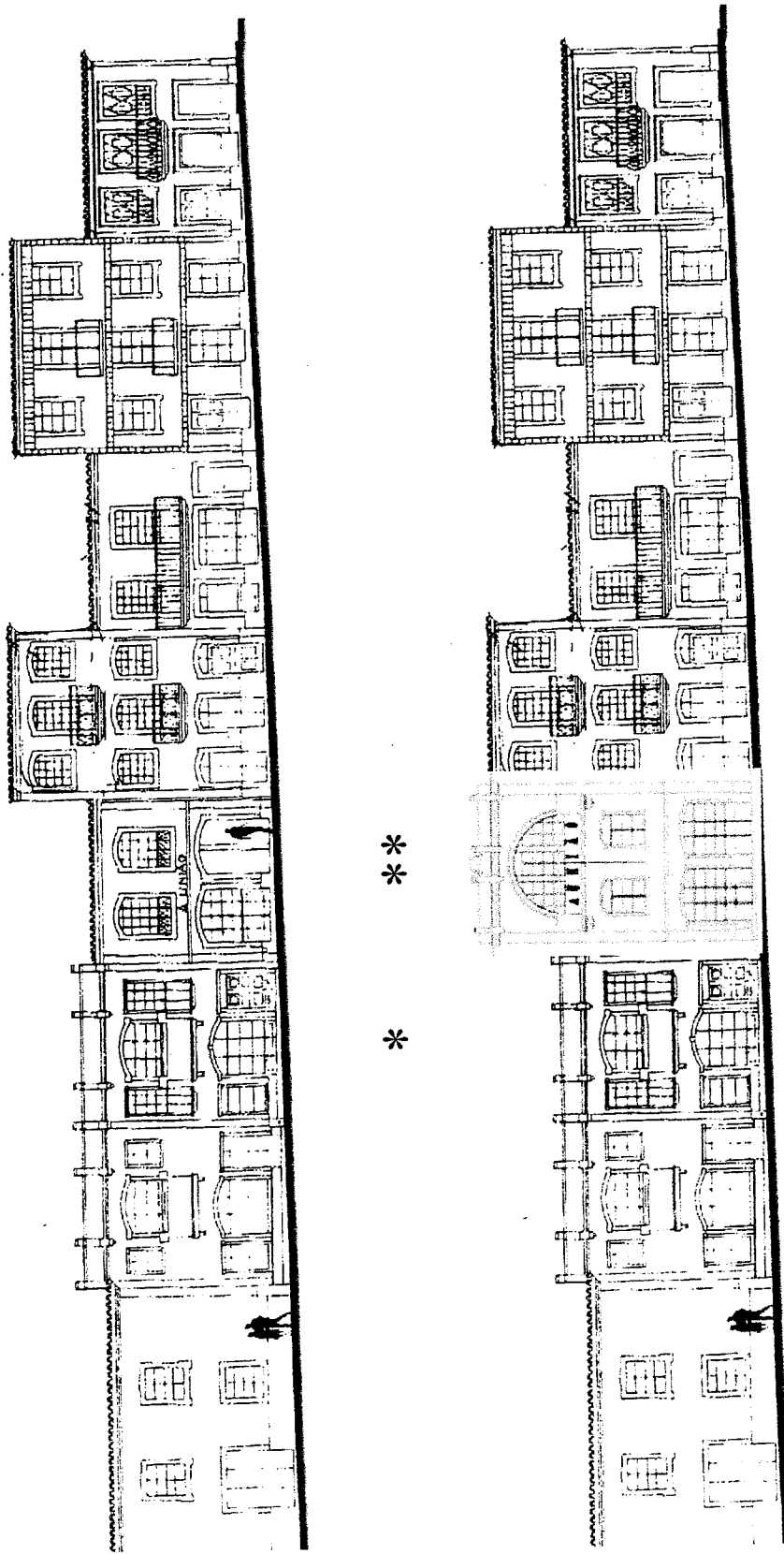


Fig. 38. Casa com "bowindows" (*) e prédio para "A União" (**) na Rua da Palha, em Angra do Heroísmo.
Em baixo: projecto não construído para "A União" (montagem do autor).

3.1.1.6. Edifício da Garagem “Auto-Angrense”, 1948 - 1957



Fig. 39. “Auto-Angrense”, em Angra do Heroísmo (fotografia de 2000).

Na sua edição de 2 de Maio de 1948, o Diário Insular noticiava a construção de “um imponente edifício de 4 pavimentos não só destinado a uma grande garagem como a 5 amplas moradias que terão vários elementos de conforto e higiene.”

Ainda segundo a mesma notícia, “A garagem terá capacidade para 20 automóveis e disporá de todo o material necessário à limpeza, abastecimento de gasolina e ar e lubrificação.”

Tratava-se, provavelmente, do primeiro projecto de habitação e serviços desenhado por um arquitecto – o arquitecto terceirense Fernando de Sousa - para a cidade de Angra do Heroísmo.

Acompanhando a notícia atrás referida, o jornal reproduzia um desenho do edifício projectado (fig. 40) com a seguinte legenda : “O projecto do edifício. A parte da frente do mesmo acha-se já levantada.”

Este edifício, de influencia “Portuguesa”, foi ampliado em 1957, altura em que se removeram os elementos regionalistas e se introduziram nele elementos modernos.

Na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁷⁵, a “Auto-Angrense” foi classificada como “imóvel profundamente dissonante”, sendo recomendada como terapêutica a sua remodelação.

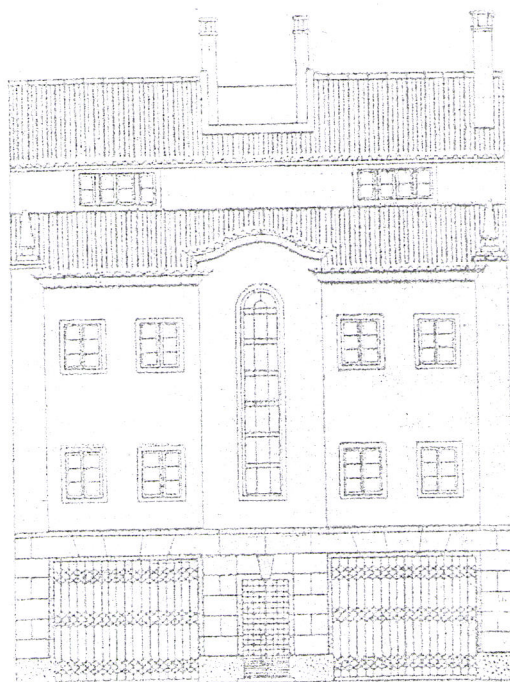


Fig. 40. “Auto-angrense”, em Angra do Heroísmo. Desenho da fachada primitiva, Diário Insular de 2 de Maio de 1948.

⁷⁵ Ficha n.º 376

*

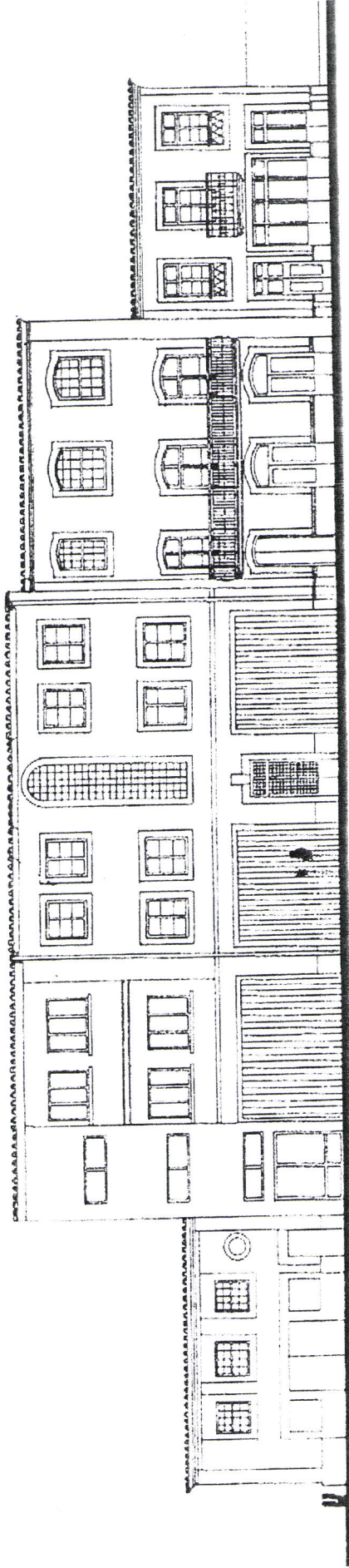


Fig. 41. "Auto-Angrense" (*), em Angra do Heroísmo. Edifício com ampliação de 1957. Integração no conjunto.

3.1.1.7. Casa do Dr. Henrique Brás, anos de 1950

Esta casa, na Rua de São João, tinha, inicialmente, apenas dois pisos.

Nos anos 50, pela necessidade de dispor de mais espaço, foi-lhe acrescentado um piso com vãos decorados com aventais característicos dos edifícios de Angra do século XVIII.

O cuidado investido no desenho da ampliação, fez com que este imóvel fosse considerado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁷⁶, como “imóvel de qualidade” sendo, por isso, recomendada a sua “preservação com fidelidade”.



Fig. 42. “Casa do Dr. Henrique Brás”, em Angra do Heroísmo (fotografia de 1980).

⁷⁶ Ficha n.º 506

3.1.1.8. Casa do João Crisóstomo, 1953



Fig. 43. “Casa do João Crisóstomo”, em Angra do Heroísmo (fotografia de 2001)

Este prédio localiza-se na Rua da Sé e, antes de pertencer ao comerciante João Crisóstomo Pereira, teve como proprietários Manuel de Sousa e José Linhares da Rocha.

É um edifício de dois pisos, claramente construído para habitação no primeiro piso e comércio no rés-do-chão, onde se encontra instalada, desde 1953, a Sapataria “Pimentel”.

O primeiro piso, superiormente rematado por uma platibanda rectangular, encontra-se separado do piso térreo por um friso horizontal de linhas paralelas, ligeiramente saliente.

Os três vãos do segundo piso encontram-se alinhados com os do piso térreo: o central, de maiores dimensões, com o vão da vitrine e os dois laterais, mais estreitos, com os vãos das portas.

Embora desconhecendo o projectista deste edifício, não nos custaria admitir tratar-se do mestre Almeida Chaves, pelas características do desenho do alçado principal que apresenta algumas semelhanças com

o do alçado da Confederação Operária, nomeadamente quanto ao desenho dos vãos do piso superior e ao remate em platibanda.

A Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980 ⁷⁷ classificou este edifício como “imóvel profundamente dissonante”, recomendando como terapêutica a sua remodelação.

⁷⁷ Ficha n.º335

3.1.1.9. Casa do Camacho, 1954



Fig. 44. “Casa do Camacho”, em Angra do Heroísmo. Edifício demolido em 1954.

A “Casa do Camacho”, assim designada depois de ter sido adquirida por Manuel da Silva Camacho a Fernando Clemente Brum, era uma casa de loja e sobrado, apresentando na fachada principal cinco vãos iguais nos dois pisos, todos de lintel curvo, estando os do piso superior ligados por uma varanda de sacada corrida, com guarda em madeira (fig. 44).

No rés-do-chão, o primeiro vão a nascente dava acesso à escada que conduzia ao piso superior e os outros vãos davam acesso às lojas de comércio – de louças, de quinquilharias e de fazendas – aí estabelecidas.

Na planta do piso superior, pela inexistência de qualquer corredor, todos os compartimentos eram intercomunicantes (fig.45).

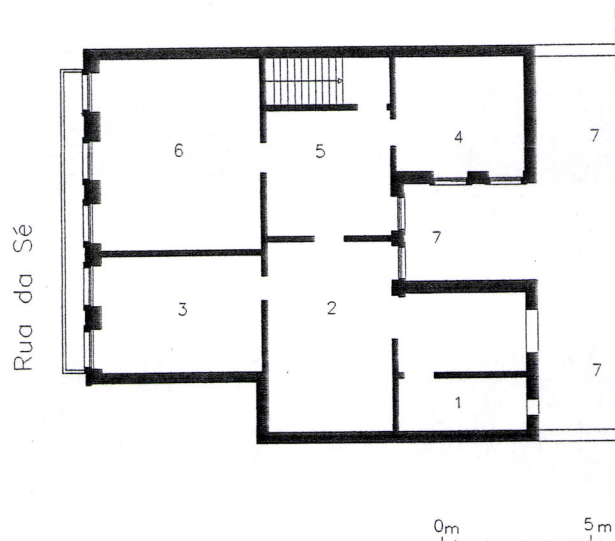


Fig. 45. “Casa do Camacho”, em Angra do Heroísmo. Edifício demolido. Planta do 1º andar.
1- Instalações sanitárias; 2- Quarto; 3- Sala de Jantar; 4- Sala de costura; 5- Quarto; 6 - Sala; 7- Jardim (reconstituição do autor).

Nos anos de 1950, a “casa do Camacho” foi demolida, para dar lugar a um prédio de três pisos, destinado a comércio (rés-do-chão) e habitação (1º e 2º pisos), projectado pelo arquitecto terceirense Fernando de Sousa.

A construção deste e de outros prédios na Rua da Sé suscitou alguma polémica, como se depreende da leitura de alguns artigos publicados no Diário Insular, nos dias 23, 25 e 27 de Abril de 1954.

Num desses artigos, intitulado “Novos prédios na Rua da Sé”, o seu autor interrogava-se acerca do critério a que obedeceu a “transformação desses edifícios”, considerando que era aconselhável “manter a arquitectura citadina dentro daquelas linhas que singularmente a distinguem.”

Noutro artigo, afirmava-se que “as linhas arquitectónicas dos edifícios da Rua da Sé, elas próprias na sua nudez, impõem-se de modo a não haver quem se atreva a tocá-las, tirando-lhes a antiga, mas sempre graciosa aparência para lhes dar o tipo grotesco de caixotes de sabão em ponto grande (...)”

O projecto deste edifício, embora não rompendo completamente com a arquitectura tradicional, nomeadamente no ritmo dos vãos, apresentava elementos novos, frequentes na arquitectura lisboeta da

época, como, por exemplo, as varandas em betão suportadas por cachorros e o uso do ferro forjado (figs. 46 e 47).

A fachada do rés-do-chão destinada a comércio foi revestida de mármore e rasgada por duas montras para exposição.

A fachada do edifício foi remodelada depois de este ter sido adquirido pelo Banco Comercial dos Açores nos anos de 1970.

Numa primeira fase, de “modernização”, foram-lhe retirados todos os elementos caracterizantes, como o mármore da fachada e a sacada dos vãos do primeiro andar. Foram também alargados os vãos do rés-do-chão, para um melhor acesso ao balcão bancário (fig. 50).

Numa segunda fase, pós-sismo, na procura de uma maior aproximação à arquitectura regional, a varanda do piso superior passou a ter uma guarda de ferro e as vidraças das janelas passaram a ter os tradicionais “vidrinhos” (fig. 51).

É um dos primeiros casos da tendência de regressão que, depois da inclusão da cidade na lista do Património Mundial em 1983⁷⁸, se viria a divulgar nas intervenções feitas nas fachadas dos edifícios angrenses.

Foi classificado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁷⁹ como imóvel “ligeiramente dissonante”, sendo, por isso, aconselhada a sua remodelação.

⁷⁸ Número 1 do Artigo 23º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/84/A

⁷⁹ Ficha n.º 1333



Fig. 46. "Casa do Camacho", em Angra do Heroísmo. Edifício de 1954

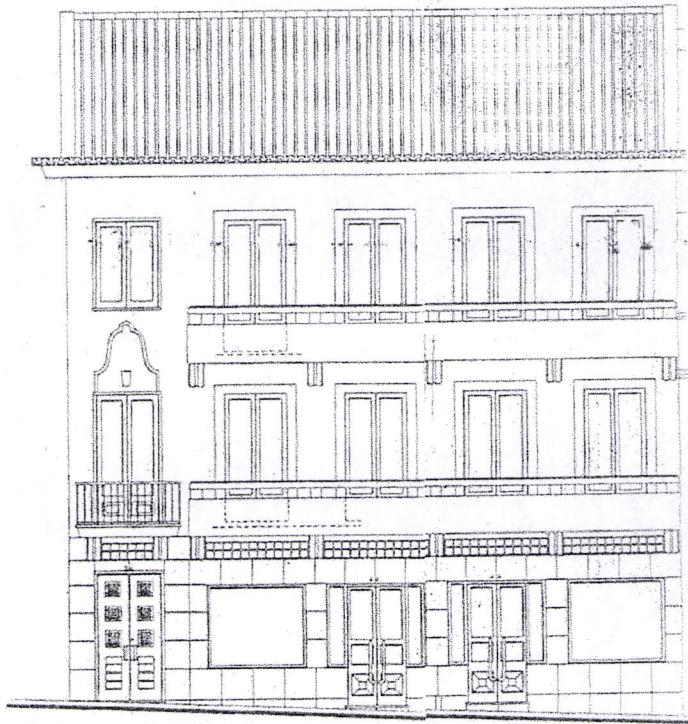


Fig. 47. "Casa do Camacho", em Angra do Heroísmo. Edifício de 1954 . Alçado principal, desenho do projectista.

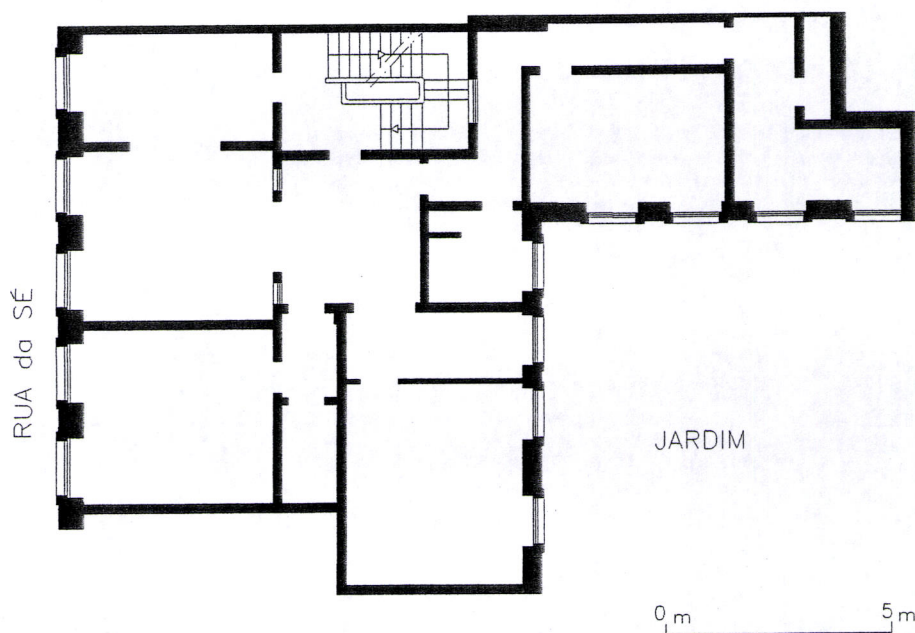


Fig. 48. "Casa do Camacho", em Angra do Heroísmo. Edifício de 1954 . Planta do 1º andar (original no arquivo do Banco Comercial do Açores).

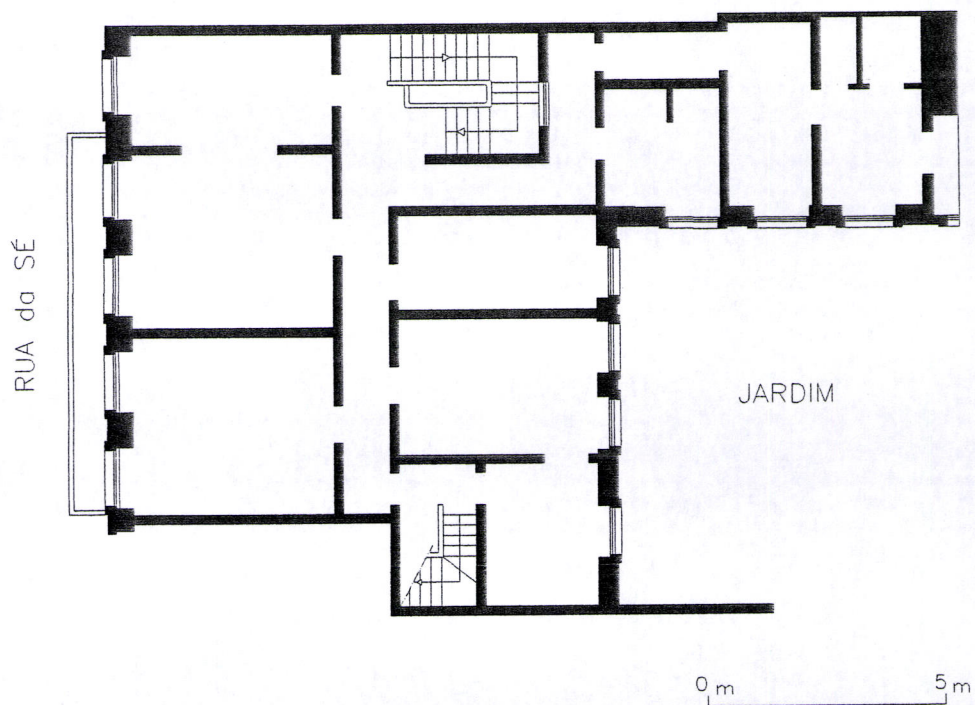


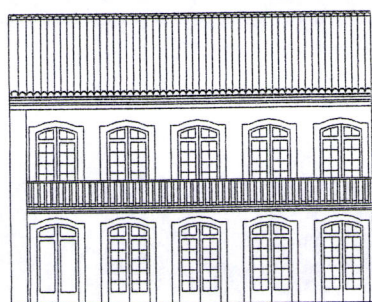
Fig. 49 “ Casa do Camacho “, em Angra do Heroísmo . Edifício de 1954 . Planta do 2º andar
(original no arquivo do Banco Comercial dos Açores).



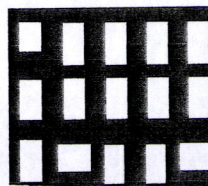
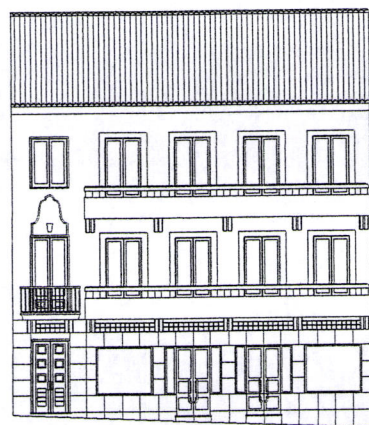
Fig. 50 “ Casa do Camacho “, em Angra do Heroísmo . Edifício com as primeiras alterações introduzidas pelo Banco Comercial dos Açores (fotografia de 1980).



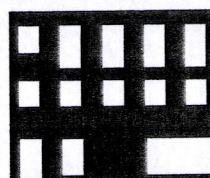
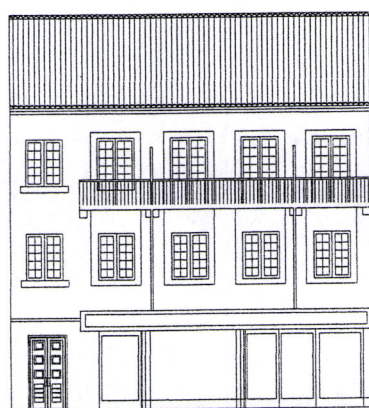
Fig. 51. “Casa do Camacho”, em Angra do Heroísmo, após a introdução da guarda da varanda em ferro forjado e das vidraças com vidros pequenos. (fotografia de 2000)



séc. XVIII



1954



1980

Imóvel ligeiramente dissonante a remodelar

0 5 mt

Fig. 52. "Casa do Camacho", em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (desenhos do autor).

3.1.1.10. Casa do João Manuel Martins, 1959, 2000

Era um edifício de habitação e comércio, de dois pisos, que fazia gaveto da Rua da Sé com o lado poente da Rua da Palha.

Pertenceu inicialmente a Manuel Francisco da Costa que “o passou por herança a seu filho, João Francisco da Costa, que se estabeleceu nos baixos com uma loja de Ferragens e um Depósito de Vinhos Moscatel.”⁸⁰

O prédio passou a ser conhecido como a “casa do João Manuel Martins” a partir de 1906, altura em que foi adquirido por este comerciante que aí estabeleceu os “Grandes Armazéns Martins”, com negócio de fazendas (fig.53).

Adquirida nos anos de 1950 pelo luso-americano João Coelho Esteves dos Altares, a “casa do João Manuel Martins” foi então demolida para dar lugar a um edifício com três pisos e um quarto piso recuado, destinado a Restaurante e Bar, Sala de Chá e Salão de Festas.

Ainda em construção, o prédio foi vendido a António da Rocha Salvador que, depois de o concluir, nele estabeleceu uma loja de decoração.

Era um edifício de gaveto arredondado com três grandes vãos no rés-do-chão e com duas varandas em betão nos pisos superiores.

O desenho maciço do seu alçado assemelha-se ao da “Casa do Camacho”, antes das alterações sofridas na sequência da sua conversão em agência bancária (fig. 46).

Na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁸¹, este imóvel, de 1959, foi considerado “profundamente dissonante”, sendo, por isso, recomendada a sua “remodelação”.

Recentemente, a fachada do edifício de 1959 foi substituída por uma fachada com desenho dos finais século XIX (fig. 58).

⁸⁰ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p. 123

⁸¹ Ficha n.º 394

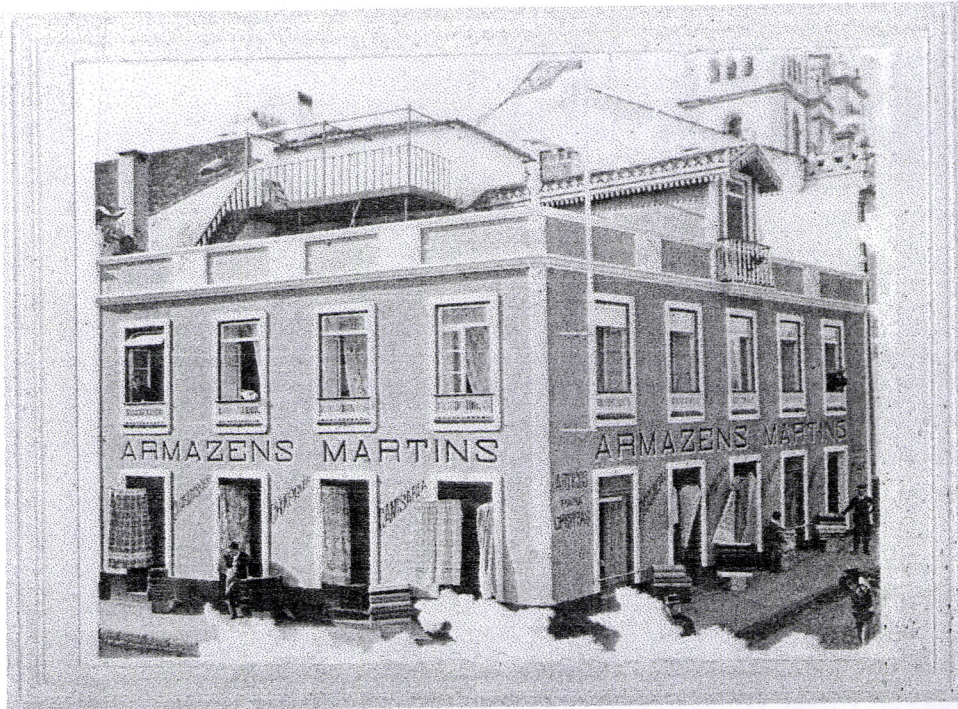


Fig. 53. “Casa do João Manuel Martins”, em Angra do Heroísmo. Edifício demolido nos anos de 1950.



Fig. 54. “Casa do João Manuel Martins”, em Angra do Heroísmo, edifício dos anos de 1950.

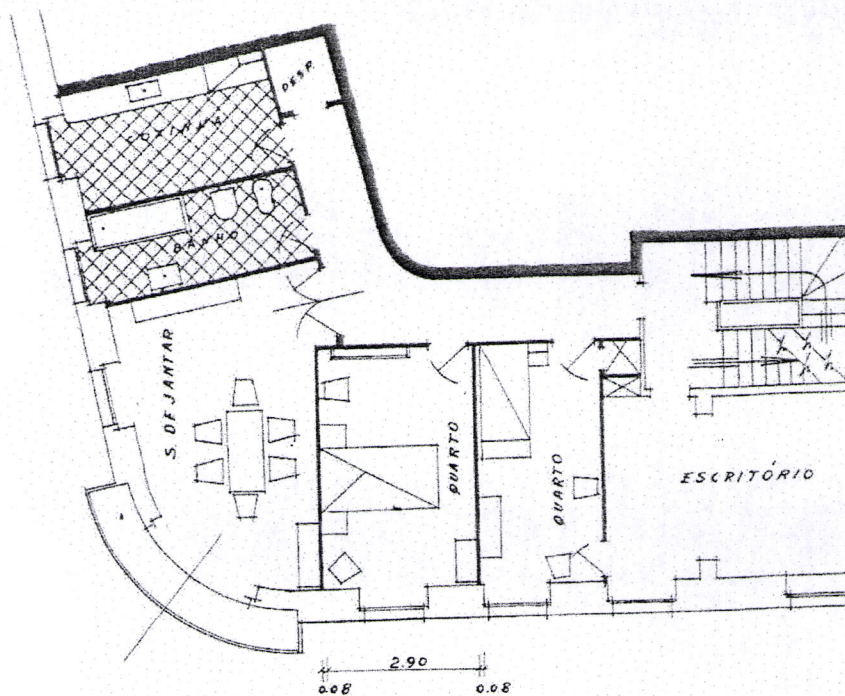


Fig. 55. "Casa do João Manuel Martins", em Angra do Heroísmo . Edifício dos anos de 1950. Planta do 1º andar (original no arquivo da Direcção Regional da Cultura).

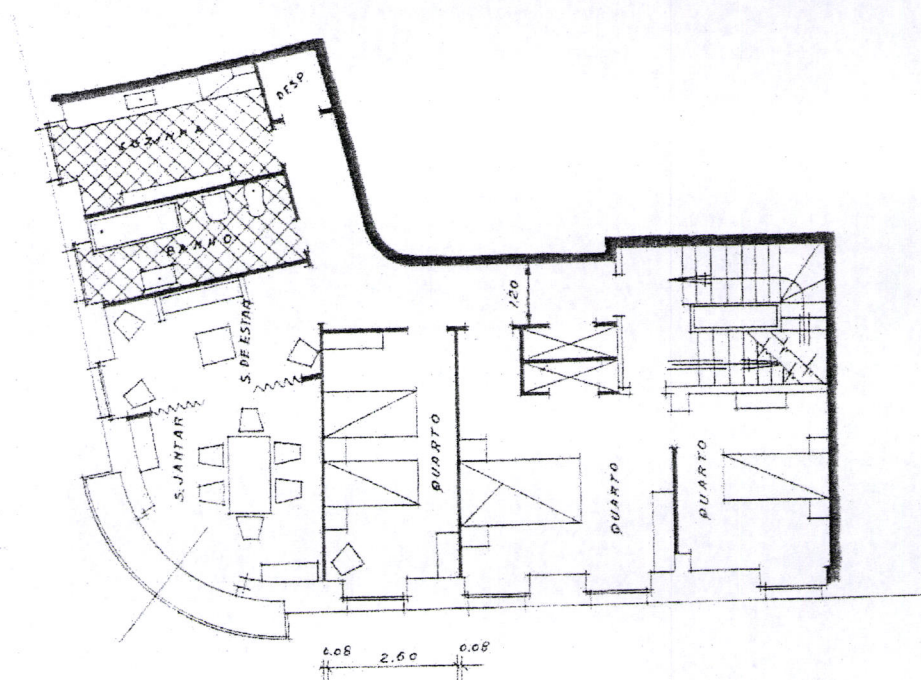


Fig. 56. "Casa do João Manuel Martins", em Angra do Heroísmo. Edifício dos anos de 1950 - Planta do 2º andar (original no arquivo da Direcção Regional da Cultura).

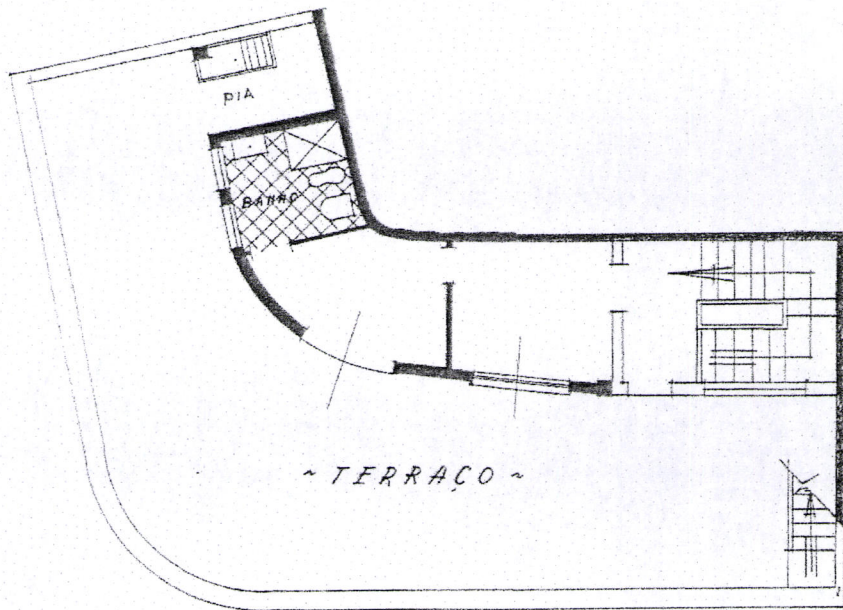
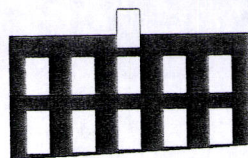


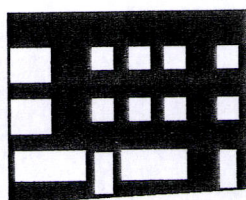
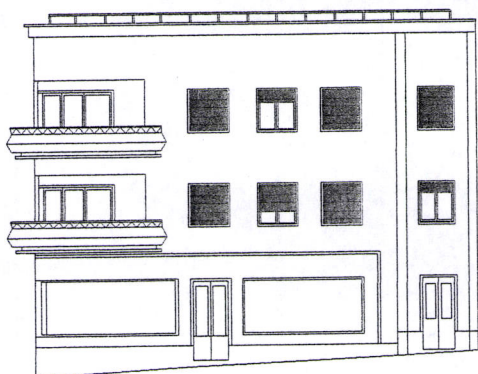
Fig.57 . “Casa do João Manuel Martins”, em Angra do Heroísmo. Edifício dos anos de 1950 - Planta do andar recuado (original no arquivo da Direcção Regional da Cultura).



Fig. 58. “Casa do João Manuel Martins”, em Angra do Heroísmo (fotografia de c. 2001)

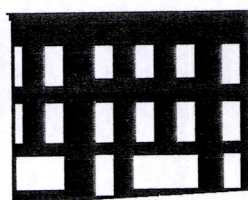
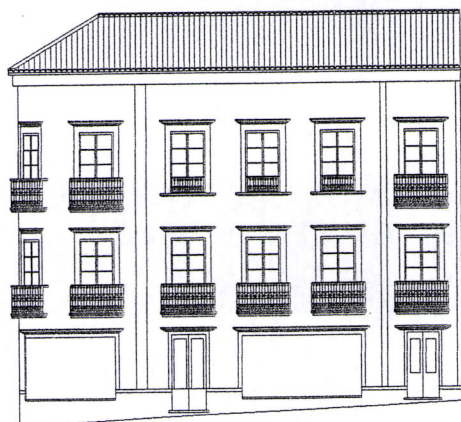


séc. XIX



1959

Imóvel profundamente dissonante



2001

Fig. 59. “Casa do João Manuel Martins”, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (desenhos do autor).

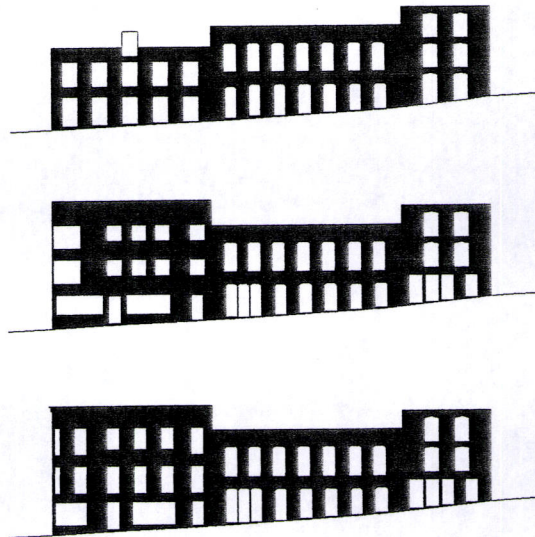
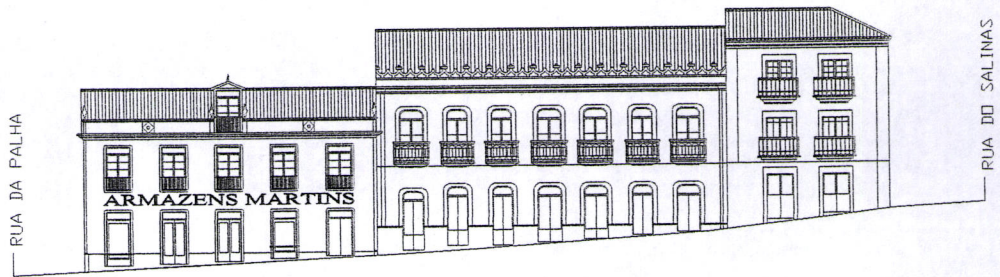


Fig. 60. “Casa do João Manuel Martins”, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (desenhos do autor).

3.1.1.11. Casa do João Coelho, anos de 1950

Este edifício de habitação e comércio tornou-se conhecido por esta designação a partir de 1911, altura em que foi adquirido por João Coelho de Sousa Pacheco, que fixou a sua residência no piso superior.

Passando, posteriormente, à posse de outros proprietários, a antiga “casa do João Coelho” conheceu várias ocupações, quer no piso superior - onde funcionou uma pensão - quer no rés-do-chão - onde se estabeleceram mercearias e um restaurante.

Nos anos 50 foi-lhe acrescentado um piso, mantendo, no entanto, o equilíbrio do desenho original, pelo que se foram buscar elementos arquitectónicos à Casa de D. Violante do Canto, do século XVI, em frente, nomeadamente os cachorros que suportam as sacadas.

A imprensa local, que seguiu com interesse as novas construções e as alterações dos prédios situados na Rua da Sé, não deixou de se referir à ampliação deste prédio.

O *Diário Insular*, na sua edição de 23 de Abril de 1954, noticiava que “vai ser ampliado e completamente remodelado o imóvel onde se encontra instalado o Restaurante Machado. Ficará (...) com três pisos (...)”

O mesmo jornal, em edição de 27 de Abril desse mesmo ano, publicava um artigo intitulado “Casas da Rua da Sé”, no qual se afirmava que “ (...) a remodelação do prédio onde está instalado o restaurante “Machado” será feita precisamente de acordo com o aspecto geral da fachada que dá para aquela rua (...)”

Este edifício foi classificado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁸² como imóvel de acompanhamento a preservar com fidelidade.

⁸² Ficha n.º 274



Anterior aos anos de 1950



Anos de 1950

0 5 mt

Fig. 61. "Casa do João Coelho", em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (desenhos do autor)

3.1.1.12. Casa do Joaquim Mendes, anos de 1950

Localizado na Rua da Sé, ao lado da já referida “Casa do João Crisóstomo”, este edifício tornou-se conhecido como a “Casa do Joaquim Mendes” a partir de 1871.

Foi nesta data que o prédio, primeiramente pertencente ao Visconde de Bastos e posteriormente a Caetano José Martins, passou à posse de Joaquim Machado Mendes.

A “Casa do Joaquim Mendes” que, em 1871, era “constituída por primeiro andar e loja”⁸³, foi, posteriormente, remodelada, passando a ser constituída por três pisos : o rés-do-chão destinado ao comércio, os primeiro e segundo andares destinados a habitação.

No rés-do-chão do edifício, encontra-se instalada há várias décadas a “Sapataria Nova”.

No alçado deste prédio que, tal como o da “casa do João Crisóstomo”, apresenta um desenho moderno, evidenciam-se as pilastras verticais e o remate em platibanda de influência Deco (figs. 62 e 66).

Foi considerado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁸⁴ como imóvel “profundamente dissonante”, sendo recomendada como terapêutica a sua remodelação.

⁸³ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p. 225

⁸⁴ Ficha n.º 334

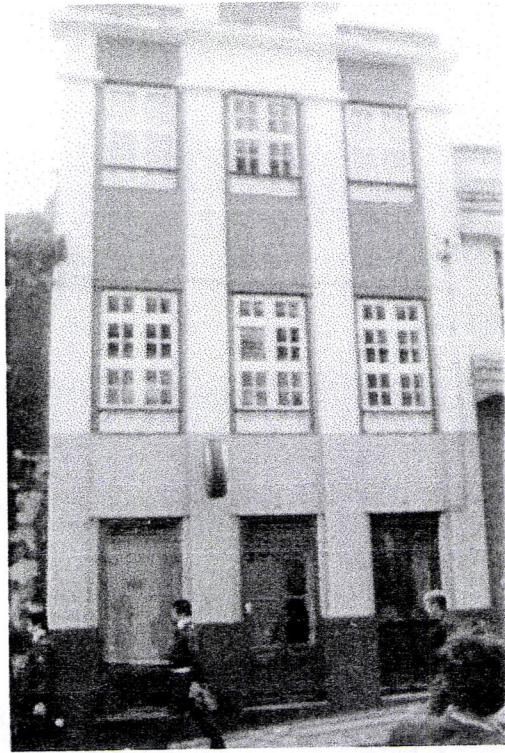


Fig. 62. “Casa do Joaquim Mendes”, em Angra do Heroísmo (fotografia de 1999).

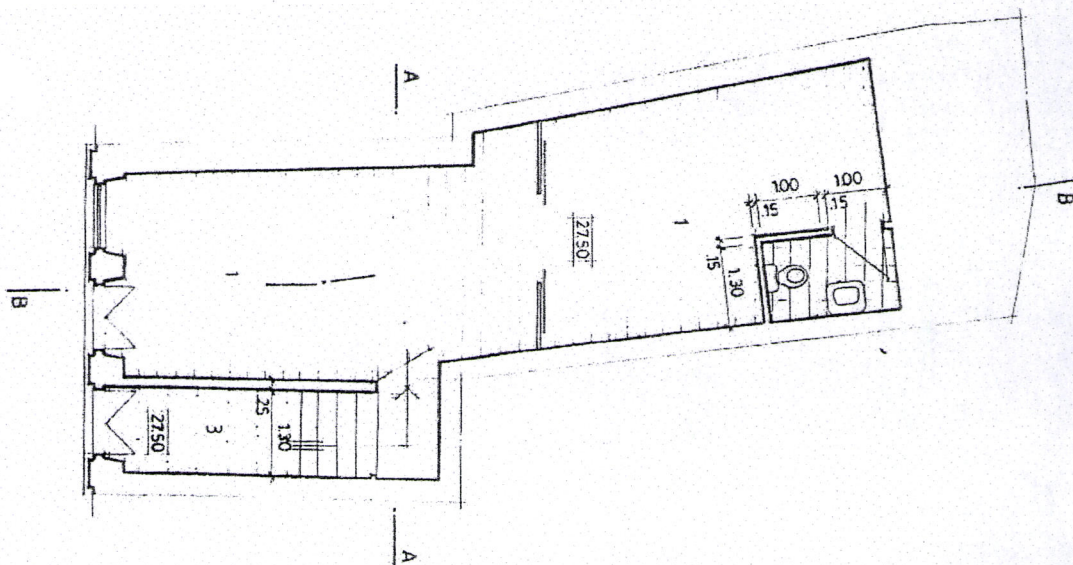


Fig. 63. “Casa do Joaquim Mendes”, em Angra do Heroísmo. Planta do rés do chão (original no arquivo da Direcção Regional da Cultura, desenho de c. 1950).

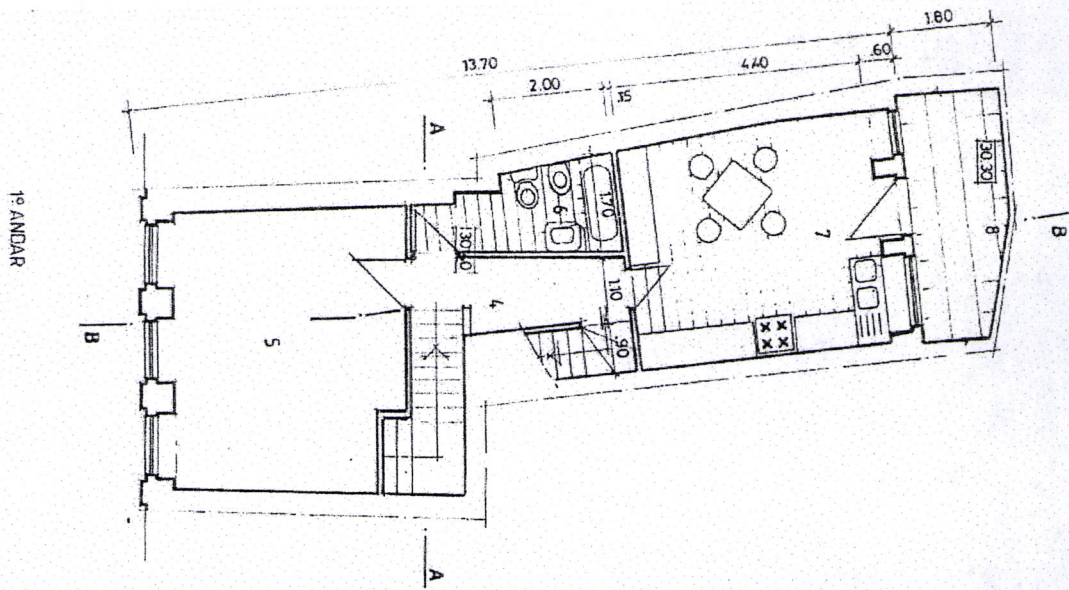


Fig. 64. “ Casa do Joaquim Mendes“, em Angra do Heroísmo . Planta do 1º andar
(original no arquivo da Direcção Regional da Cultura, desenho de c. 1950).

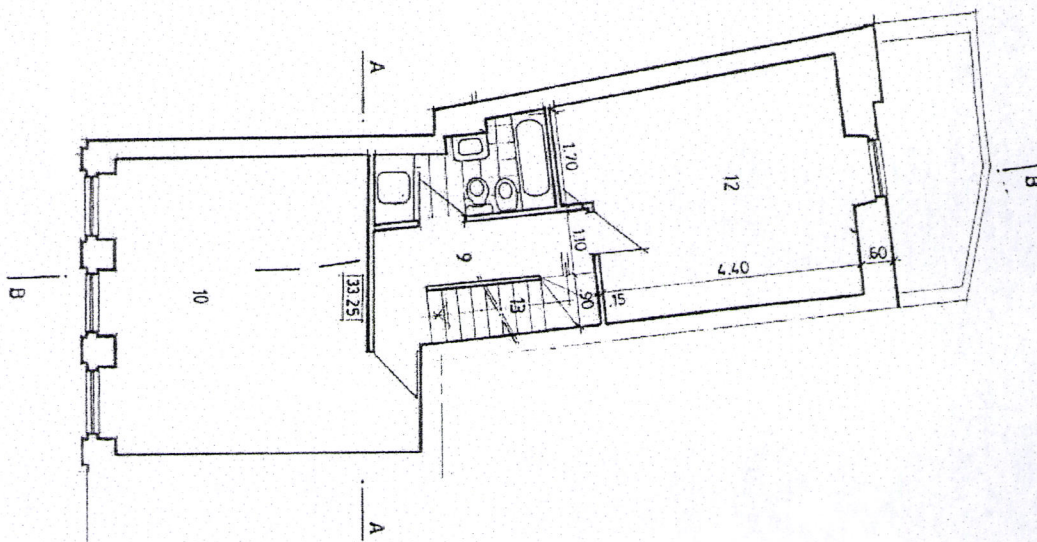
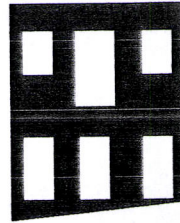
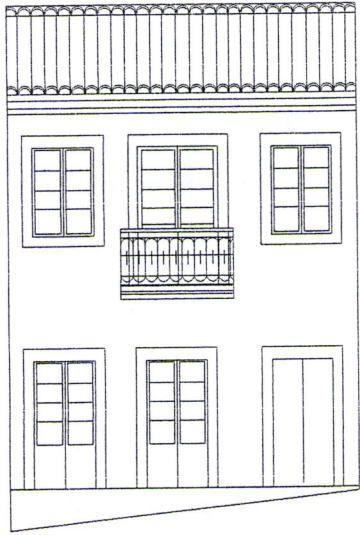
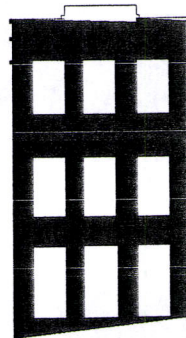
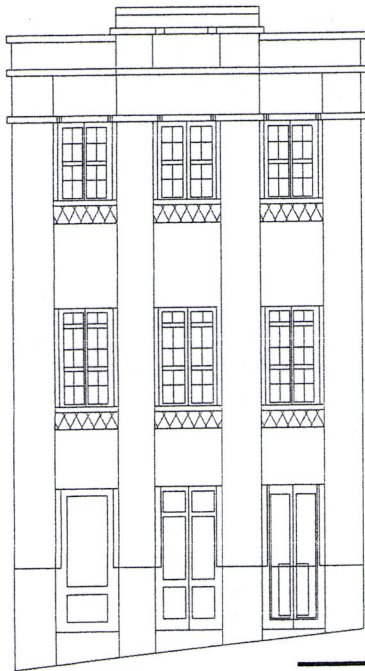


Fig. 65 “ Casa do Joaquim Mendes“, em Angra do Heroísmo . Planta do 2º andar
(original no arquivo da Direcção Regional da Cultura, desenho de c. 1950).



Anterior aos anos de 1950



Anos de 1950

0 5 mt

Imóvel profundamente dissonante, a remodelar

Fig. 66. "Casa do Joaquim Mendes", em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (reconstituição do autor).

3.1.1.13. Edifício na Rua da Palha, anos de 1950

Edifício de habitação e comércio, com o número de polícia 61/65, constituído, inicialmente, por apenas dois pisos e ampliado nos anos 60 com mais um piso.

Apresenta um alçado de linhas modernas, caracterizado por faixas verticais e horizontais, ligeiramente salientes, que evidenciam a presença dos elementos estruturantes, pilares e vigas.

O desenho deste alçado é semelhante ao do alçado da “Casa do Joaquim Mendes” na Rua da Sé (fig.66)⁸⁵.

No rés-do-chão deste edifício da Rua da Palha, onde esteve instalada uma loja de comércio de produtos eléctricos, a “Iluminante”, encontra-se presentemente o “Oculista Gaspar”.

Na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁸⁶, este prédio foi classificado como “imóvel ligeiramente dissonante”, sendo recomendada a sua remodelação.

⁸⁵ É de crer que este edifício na Rua da Palha, assim como as casas do João Crisóstomo e do Joaquim Mendes na Rua da Sé, tenham sido, pela sua semelhança, desenhados pelo mestre Manuel Almeida Chaves.

⁸⁶ Ficha n.º 388



Fig. 67. Casa na Rua da Palha, em Angra do Heroísmo (fotografia de 1999).

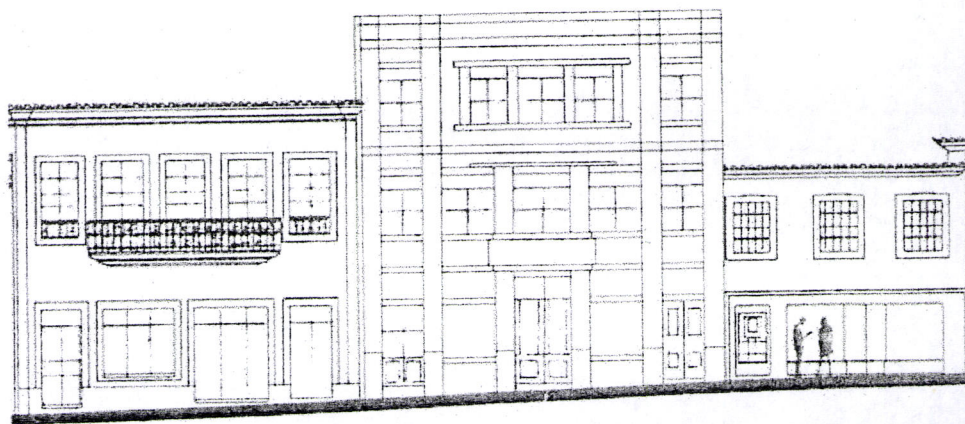


Fig. 68. Casa na Rua da Palha, em Angra do Heroísmo. Alçado principal (desenho de 1980).

3.1.1.14. Edifício da Caixa de Previdência e Abono de Família, 1956

Este edifício de quatro pisos, destinado a habitação, com seis fogos e lojas de comércio no rés-do-chão, veio ocupar o lugar anteriormente preenchido por dois edifícios de rés-do-chão e 1º andar, um dos quais, possivelmente do séc. XVII, foi sede da Associação Desportiva “Futebol Clube Lusitânia”.

Desses dois edifícios primitivos não foram encontrados quaisquer documentos fotográficos.

O actual edifício foi classificado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁸⁷ como imóvel ligeiramente dissonante a remodelar.



Fig. 69. Edifício da Caixa de Previdência, em Angra do Heroísmo (fotografia de 2000)

⁸⁷ Ficha n.º 507



Fig. 70. Edifício da Caixa de Previdência, em Angra do Heroísmo. Alçado principal (desenho de 1980).

3.1.1.15. Casas dos anos de 1960

Nos anos de 1960 apareceram alguns edifícios novos, como uma casa da Rua do Palácio e uma casa da Rua de S. João, mas já sem o carácter arquitectónico dos edifícios dos anos anteriores.

A primeira foi classificada na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁸⁸ como “imóvel de acompanhamento com ligeiras dissonâncias parciais”, sendo a terapêutica recomendada a de “preservar com reajustamentos”.

A segunda foi classificada como “imóvel profundamente dissonante”, e a terapêutica aconselhada foi a sua “remodelação”.⁸⁹

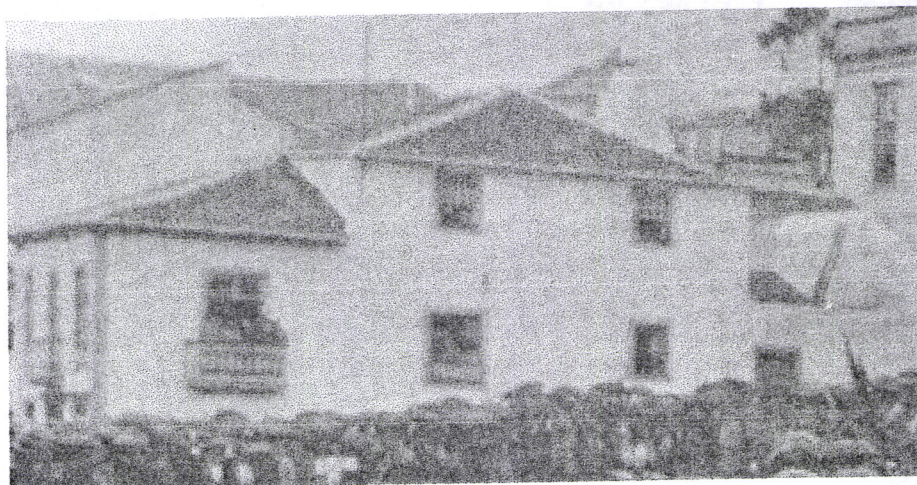


Fig. 71. Angra do Heroísmo. Casa na rua do Palácio. Edifício demolido (fotografia de fins do século XIX).

⁸⁸ Ficha n.º 1148

⁸⁹ Ficha n.º 431



Fig. 72. Angra do Heroísmo. Casa na Rua do Palácio (fotografia de 2001).



Fig. 73. Angra do Heroísmo. Casa na Rua de S. João (fotografia de 2001).

3.1.1.16. Residencial da Sé, anos de 1980

Pouco se sabe da história deste edifício situado na Rua Carreira dos Cavalos, excepto que foi adquirido pelo bispo D. Jorge de Santiago a Sebastião Rodrigues, em 1558, para instalação do aljube.⁹⁰

Na década de 1970, o edifício pertencia aos herdeiros do Dr. J. Francisco de Freitas⁹¹ e ali funcionou, durante muitos anos, a “Residencial da Sé”.

Este edifício foi classificado na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980⁹² como imóvel de “grande qualidade a preservar com fidelidade”.

Quando da sua reconstrução, após o sismo de 1 de Janeiro de 1980, foram introduzidos nas janelas de peito aventais tradicionais, neste caso, copiados do edifício anexo (fig. 75).

Pertence actualmente à Santa Casa da Misericórdia, que nele instalou um lar para a terceira idade.

⁹⁰ MERELIM, PEDRO DE, *As 18 Paróquias do Concelho de Angra do Heroísmo*, ed. Tipografia Minerva Comercial, Angra do Heroísmo, 1974, p. 534, (nota 2)

⁹¹ *Ibidem*

⁹² Ficha n.º 312



Fig. 74. “Residencial da Sé”, em Angra do Heroísmo. Edifício antes da reconstrução, sem os aventais nas janelas (fotografia de 1980).



Fig. 75. “Residencial da Sé”, em Angra do Heroísmo. Edifício após a reconstrução, com os aventais copiados do edifício anexo, à direita (fotografia de 2001).

3.1.1.17. Casa do Severo Moniz, anos de 1980

O local do edifício, na esquina do largo do Alto das Covas com a Rua “Recreio dos Artistas”, foi, anteriormente, ocupado por outros prédios.

Nesse local existiram, primeiramente, duas casas, uma com frente para Poente e outra com frente para Norte, que Severo Moniz adquiriu e demoliu para construir um prédio com duas frentes e três pisos (rés-do-chão e dois andares).⁹³

A “casa do Severo Moniz” passou, posteriormente, à posse de Francisco Corvelo de Ávila e foi dividido em duas moradias correspondentes aos primeiro e segundo andares.

Este prédio foi classificado na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra de 1980⁹⁴ como “imóvel de acompanhamento a preservar com fidelidade”.

Por ter sido muito danificado pelo sismo, foi completamente apeado e substituído pelo actual edifício onde funciona uma residencial.

O projecto construído constituiu uma das intervenções pós-sismo mais polémicas, pela nova volumetria resultante da subida com mais um piso, embora se tivesse optado por um piso “amansardado”, com uma cimalha corrida de 0,55 m. de altura, a fim de reduzir visualmente a pendente da cobertura.



Fig. 76. “Casa do Severo Moniz” em Angra do Heroísmo. Edifício demolido. Alçado da Rua Recreio dos Artistas (fotografia de 1980).

⁹³ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p. 254

⁹⁴ Ficha n.º 170

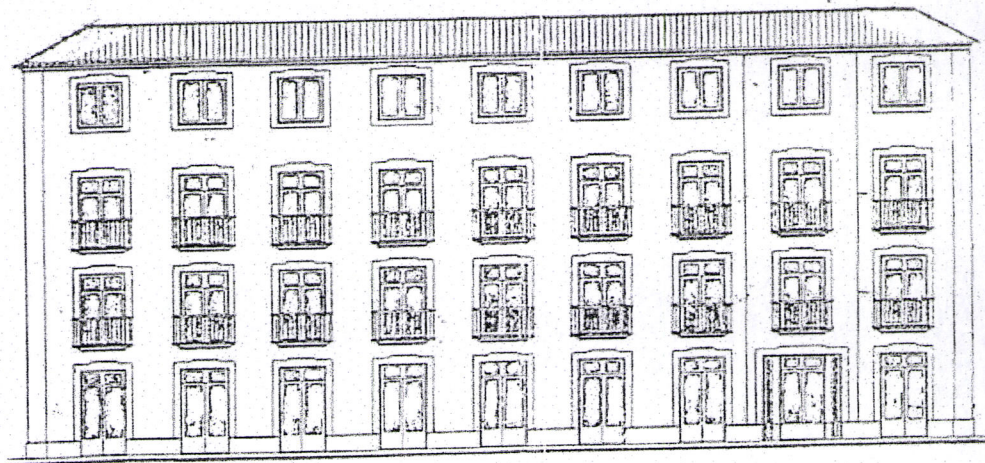


Fig. 77. "Casa do Severo Moniz", em Angra do Heroísmo. Primeira proposta de 1980, não construída. Alçado da Rua Recreio dos Artistas.

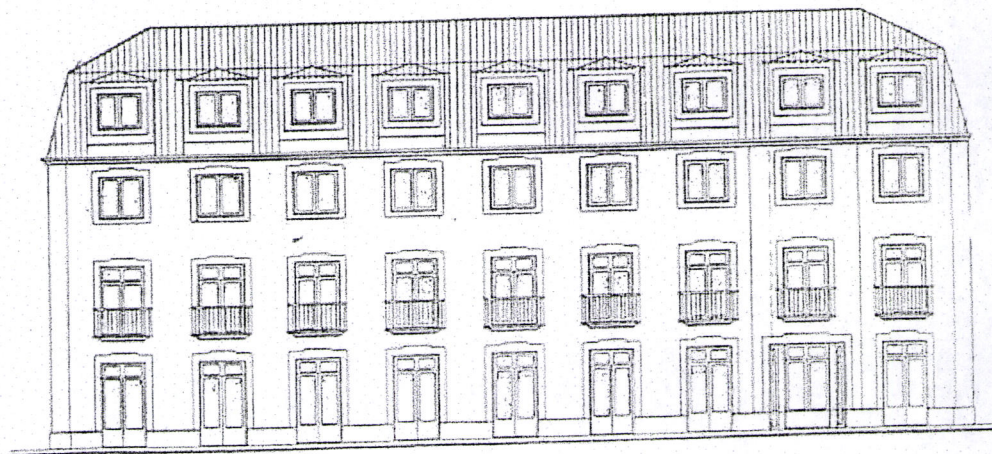


Fig. 78. "Casa do Severo Moniz", em Angra do Heroísmo. Segunda proposta de 1980, construída. Alçado da Rua Recreio dos Artistas.

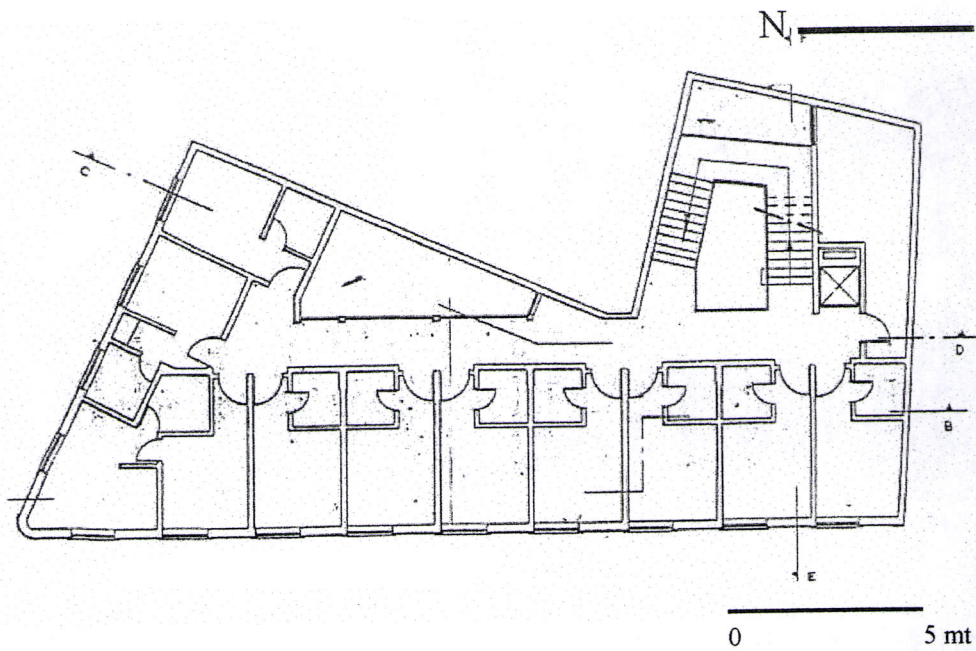


Fig. 79. "Casa do Severo Moniz", em Angra do Heroísmo . Edifício construído . Planta do 1º e do 2º andares.

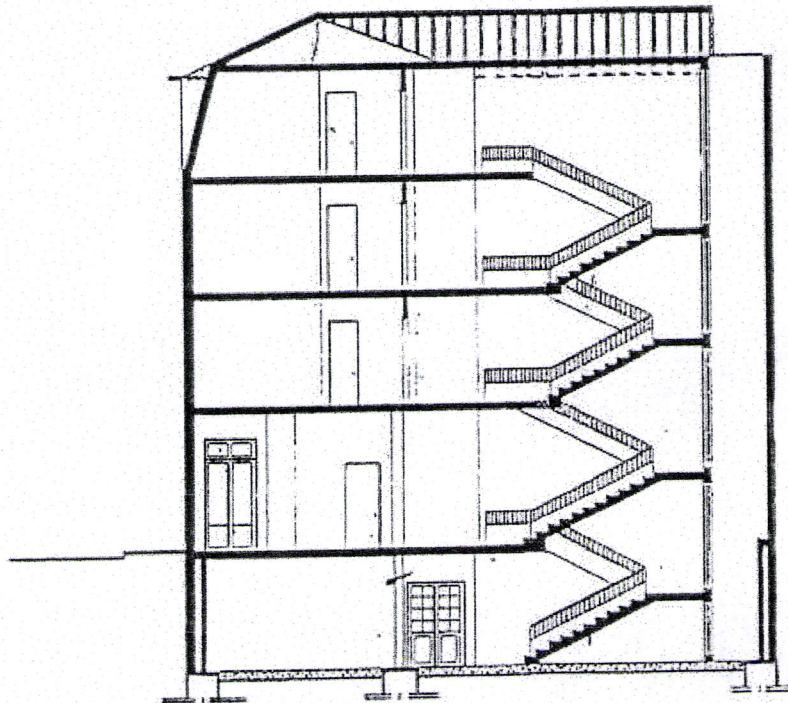


Fig. 80. "Casa do Severo Moniz", em Angra do Heroísmo. Edifício construído. Corte.

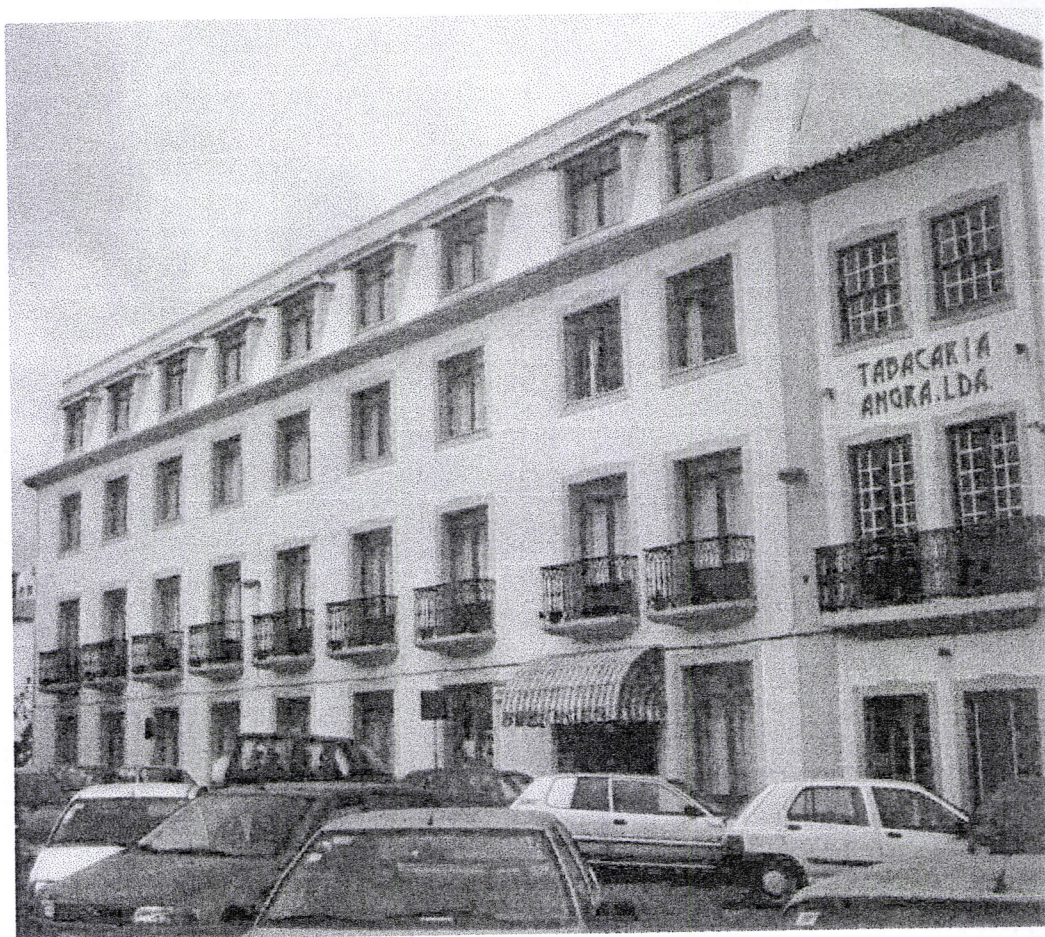
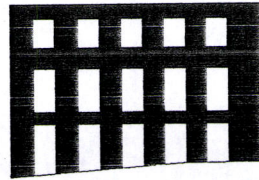
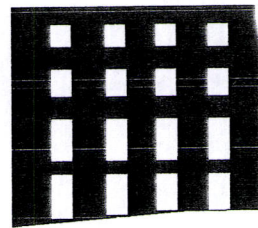
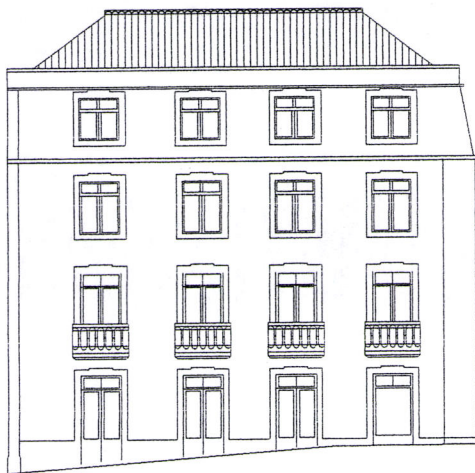


Fig. 81. “ Casa do Severo Moniz”, em Angra do Heroísmo. Alçado da Rua Recreio dos Artistas (fotografia de 1999).



séc. XIX



1986

Imovel de acompanhamento a
preservar c/ fidelidade

0 5 mt

Fig. 82. "Casa do Severo Moniz", em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (reconstituição do autor).

3.1.2. Edifícios públicos

3.1.2.1 Banco de Portugal, 1933



Fig. 83. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. (fotografia do Arquivo do Banco de Portugal, anos de 1960).

ANTECEDENTES DO EDIFÍCIO ACTUAL

O actual edifício do Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo, (fig.83) situa-se, desde 1933, na Rua da Sé, no espaço anteriormente

ocupado pela “Casa do Capitão João d’Ávila”, adquirida por aquele banco à Caixa Económica de Angra em 1917⁹⁵ (fig.84).

A referida “Casa do Capitão João d’Ávila” ⁹⁶ “era um amplo prédio, confinando a Nascente com a “Casa do José Júlio” e a Poente com a “Casa do Camacho” (...), [possuindo] um grande reduto (quintal e pomar) nas traseiras confinando com a Rua da Esperança para onde dava acesso (...), [e com] saguão lajeado, com banquetas de pedra, como era de uso ao tempo da construção (século XVII), e escadaria nobre, em lajes.”⁹⁷



Fig. 84. Rua da Sé, em Angra do Heroísmo. Da direita para a esquerda, “Casa do Capitão João d’Ávila” (actualmente Banco de Portugal), “Casa do Camacho” (actualmente Banco Comercial dos Açores) e “Casa do Bico Roxo” (actualmente Banco Português do Atlântico) (fotografia dos primeiros anos do século XX)

⁹⁵ A agência do Banco de Portugal em Angra do Heroísmo, esteve instalada, desde a sua abertura em 2 de Setembro de 1895 até 1933, no rés-do-chão do Palácio dos Capitães-Generais, na parte sul desse edifício.

⁹⁶ Esta designação deve-se ao facto de ter pertencido ao Capitão João d’Ávila, o qual desempenhou papel importante, quer como presidente do município de Angra, quer na defesa da cidade durante a guerra de independência.

⁹⁷ LOPES, FREDERICO, ob. cit., p. 328

O levantamento feito em 1918, por Abraham Abohbot (figs. 85, 86 e 87), existente no Arquivo do Banco de Portugal, mostra-nos que a demolida "Casa do Capitão João d'Avila" era um edifício seiscentista, com uma fachada de dois pisos, definida lateralmente por duas pilastras lisas e rematada superiormente por uma cornija de recorte simples.

Na fachada evidenciava-se a irregularidade da dimensão e da disposição dos vãos, delimitados por molduras de cantaria.

No piso superior sobressaíam quatro varandas de sacada com guarda em madeira, que ladeavam, duas a duas, um vão central com janela de guilhotina e, no piso térreo, abriam-se cinco vãos, quatro portas e uma janela de guilhotina.

De acordo com as plantas existentes, o rés-do-chão era constituído por oito lojas e um pátio. A partir da segunda porta a contar do lado nascente, acedia-se, por uma escadaria, a um hall central no primeiro andar, com janela virada à Rua da República, à volta do qual se dispunham seis quartos e uma cozinha intercomunicantes.



Fig. 85. Edifício na Rua da Sé substituído pelo actual Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Levantamento feito em 1918. Alçado da Rua da Sé (original no Arquivo do Banco de Portugal).

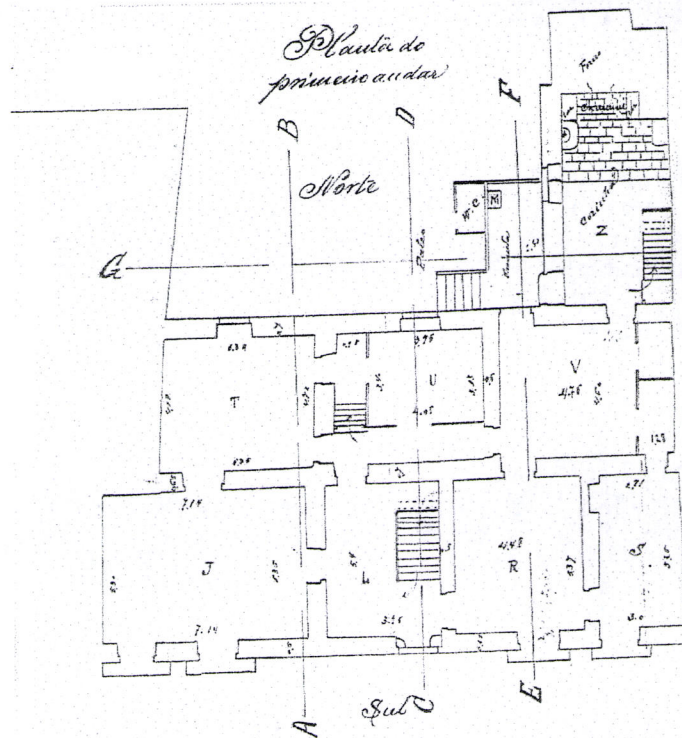
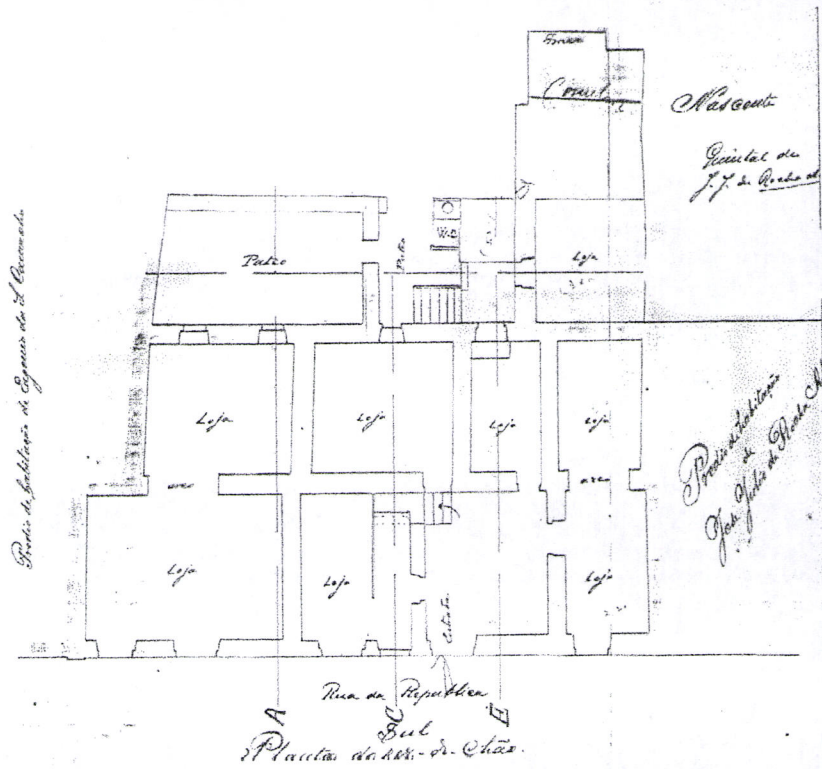


Fig. 86. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Edifício demolido. Levantamento feito em 1918. Plantas do rés-do-chão e 1º andar (original no Arquivo do Banco de Portugal).

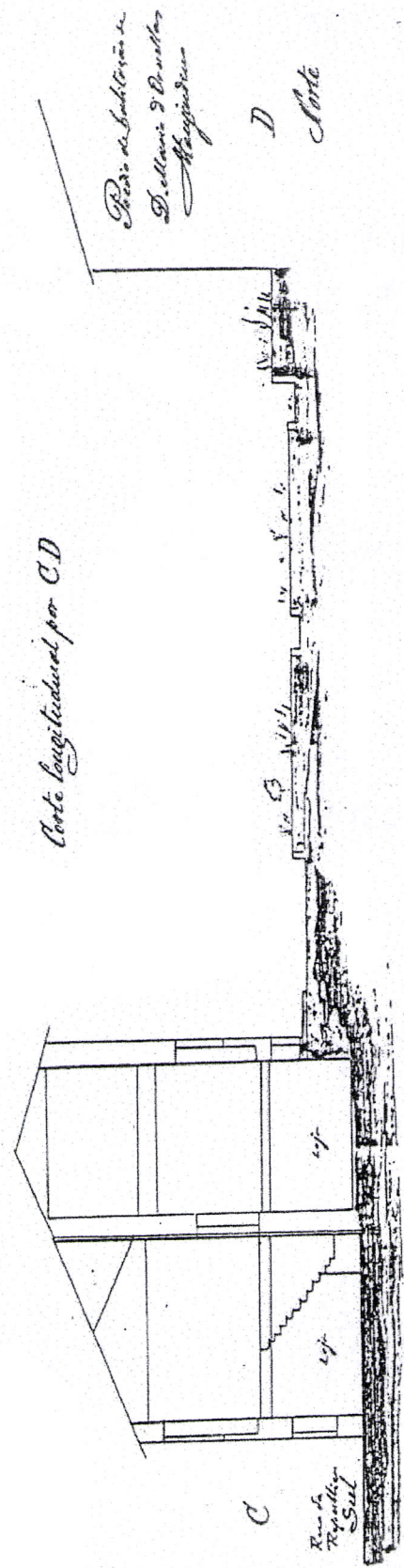


Fig. 87. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Edifício demolido. Levantamento feito em 1918. Corte transversal com o logradouro entre o edifício e o prédio de habitação da D. M. Ornelas Monjardino, actualmente Agência do Banco Totta & Açores (originais no Arquivo do Banco de Portugal).

Pelo corte transversal, observa-se que o edifício, no seu lado norte – traseiras – era mais alto e comportava mais um piso.

Antes de ter passado à posse do Banco, a “Casa do Capitão João d’Ávila” conhecera várias utilizações, associadas a actividades comerciais (mercearias e lojas de louças), industriais (uma oficina de alfaiate e uma guardasolaria) e serviços (o escritório de Salomão Alves Levy e o “Colégio das Senhoras Fedricas”)⁹⁸.

PROJECTO E OBRA DO EDIFÍCIO ACTUAL

O edifício do Banco de Portugal em Angra do Heroísmo abriu ao público a 1 de Abril de 1933, tendo a sua construção custado (...) “dois mil contos (moeda insulana)(...), e havendo-se gasto (...) cinco anos na sua construção, dirigida por Manuel Almeida Chaves, empregando a média diária de meia centena de artistas(...)”⁹⁹

Pelos documentos disponíveis no Arquivo do Banco de Portugal não é possível identificar, claramente, o autor do projecto de arquitectura do actual edifício.

Num ofício datado de 12 de Fevereiro de 1920, enviado pela secção de “Obras” do Banco de Portugal aos respectivos agentes em Angra do Heroísmo, pode ler-se: [se o] “(...) Sr. Engenheiro Francisco de Assis Coelho Borges¹⁰⁰, autor do ante-projecto do edifício, precisar de qualquer adiantamento(...) pelo trabalho executado, poderá apresentar o respectivo recibo (...)” (doc.3).

Por outro lado, a propósito de um impasse surgido relativamente à aprovação do ante-projecto, o eng.º Coelho Borges, em carta não datada, informava os agentes do Banco de Portugal em Angra, que tomara a iniciativa de ir “(...) fazendo aquele projecto, tendo já concluído todos os desenhos (...)”, e pedia para que os mesmos fossem enviados para Lisboa, “(...) a fim de receberem a aprovação superior ou qualquer modificação que se julgue necessária (...)” (doc.4)

Parece pois legítimo concluir que o engenheiro Francisco de Assis Coelho Borges foi o autor do anteprojecto embora não fosse funcionário do Banco de Portugal, uma vez que cobrou honorários por aquele trabalho.

Contudo, a existência de um projecto de execução com peças desenhadas a cores – desenhos da fachada para a Rua da República, da

⁹⁸ LOPES, FREDERICO, ob. cit., p. 329

⁹⁹ MERELIM, PEDRO DE, ob. cit., p.665

¹⁰⁰ O engenheiro Francisco de Assis Coelho Borges nasceu a 26 de Abril de 1878 e faleceu a 6 de Novembro de 1942. Coronel de Engenharia de Reserva, foi director das Obras Públicas em Angra do Heroísmo e na Horta.

fachada para o quintal, e dois cortes (figs. 88, 89, 90)¹⁰¹ - e memória descritiva, com data de 5 de Agosto de 1927, aprovado em sessão de 15 de Dezembro desse mesmo ano, assinado por "J. Abecassis, Engenheiro"¹⁰², leva-nos a crer que terá sido este técnico do Banco de Portugal o autor do projecto de obra.

Na falta de qualquer desenho do engenheiro angrense levantam-se duas hipóteses: ou o engenheiro J. Abecassis, em Lisboa, avançou com um projecto de execução relativo ao ante-projecto do engenheiro Coelho Borges, ou, o ante-projecto feito em Angra foi abandonado.

Na Memória Descritiva do referido projecto pouco se diz. De acordo com essa Memória Descritiva, o edifício deveria compor-se "(...) de dois pavimentos, um rés do chão, destinado a escritório, gabinetes dos agentes, repartição do visto, etc. e uma cave para casas fortes, arquivos e arrecadações (...), devendo as respectivas fundações assentar (...) sobre a camada de tufo, existente á profundidade que o projecto indica (...)” (doc.5).

A fachada do edifício projectado, segundo a citada "Memória", seria "(...) constituída por um corpo central e dois laterais simétricos (...), acentuando-se um pouco mais a ornamentação do corpo central que avançaria (...) sobre os lateraes, na parte inferior, de 0,20 m, para se lhe dar o conveniente efeito estético (...), devendo esse avanço elevar-se (...) a 0,40 m, na parte superior, sobre a fiada de pequenos arcos. O degrau da porta ficará á face com o soco. Os corpos lateraes devem ficar no alinhamento dos predios contiguos (...)” (doc.5).

Quanto aos materiais de construção a aplicar e que visavam "tornar o edifício incombustível e seguro contra os sismos, tão frequentes nos Açores", o eng.º Abecassis Júnior referia que "(...) O pavimento e o teto do rez-do-chão serão de beton armado, e o primeiro será coberto depois, conforme o destino das divisões, com ladrilho, mosaico ou soalho de madeira, pregado em sarrafos embebidos em parte no beton(...) Os lambris do hall e do escritorio serão de estuque, e o balcão será de alvenaria ou beton, com portas de correr na face do lado do escritorio (...) As divisorias interiores, que não sejam paredes, devem ser feitas de beton ou tijolo, ou mixtas (...) A armação da cobertura do edifício será de ferro e o telhado de modelo marsehez (...) Os algerozes ficarão sobre suportes especiais firmados nos paramentos exteriores, e, apenas na fachada principal, assentarão sobre uma pequena cimalha. Por esta fórma se eliminarão os inconvenientes das infiltrações para o interior do edifício,

¹⁰¹ Existe ainda um desenho de pormenor da porta principal, assinado pelo eng.º J. Abecassis e datado de 20 de Julho de 1928, reproduzido na fig. 92.

¹⁰² O engenheiro João Abecassis Júnior (nascido em Vila Real de Santo António em 1 de Outubro 1863 e falecido em Abril de 1932) foi admitido no Banco de Portugal a 8.10.1920, com a categoria de engenheiro civil, e aí permaneceu onze anos.

resultantes de qualquer ruptura ou deterioração da chapa de ferro zincado com que são fabricados (...)” (doc.5).

Já com o aval da direcção do Banco de Portugal, o projecto do engenheiro Abecassis Júnior foi dado a conhecer à Câmara Municipal de Angra merecendo, de imediato, uma reacção negativa.

Por ofício datado de 1 de Outubro de 1927, o presidente da Câmara, dirigindo-se aos responsáveis daquela instituição bancária, manifestava-se contra “(...) o projecto do edifício que o Banco de Portugal pretende construir na Rua da República (...)”, porque muito destoava “(...) do conjunto de edifícios existentes na dita rua os quais todos têm pelo menos rés-do-chão e primeiro andar (...), entendendo que o mesmo se afigurava prejudicial à beleza e harmonia do conjunto de edificações (...)”¹⁰³

E, face às razões expostas, requeria a modificação do “(...) projecto no sentido do edifício a construir ser constituído por rés-do-chão e primeiro andar (...)” (doc.6).

Mas as pretensões da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, relativamente à alteração daquele projecto, não foram atendidas e o Banco de Portugal determinou o concurso para a adjudicação das obras de construção.

A construção do edifício angrense do Banco de Portugal decorreu entre 1928 e 1933, sob responsabilidade do mestre Manuel de Almeida Chaves, conceituado mestre de obras terceirense.

¹⁰³ O presidente da Câmara contestava a razão apresentada pelo Banco de Portugal para justificar o facto de o edifício ter um só piso (a de a Terceira ser uma zona sísmica), afirmando que “edificada a cidade de Angra do Heroísmo há alguns séculos nunca sofreu prejuízos por tal motivo.”

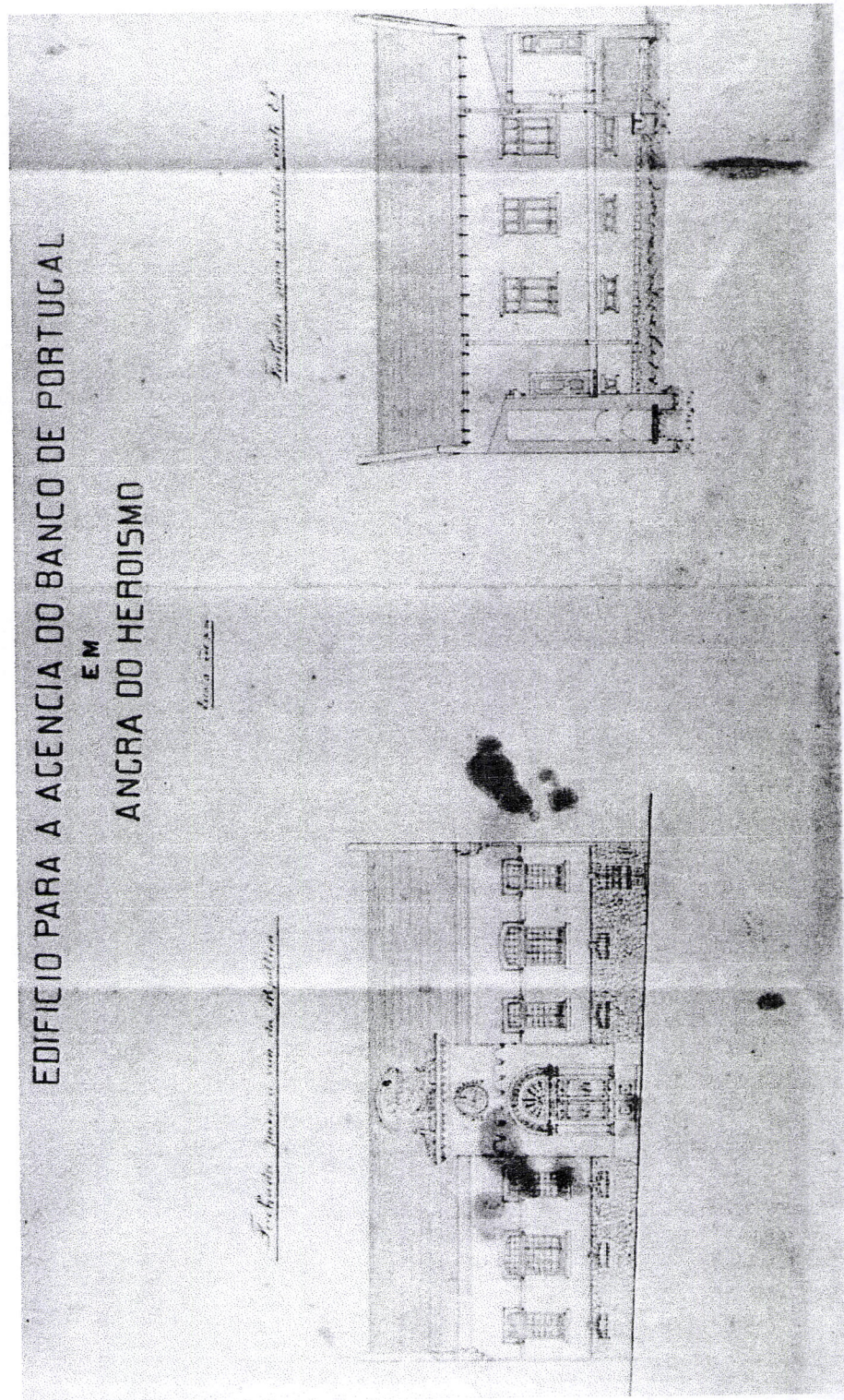


Fig. 88. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Edifício actual . Desenhos das fachadas para a Rua da República e para o quintal, com data de 1928, da autoria do engenheiro J. Abecassis (original no Arquivo do Banco de Portugal).

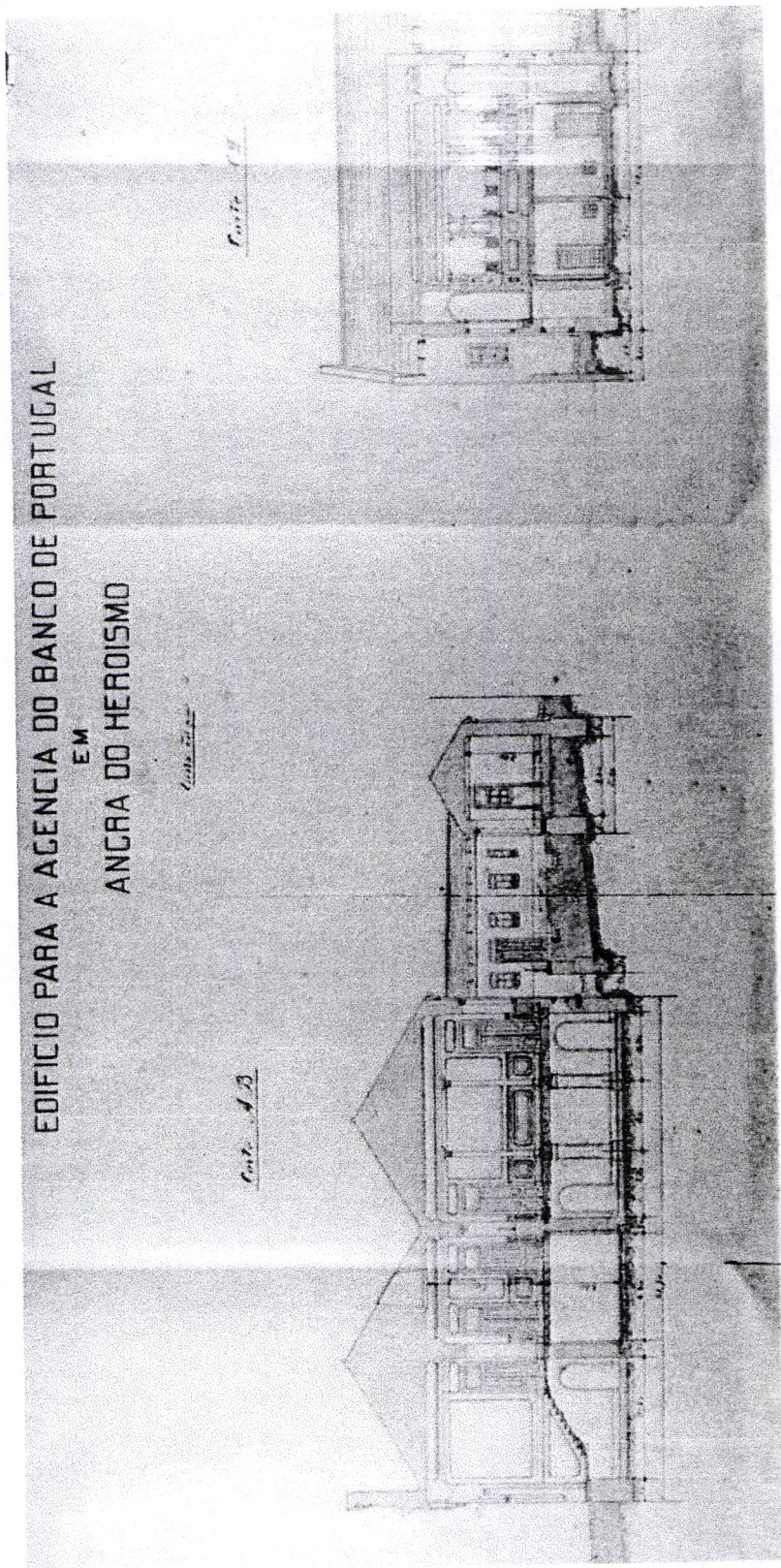


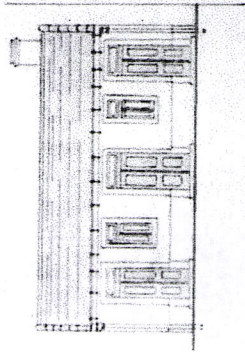
Fig. 89. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Edifício actual . Desenho de cortes transversais do edifício, com data de 1928, da autoria do engenheiro J. Abecassis (original no Arquivo do Banco de Portugal).

ACENCIA DO BANCO DE PORTUGAL
EM
ANGRA DO HEROISMO

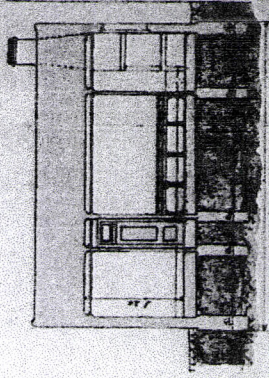
Projeto de casa de guarda

Corte del p.m.

Fachada principal



Corte longitudinal



com 1928
J. Abecassis
S. J.

Fig. 90. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo . Edifício actual . Casa da guarda. Desenho da fachada principal e corte longitudinal, com data de 1928, da autoria do engenheiro J. Abecassis (original no Arquivo do Banco de Portugal).

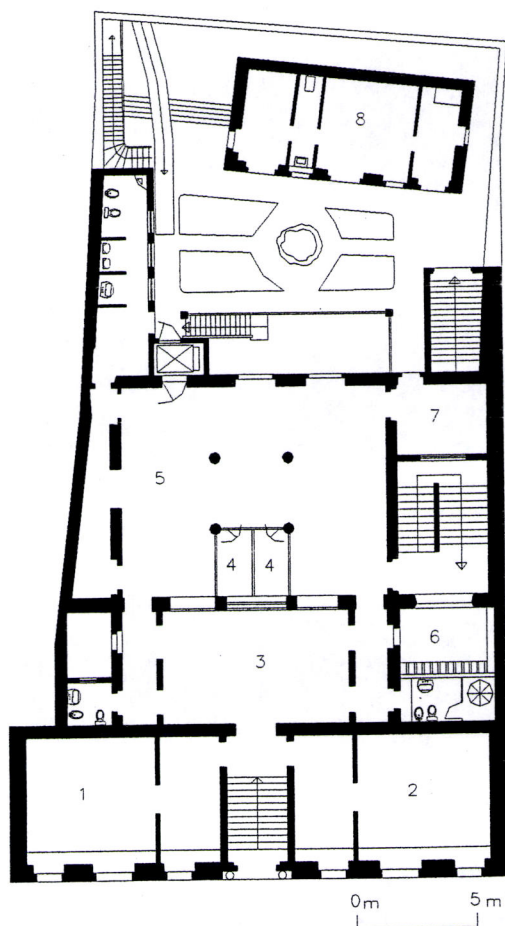


Fig. 91. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1933. Planta do piso de atendimento ao público. 1- salão; 2- gabinete dos agentes; 3- hall; 4 - caixas; 5- escritório; 6- gerência; 7- arquivo; 8- arrumos (original no Arquivo do Banco de Portugal).

AGENCIA DO BANCO DE PORTUGAL
EM
ANGRA DO HEROISMO

Detalhe da porta principal

Arco de meio ponto

Arco de meio ponto

Cost.

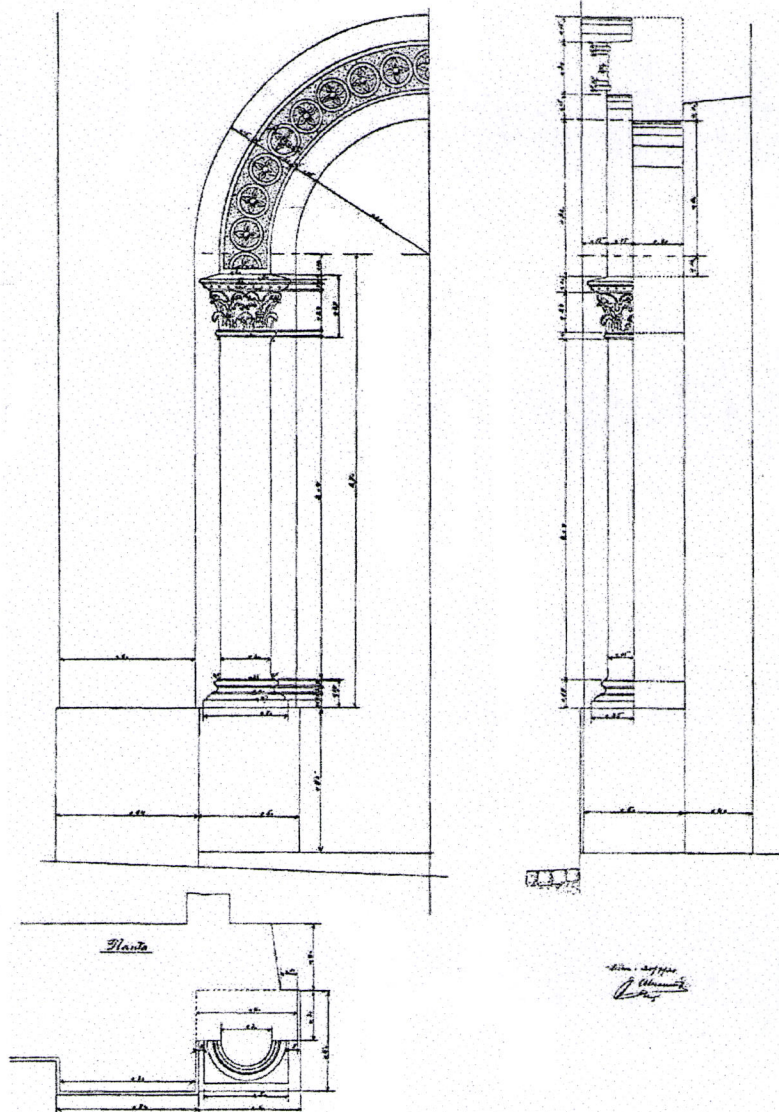


Fig. 92. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1933. Detalhe da porta principal assinado por J. Abecassis, com data de 1928 (original no Arquivo do Banco de Portugal).

O papel desempenhado por mestre Almeida Chaves na construção deste edifício pautou-se por uma grande liberdade de acção, ao ponto de ter modificado a fachada e de ter feito todos os detalhes interiores, como ele próprio reconheceu na proposta apresentada ao concurso de empreitada do edifício da Caixa Geral de Depósitos em Angra, um ano mais tarde¹⁰⁴.

Do espólio de mestre Chaves, constam uma série de desenhos relativos ao edifício do Banco de Portugal em Angra, datados de 1932, (figs. 93 e 94.), que o confirmam. Alguns desses desenhos são estudos para o trabalho de talha da porta principal, sendo outros, estudos de estereotomia e de definição de pormenores decorativos.

Na proposta atrás referida, mestre Almeida Chaves chamava a atenção para o material inovador que aplicara na fachada do Banco de Portugal, em substituição da pedra existente na ilha que, no seu entender, era de "muito má qualidade".

Com base na sua experiência, mestre Chaves justificava, assim, a opção pelo mármore artificial: "(...) O que eu tenho aqui feito e que empreguei pela primeira vez na Agência do Banco de Portugal nesta cidade, é pedra de mármore artificial, feita com cimento branco e calcário triturado, no paramento das mesmas pedras com uma camada de 40m/m de espessura, sendo feito o grosso da mesma em cimento comum, areia e brita. Esta pedra além de ser de uma grande resistência, é de uma bela aparência não desmerecendo em nada a pedra que do Continente tem vindo para os Açores".

"Para se conseguir o bom fabrico deste género de pedra é preciso (digo como dizem os mestres) um fiscal ao pé de cada operário porque da composição dos materiais nela empregados, da quantidade de água a juntar, é aqui que reside o grande resultado. O material do grosso da pedra como já disse é vazado em acto contínuo sobre a parte branca, ficando intimamente ligado a esta, dando-nos assim um perfeito Monolito e para se conseguir uma presa muito lenta neste material, precisa um tratamento de cerca de 30 dias. Ao fim deste tempo, consegue-se ter uma pedra com uma resistência capaz de suportar grandes cargas. Na fachada principal de um dos maiores edifícios que se tem feito nos Açores, o Seminário, desta Cidade que está em via de conclusão a sua construção, foi também empregado ali a pedra mármore artificial. O preço deste material é um pouco mais caro do que a pedra ordinária, mas fica compensado, pela sua beleza e pela sua qualidade (...)" (doc.7)

¹⁰⁴ Vide texto referente ao edifício da Companhia Mundial Confiança (capítulo 3.1.2.2)

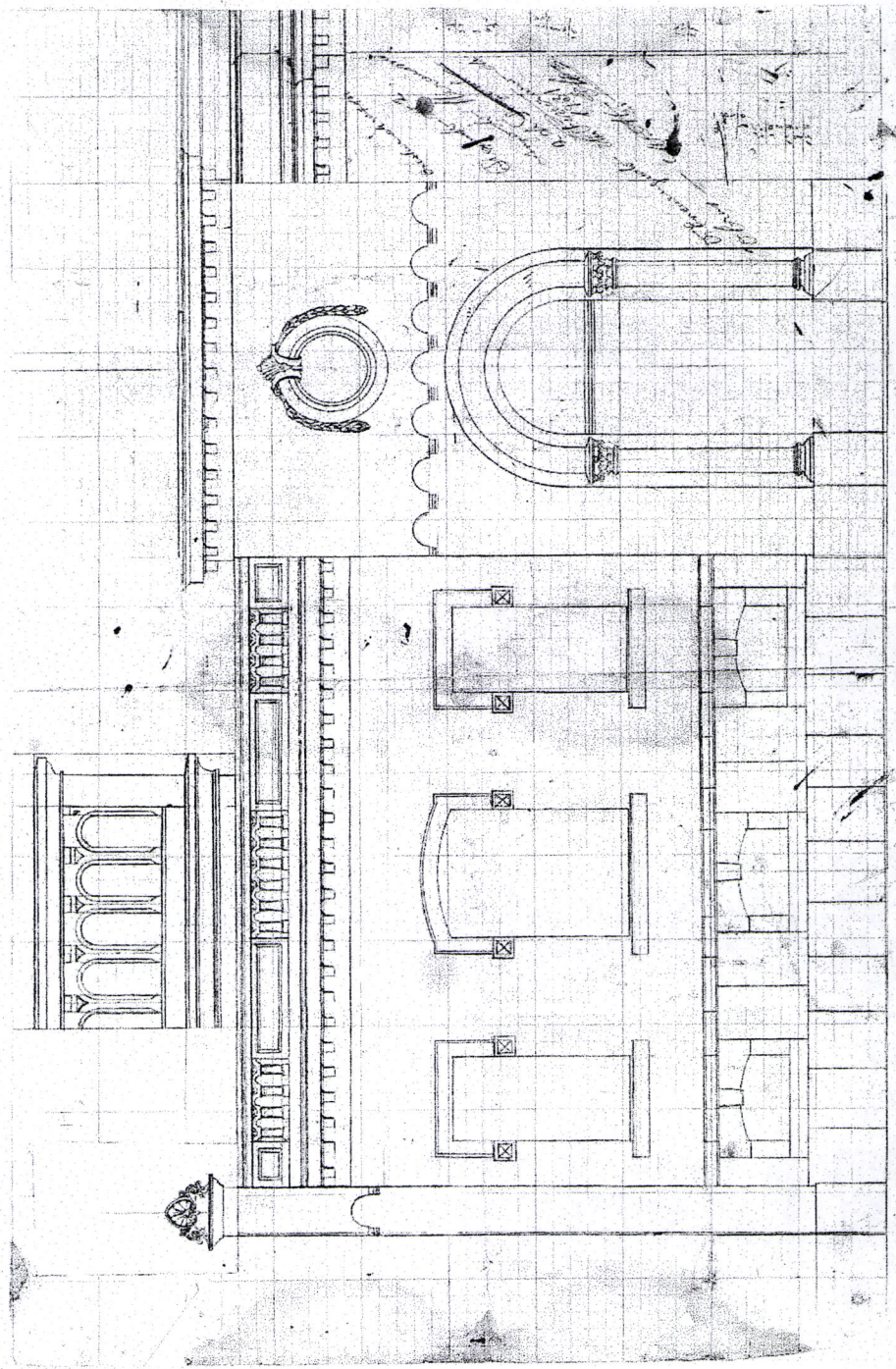


Fig. 93. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1933. Pormenor do alçado principal executado pelo mestre Almeida Chaves (original pertencente à família).



Fig. 94. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Edifício actual. Possível estudo para o trabalho de talha em madeira para a porta principal executado pelo mestre Almeida Chaves (original pertencente à família).

O edifício do Banco de Portugal em Angra do Heroísmo, tal como noticiava A União de 31 de Março de 1933, abriu ao público a 1 de Abril desse mesmo ano, mantendo-se, desde então, em funcionamento, sem ter sofrido quaisquer alterações.

Ao contrário dos edifícios das restantes agências do Banco de Portugal, construídos por todo o país entre 1910 e 1920, com uma arquitectura muito elaborada – nomeadamente no caso dos edifícios desenhados pelo arquitecto Adães Bermudes – o edifício de Angra é de uma simplicidade quase ingénua, nomeadamente nos elementos decorativos como pingentes, cachorros e ornamentos.

Embora de forma rectangular mais larga (pelo facto de ter só um piso) que o seu congénere de Évora, poder-se-á encontrar alguma semelhança entre os dois edifícios, quer na concepção quer nos elementos decorativos.

Como o de Évora, apresenta um corpo central mais saliente, onde se insere o portal principal, sendo o de Angra encimado por um óculo circular decorado com grinaldas. Os dois edifícios são rematados por um friso de pequenas mísulas e uma balaustrada e o corpo central está rematado por um frontão semicircular.

É de crer que grande parte dos elementos decorativos da fachada do edifício angrense, esboçados pelo engenheiro J. Abecassis, tenham sido redesenhados pelo mestre Almeida Chaves, como o demonstram desenhos da sua autoria.

Aquando da inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980¹⁰⁵, este edifício foi classificado como “imóvel de qualidade” e a terapia recomendada foi a de “preservar com fidelidade”.

¹⁰⁵ Ficha n.º1334

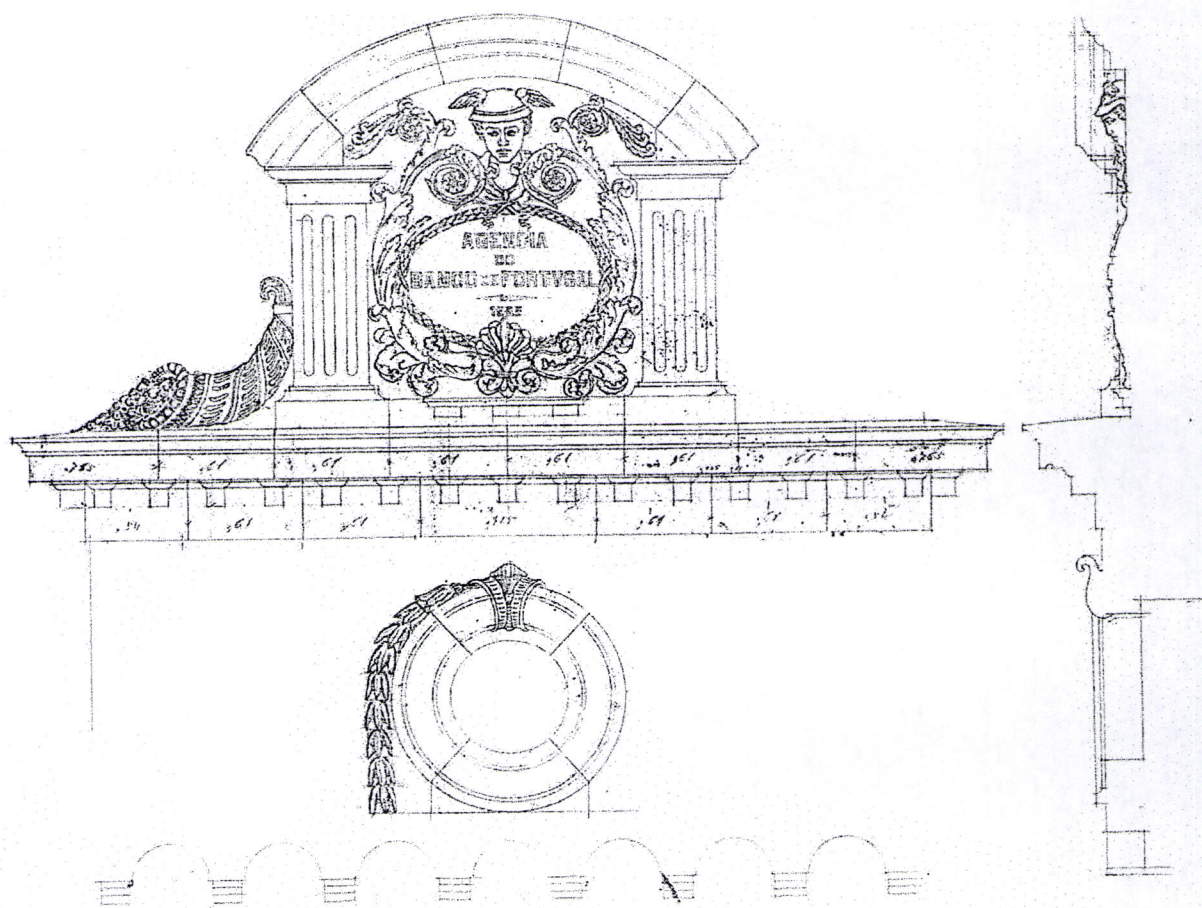
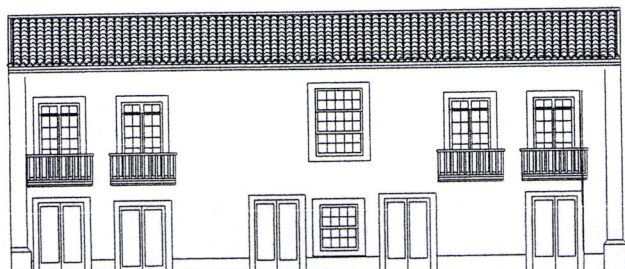
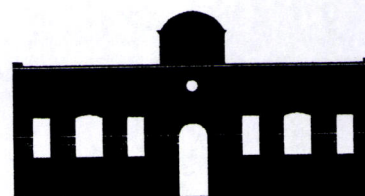


Fig.95. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1933. Platibanda encimando a entrada principal, à maneira da desenhada por Adães Bermudes para a Agência de Évora (original no Arquivo do Banco de Portugal).



séc. XVII



Imóvel de qualidade a preservar c/ fidelidade

1933

0 10 mt

Fig. 96. Banco de Portugal, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (desenhos do autor).

3.1.2.2. Companhia de Seguros Mundial Confiança, 1936



Fig. 97. “Casa do Adão”, na Rua da Sé em Angra do Heroísmo. Edifício demolido (original no Arquivo da CGD, fotografia dos anos de 1930).

ANTECEDENTES DO EDIFÍCIO DE 1936

O prédio em que se encontra actualmente instalada a Companhia de Seguros “A Mundial” foi, em 1958, adquirido por Arnaldo Correia de Lima à Caixa Geral de Depósitos, que nessa altura se transferiu para a, então, designada Rua de Lisboa (Rua Direita)¹⁰⁶.

Antes de passar à posse da Caixa Geral de Depósitos em 1933, o referido prédio, que havia pertencido ao Visconde de Pereira Machado, conhecera vários proprietários, o último dos quais fora António de Sousa Adão.

Juntamente com seu irmão Joaquim de Sousa, que “(...) na parte do Poente (...) tinha loja de Oculista e também de Lanifícios (...)”, António de Sousa Adão estabeleceu-se no seu prédio com loja de “negócio de fazendas”,¹⁰⁷ conhecida como a Loja do Adão, a qual, pela importância adquirida, contribuiu para que o edifício passasse a ser conhecido como a “Casa do Adão”.

Tratava-se, pelo que nos é dado perceber pela documentação iconográfica existente, de um edifício do início do século XIX, de três pisos, com três fiadas horizontais de cinco vãos. O primeiro piso apresentava uma varanda de sacada corrida, com guarda de ferro fundido pintado e os vãos do piso superior apresentavam janelas de varandim. A fachada, lateralmente limitada por pilastras lisas, era superiormente rematada por uma cornija que suportava uma dupla fiada de telhas (fig.97).

Por se localizar na Rua da Sé (n.ºs 45 a 53) que, tal como hoje, era a zona de maior actividade comercial e bancária da cidade de Angra, a “Casa do Adão” parecia, à partida, prestar-se, com as devidas adaptações, para a nova filial da Caixa Geral de Depósitos, que, por isso mesmo, a adquiriu a 14 de Junho de 1932 .

Mas, se a localização do prédio era privilegiada por ali se concentrar todo o comércio e banca – uma sucursal do Montepio Terceirense, o edifício da Caixa Económica de Angra, entre outros – as suas características - espaço disponível, iluminação e qualidade de construção – eram pouco satisfatórias para o fim em vista.

Isso mesmo foi reconhecido pelo arquitecto Pardal Monteiro que, na qualidade de arquitecto chefe da Secção de Obras e Edifícios da Caixa Geral de Depósitos, emitiu, em 24 de Dezembro de 1924, o seguinte parecer : “Pelos elementos que a planta me fornece (...) se não podem

¹⁰⁶ Segundo PEDRO DE MERELIM , *ob. cit.*, 1974, p.665, a primeira filial angrense da Caixa Geral de Depósitos surgiu em 15 de Dezembro de 1933 e situava-se na Rua Duque de Palmela (actuais n.ºs 13 a 19), mudando-se em 1936 para novo edifício, sito na Rua da Sé (n.ºs 51 a 53), donde se mudou para o actual edifício na Rua Direita, em 1958.

¹⁰⁷ LOPES, FREDERICO, *ob.cit.*, p.115

instalar naquelas dependências todos os serviços apontados. A maior dependência, A, tem 7,10 X 3,60 mas não tem luz própria, pelo que se pode considerar completamente perdida. A dependência B mede 4,65 X 4,15 dimensões que considero insuficientes para se poderem instalar os serviços (...)" (doc. 8).

Idêntica opinião viria a emitir o arquitecto Raul Martins¹⁰⁸ alguns anos mais tarde, ao ser designado para se pronunciar sobre a possível adaptação da referida "Casa do Adão" à nova filial angrense da Caixa Geral de Depósitos.

Depois de visitar o edifício em questão, em Julho de 1933, Raul Martins informou a administração daquela instituição bancária, em carta datada de 8 de Agosto desse mesmo ano que, embora o prédio comprado estivesse bem localizado, não apresentava condições "(...) para se instalar de momento a filial, mesmo com obras de adaptação (...)" (doc. 9).

A justificar a opinião emitida, o arquitecto Raul Martins apontava várias razões que inviabilizavam aquela adaptação.

E explicava o arquitecto que o prédio apresentava apenas "(...) uma pequena parte iluminada pelo tardo, visto a outra parte estar encravada com um prédio vizinho, e aquela mesma cheia de construções anexas, de grande altura, que não permitem uma boa iluminação e ventilação (...)."

Outra razão que inviabilizava a adaptação do edifício, relacionava-se com a insuficiência do espaço e fraca qualidade dos materiais, visto que "(...) as empenas feitas de material fraco, em que entrou em grande quantidade a *pozolana* e em pequena a cal, o que dá a impressão que estão feitas com barro (...)"¹⁰⁹

A opinião destes arquitectos foi, sem dúvida, decisiva para que a Caixa Geral de Depósitos optasse por demolir a antiga "Casa do Adão", a fim de construir o edifício em que funcionaria, de 1936 a 1958, a sua filial de Angra.

¹⁰⁸ O arquitecto Raul Pedro Martins (1892-1934) foi autor, entre outras, das seguintes obras: Piscina Praia Curia, Cinema Europa, Esplanada Monumental, Jardim Cinema, Teatro de Ponta Delgada (não construído) e edifícios da Caixa Geral de Depósitos de Santarém, Viana do Castelo, Bragança, Póvoa de Varzim, etc.

¹⁰⁹ O sismo de 1 de Janeiro de 1980 veio confirmar este diagnóstico da fraca qualidade do material das empenas e das paredes mestras dos edifícios da cidade.

PROJECTO E OBRAS DO EDIFÍCIO DE 1936

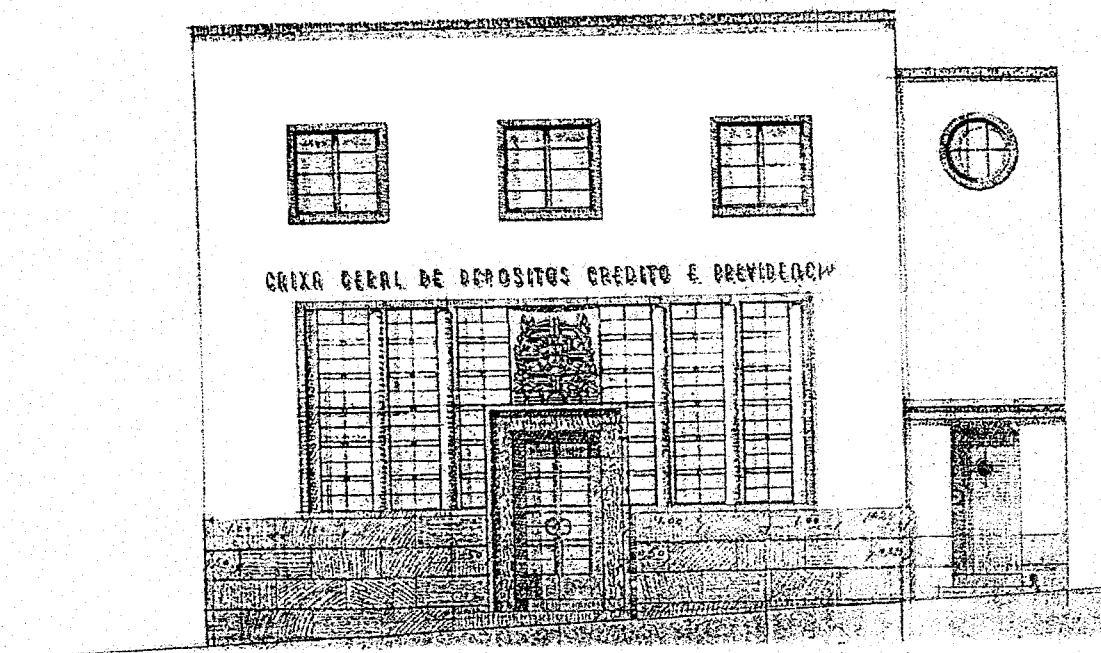


Fig. 98. Companhia de Seguros Mundial Confiança, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1936. Desenho, provavelmente, da autoria do Arquitecto Raul Martins e destinado, então, à agência da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência na cidade (original no Arquivo da CGD).

Na sequência da visita realizada a Angra, o arquitecto Raul Martins propôs que, no local então ocupado pela “Casa do Adão”, se fizesse um edifício novo para o qual desenhou, nessa mesma ocasião, “(...) um pequeno croquis do projecto (...)”, acompanhado das seguintes observações :

“Para este novo edifício podia seguir-se o critério de Ponta Delgada, isto é; obra feita por concurso que se poderia abrir ao mesmo tempo e serem adjudicados ao empreiteiro que as fizesse com mais vantagens. Esta orientação deve ser a mais económica para a Caixa, visto parte dos materiais virem do Continente e desde que seja apenas

um empreiteiro a ficar com as obras, os fretes tornam-se menos dispendiosos, em consequência de poder alugar um veleiro, que levaria tudo d'uma vez.” (doc.9)

Em 14 de Novembro de 1933, Raul Martins enviou à administração da CGD o esboceto do projecto da filial de Angra que, segundo as suas próprias palavras, tinha “(...) sensivelmente os mesmos caracteres da filial de Bragança e um pouco mais de superfície” (doc. 10).

Assemelhava-se, pois, o projecto da filial angrense ao da filial de Bragança, também da autoria daquele arquitecto e cuja construção ocorrera entre 1932 e 1933.

As possíveis semelhanças entre o projecto da filial angrense e os de outras filiais da CGD, da autoria de Raul Martins – como as de Bragança, de Santarém, de Viana do Castelo e de Póvoa do Varzim -, não podem, porém, ser confirmadas. Por um lado, não se encontram os projectos iniciais desses edifícios e, por outro lado, todos eles vieram a ser alterados ainda em fase de construção ou decorridos poucos anos de construção.

A 2 de Janeiro de 1934, segundo ofício enviado por Raul Martins à administração da CGD (doc. 11), o projecto da filial angrense encontrava-se concluído e, três dias depois, era esse projecto enviado, juntamente com o caderno de encargos, ao gerente da Caixa de Angra, a fim de se “(...) abrir imediatamente concurso publico para a respectiva construção (...)” (doc. 12).

A 2 de Fevereiro do mesmo ano, foram conhecidas as seis propostas concorrentes para a adjudicação das obras de construção da nova filial, tendo esta sido atribuída ao empreiteiro micaelense Pedro de Chaves Cymbron Borges de Sousa, provavelmente por razões orçamentais¹¹⁰.

¹¹⁰ Das seis propostas apresentadas, a mais onerosa propunha um orçamento de 620 000\$00 e as menos onerosas eram a de Manuel Almeida Chaves, no valor de 370 000\$00, a de José Belard da Fonseca, no valor de 350 000\$00 e a de Pedro C. Cymbron, no valor de 345 000\$00.

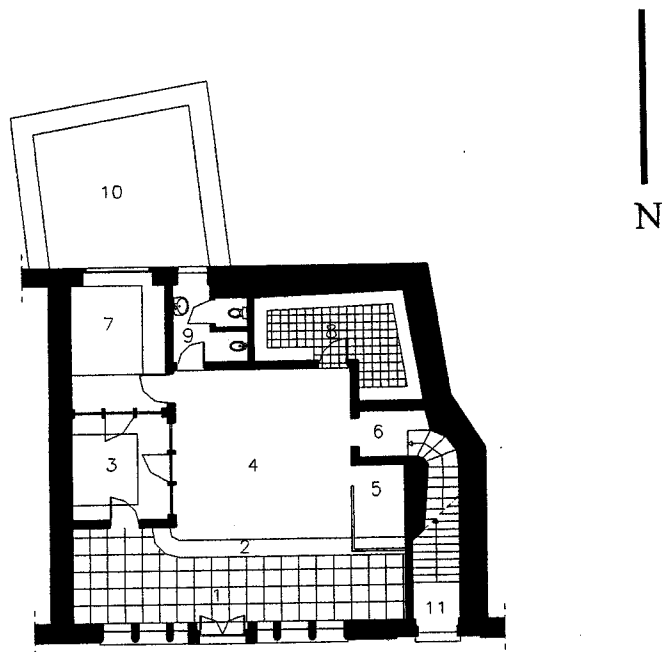


Fig. 99. Companhia de Seguros Mundial Confiança, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1936. Planta do rés-do-chão.
 1- público; 2- balcão; 3- sala de espera; 4- escritório; 5- tesouraria; 6- acesso à cave; 7- gabinete reservado; 8- arquivo; 9- I.S.; 10 - pátio; 11- acesso à moradia (original no Arquivo da Companhia de Seguros Mundial Confiança).

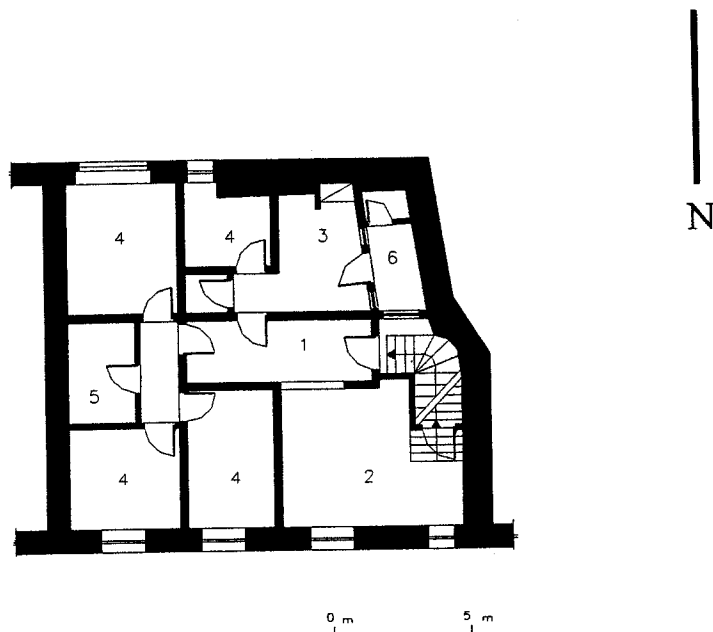


Fig. 100. Companhia de Seguros Mundial Confiança, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1936. Planta do primeiro andar.
1-hall; 2- sala comum; 3- cozinha; 4- quartos; 5- I.S.; 6- pátio. (levantamento de Victor Cardoso)

Decorridos alguns meses do início das obras de construção da filial angrense, foram as mesmas inspeccionadas pelo arquitecto Veloso Reis Camelo¹¹¹ que, em ofício datado de 27 de Outubro de 1934, informou a administração da CGD, que "(...) o terreno onde se está erigindo o dito edifício, não comportava este, tal como se tinha projectado, devido, possivelmente a um erro do levantamento (...)" (doc. 13).

Para solucionar os problemas encontrados, decidiu o arquitecto substituir o projecto existente e, assim, desenhou "(...) um novo projecto", baseado numa solução já apresentada àquela administração e que previa "o novo estudo da fachada (...)" (doc. 13).

¹¹¹ António Maria Veloso Reis Camelo (1899-1985), formado pela ESBAL em 1927, foi um dos arquitectos premiados com o Prémio Valmor (1931, 1942, 1945) e um dos participantes na Exposição do Mundo Português de 1940 (pavilhões da Arte Popular, hoje Museu de Arte Popular). Entre muitas das suas obras encontram-se várias agências da Caixa Geral de Depósitos, das quais sobressaem as de Faro, de S. João da Madeira, de Viseu e de Coimbra (1948-50).

Com este novo projecto , as obras de construção do edifício prosseguiram mas, a 15 de Março desse ano, o gerente da filial angrense, apontando a falta de qualidade da pedra da região, solicitava à administração da CGD que autorizasse a sua substituição por mármore. (doc. 14)

Esta ideia poderá ter surgido quer das influências do edifício do Banco de Portugal, inaugurado em 1933 e construído com aquele material, quer do conhecimento das sugestões apresentadas pelo mestre Chaves na proposta ao concurso de empreitada das obras, ocorrido em Fevereiro de 1934.

Nessa proposta referira-se o empreiteiro aos materiais de construção a utilizar, nomeadamente nas cantarias, justificando o emprego de mármore artificial, uma vez que “a pedra que se encontra nesta ilha e que tem sido empregada em cantarias, é de muito má qualidade absorvendo água, prejudicando imensamente os madeiramentos que em contacto com esta ficam”¹¹²(doc. 7).

A administração da CGD encarregou, então, o arquitecto Veloso Camelo de emitir um parecer sobre a substituição das cantarias da fachada e sobre outras alterações a introduzir no edifício em construção, sugeridas pelo gerente da filial angrense.

Em ofício remetido àquela filial, datado de 4 de Abril de 1935, Veloso Camelo pronunciou-se negativamente sobre estas alterações, afirmando que “(...) quanto à substituição das cantarias da fachada do novo edifício em construção, previstas no caderno de encargos, por mármore, é disparatado. (...) as cantarias devem já estar assentes e a sua substituição por outras, além de ficar muitíssimo cara, não traria vantagens de espécie alguma, nem para o aspecto do edifício, nem tão pouco para a sua iluminação, que, ao contrário do que se diz no mesmo ofício, é abundantíssima (..) Quanto à construção de um telheiro no terraço, estou também em desacordo, visto julgá-lo desnecessário. Junto à cozinha, e ao mesmo nível, fica um pequeno terraço, onde o chefe poderá instalar o lavadouro de roupa (...) visto que, além desse terraço ter sombra projectada pela parede onde se abre a porta e janela da cozinha, tem-na também em virtude de o prédio da Caixa ficar encostado a um mais alto (...)” (doc.15)

¹¹² Cf. com o exposto sobre o assunto a propósito do edifício do Banco de Portugal

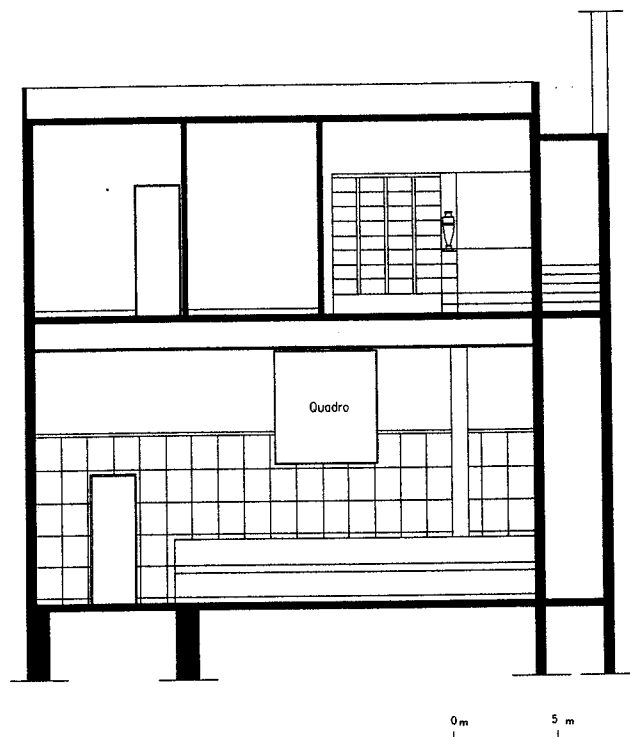


Fig. 101. Companhia de Seguros Mundial Confiança, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1936. Corte transversal (original no Arquivo da CGD).

Por estes documentos se confirma a decisiva intervenção de Veloso Camelo no acompanhamento das obras do novo edifício da filial angrense, intervenção iniciada nos primeiros meses de 1934¹¹³ (com a alteração do projecto primitivo) e que continuou a verificar-se até às opções finais em matéria de decoração interior.

Para esta decoração, Veloso Camelo encomendou uma pintura a óleo ao pintor Domingos Rebelo¹¹⁴ e um baixo-relevo em cimento ao

¹¹³ A intervenção do arquitecto Veloso R. Camelo nesta e noutras obras anteriormente dependentes do arquitecto Raul Martins deveu-se ao falecimento deste em Janeiro de 1934.

¹¹⁴ Esta grande composição a óleo de Domingos Rebelo, apresentando em primeiro plano um casal

escultor António Dacosta¹¹⁵.

Na informação enviada ao Conselho Administrativo da Caixa Geral de Depósitos, a 11 de Julho de 1935, o arquitecto fazia a descrição do baixo-relevo (apresentado em maquete), nestes termos: "(...)representa a fortuna, numa composição simples de forma e de concepção, recortando-se num fundo de ortências e de beladonas, as flores características dos Açores. A cornocópia, é talvez um elemento banal mas é, ainda o elemento que melhor define a figura que se pretende simbolizar (...)” (doc.16).

Embora desconhecendo a existência actual do referido baixo-relevo, sabemos, por documento datado de 12 de Agosto de 1935, que o mesmo foi executado, sendo, por isso, determinado o pagamento de 3000\$00 ao escultor (doc. 17).

As obras de construção e de decoração da filial angrése da Caixa Geral de Depósitos encontravam-se concluídas em Dezembro de 1935, como se deduz do Auto de Recepção Definitiva, datado de 31 de Dezembro desse ano, em que se afirma que se procedera à vistoria das obras e se verificara que "(...) na sua execução, foram atendidas todas as condições e encargos do caderno respectivo, e respeitado o projecto em todos os seus detalhes (...)” (doc.18).

Em Janeiro de 1936, fez-se a inauguração do novo edifício, noticiada, com alguma minúcia, pelos periódicos regionais.

Assim, *A União* de 21 de Janeiro de 1936, referindo-se ao edifício inaugurado, destacava a qualidade de "execução" da obra e salientava os seus aspectos mais notáveis, nomeadamente a decoração interior, valorizada pela presença do "artístico painel do fundo do ilustre pintor açoreano Sr. Domingos Rebelo".

O novo edifício da CGD em Angra do Heroísmo, destinado a escritório no rés-do-chão e a habitação no piso superior, apresentava no desenho da fachada a diferenciação destas duas zonas.

O desenho modernista dessa fachada, despojada de elementos decorativos, e a cobertura plana, características da época em que o edifício foi construído, aparecem frequentemente nas obras projectadas para a CGD pelos arquitectos Raul Martins e Veloso Camelo.

No caso deste edifício, torna-se difícil destrinçar a acção de cada

envergando trajes típicos terceirenses e tendo como fundo uma vista de Angra do Heroísmo, pertence actualmente à colecção da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

¹¹⁵ António Dacosta (3/11/1914-2/12/1990), realizou os seus primeiros trabalhos em Angra (de onde era natural) até 1935, altura em que parte para Lisboa, onde frequenta a ESBAL. A partir de 1940, participa em Lisboa, no Porto e no estrangeiro em inúmeras exposições de pintura, além de realizar ilustrações de diversas obras e escrever sobre a actividade artística. Em 1947, recebeu uma bolsa do governo francês e instalou-se em Paris, continuando a pintar e a escrever sobre a actividade artística parisiense. De 1969 a 1989, participa em diversas exposições realizadas em Portugal – Lisboa, Porto, Angra do Heroísmo – e ainda na 18ª Bienal Internacional de S.Paulo.

um deles, apesar de sabermos, pelas próprias palavras de Veloso Camelo, que ele procedeu à alteração do projecto inicial de Raul Martins, apresentando um novo estudo da fachada.

O edifício apresenta no rés-do-chão um grande “painel” envidraçado, constituído por seis janelões verticais, separados por pilares de cantaria de basalto, que envolvem uma porta central com larga moldura (também de basalto), encimada por um escudo com as insígnias republicanas.

A presença destes grandes janelões na fachada, garantindo - como referira o próprio Veloso Camelo - a iluminação do edifício, caracterizou outras obras deste arquitecto, como a da filial da CGD em S.João da Madeira, concluída em 1936.

O próprio arquitecto, no já aludido parecer de 1935 sobre o pedido de alterações no edifício angrense, afirmava que “(...) o projecto segundo o qual se está fazendo a construção é sensivelmente igual ao das agências que agora se vão construir em Oliveira de Azemeis, Estarreja e S.João da Madeira, quanto à planta, e perfeitamente igual ao de S.João da Madeira quanto à fachada. Como nestes, o edifício de Angra recebe luz de seis janelões que começam a 1,20 e vão até quase ao tecto (...)” (doc.15).

O desenho do alçado deste edifício aproxima-se muito do desenho projectado para o alçado do teatro micalense para Ponta Delgada (não construído), da autoria do arquitecto Sousa Martins.

Os vãos do piso superior da filial angrense, apresentam-se totalmente soltos deste “painel” do rés-do-chão, sendo constituídos por três vãos quadrados completamente individualizados.

Para além desta diferenciação horizontal dos pisos, também existe uma diferenciação vertical, conseguida pelo recuo do pano de parede do corpo de acesso à habitação e pela opção de um óculo para o vão de iluminação da escada (fig. 98).

Um soco alto em basalto realça a base do edifício.

O interior é caracterizado por um desenho modernista semelhante ao da filial da CGD de Santarém, da autoria do arquitecto Raul Martins (fig. 101).

A partir de 1937, o novo edifício da filial angrense da Caixa Geral de Depósitos começou a apresentar graves problemas em consequência das infiltrações sofridas que decorriam, por sua vez, da cobertura plana.

Este tipo de cobertura em terraço, característico da arquitectura modernista, como já atrás referimos, fora executado de acordo com o projecto do arquitecto Raul Martins, que não terá dado prioridade às peculiares condições climáticas da região terceirense.

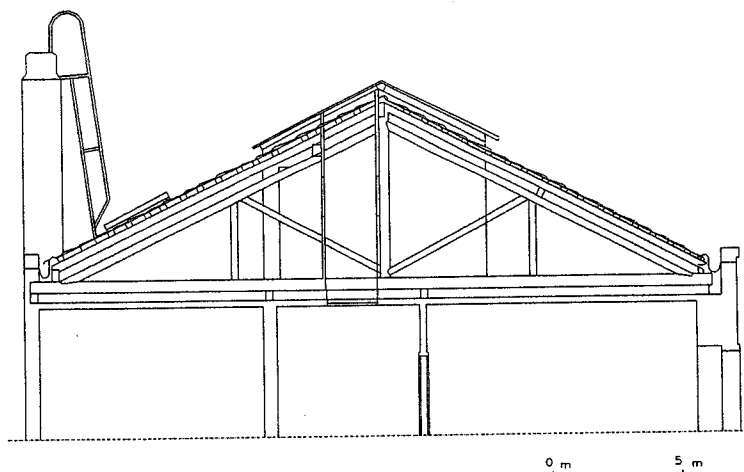


Fig. 102. Companhia de Seguros Mundial Confiança, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1936. Pormenor da nova cobertura desenhada pelo arquitecto João Simões. As platibandas que se vêem no desenho foram, posteriormente, substituídas por beirados tradicionais (original no Arquivo da CGD).

Já na referida proposta ao concurso de empreitada (Fevereiro de 1934), o preterido concorrente, mestre Chaves, apresentara pertinentes observações sobre a construção do edifício projectado justificadas pela sua longa experiência de trabalho e por um bom conhecimento da região.

Assim, a propósito das coberturas em terraço, observava mestre Chaves que era sempre “de alta responsabilidade a execução deste género de trabalhos”, principalmente devido aos frequentes abalos sísmicos, pelo que “(...) a dosagem de cimento a empregar não deve ser muito rica, porque quanto mais rica mais sujeita está a fender e d’aqui a necessidade de um produto para a sua superfície que evite as infiltrações (...)” (doc.7).

Desconhecemos se as soluções adoptadas pelo engenheiro Cymbron, a quem foram adjudicadas as obras de construção, tiveram em

conta este tipo de problemas que visavam garantir a resistência da cobertura plana face aos sismos e à pluviosidade.

Sabemos, sim, que as graves infiltrações no terraço de cobertura conduziram às inevitáveis obras de alteração da filial angrense, sob a responsabilidade do Arquitecto João Simões¹¹⁶, incumbido do projecto de cobertura daquela filial, por despacho da Administração da Caixa Geral de Depósitos de 25 de Junho de 1940.

Do projecto e respectiva Memória Descritiva que João Simões apresentou a 12 de Agosto desse mesmo ano (doc. 19) apresentamos as seguintes passagens:

“A cobertura a construir abrange todo o espaço ocupado pelo edifício, sendo dotada de lanternins envidraçados para precaver de luz e ventilação nos espaços que careçam dessas condições. Estão neste caso o hall, a escada e a dependência sanitária do andar que se destina à residência do gerente(...).

(...) a cobertura será constituída apenas por duas águas, para o que serão construídas duas empenas. A elevação destas empenas não terá importância sobre o aspecto estético que prejudique o aspecto geral do edifício, em face da pequena altura deste, porque ficarão possivelmente encobertas pelos prédios vizinhos. A visibilidade do telhado do lado da frente, dada a inclinação deste, também não prejudica o coroamento do edifício(...)

(...) A estrutura da cobertura, ou sejam as asnas que a compõem, assentarão em frechais sobre a lage actual, junto às paredes mestras e principais(...)

(...) A estrutura compreenderá: duas asnas de madeira de pinho nacional, respectivas varas e ripas, e os frechais necessários, tudo em madeira da mesma qualidade. As linhas terão 0,23x 0,08; pendurais 0,23x0,19; pernas 0,16x0,08; escoras 0,16x0,08; madres 0,13x0,08; frechais e contra-frechais 0,08x0,11; fileira 0,13x0,18; varedo 0,13x0,06 (...)

(...) A telha a empregar será do tipo marselhesa (...)

(...) Serão construídos algerozes de zinco nº 14 para o conveniente esgoto do telhado (...)” (fig. 102).

As obras de alteração na cobertura da filial angrense, de acordo com o projecto atrás referido, foram realizadas pelo Mestre Almeida Chaves que, em ofício dirigido à administração da CGD, datado de 31 de

¹¹⁶ O arquitecto João Simões (nascido em Lisboa a 13/6/1908), trabalhou no Gabinete de Urbanização Colonial e na CGD, para a qual projectou as filiais de Portalegre (1938) e de Famalicão. Foi um dos participantes da Exposição do Mundo Português e, entre muitas das suas obras, destacam-se o Mercado Municipal do Cartaxo (1937), os armazéns frigoríficos de Alcântara (1938), etc. Recebeu o Prémio Municipal em 1945 (edifício no Saldanha) e, em 1949, o Prémio Valmor (edifício na R. Artilharia). Foi também da sua autoria o projecto de ampliação da sede do Banco Totta & Açores em Lisboa, em 1950.

Maio de 1941, requereu autorização para substituir a madeira de pinho pela de acácia.

Justificando esse pedido, afirmava aquele empreiteiro que “(...) a madeira de acácia é a mais empregada nesta terra em obras desta natureza, em vista de ser mais consistente aguentar-se mais à humidade. Tanto que, na construção por nós feita do Posto Meteorológico dos Açores, edificado nesta terra, empregamos desta madeira (...)” (doc. 20).

A colocação desta cobertura de duas águas não prevista no projecto inicial veio alterar a concepção do projecto, pois a linha recta quebrada da cobertura plana deu lugar a um beirado tradicional contínuo (fig. 103).

Decorridos mais alguns anos sobre estas alterações, o edifício da filial angrense da CGD já se tornara “deficiente para o desempenho cabal de (...) funções (...)”, o que viria a determinar a sua venda, em 1958, a “Arnaldo Correia de Lima que nos baixos instalou a Agência da Companhia de Seguros A Mundial, de que foi gerente, reservando o primeiro andar para moradias particulares...”¹¹⁷

Este edifício foi classificado na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980¹¹⁸ como “imóvel ligeiramente dissonante, a remodelar”.

¹¹⁷ LOPES, FREDERICO, *ob.cit.*, p.115

¹¹⁸ Ficha n.º 441

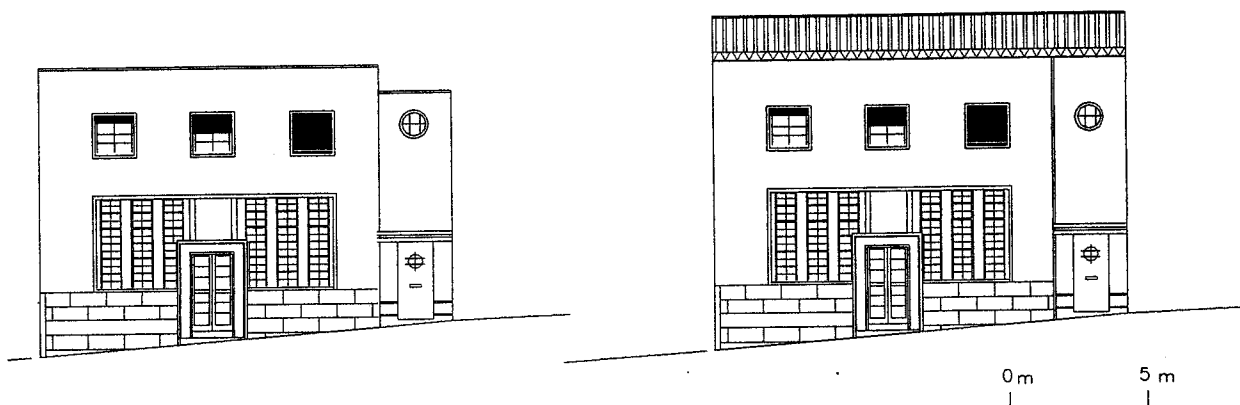
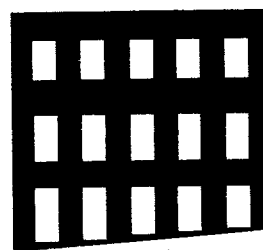
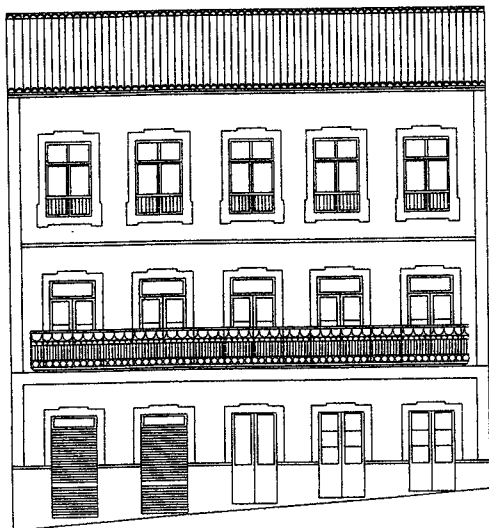
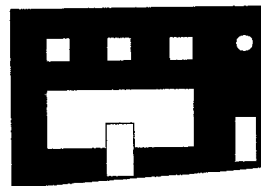
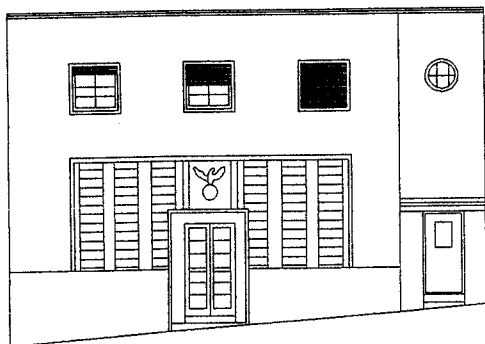


Fig. 103. Companhia de Seguros Mundial Confiança, em Angra do Heroísmo. Imagem do edifício antes e depois de lhe ter sido retirada a platibanda e aplicada cobertura de duas águas.



séc. XIX



1936

Imóvel ligeiramente dissonante a remodelar

0 ————— 5 mt

Fig. 104. Companhia de Seguros Mundial Confiança, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (reconstituição do autor).

3.1.2.3. Escola Infante Dom Henrique, 1937 e 1954



Fig. 105. Convento da Graça, em Angra do Heroísmo. Foto do edifício pouco antes de ser demolido em 1937.

ANTECEDENTES DO EDIFÍCIO DE 1937

A Escola Infante Dom Henrique situa-se na área do antigo Convento da Graça, fundado em finais do século XVI, por iniciativa de Frei António Varejão.¹¹⁹

¹¹⁹ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, pp. 262-263, refere que “(...) viera do Continente, cerca de 1570, um mancebo, natural de Freixo de Espada à Cinta, de nome António Varejão, que daqui abalou para Salamanca onde (...) ingressou no Convento de Santo Agostinho, tomando as ordens de sacerdote. Voltando à Terceira, aqui pregou *muito bem e com muito fruto* durante algum tempo, seguindo depois para a América Espanhola onde conseguiu avultados cabedais (...)”. Regressando à Terceira, pensou construir um hospital na Guarita mas desistiu desse projecto e construiu, no sítio das Covas, um Convento de frades gracianos.

Apesar do fundador ter obtido autorização de Filipe I – por alvará de 9 de Dezembro de 1589 – para edificar o “mosteiro junto à ermida de Nossa Senhora dos Remédios, em terrenos pertencentes a Manuel do Canto e Castro (...)”¹²⁰, preferiu o sítio das Covas, “(...) onde foi construído o imponente imóvel que só devia ter ficado concluído depois de 1604 (...)”

Ocupado pelos frades graciosos até às primeiras décadas de oitocentos, o Convento da Graça conheceu, a partir daí, sucessivas ocupações e alterações.

Assim, depois de ter sido convertido em quartel do Batalhão de Caçadores n.º 2, em 1829, foi adaptado a residência particular, pertencendo, primeiramente, ao coronel José Francisco Barbosa¹²¹ e, alguns anos mais tarde, ao conselheiro Alexandre Martins Pamplona Corte Real¹²².

Mantinha-se na posse deste proprietário em 1867 e era uma “(...) habitação faustosa, [e a] sua figura quadrada, continha um claustro de varandas cobertas e apoiadas em grandes arcadas de cantaria, salas esplêndidas e majestosas, além de outros aposentos [sendo] notável a vastíssima horta adjacente, rica de água, correndo em vários chafarizes (...)”¹²³

Todo este conjunto de habitação e hortas era envolvido por um muro alto, cuja parte sul, juntamente com o muro em frente da cerca do Convento de São Gonçalo, “encerrava” o Largo do Alto das Covas.

Os padres jesuítas João Bento Justino e Francisco Pereira Henriques de Oliveira, chegados a Angra do Heroísmo em 1894, adquiriram, a 13 de Julho de 1895, o antigo edifício conventual, a fim de aí instalarem um colégio, o que não chegou a verificar-se.

Por volta de 1897, “(...) funcionava no antigo convento uma padaria de Alexandre Sebastião Borges e João Carlos Kilberg”¹²⁴ mas, com a implantação da República, o edifício foi integrado no Património Nacional e nele se instalou, de seguida, a Sociedade Filarmónica “Recreio dos Artistas (...)”.

Em 1916, “(...) foi o edifício requisitado para aquartelamento da Companhia de Metralhadoras do R.I. 25 (...) pelo que a *Recreio* teve de abandonar o edifício” mas, alguns anos mais tarde, “ (...) foi o prédio vendido a esta sociedade para instalação da sua sede, sendo adquirido por 2.000\$000 reis, incluindo os terrenos anexos, limitados pelas ruas Queimada, da Boa Vista e da Madre de Deus(...)”¹²⁵.

¹²⁰ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p. 263.

¹²¹ O coronel José Francisco Barbosa adquiriu o Convento da Graça em hasta pública por 8.100\$000 reis, a 26 de Agosto de 1833.

¹²² O conselheiro Alexandre Martins P. Corte Real, foi um dos membros da Junta Provisória estabelecida em Angra do Heroísmo durante a guerra civil entre liberais e absolutistas.

¹²³ Revista *Ilha Terceira*, n.º 78, Angra do Heroísmo, Março de 1986, pp. 7-8

¹²⁴ *Idem*

¹²⁵ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p.266

A 4 de Fevereiro de 1935, a Comissão de Construções Escolares adquiriu à "Recreio", "(...) por 150 contos, o edifício e todo o terreno anexo, para nele ser construída a Escola Primária Infante Dom Henrique"¹²⁶.

¹²⁶ *Ibidem*

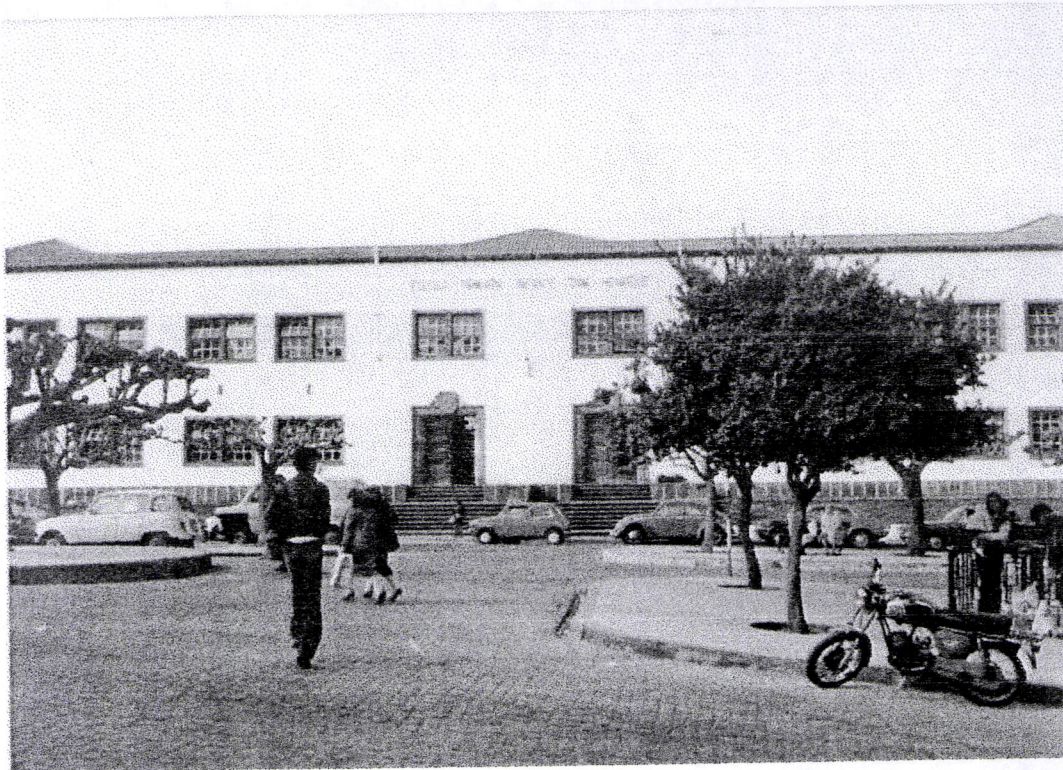


Fig. 106. Escola Primária Infante Dom Henrique, em Angra do Heroísmo. (Fotografia de 1999)

EDIFÍCIO DE 1937

O projecto para a construção da Escola Infante Dom Henrique, datado de 1933, foi elaborado pelo arquitecto Jorge Segurado¹²⁷, prolongando-se as obras de construção até 1937.

Desse projecto, apenas se descobriu um desenho do alçado principal existente no Centro de Documentação e Informação da Direcção Geral das Construções Escolares (fig. 107) e os alçados principal e laterais e plantas, existentes na Secretaria Regional das Obras Públicas

¹²⁷ O arquitecto Jorge de Almeida Segurado (1898 – 1990) formou-se pela ESBAL em 1924 e prestou serviço na Repartição das Construções Escolares do Ministério da Instrução Pública e na D.G.E.M.N. do M.O.P. (1929 a 1945), antes de passar à actividade liberal. Foi autor de alguns projectos para escolas primárias, entre os quais se destacaram os das escolas de Pombal (1932) e das escolas centrais do Bairro do Arco do Cego (1932) - depois convertidas no Liceu D. Filipa de Lencastre de Lisboa – e o da Escola Infante Dom Henrique de Angra do Heroísmo (1933).

em Angra do Heroísmo, onde o projecto do arquitecto Jorge Segurado sofreu alterações (figs. 108, 109 e 110).

Tratou-se de um projecto para 16 salas de aula, cujo orçamento inicial previa “um gasto de 728.320\$00 (...) [mas cujos] orçamentos adicionais posteriores elevaram para cerca de milhão e meio de escudos o preço inicial da obra”¹²⁸, sendo os mesmos suportados pela Comissão Promotora das Construções Escolares de Angra, pela Câmara Municipal de Angra e pelo Estado.

O edifício tinha dois pisos e apresentava um desenho de alçado muito simples, desprovido de ornamentos, com duas faixas horizontais de vãos amplos, com caixilhos de ferro.

Neste projecto, o arquitecto Jorge Segurado ainda estava arreigado aos valores modernistas que defendeu até 1940, altura em que passou a aceitar um regionalismo nacionalista como aconteceu com muitos dos seus colegas.

Entre 1940 e 1946, o edifício foi utilizado como quartel (1º Batalhão Expedicionário do R.I.10 de Aveiro, B.I.77, Batalhão de Metralhadoras 3 e 1ª Comp. Expedicionária do R.E.1 do Porto) e, entre 1948 e 1951, nele estiveram instalados, transitoriamente, a P.S.P., o Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo¹²⁹ e o Museu Regional.

O *Diário Insular*, na sua edição de 27 de Abril de 1950, em artigo intitulado “Perspectivas de conclusão do edifício escolar”, informava que fora “concedido ao Município local um subsídio de 182400\$00, destinado à conclusão do edifício da Graça, onde serão instaladas as diversas escolas de ensino primário das freguesias de S. Pedro, Sé e Sta. Luzia, com cerca de 264000\$00 de que a Câmara terá de dispor, pois a obra está estimada em 456 contos, se concluirá, possivelmente ainda este ano (...)”

Em 1951, surgiu um novo projecto para a Escola Infante Dom Henrique, que viria a alterar substancialmente o desenho modernista do edifício projectado pelo arquitecto Jorge Segurado.

Este novo projecto, da autoria do arquitecto terceirense Fernando de Sousa, visou a adaptação daquele edifício escolar à nova tipologia de escolas do arquipélago açoriano, o “tipo Açores”¹³⁰, criado em 1945 pelo arquitecto Luiz de Mello.

¹²⁸ *Muitos Anos de Escolas*, ed. Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral das Construções Escolares e D.M.E., Lisboa, 1990, p.177

¹²⁹ Criado em 1948, o Arquivo Distrital de Angra ocupou provisoriamente a Escola Infante D. Henrique até ser transferido, em 1951, para o Palácio Bettencourt.

¹³⁰ Em 1935, os arquitectos Raul Lino e Rogério de Azevedo elaboraram os projectos-tipos de edifícios escolares, de carácter regionalista, para o continente .

O Plano dos Centenários, publicado em 1941, previa a construção de 287 escolas primárias nos Açores, embora não estivesse resolvida até essa altura a questão dos projectos a aplicar, uma vez que não tinham sido feitos os estudos do “tipo dos Açores”.

Foram, assim, introduzidos nos alçados da Escola Infante Dom Henrique, os elementos característicos do “tipo Açores”, ou seja, as cantarias em basalto e as janelas com *vidrinhos*, ao mesmo tempo que lhes era retirada a leitura de bandas horizontais, pela redução das dimensões dos vãos.

As primitivas portas de ferro, com desenhos idênticos aos das janelas, foram substituídas por portas de madeira com desenho de tendência rústica, encimadas por escudos de pedra e, na base do edifício, foi introduzido um soco de pedra de basalto. (fig. 111)

As obras de construção da nova Escola Infante Dom Henrique concluíram-se em Setembro de 1952, sendo o edifício inaugurado a 7 de Outubro de 1954.

Decorridos alguns anos, a Câmara Municipal de Angra decidiu dotar a Escola de um Ginásio e Salão de Festas, de cujo projecto foi encarregue o arquitecto Fernando Peres.

Segundo a “Memória Descritiva” desse projecto, datado de 9 de Abril de 1962, procurara o arquitecto “dar satisfação ao programa fornecido, naturalmente condicionado pelo espaço útil de que se dispunha na zona poente dos recreios já existentes, entre a Escola e a Cantina”

Assim, embora a área disponível não permitisse “obter superfície coberta capaz de comportar a lotação de 1000 alunos prevista (...)”, fora aproveitado “ao máximo o perfil longitudinal do terreno (...) [sendo] a sala implantada segundo o eixo Norte-Sul, ao nível do recreio coberto e com entradas directas deste, situando-se em nível superior os acessos do arruamento e respectivo balcão” (doc. 21).

Este edifício foi classificado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980¹³¹ como “imóvel de acompanhamento a remodelar”.

Em 1944, foi superiormente decidido (a partir da opinião emitida por Raul Lino) adoptar para os Açores o “tipo Extremadura” que, por razões inerentes às “construções tradicionais e às condições do clima”, teria de ser adaptado aquela região insular.

O arquitecto Luiz de Mello (de Ponta Delgada), responsável por aquela adaptação e pela criação do “tipo Açores” em 1945, foi posteriormente convidado pelo Secretário de Estado das Obras Públicas a chefiar a Delegação para as escolas primárias dos distritos de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada. (*Muitos anos de Escolas*, 2º volume, pág. 199).

¹³¹ Ficha n.º 1073

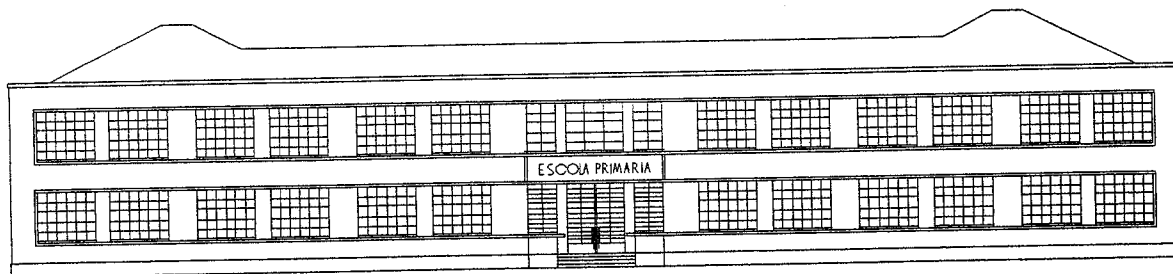
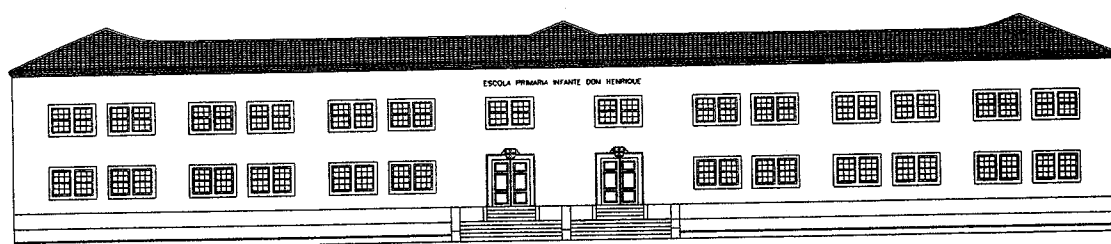


Fig. 107. Escola Primária Infante Dom Henrique, em Angra do Heroísmo. Alçado principal do projecto do arquitecto Jorge Segurado de 1935 (original no Centro de Educação e Informação do Ministério da Educação).



0 10 mt

Fig. 108. Escola Primária Infante Dom Henrique, em Angra do Heroísmo. Alçado principal depois das alterações introduzidas pela Direcção Regional de Obras Publicas de Angra do Heroísmo em 1951 (original na Secretaria Regional de Habitação e Equipamento).

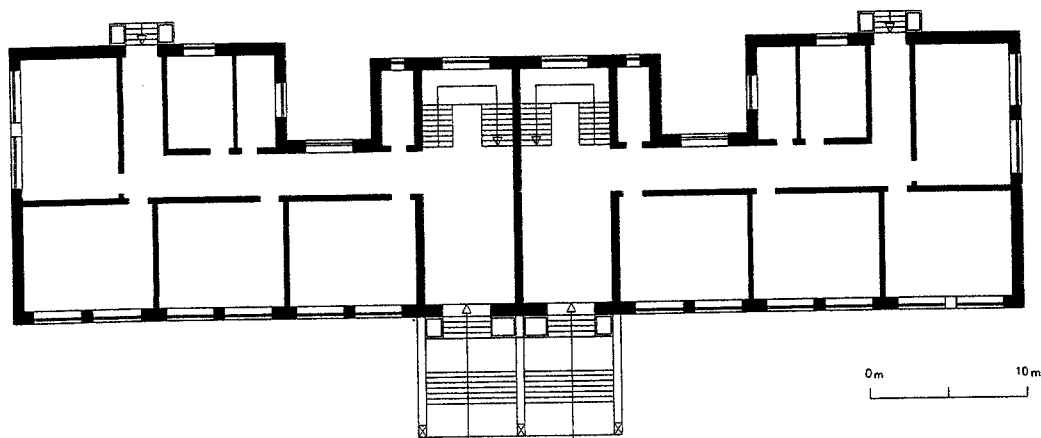


Fig. 109. Escola Primária Infante Dom Henrique, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1951. Planta do rés-do-chão (original na Secretaria Regional de Habitação e Equipamento).

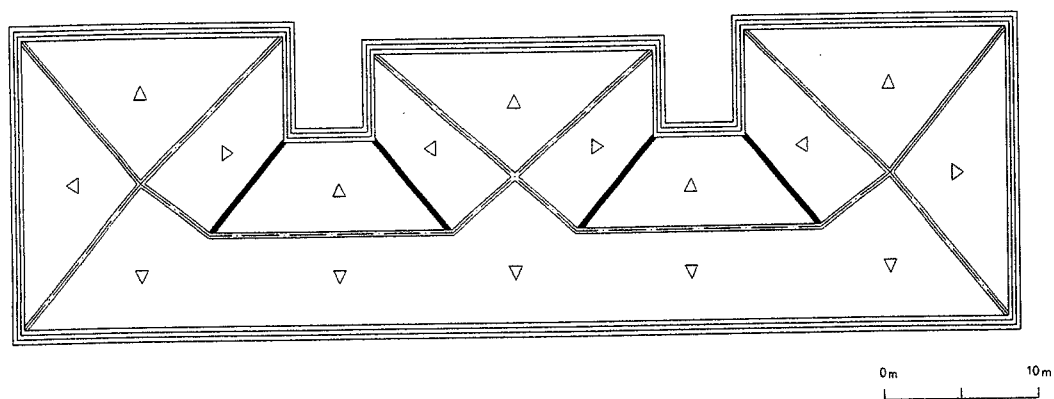


Fig. 110. Escola Primária Infante Dom Henrique, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1951. Planta da cobertura (original na Secretaria Regional de Habitação e Equipamento).

ESCOLA INFANTE D. HENRIQ
Portões Principais

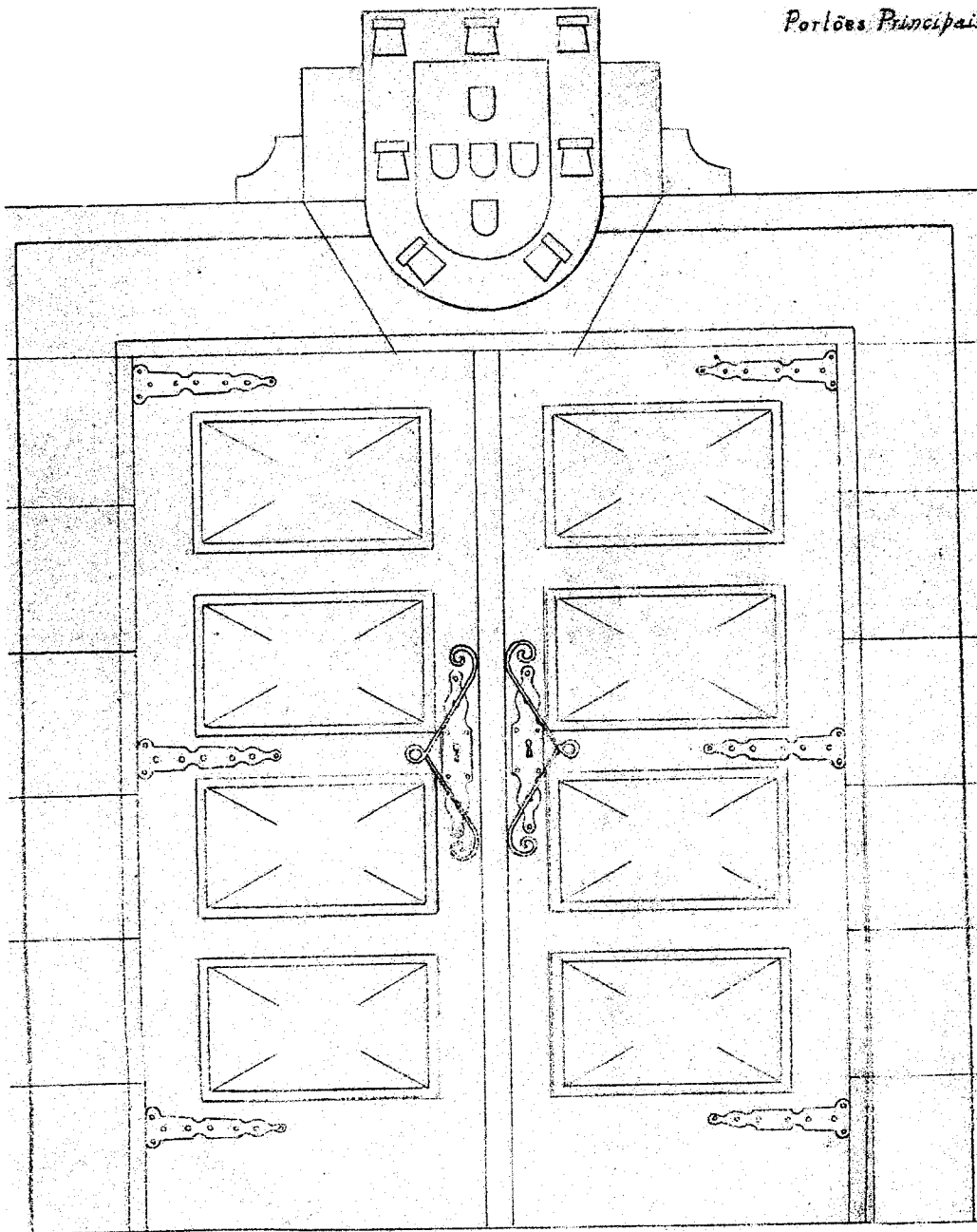


Fig. 111. Escola Primária Infante Dom Henrique, em Angra do Heroísmo. Projecto de 1951 para as portas em madeira com elementos nacionalistas e regionalistas, desenhado nos Serviços das Obras Públicas de Angra do Heroísmo para substituição das portas originais da autoria do arquitecto Segurado (original no Arquivo da Direcção Regional das Obras Publicas e Equipamento).

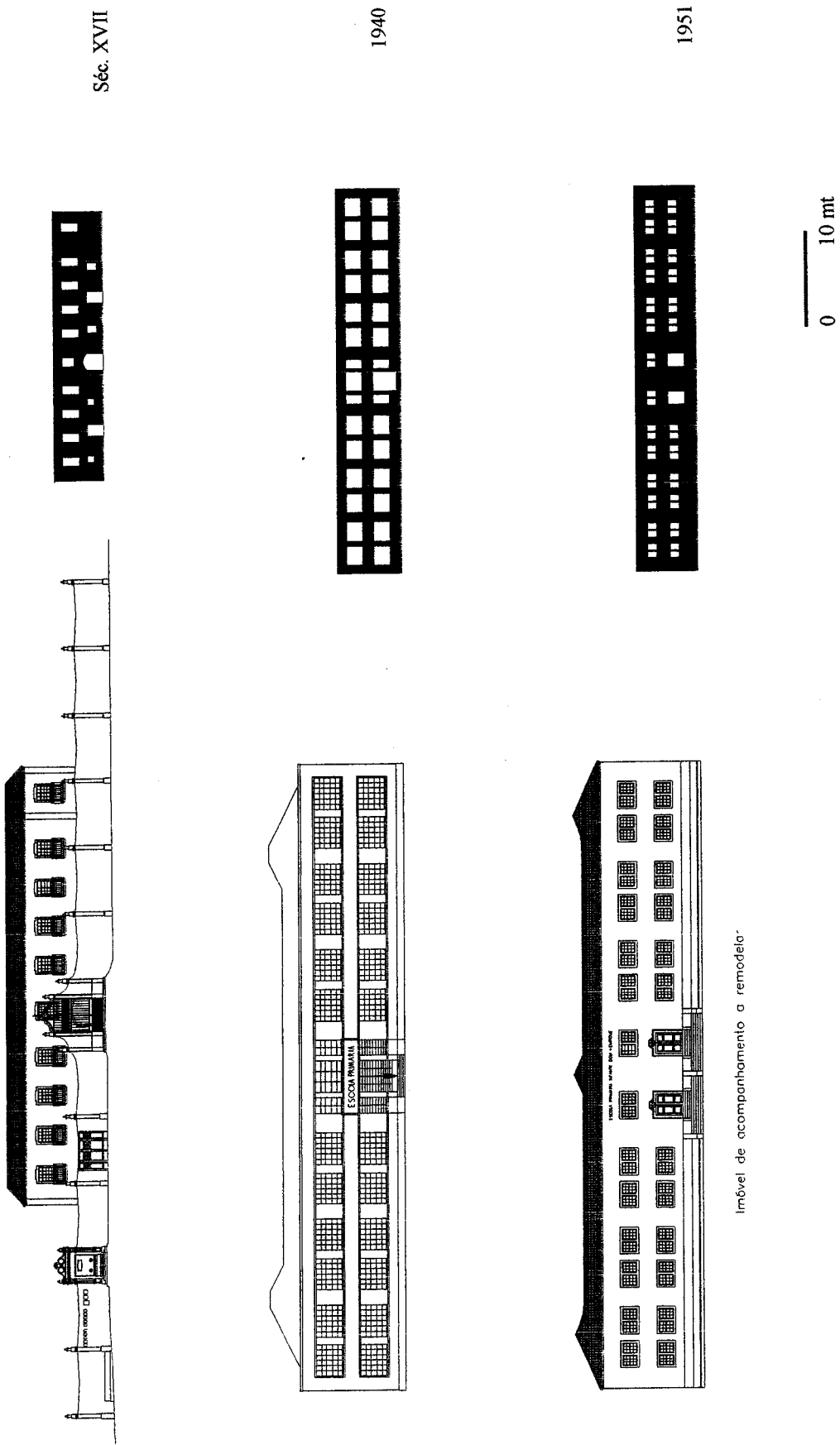


Fig. 112. Escola Primária Infante Dom Henrique, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (desenhos do autor).

3.1.2.4. BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO, 1939



Fig. 113. Banco Português do Atlântico, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1939.

ANTECEDENTES DO EDIFÍCIO DE 1939

Precedendo o edifício onde está instalada a agência angrense do BPA, existia um edifício designado como a “Casa do Bico Roxo”, por ter pertencido ao comerciante Francisco Lourenço da Silva, também conhecido por aquela alcunha.¹³²

A “Casa do Bico Roxo” possuía duas frentes, uma voltada para a Rua do Palácio, com o n.º 6 e com duas janelas em cada andar, e outra voltada para a Rua da Sé, com os n.ºs 52 e 60, tendo loja de comércio no rés-do-chão, cinco vãos no primeiro piso corridos por uma única varanda, quatro vãos e um óculo no piso superior e ainda uma torre (fig. 84).

¹³² LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p.324

O edifício confinava “a Norte com o prédio que pertencia a Luís Meireles do Canto e Castro Merens de Távora (depois edifício dos CTT) (...) a Nascente com casa e quintal pertencente a Fernando Clemente Brum e depois a Eugénio da Silva Camacho (...), a Sul e Poente com, respectivamente, as Ruas da Sé e do Palácio ”.¹³³

Em 1929, a “Casa do Bico Roxo” foi cedida pelos herdeiros daquele comerciante ao Montepio Terceirense (pela quantia de 200.000\$00 em moeda insulana), que a demoliu para, no seu lugar, construir o edifício actual.

PROJECTO E OBRA DO EDIFÍCIO DE 1939

O projecto do edifício do Montepio Terceirense, com data de 1936, foi encomendado ao engenheiro civil micalense Manuel António Vasconcelos¹³⁴ que já se distinguira, em S. Miguel, com obras de características modernistas, nomeadamente com o Casino das Furnas, de 1933, e o Hotel “Terra Nostra”, de 1935.

O edifício desenhado por Manuel António Vasconcelos é, certamente, o edifício do século XX mais interessante da cidade. As suas linhas modernistas, com os vãos rasgados horizontalmente na fachada, a composição valorizando o gaveto, e o interior com grandes espaços envolvidos por superfícies curvas, apresentam uma grande qualidade arquitectónica e denunciam uma actualizada cultura estética, provavelmente adquirida durante a longa estadia do autor em Paris.

A inauguração do edifício do Montepio Terceirense, ocorrida a 1 de Novembro de 1939, foi noticiada pela imprensa regional que lhe elogiou as *belas instalações*.

Na sua edição de 2 de Novembro, *A União* referia-se aquela inauguração e afirmava que o edifício era “(...) um dos mais elegantes da nossa cidade e muito veio embelezar a principal artéria citadina.”

¹³³ *Ibidem*

¹³⁴ Manuel António Vasconcelos nasceu em Ponta Delgada em 4 de Janeiro de 1907. Revelou desde muito cedo inclinação para a arte, nomeadamente para a música, chegando a receber lições de violino com o Professor Rocha Lamy e com o Maestro Licínio Costa.

Por interesses familiares, estudou engenharia na Bélgica e, por vocação, frequentou, nos anos 30, a Academia de Emile Renard, em Paris.

Regressado a São Miguel, paralelamente ao seu trabalho de engenheiro, dedicou-se ao desenho e à arquitectura, deixando vários projectos de influência modernista nas Ilhas de São Miguel e Terceira.

Em S. Miguel, os projectos mais interessantes a que esteve ligado foram o do “Bureau do Turismo” (1934); a “Barbearia Gil” (1942); o “Casino das Furnas” (1933) e o “Hotel Terra Nostra” (1935).

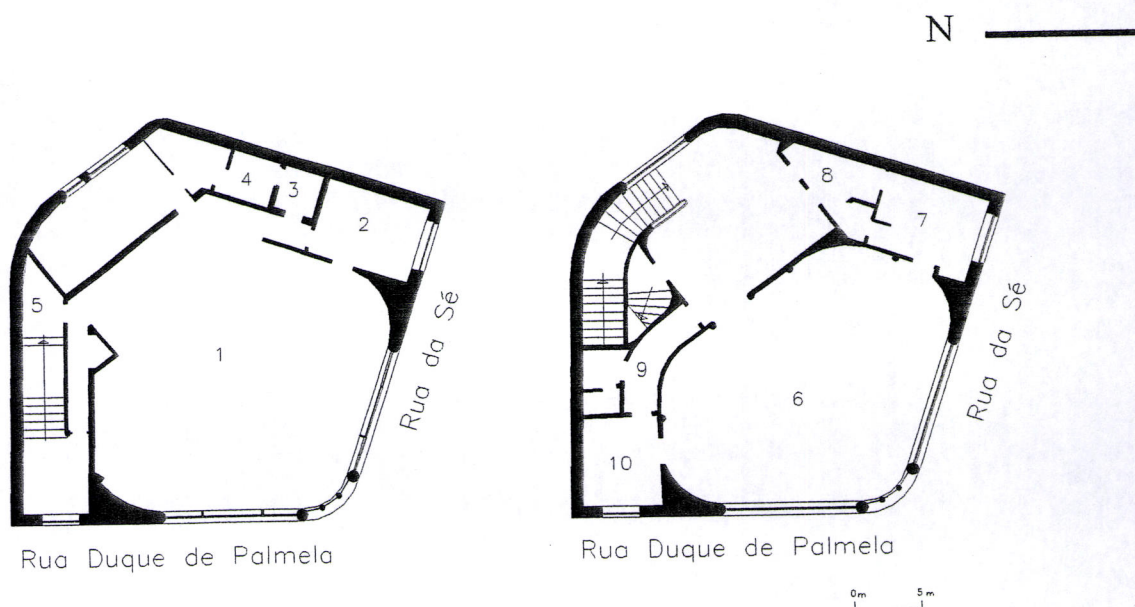


Fig. 114. Banco Português do Atlântico, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1939. Plantas do rés-do-chão e do 1º andar.
 1- zona do público; 2- gabinete do gerente; 3- cofre-forte; 4- antecâmara; 5- arrumos; 6- zona de serviços; 7- gabinete; 8- instalações sanitárias; 9- instalações sanitárias; 10- gabinete do sub-gerente (desenhos originais no Arquivo do Banco Português do Atlântico).

A 6 de Novembro, *A Pátria* noticiava, por sua vez, a inauguração da nova sede do Montepio Terceirense, destacando algumas passagens do discurso pronunciado pelo Dr. Henrique Braz, Presidente da Assembleia Geral daquela instituição.

Segundo o articulista, o Dr. Henrique Braz "(...) focou a necessidade daquele grande melhoramento (...) daquela importante obra, que ficou assim uma das melhores casas bancárias dos Açores (...)", salientando " a competência e dedicação do Sr. Engenheiro Cymbron (representante da firma construtora) assim como a boa vontade e também competência dos operários que ali trabalharam (...)".

Nenhum dos periódicos regionais fez qualquer referência ao projectista do edifício que, a julgar pelas afirmações acima referidas, nem no discurso inaugural foi referido.

Este edifício foi adquirido pelo Banco Português do Atlântico à Caixa Económica do Montepio Terceirense, sendo nele instalada a agência angrense daquele Banco, inaugurada a 2 de Maio de 1968.

Na inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980¹³⁵, este edifício foi classificado como “Imóvel de acompanhamento”, recomendando-se, como terapêutica, a sua “preservação com fidelidade.”

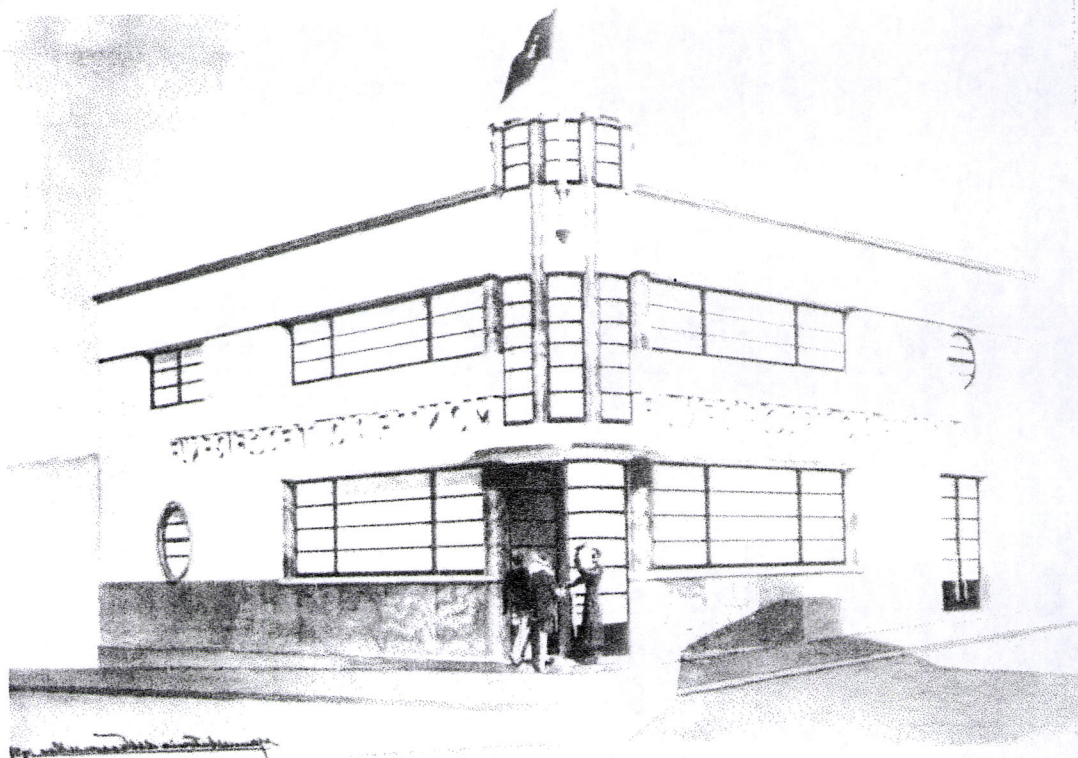
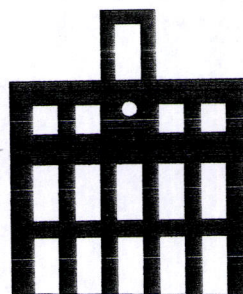
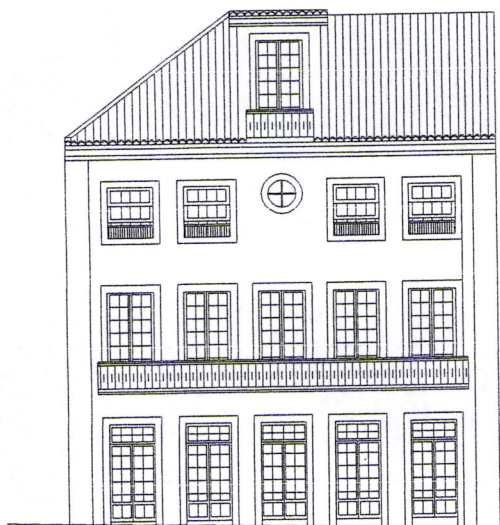
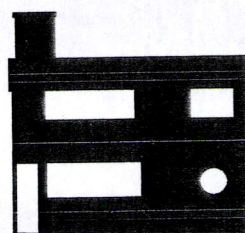
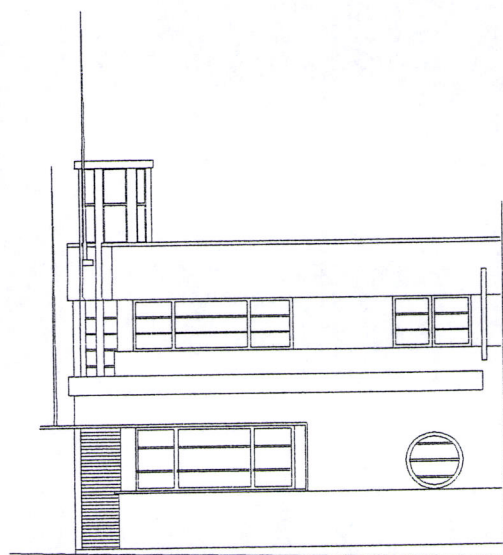


Fig. 115. Banco Português do Atlântico, em Angra do Heroísmo. Perspectiva da autoria do projectista.

¹³⁵ Ficha n.º 1332



Séc. XIX



1939

Imóvel de acompanhamento a
preservar c/ fidelidade

0 5 mt

Fig. 116. Banco Português do Atlântico, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (reconstituição do autor).

3.1.2.5. CORREIOS , TELÉGRAFOS E TELEFONES, 1949 E 1960



Fig. 117. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo. Conjunto de casas na Rua do Palácio e na Rua da Esperança que foram demolidas para dar lugar ao edifício construído em 1949.

O edifício dos C.T.T. de Angra do Heroísmo, concluído em 1949, ocupou o espaço anteriormente pertencente a dois prédios de Luís Meireles do Canto e Castro Merens de Távora, adquiridos por aquela instituição em 1941.

De acordo com a respectiva escritura de compra, datada de 12 de Maio desse ano, situava-se o primeiro prédio "na Rua Duque de Palmela, antiga Rua do Palácio (...) com os números de polícia oito a dôze (...) o segundo (...) na Rua Eduardo de Abreu, antiga Rua da Esperança (...) com os números de polícia vinte e um a vinte cinco (...)", confrontando, em conjunto, "(...) pelo Norte com a Rua Doutor Eduardo de Abreu; pelo Sul com prédio do Monte-Pio Terceirense; pelo Nascente com Tenente Coronel Manuel Mesquita; e pelo poente com Rua Duque de Palmela (...)" (doc.22).

O projecto do edifício, elaborado pelo arquitecto Adelino Nunes¹³⁶ em 1940, e aprovado a 9 de Junho de 1941, bem como a sua construção, fez parte do Plano Geral dos Novos Edifícios, decorrente do programa de renovação dos C.T.T., regulamentado pela lei nº 1959 de 3 de Agosto de 1937.

“Embora só legislado em 1937, os estudos que fundamentariam a modernização dos serviços tinham sido iniciados por volta de 1932-33”¹³⁷, pouco tempo depois da designação de Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas e da integração dos Correios, Telégrafos e Telefones naquele Ministério.

Por despacho de 22 de Setembro de 1932, Duarte Pacheco determinou à Administração Geral dos Correios e Telégrafos que organizasse “em prazo curto uma classificação dos agrupamentos urbanos do País segundo a importância dos serviços telégrafo-postais e telefónicos, tendo em atenção as condições especiais da evolução do elemento populacional, a valorização sob o ponto de vista de turismo e quaisquer outros factores que possam, num largo período, influir no desenvolvimento daqueles serviços.”¹³⁸

Determinava ainda o referido despacho ministerial que, de acordo com a mencionada classificação, a Administração Geral dos Correios deveria elaborar “uma série de programas-tipo dos edifícios a construir para a conveniente instalação dos serviços”, competindo à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais elaborar os “respectivos projectos, estabelecendo uma série de plantas-tipo e desenvolvendo cada uma delas em diverso alçados de harmonia com as características arquitectónicas e artísticas próprias das diversas regiões do País.”¹³⁹

¹³⁶ O arquitecto Adelino Alves Nunes (1903 – 1948), formou-se em Arquitectura pela ESBAL, em 1928.

Entre 1927 e 1933, Adelino Nunes contactou com as novas correntes de arquitectura estrangeira, enquanto seguia o percurso modernista do arq. Carlos Ramos com quem trabalhava e convivia. Os convívios organizados por Carlos Ramos – que na década de 30 se realizaram na Quinta do Condestável, em Meleças -, reuniram uma larga equipa de profissionais ligados aos projectos dos novos liceus e em que se destacava o arq. Jorge Segurado.

Adelino Nunes colaborou com este último arquitecto, não só nos projectos dos liceus, mas também no projecto para o concurso do Pavilhão Português à Exposição Colonial de Paris (1931), no do edifício de Barcarena (1934) e no dos interiores do edifício da Emissora Nacional.

A convite de Duarte Pacheco, integrou os quadros da DGEMN em 1934 e, com a constituição, em Novembro desse mesmo ano, da Comissão dos novos edifícios dos CTT, tornou-se responsável pela organização dos respectivos projectos.

¹³⁷ SOUSA BÁRTOLO, CARLOS HUMBERTO MATEUS DE, *Desenho de Equipamento no Estado Novo: As Estações de Correio do Plano Geral de Edificações*, Dissertação de Mestrado em Design Industrial, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997, cap. 2

¹³⁸ *Ibidem*

¹³⁹ *Ibidem*

A Comissão de Estudo dos Novos Edifícios dos CTT¹⁴⁰, criada por portaria de 16 de Novembro de 1934, apresentou, a 2 de Abril de 1936, “o seu relatório final, no qual eram apresentados os seis projectos-tipo que respondiam ao desejado pelos Correios.”¹⁴¹

De acordo com o relatório, os projectos-tipo apresentados eram apenas “programas gráficos suficientemente pormenorizados” que deveriam permitir “elaborar os projectos definitivos de cada construção (...) [os quais] só teriam que ter em conta as características locais dos serviços dos CTT como a configuração e orientação dos terrenos, a paisagem e a arquitectura local (...)”

“Dos seis projectos-tipo, três dos de menores dimensões (estação tipo I, a sua variante I-A, e a estação tipo 2) apresentavam diferentes tipos de alçado, que iam do modelo tradicional ao modelo moderno, correspondendo esta possibilidade de escolha à possível correcta integração na “arquitectura local” ou “conjunto arquitectónico” (...)”¹⁴²

Ainda em 1936, “o relatório, os projectos-tipo, as estimativas de valores e de prazos das suas construções seriam analisados pelo Conselho Superior de Obras Públicas”¹⁴³, recebendo aprovação superior.

¹⁴⁰ Esta Comissão era composta por um delegado da Administração-Geral dos CTT, engenheiro Duarte Calheiros, um delegado da DGEMN, engenheiro Roberto Espregueira Mendes, e pelo arquitecto Adelino Gomes

¹⁴¹ Segundo SOUSA BÁRTOLO, *ob.cit.*, cap.2, “Pela leitura do relatório é visível o pensamento racionalista que regeu a concepção dos projectos-tipo (...) Duas ideias reforçam a modernidade na concepção destes projectos (...) “As paredes mestras serão de um modo geral de alvenaria, e adoptar-se-ão materiais mais leves, como tijolo ou metal distendido, para as divisórias interiores. Desta forma é possível, dada a regularidade das plantas, estabelecer para os pavimentos uma estrutura de betão armado, que permita deslocar mais tarde essas divisórias (...) O aspecto exterior dos edifícios, se bem que para cada caso se ache subordinado a um determinado conjunto arquitectónico, resultará sempre das necessidades internas dos diferentes serviços, acusando-se assim exteriormente o destino das suas instalações (...)”. Se na primeira é reconhecível o propósito de criar uma flexibilidade na compartimentação interior, que se poderia aproximar do conceito de planta livre de Corbusier (...), a segunda corresponderia a um dos princípios de base da arquitectura moderna, a da correspondência das fachadas à planta (...)”

¹⁴² SOUSA BÁRTOLO, *ob.cit.*, cap. 2

¹⁴³ O Conselho Superior de Obras Públicas, a que pertencia o arquitecto Carlos Ramos, elogiou o trabalho realizado, fazendo, entre outras, a seguinte observação: “com referência à parte propriamente arquitectónica, do mesmo modo se tem que proceder: todos os modelos de fachadas dos futuros edifícios têm bonito aspecto, simples e despretençioso, mas de acentuado valor artístico (...)”

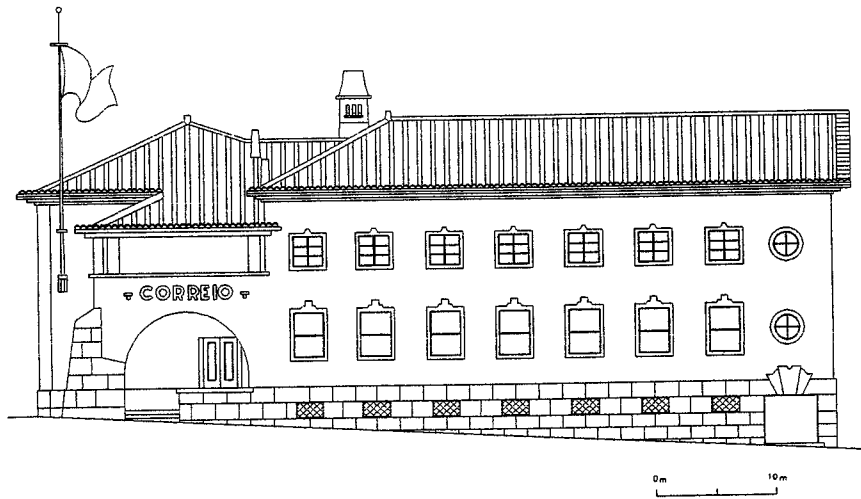


Fig. 118. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1949. Alçado da Rua do Palácio (original no Arquivo dos CTT).

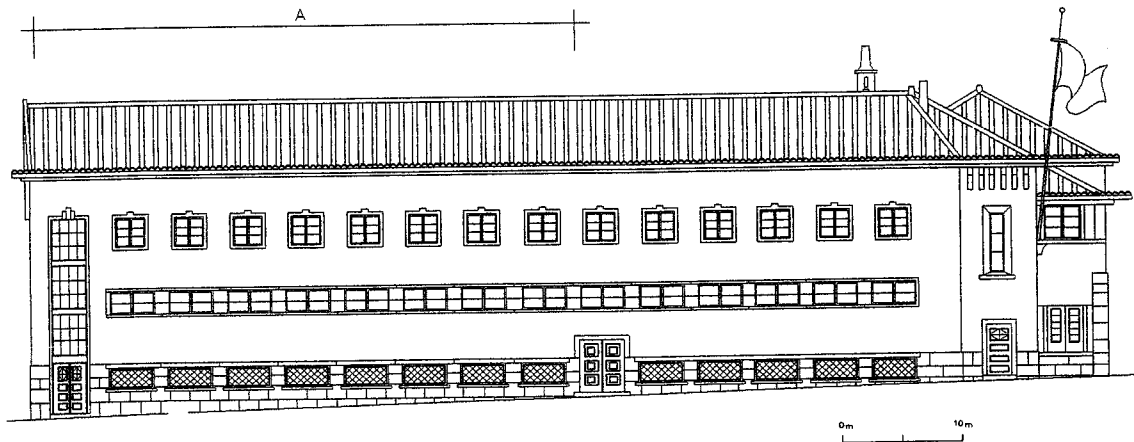


Fig. 119. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1949. Alçado da Rua da Esperança. A- Ampliação construída nos anos 50 (original no Arquivo dos CTT).

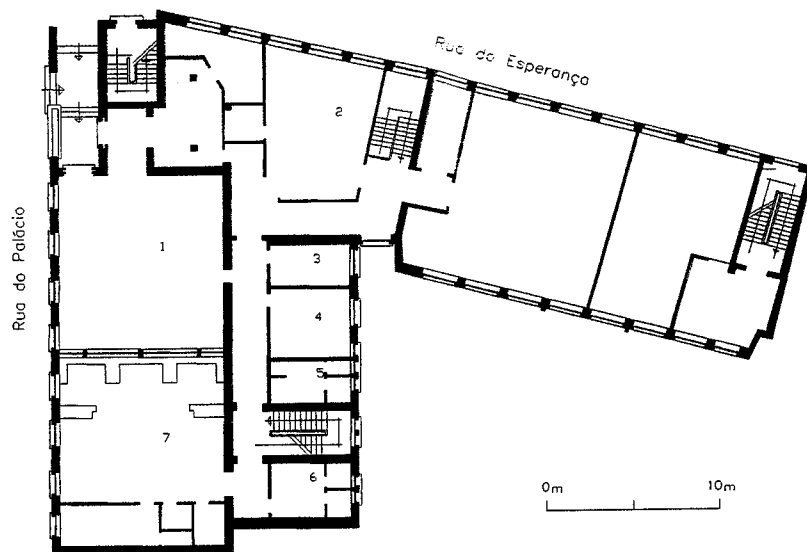


Fig. 120. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo, com a ampliação construída nos anos de 1950. Planta do rés-do-chão.
 1- sala de público; 2- registos; 3- chefe estação; 4- adjunto; 5- I.S.; 6- I.S.; 7- acesso; 8- habitação do director; 9- refeitório; 10- cozinha; 11- acesso à habitação do director (original no arquivo dos CTT). (original no arquivo)

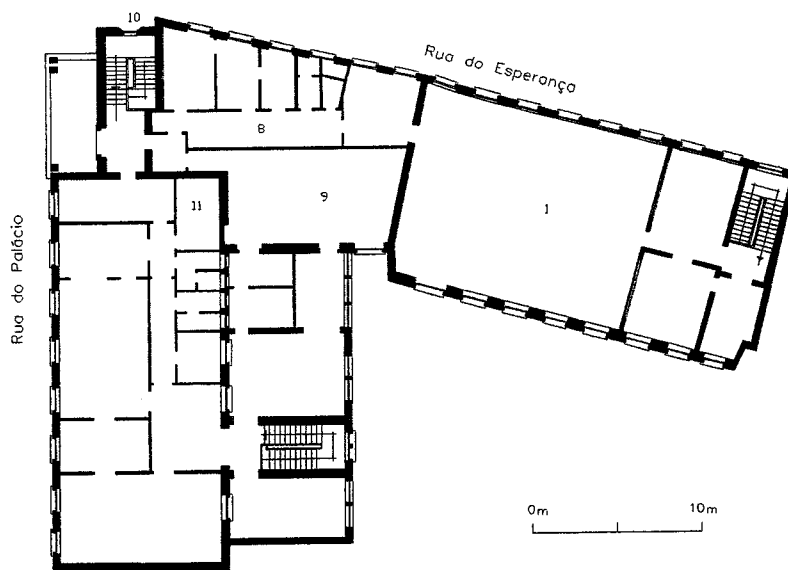


Fig. 121. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo, com a ampliação construída nos anos de 1950. Planta do 1º andar.
 1- sala de público; 2- registos; 3- chefe estação; 4- adjunto; 5- I.S.; 6- I.S.; 7- acesso; 8- habitação do director; 9- refeitório; 10- cozinha; 11- acesso à habitação do director (original no arquivo dos CTT). (original no arquivo)

O Plano Geral de Edificações, implementado a partir de 1937 e com uma previsão para cinco anos, prolongou-se por muito mais tempo e, “quando em 1950 se realizou um relatório que resumia a realização do Plano até essa data já era referida a existência de um conjunto de edifícios que não tinham sido construídos por esgotamento dos meios financeiros”¹⁴⁴.

A construção dos CTT de Angra do Heroísmo, cuja adjudicação se verificara em Novembro de 1941, prolongou-se até Fevereiro de 1949, devido não só às alterações introduzidas no projecto aprovado, mas também às dificuldades na “obtenção e transporte de materiais e à falta de mão de obra especializada”¹⁴⁵.

O projecto do edifício angrése dos CTT, elaborado, como referido, pelo arquitecto Adelino Nunes, inseriu-se no tipo 2, ou seja, no conjunto de projectos destinados às estações de Correios de menores dimensões.

Quanto ao desenho dos alçados, o projecto enveredou pelo modelo tradicional – a opção entre este modelo e o moderno era admitida nos projectos-tipo -, o que se conjugava com as ideias do arquitecto que, na qualidade de membro da Comissão dos Novos Edifícios dos CTT, defendera “a utilização de uma linguagem mais vernacular (...) para as localidades de menores dimensões (...) onde possivelmente o modernismo mais dificilmente seria integrado e compreendido”¹⁴⁶.

Tal como se verificou noutros edifícios dos CTT projectados pelo arquitecto Adelino Nunes – os das estações de Alcobça, Alenquer, Barcelos, Coruche, Crato, etc -, o edifício angrése dos CTT caracteriza-se por um desenho regionalista, apresentando-se os diferentes corpos diferenciados entre si por avanços e recuos dos alçados.

Por ser um edifício de gaveto, o arquitecto tirou partido dessa situação, colocando aí a entrada principal para o público e evidenciando-a com um grande arco com “contraforte”, em pedra da região, sobre o qual um alpendre com cachorros diferencia a parte do edifício onde se situa a residência do chefe de serviço, com acesso discreto.

A inauguração do edifício, ocorrida a 7 de Fevereiro de 1949, foi noticiada pela imprensa regional que seguira atentamente a evolução das obras de construção.

Assim, na sua edição de 8 de Fevereiro de 1949, o *Diário Insular* afirmava que o “edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones (...) constitui uma lição para quantos o visitaram minuciosamente (...) Na realidade, tudo no vasto edifício, se nos afigurou certo, irrepreensível, surpreendente mesmo, na sobriedade de todas as dependências (...)

¹⁴⁴ SOUSA BÁRTOLO, *ob. cit.*, cap.2

¹⁴⁵ *Idem*, p.193

¹⁴⁶ *Ibidem*

Através das muitas salas só notámos ordem, mobiliário cientificamente concebido e bem executado, e completos meios para o desenvolvimento normal dos diversos serviços (...)"

Mas, decorridos poucos anos da sua inauguração, o edifício angrês já não satisfazia todas as necessidades previstas e, por isso, a administração dos CTT decidiu fazer obras de ampliação.

Com esse objectivo, os CTT adquiriram a casa anexa a Nascente, na Rua da Esperança, pertencente à família do Tenente Coronel Manuel Mesquita.

Dos edifícios demolidos na Rua do Palácio e na Rua da Esperança existe um levantamento muito simplificado no arquivo dos CTT (figs. 123 e 124).

Existe também uma planta da casa de D. Maria Mesquita, (reconstituída com auxílio de um dos familiares) e um alçado elaborado com base em fotos antigas (fig.125).

Este edifício foi classificado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980¹⁴⁷, como "imóvel profundamente dissonante, a remodelar".

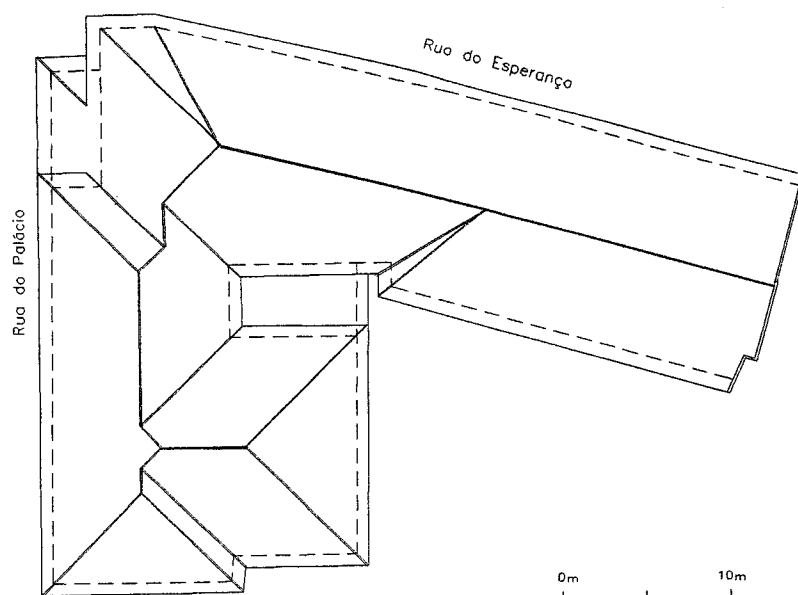


Fig. 122. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo. Planta de cobertura (original no Arquivo dos CTT).

¹⁴⁷ Ficha n.º 1331

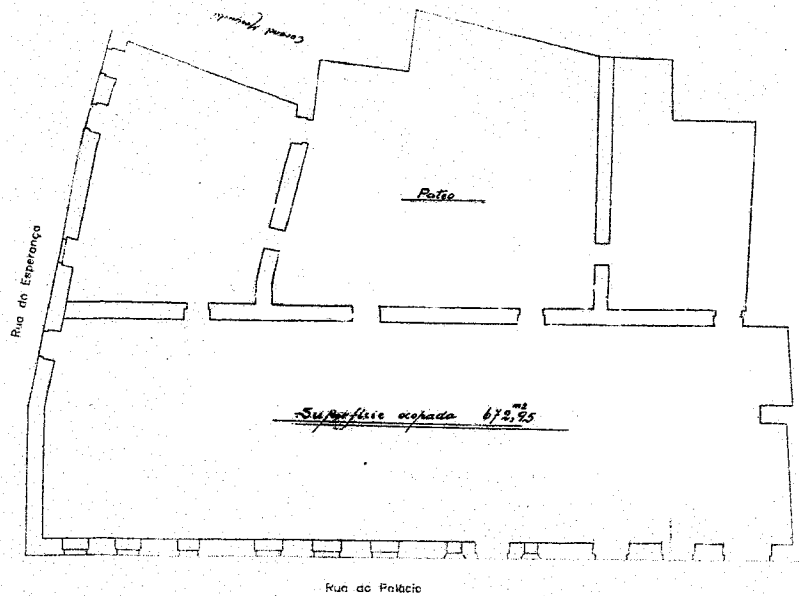


Fig. 123. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo. Levantamento dos dois edifícios adquiridos pelos CTT para construção das suas novas instalações. Original no Arquivo dos CTT (desenho dos anos de 1940).

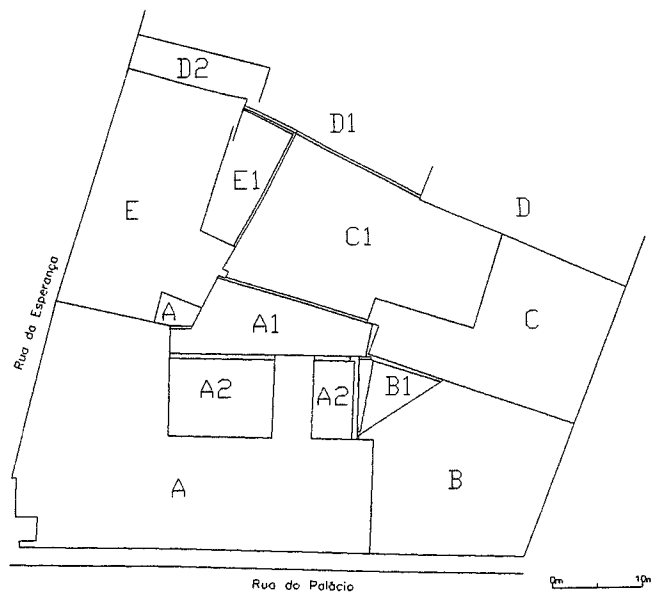


Fig. 124. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo. Desenho do conjunto dos edifícios e pátios que envolviam o edifício dos CTT antes da ampliação.
 A- CTT; A₁- terraço CTT; A₂- pátio CTT; B- Montepio Terceirense; C - casa de Eduardo Gouveia; C₁- jardim de Eduardo Gouveia; D- Banco de Portugal; D₁- jardim do Banco de Portugal; D₂- terraço do Banco de Portugal; E- casa de D. Maria Cristina Mesquita; E₁ - pátio de D. M. C. Mesquita. Original no Arquivo dos CTT (desenho dos anos de 1940).

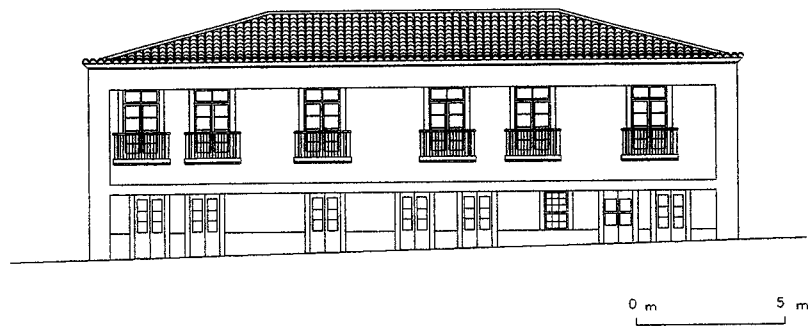
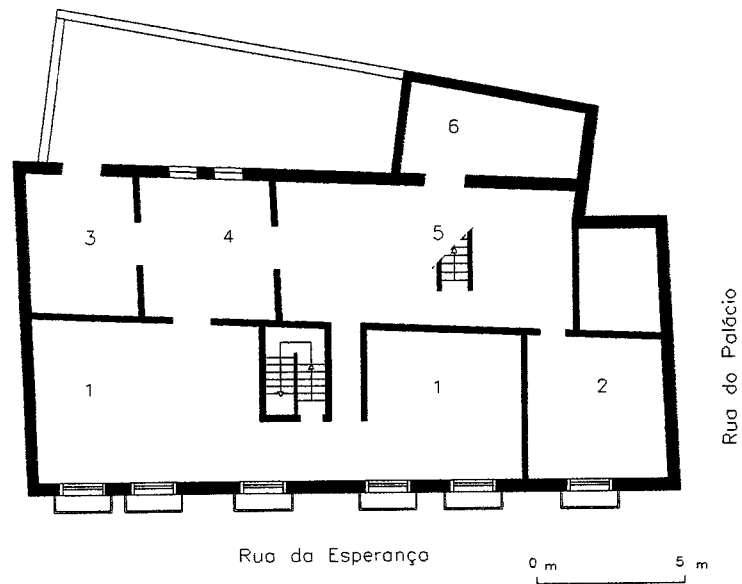


Fig. 125. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo. Casa da D. Maria Cristina Mesquita, adquirida nos anos de 1950 pelos CTT, para ampliação dos seus serviços. (reconstituição do autor).
 Em cima: planta do primeiro andar.
 1- sala ; 2- quarto; 3- escritório; 4- sala de piano; 5- sala de estar; 6- cozinha.
 Em baixo: alçado voltado para a rua da Esperança

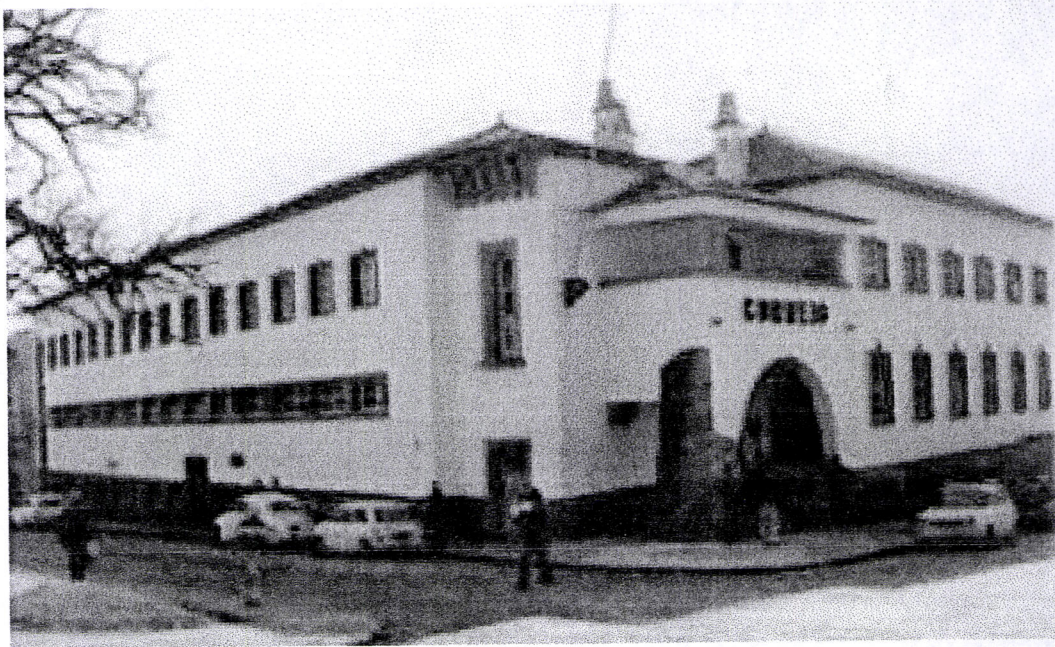
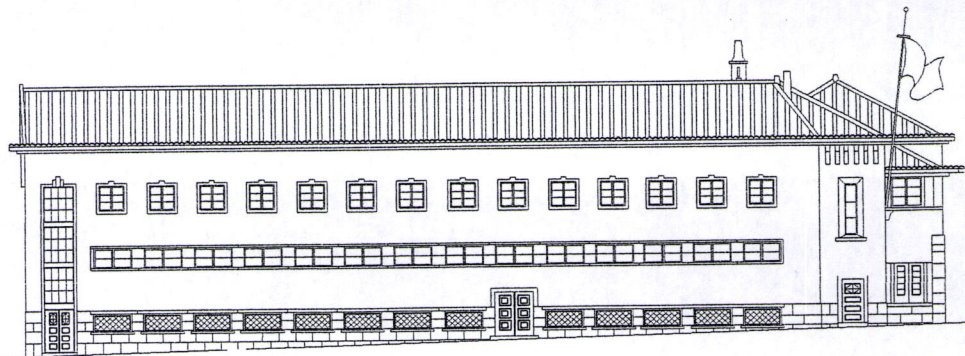


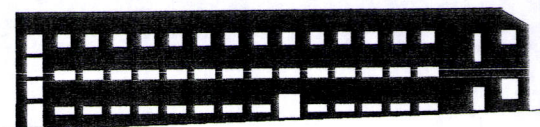
Fig. 126. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo (fotografia de 1999).



séc. XVIII



1949



0 10 mt

Fig. 127. Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo. Alçado da Rua da Esperança. Evolução arquitectónica (reconstituição do autor).



Fig. 128 - Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo. Integração no conjunto (reconstituição do autor)

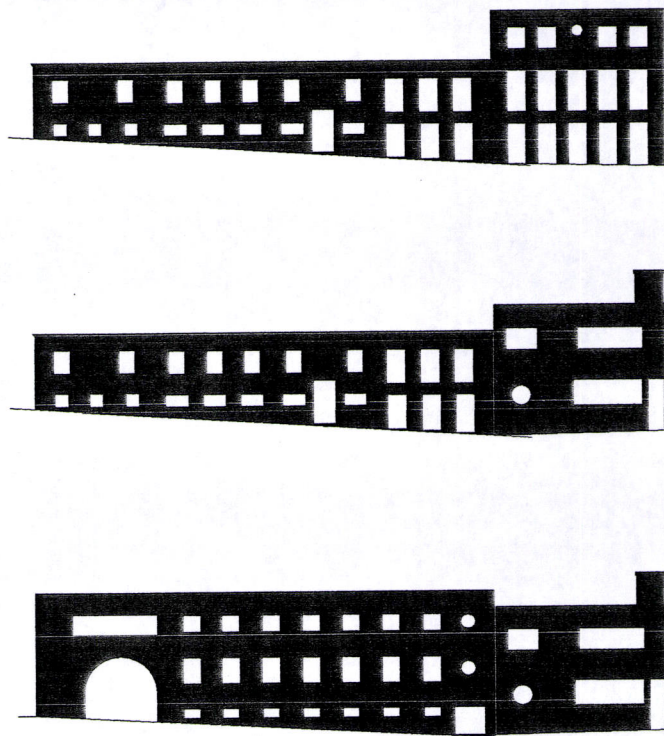


Fig. 129 - Edifício dos CTT, em Angra do Heroísmo. Integração no conjunto.

3.1.2.6. Palácio Bettencourt, 1951



Fig. 130. Palácio Bettencourt, em Angra do Heroísmo. Fachada principal (fotografia do início do século XX).

O actual edifício do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo é um bom exemplo de uma obra de restauro, adaptação e ampliação com o acompanhamento da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nos anos de 1950.

Trata-se do Solar dos Viscondes de Bettencourt, "(...) antiga e sólida construção da segunda metade século XVII, de arquitectura barroca, sóbria mas elegante"¹⁴⁸, situado no gaveto das ruas Conselheiro Jacinto Cândido e Rio de Janeiro, em frente à actual Direcção Regional da Educação (antigo Palácio Episcopal e posteriormente Junta Geral).

¹⁴⁸ LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE, "Relatório sobre os trabalhos efectuados no Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo durante o ano de 1951", *Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo*, vol.1., nº3, Angra do Heroísmo, 1951, p.282

Construído, como se supõe, por Vital de Bettencourt Vasconcelos (Capitão-Mor de Angra em 1671)¹⁴⁹ o Solar manteve-se na posse desta família até 1887, tendo sido, neste ano, adquirido pelo Estado que, pouco depois o colocou à disposição do Bispo de Angra (desalojado do Paço Episcopal em virtude do incêndio de 1885).

Tendo sido ocupado pelo Liceu Nacional de Angra entre 1900 e 1911, foi nesta data "(...) arrendado à Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones que nele instalou a Estação dos CTT desta cidade (...)"¹⁵⁰.

Em 1948 o Estado cedeu o edifício à Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, para aí serem instalados "(...) o Arquivo Distrital e o Museu Regional de Angra do Heroísmo, cuja criação, já então solicitada, se verificaria dentro em breve (...)"¹⁵¹.

Ao visitar nesse mesmo ano o antigo Solar dos Bettencourt, o Director do Arquivo Distrital verificou que este se encontrava num "(...) precário estado de conservação (...), [embora] "os alçados e planta (...) não [tivessem sofrido] alterações de grande importância com o decorrer dos séculos (...)"¹⁵².

Da descrição então elaborada, transcrevemos algumas das passagens que permitem ter uma ideia do edifício antes da intervenção que veio a sofrer.

"(...) A porta principal, rasgada a meio do frontispício, apresenta um portal de boa cantaria, flanqueado por duas colunas torças (salomónicas), encimadas por capitéis coríntios, artisticamente esculpidos em pedra da região. No entablamento (...) um frizo com ornamentação vegetalista, habilmente lavrada em cantaria.

Sobre a porta principal (...) uma vasta cartela rectangular, com larga moldura vegetalística, destinada a um brasão de armas ¹⁵³.

¹⁴⁹ Segundo MANUEL COELHO BAPTISTA DE LIMA, *ob. cit.*, p.284, anteriormente à eleição de Vital de Bettencourt Vasconcelos como Capitão-Mor de Angra, a família Bettencourt não possuía qualquer palácio nesta cidade, visto que na planta desenhada por Jan Huygen van Linschoten, datada de 1595, onde estão registadas as principais casas nobres de Angra, não há qualquer referência ao Palácio Bettencourt e, na área onde este foi construído, apenas estão assinaladas "umas quantas casas, pequenas e incaracterísticas".

¹⁵⁰ LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE, *ob. cit.*, p.285

¹⁵¹ *Ibidem*

¹⁵² *Idem*, p.282

¹⁵³ Esse brasão da família Bettencourt, removido depois da aquisição do edifício pelo Estado, foi posteriormente recolocado no edifício.

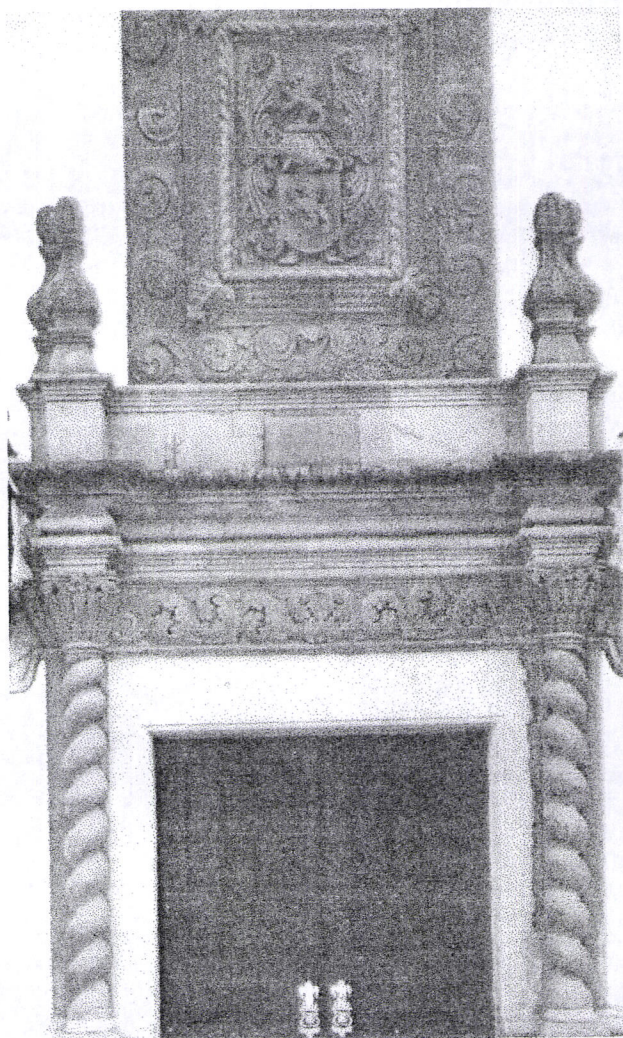


Fig. 131. Palácio Bettencourt, em Angra do Heroísmo. Porta principal .

As janelas do andar nobre, tanto as da fachada principal como as da fachada lateral, são de sacada, amplas, simetricamente rasgadas e emolduradas por cantarias altas e bem trabalhadas, ao gosto da época. As sacadas, porém, são de ferro fundido e devem datar de meados do século XIX.

Passando a porta principal entra-se no átrio, para onde abrem duas portas laterais das salas do rés-do-chão, uma de cada lado.

Na parede do fundo, em frente à porta principal, notam-se três arcos abatidos, de cantaria da região, sendo o central de maiores proporções, na frente dos quais se levantam outros tantos arcos, da

mesma pedra, simetricamente expostos, formando no conjunto um pequeno vestíbulo abobadado, onde nasce a escadaria principal que conduz ao andar nobre.

Esta escadaria, também de cantaria da região, suave e bem lançada, bifurca-se a meia altura, em dois lanços paralelos, que terminam noutra pequeno vestíbulo para onde abrem portas do primeiro andar, uma ao centro e uma de cada lado, dispostas simetricamente.

No rez do chão encontram-se as salas, quatro das quais de boas dimensões, e ainda a cozinha e a antiga cavalaria do Palácio.

No primeiro andar contam-se doze salas, sendo, porém, algumas delas de acanhadas dimensões e estando incluídos neste número os gabinetes existentes na torre quadrangular do edifício voltada ao Sul.

Esta torre possui ainda um segundo andar com duas salas, sobre as quais corre um terraço, donde se desfruta uma bela vista panorâmica da cidade e arredores.

Faz ainda parte do imóvel um amplo quintal com área muito superior à do Edifício e que será utilizado, em grande parte, na sua ampliação.

As portas, tanto do rés-do-chão como do andar nobre, são de cedro e almofadadas com molduras ao gosto da época, apresentando as últimas artístico trabalho de talha.

As portadas da janela de 1º andar, voltadas à via pública, são também de cedro e madeiras do Brasil, conservando os seus antigos postigos com vestígios das primeiras ferragens.”¹⁵⁴

Dado o crítico estado de conservação do Palácio, o Director do Arquivo Distrital considerou indispensável uma vistoria “pelas entidades competentes”, antes que se processe à transferência daqueles serviços (instalados até essa altura no extinto Convento da Graça).

Dessa vistoria, realizada a 30 de Setembro de 1949, “(...) resultou a condenação de todos os pavimentos, por falta de resistência (...)” e o reconhecimento da indispensabilidade de “(...) diversas obras de consolidação, restauro e reparação (...) o restabelecimento das paredes anteriormente retiradas, a substituição dos velhos e carcomidos soalhos por pavimentos de betonilha de cimento ou betão armado com acabamento em parquetado de madeira, substituição dos velhos rebocos por outros mais consistentes, contendo substâncias isoladoras da humidade, construção de instalações sanitárias e uma instalação eléctrica devidamente entubada em material estanque, na zona destinada ao Arquivo Distrital (...).”¹⁵⁵

¹⁵⁴ LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE, *ob. cit.* pp.282-283

¹⁵⁵ *Idem*, p.286

As obras realizadas no antigo Palácio, constituíam uma primeira fase de um projecto mais amplo, que implicou a ampliação do edifício, por se considerar “insuficientíssima” para os serviços do Arquivo a primitiva área do edifício .

Nas obras de restauro, adaptação e ampliação do antigo Solar dos Bettencourt, realizadas com o acompanhamento da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, como já foi dito, prevaleceu a filosofia da época quanto a este tipo de intervenções, ou seja, a de conservar ou recuperar todos os vestígios possíveis do edifício original, retirando-lhe todos os elementos que *a posteriori*, tivessem contribuído para a sua adulteração.

Quanto à ampliação, prevaleceu o princípio do *pastiche*, tendo sido construído um novo corpo com o desenho e elementos arquitectónicos recolhidos do edifício original.

Em consonância com as ideias vigentes sobre a recuperação de edifícios históricos, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais decidiu, em 1950, sujeitar o antigo Solar a nova intervenção que lhe imprimisse alguma monumentalidade.

Coube ao Arquitecto Álvaro da Fonseca, técnico daquela Direcção Geral, fazer “(...) o estudo de alguns pormenores da reintegração da fachada principal e lateral deste edifício e bem assim do arranjo da zona que envolve a cabeceira da Sé Catedral (...)”¹⁵⁶

O arranjo acima referido consistiu na demolição do muro alto que envolvia o jardim das traseiras da Igreja da Sé para, numa atitude muito própria da época, *desafogar* a fachada principal do Palácio, debilitando a força da rua (ver texto sobre “Traseiras da Sé”).

Aquando da Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980¹⁵⁷, este edifício foi classificado como “imóvel de grande qualidade”, sendo a terapêutica recomendada a de “preservar com fidelidade”.

¹⁵⁶ Idem, p. 287

¹⁵⁷ Ficha n.º 350

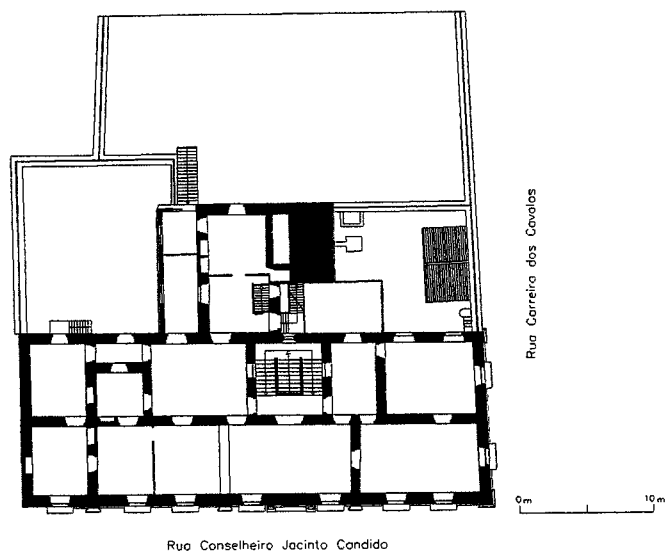
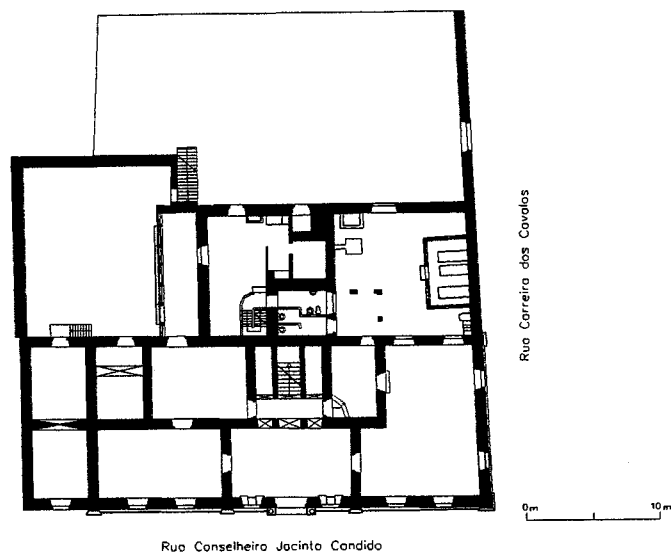


Fig. 132. Palácio Bettencourt, em Angra do Heroísmo. Plantas do rés-do-chão e 1º andar do edifício antes da ampliação (original na Direcção Regional das Obras Públicas).

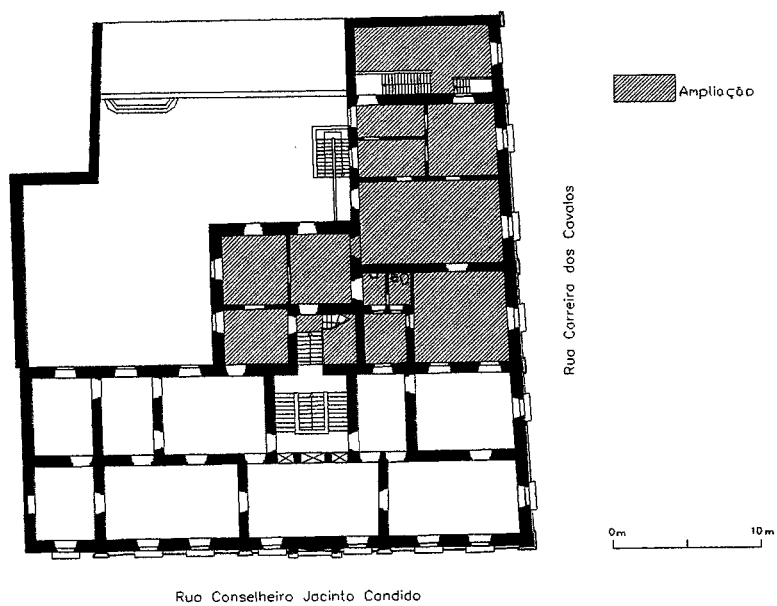
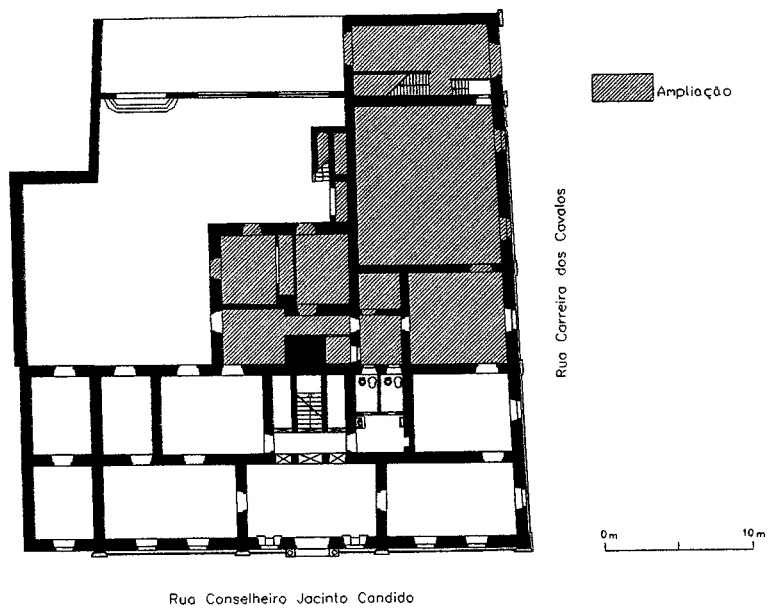
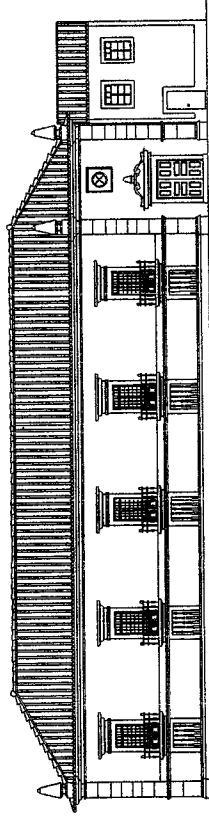
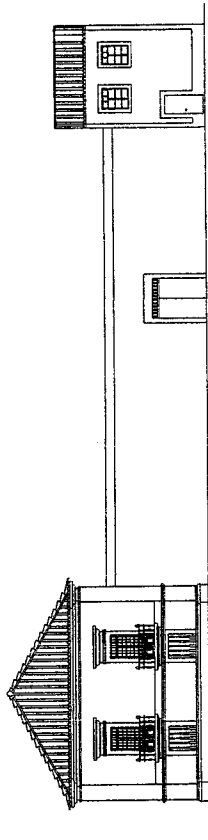


Fig. 133. Palácio Bettencourt, em Angra do Heroísmo. Plantas do rés-do-chão e 1º andar do edifício depois da ampliação (original na Direcção Regional das Obras Publicas).



Imóvel de grande qualidade a remodelar c/ fidelidade

0 10 mt

Fig. 134. Palácio Bettencourt, em Angra do Heroísmo. Alçado da Rua Carreira dos Cavalos, antes e depois da ampliação (desenhos do autor).

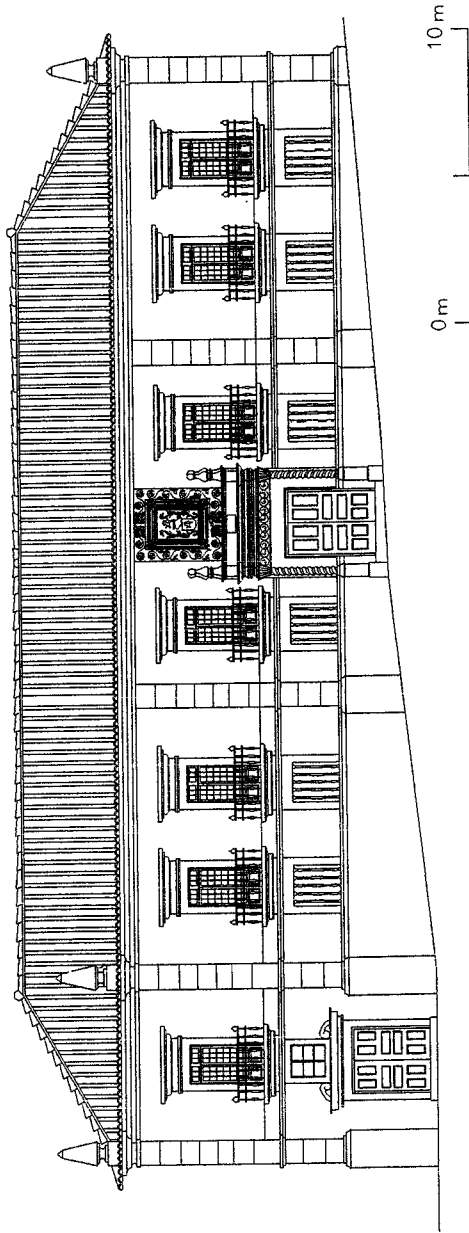


Fig. 135. Palácio Bettencourt, em Angra do Heroísmo. Alçado voltado à Rua Conselheiro Jacinto Cândido/Rua da Rosa (desenho do autor).

3.1.2.7. Direcção Regional da Educação, (1910¹⁵⁸)1953



Fig. 136. Direcção Regional da Educação, em Angra do Heroísmo. Alçado principal. (Fotografia de 1980).

Em 1911, a Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo comprou o antigo Paço Episcopal, para nele instalar os seus serviços.

O Paço Episcopal evoluíra, no decorrer dos tempos, a partir de umas casas localizadas junto da Sé e “pegadas com o adro dela”, doadas por D. João III à Diocese de Angra, “para aposento do bispo da dita cidade que ora é e ao diante for”¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Projecto não construído

¹⁵⁹ Carta de doação passada por D. João III à Sé de Angra do Heroísmo, datada de 3 de Novembro de 1544, citada por PEDRO DE MERELIM, *As 18 Paróquias do Concelho de Angra do Heroísmo*, ed. Tipografia Minerva Comercial, Angra do Heroísmo, 1974, pp. 533, 534

Tratava-se, segundo descrição feita na própria carta de doação, de “duas casas de morada com suas câmaras e cozinhas e um quintal em face da rua (...) e as ditas casas partem da banda de Levante com a Carreira dos Cavalos, e Norte com a rua que vai para as Dadas, e do Poente com casas e quintal de Brás Pires do Canto e do Sul com chãos e casas de Domingos Gonçalves (...)”

A residência episcopal foi melhorando gradualmente até ganhar a dimensão de palácio, compondo-se o seu andar nobre de várias salas, dentre as quais a sala de visitas e a sala de dossel onde “os prelados concediam as audiências particulares e se realizavam os exames sinodais”.¹⁶⁰

No rés-do-chão ficavam os serviços da câmara eclesiástica.

Devido ao incêndio que deflagrou na ala norte do palácio em Julho de 1885, este ficou “desabitado e em ruínas” até 1902, altura em que o bispo D. José Manuel do Carvalho se alojou “numa parte do antigo palácio que fora restaurado à pressa”.¹⁶¹

O governo, através do decreto de 8 de Abril de 1903, concedeu um “subsídio anual de 500\$000 reis, destinado a custear as obras de reparação do Paço, orçadas em dois contos setecentos e tantos mil reis”.¹⁶²

Na Secretaria Regional das Obras Públicas e Equipamentos de Angra do Heroísmo, existe um desenho não datado, à escala 1:100, da “Elevação principal de um projecto de reconstrução das fachadas e mais obras necessárias no edifício que serve de residência ao prelado diocesano e onde se acham estabelecidas as repartições eclesiásticas”, que se destinava, provavelmente, ao Paço Episcopal, mas que nunca foi executado (fig. 137).

Após o falecimento de D. José Cardoso Correia Monteiro (o último bispo a residir neste Paço), a 20 de Junho de 1910, foi anunciada a “vacância da Diocese” e o antigo Palácio Episcopal foi, em 1911, confiscado pelo Estado e, algum tempo depois, comprado pela Junta Geral.

Vítima de novo incêndio, ocorrido a 19 de Setembro de 1919, foi posteriormente restaurado e ampliado para aproximadamente o edifício que é hoje.¹⁶³

Em 1953, com projecto da autoria do arquitecto Fernando Sousa, o edifício então existente, onde funcionava a Junta Geral do Distrito de

¹⁶⁰ MERELIM, PEDRO DE, *ob. cit.*, p. 535

¹⁶¹ *Idem*, p. 538

¹⁶² *Idem*, p. 535

¹⁶³ Segundo o *Ante Plano de Urbanização de Angra*, elaborado em 1946, o Edifício da Junta Geral, “depois de um incêndio foi em parte reconstruído com muito mau gosto e com alguns caprichos que mereceriam ser destruídos se o Edifício oferece condições de ser protegido.” Deste edifício de 1946 não se conhece qualquer fotografia.

Angra do Heroísmo, sofreu obras de alteração e consolidação da sua parte central.

Essas obras prolongaram-se até 1953, altura em que o edifício foi inaugurado.

O desenho valoriza a parte central do edifício, com ampliação dos seus vãos centrais coroados com um escudo da República e ladeados por duas colunatas de cantaria (fig. 138).

Na ficha de Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980¹⁶⁴, o edifício foi classificado como “Imóvel de grande qualidade (com profundas dissonâncias parciais)” e a terapêutica recomendada foi a de “preservar com fidelidade”.

¹⁶⁴ Ficha n.º 304

Projecto de reconstrução das fachadas e uma das necessárias ao edifício que serve
de residência ao Prelado, dioceses e outras obras estabiles.
edificadas em substituição de outras

Edifício principal

Escalão 401-402

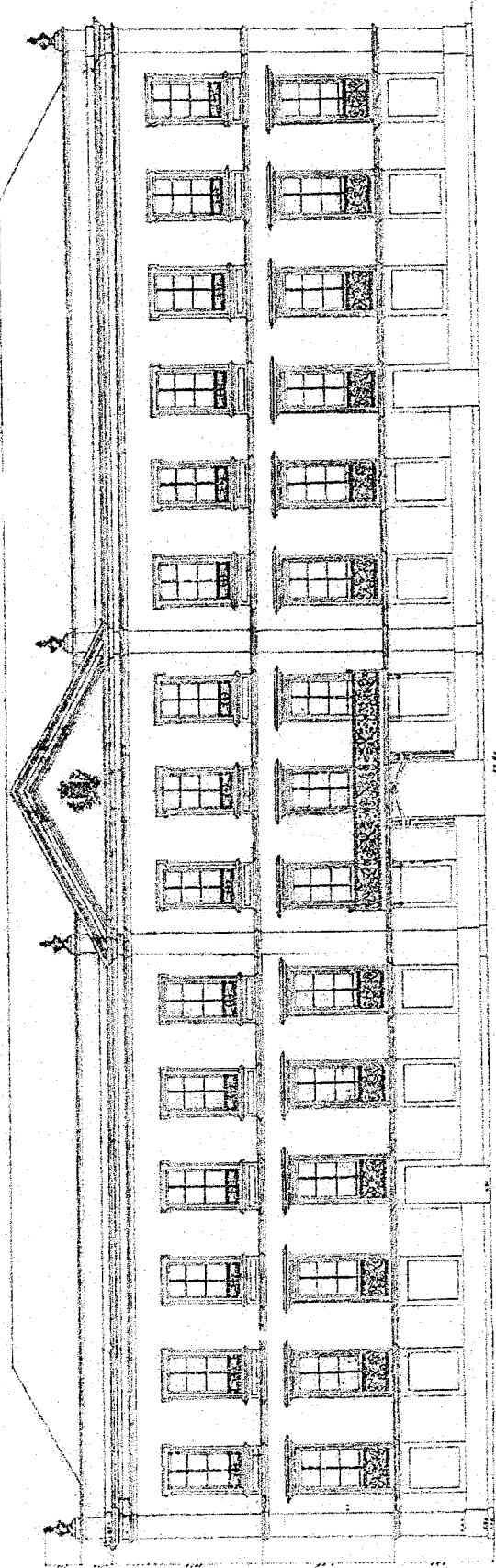


Fig. 137. Projecto para a reconstrução do Paço Episcopal, em Angra do Heroísmo. Não construído (original no Arquivo da Secretaria Regional das Obras Públicas e Equipamentos).

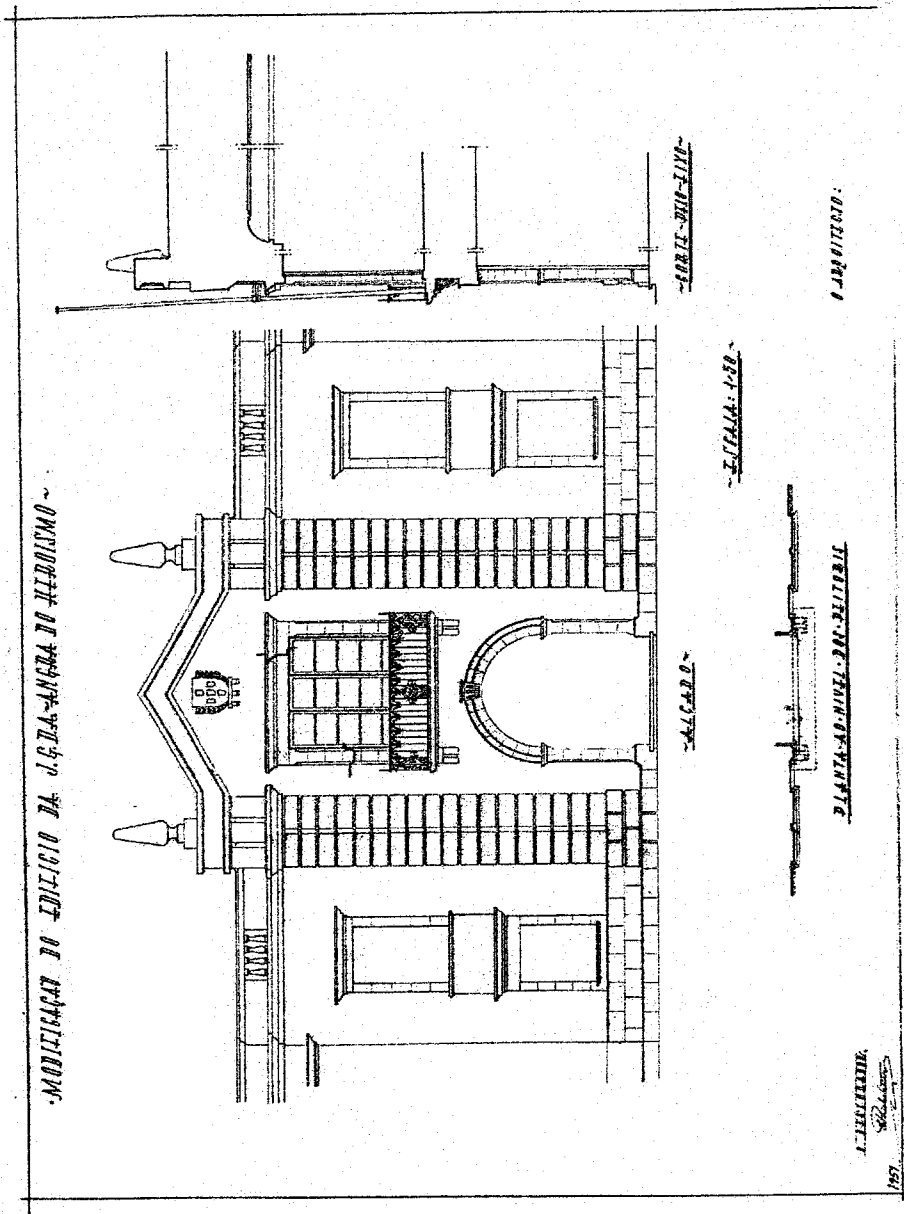


Fig. 138. Projecto de 1951 para a modificação da fachada principal do edificio da então Junta Geral do Distrito, em Angra do Heroísmo. Construído (original no Arquivo da Secretaria Regional das Obras Públicas e Equipamentos).

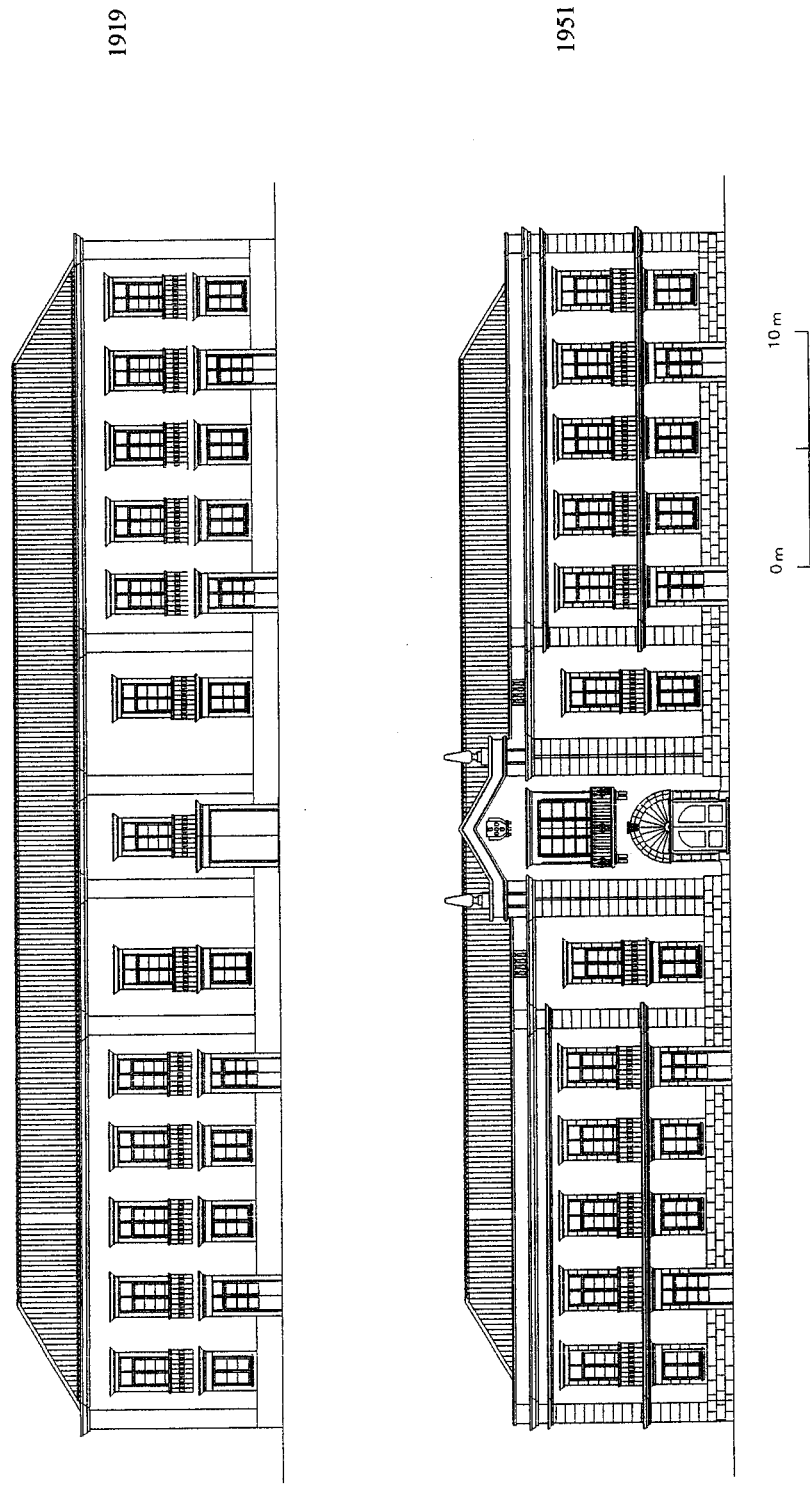


Fig. 139. Direção Regional da Educação, em Angra do Heroísmo. Em cima: reconstrução do edifício anterior; em baixo: desenho do alçado de 1953 (reconstituição do autor)

3.1.2.8. Paço Episcopal, 1953

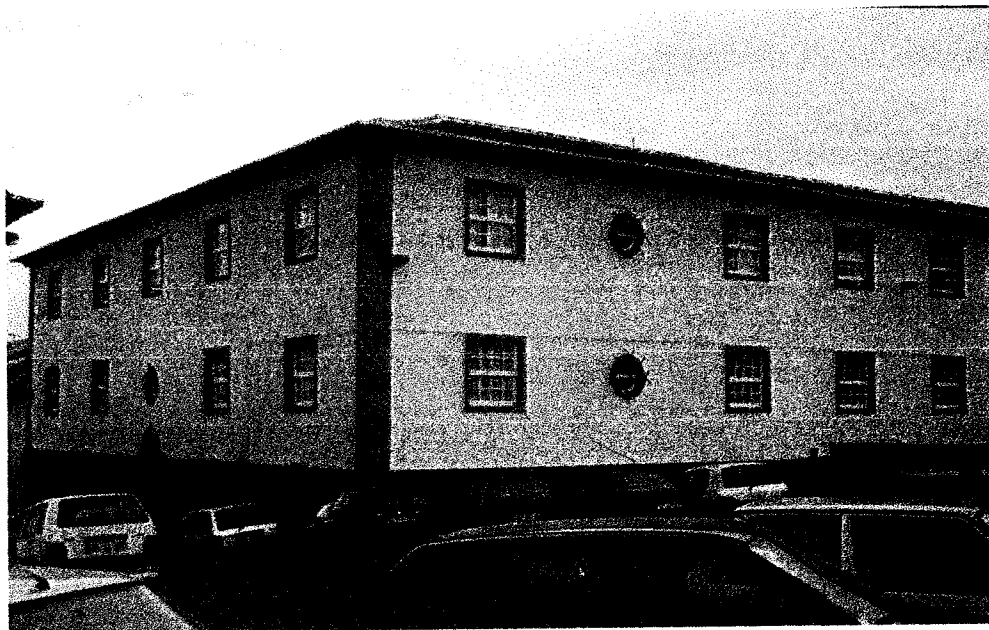


Fig. 140. Paço Episcopal, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1953.

Em 1915, com a restauração da Diocese de Angra,¹⁶⁵ tornou-se necessário adquirir um novo edifício para residência dos preladados, uma vez que o antigo Paço Episcopal passara, entretanto, à posse da Junta Geral do Distrito.

Assim, por escritura datada de 4 de Dezembro de 1922, o Bispado adquiriu a “José Júlio da Rocha Abreu e mulher (...) o imóvel da Rua Serpa Pinto (...)”, que, depois de “valorizado e ampliado com o reduto fronteiro a S. Gonçalo”¹⁶⁶, se tornou no Paço Episcopal.

Pertenceu ao engenheiro civil Fernando Ávila o projecto do novo Paço Episcopal, cuja construção decorreu entre 1951 e 1953.

O edifício, bem integrado na sua sobriedade e com elementos recolhidos da arquitectura local, tornou-se, aquando da inauguração,

¹⁶⁵ A vacância da Diocese de Angra foi anunciada em Junho de 1910, após a morte do bispo D. José Cardoso Correia Monteiro, e durou cinco anos.

¹⁶⁶ MERELIM, PEDRO DE, *ob. cit.*, pp. 540-541

bastante polémico, sendo alvo de crítica por parte da imprensa regional.

Na sua edição de 14 de Março de 1953, o *Diário Insular* publicava um artigo intitulado “A Arquitectura do novo Paço Episcopal desvia-se da finalidade do edifício”, no qual se afirmava que “(...) tem dado que falar o aspecto exterior do edifício (...) Se não tivessem apostado sobre a porta de semelhante imóvel a inscrição de “Paço Episcopal” talvez se acreditasse numa casa de apartamentos (...) ou repartições públicas (...) pelo mau gosto e a penúria arquitectónica (...)”.

Este edifício foi classificado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980¹⁶⁷, como “imóvel de acompanhamento a preservar com fidelidade”.

¹⁶⁷ Ficha n.º 160

3.1.2.9 Hotel de Angra, (1958)¹⁶⁸, 1970, (1983, 1984)¹⁶⁹ e 2000

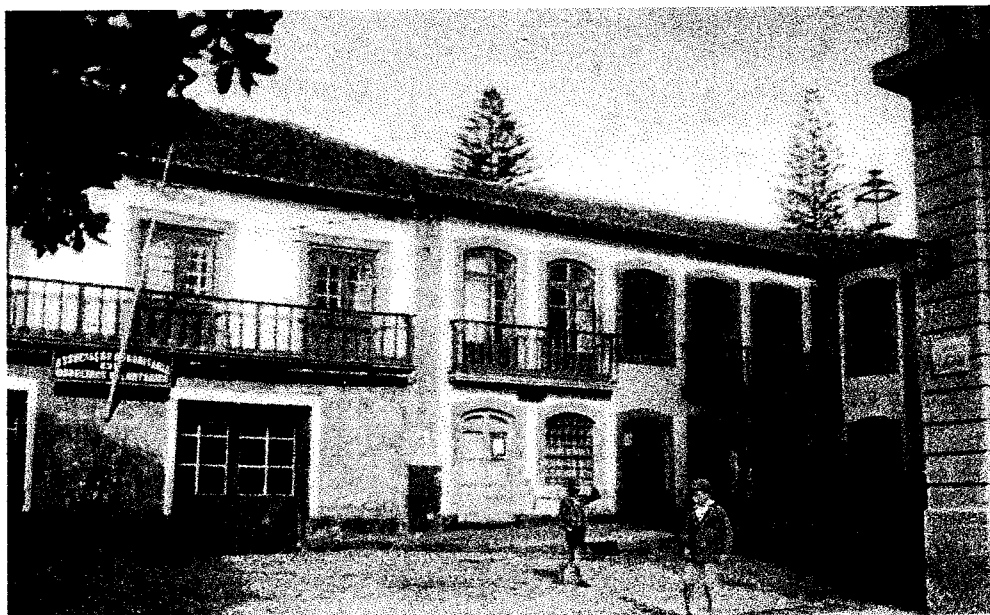


Fig. 141. “Casa do Fagundes”, em Angra do Heroísmo. Edifícios demolidos em 1932.¹⁷⁰

ANTECEDENTES DO EDIFÍCIO DE 1970

O actual Hotel Angrense situa-se no espaço anteriormente ocupado pelo edifício que, pelo menos desde meados do século XIX, era conhecido como a “Casa de Fagundes”¹⁷¹.

¹⁶⁸ Projecto não construído, da autoria do Arquitecto Fernando Souza.

¹⁶⁹ Projectos não construídos.

¹⁷⁰ Demolido para dar lugar a uma nova estação dos Bombeiros Voluntários, que aí permaneceu até 1964.

¹⁷¹ Embora a explicação mais provável para esta designação se relacione com a aquisição do prédio (entre 1824 e 1842) pelo cidadão brasileiro Manuel Gonçalves Fagundes, uma outra explicação relaciona-a com a família Fagundes, uma das primeiras famílias que povoaram a Terceira, anteriormente a 1550. A tal propósito, veja-se FREDERICO LOPES, ob. cit., pp.358- 359.

A história deste edifício é conhecida desde 1550, altura em que a Câmara o adquiriu para residência dos corregedores, o que justificou a sua primeira designação como a “Casa do Corregedor”.

Nos séculos XVI e XVII, o edifício foi parcialmente destinado à armazenagem da pólvora da cidade, passando, por isso mesmo, a ser conhecido como a “Casa da Pólvora”.

Registado na Conservatória do Registo Predial como “casa nobre e graneis”, localizava-se “ (...) à esquina da antiga Travessa da Saúde, na Praça, tendo por conseguinte uma parte da fachada na referida travessa, e outra na praça, a qual se prolongava pela Ladeira de S. Francisco (...) até ao muro que limitava a cerca do convento de S. Francisco (...)”¹⁷²

A área primitivamente ocupada pelos “graneis” e “Casa da Pólvora”, separada da área residencial, conheceu novas utilizações em meados do século XIX. De facto, aí se instalou o primeiro Teatro Angrense (inaugurado em 23 de Janeiro de 1842) e, alguns anos mais tarde, em 1848, aí surgiu um armazém de materiais destinados à construção do novo edifício municipal.

Ainda nesta parte do edifício contígua à Ermida, esteve instalada, entre 1922 e 1932, a sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. Nesta última data, o edifício foi parcialmente derrubado para dar lugar a uma nova estação dos Bombeiros Voluntários, que aí permaneceu até 1964.

Na primeira metade do século XIX (entre 1824 e 1842), a parte residencial do edifício foi vendida pela Câmara a Manuel Gonçalves Fagundes que, por testamento, a legou a José Maria da Silva Leal, governador civil de Angra de 1859 a 1861.

Na parte do edifício que dava para a Ladeira de S. Francisco, funcionou a escola particular do professor Henrique Flores e, no rés-do-chão, esteve instalada a secção de aferição de pesos e medidas da câmara.

Posteriormente, e até inícios do século XX, também aqui estiveram instaladas a sede do grupo dos Escuteiros de Portugal, o quartel da Guarda Nacional Republicana e a repartição das Finanças.¹⁷³

Entrando em ruína cerca de 1937, o edifício foi totalmente demolido para dar lugar à construção do Hotel de Angra, cuja construção se iniciou em 1964.

¹⁷² LOPES, FREDERICO, ob. cit., p.357

¹⁷³ Cf. PEDRO DE MERELIM, “Quem foi o construtor do Jardim Duque da Terceira (2)”, Revista Ilha da Terceira, n.º 13, Angra do Heroísmo, 1979, p. 5.

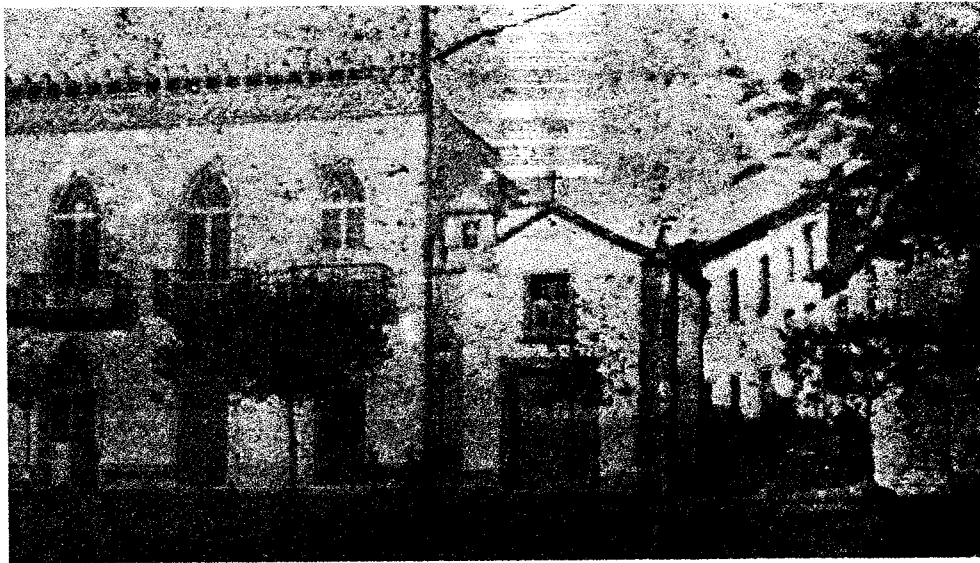


Fig. 142. Praça Velha, em Angra do Heroísmo nos finais do século XIX.
Da esquerda para a direita: Edifício Neo Gótico (no local da antiga Casa do Corpo da Guarda), Ermida dos Santos Cosme e Damião (depois Ermida da Saúde), Travessa e parte da Casa do Fagundes (ver texto "Praça Velha").

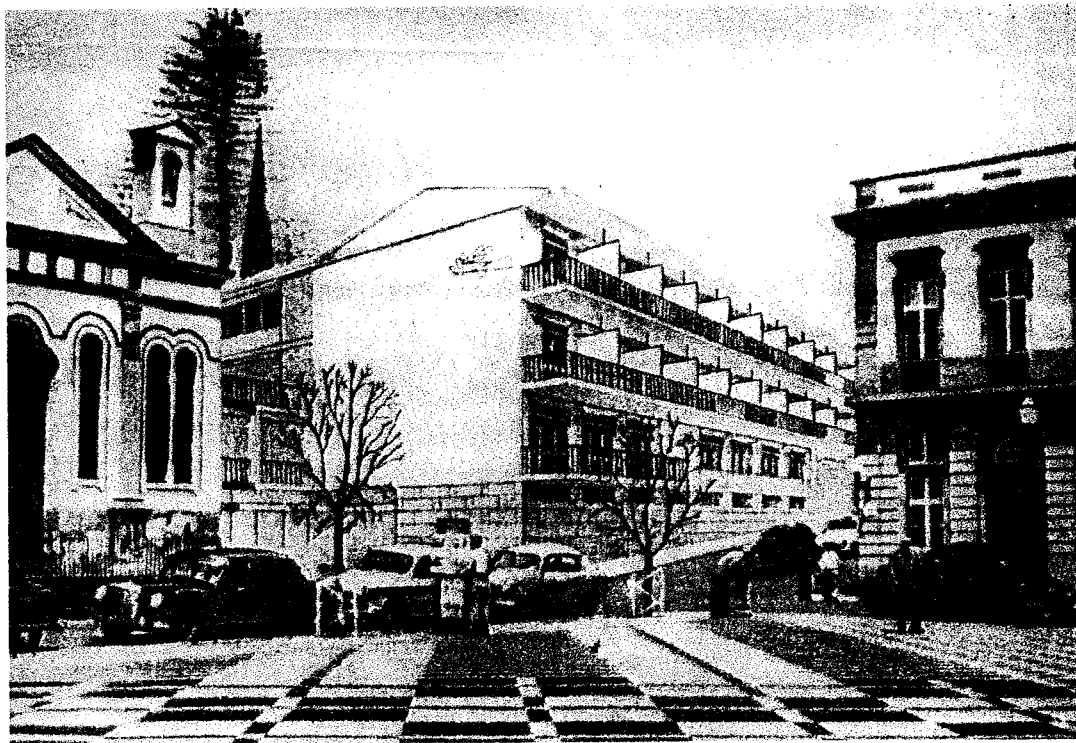


Fig. 143. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1970 – 2000. Perspectiva da Praça Velha com o edifício do Hotel enquadrado entre a nova Ermida de Nossa Senhora da Saúde e o edifício dos Paços do Concelho

EDIFÍCIO DE 1970 - 2000

O Hotel de Angra foi a primeira grande unidade hoteleira da cidade de Angra e possuía 48 quartos, além das instalações de tipo social e de diversão.

A sua construção foi adjudicada à firma continental “Empresa Industrial de Construção, Lda”, e a sua inauguração ocorreu a 1 de Junho de 1970¹⁷⁴.

Na sua edição de 1 de Julho de 1979, a revista “Ilha Terceira”, apresentava um artigo de Pedro de Merelim intitulado “Quem foi o construtor do Jardim do Duque da Terceira”, no qual se fazia a história do edifício que fora demolido em 1964 e que dera lugar ao Hotel de Angra, inaugurado em 1 de Junho de 1970.

O novo edifício, moderno e equilibrado, discretamente afastado da Praça para a Ladeira de S. Francisco, estava plenamente integrado entre os edifícios da Câmara e da Ermida de Nossa Senhora da Saúde, junto da qual, para manter a escala, o seu volume se reduzia. Este edifício foi classificado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980¹⁷⁵ como “imóvel de acompanhamento a preservar com fidelidade”.

PROJECTOS DE AMPLIAÇÃO

A empresa Turotel, que nos anos 70 se tornou proprietária do Hotel de Angra, decidiu ampliar e melhorar as suas instalações, tendo, para o efeito, adquirido dois edifícios localizados entre a Praça Velha e a Rua Direita.

Um desses edifícios, situado ao canto da Praça Velha, é um grande edifício neogótico do século XIX onde, a partir de 1916, funcionou o Hotel Central¹⁷⁶ (ver texto “Praça Velha”)

A história desse edifício remonta a 1641, ano em que a Câmara adquiriu uma casa no canto da Praça para aí instalar o seu Corpo da Guarda¹⁷⁷, do que resultou a sua designação como “Casa do Corpo da Guarda”.

Sabemos que, em 1818, a “Casa do Corpo da Guarda” e um terreno anexo delimitado por um muro que se prolongava até à

¹⁷⁴ MERELIM, PEDRO DE, *ob. cit.*, p.5

¹⁷⁵ Ficha n.º 1422

¹⁷⁶ DIAS, FRANCISCO DOS REIS MADURO, “O Hotel centenário que Angra podia ter”, *Diário Insular* de 21 de Março de 1998

¹⁷⁷ Segundo JORGE PAMPLONA FORJAZ, “As casas de Luís Meireles ou de como a Praça Velha se viu privada de um palácio”, *Atlântida*, XXII, Angra do Heroísmo, 1978, pp. 9-29, “A Casa do Corpo da Guarda foi mandada construir pelo Capitão-General D. Antão de Almada”

Ermida de Nossa Senhora da Saúde, pertenciam a Luís Meireles de Canto e Castro, uma vez que nesse ano esse ilustre terceirense levou à Câmara um requerimento a pedir autorização para demolir o edifício e muro existentes, a fim de construir um solar¹⁷⁸ (ver texto “Praça Velha”).

A Câmara não contrariou o pedido e chegou mesmo a sugerir que se demolisse a parte saliente da Casa do Corpo da Guarda “(...) ficando esta na mesma Linha da propriedade do Suplicante e aí se podia fazer uma Galeria Nobre, que aformozeava a Praça sem a fazer mais pequena (...)”¹⁷⁹

No entanto, a autorização para a construção do solar não chegou a ser concedida e, alguns anos mais tarde, a Câmara tomou decisões que evidenciavam uma opinião diferente da que fora manifestada em 1818.

De facto, a decisão tomada pelo Capitão-General e Governador das Ilhas dos Açores em 1824, de mandar construir barracas destinadas ao mercado (a fim de garantir mais rendimentos para o concelho) junto ao muro recuado do quintal da propriedade de Luís Meireles, inviabilizava o projecto de construção do referido solar (fig. 144).

Apesar de todo o seu empenho, Luís Meireles de Canto e Castro não conseguiu contrariar a iniciativa do Governador e, por isso, as barracas para a venda pública de “aves, frutas e hortaliças” foram construídas junto à sua propriedade e aí permaneceram até 1848, data em que o mercado foi transferido para o Largo do Colégio (ver texto “Praça Velha”).

Em 1847, tendo a Câmara voltado à posse¹⁸⁰ da antiga Casa do Corpo da Guarda, resolveu aí instalar os serviços da edilidade enquanto se realizavam obras no edifício camarário.

No seu lado nascente, a “Casa do Corpo da Guarda” confrontava com a Ermida de Nossa Senhora da Saúde (primitivamente Ermida dos Santos Cosme e Damião) e a Travessa da Saúde¹⁸¹, que a Câmara pretendeu vedar por ser “um campo de imundícies e despejos públicos”.¹⁸²

Mas os proprietários dos prédios situados naquela Travessa não foram receptivos ao projecto camarário por entenderem que daí adviriam “(...) inconvenientes que se prendiam com a serventia dos respectivos prédios” e, por isso, a Travessa continuou aberta até

¹⁷⁸ FORJAZ, JORGE PAMPLONA, *ob. cit.*, p. 6

¹⁷⁹ Documento referido por JORGE P. FORJAZ., *ob. cit.*, p. 6

¹⁸⁰ Essa posse foi, sem dúvida, proporcionada pelas medidas tomadas contra o referido Luís Meireles, nomeadamente o *sequestro dos seus bens*, em 9 de Janeiro de 1829, como refere FREDERICO LOPES, *ob. cit.*, p. 343

¹⁸¹ Refere FREDERICO LOPES, *ob. cit.*, p. 350, que “ (...) [na sequência da epidemia de 1599] foi instalada uma casa de saúde na travessa e só então [lhe] teria sido dado o nome de Travessa da Saúde (...)”

¹⁸² LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p. 344

1884, ou seja, até à reconstrução da Ermida de Nossa Senhora da Saúde.¹⁸³

A Câmara decidiu, em 1853, transferir os serviços municipais para outro edifício (alugou, para o efeito, a casa de Merens de Távora na Rua do Palácio) e vender a “Casa do Corpo da Guarda” em hasta pública, a qual veio a ser adquirida por João Pereira Forjaz de Lacerda em 1859.

Este modificou-lhe a fachada em 1863, dando-lhe a feição neo-gótica, que ainda mantém, e colocando, na parte virada à praça, o brasão de armas dos Pereiras e Lacerdas, acrescido das dos Soares de Albergaria e Sarmentos.

Posteriormente à remodelação da fachada, instalou-se, no primeiro andar do edifício, na parte virada à Praça, o Hotel Angrense, pertencente a Mateus Bernardo da Silva, empresário da Praça de Toiros de S. João.

Ainda no primeiro andar, no lado virado à rua Direita, estabeleceu-se primeiramente a estação do telégrafo-postal de Angra e, em 1916, o Hotel Central, que depois passou a Pensão Central.

No rés-do-chão do edifício, junto da Ermida, onde em 1844 fora estabelecida uma “botica”, instalaram-se, já no século XX, uma tipografia e, posteriormente, uma sapataria.

Também no rés-do-chão, mas na esquina para a Rua Direita, nos números 1 a 4, abriu, em 1897, uma loja de fazendas.

Na frente oeste, para os lados do jardim público, existiu a Papelaria Lourenço e no extremo norte do prédio instalou-se, em 1966, um estabelecimento de fazendas.

Este edifício neogótico foi classificado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980¹⁸⁴ como “imóvel de qualidade com dissonâncias parciais profundas” pelo que se devia “recuperar o rés-do-chão”, onde se encontrava instalada o escritório da SATA.

¹⁸³ A Ermida foi reconstruída com uma fachada mais larga que fechou a ligação da Travessa da Saúde com a Praça Velha mas, segundo FREDERICO LOPES, *ob. cit.*, pp. 343-344, a Travessa continuou “a dar serventia aos aludidos prédios pelo lado da Rua do Marquês, até que, após a inauguração do Jardim Duque da Terceira, e o incêndio que devorou um cinema nela instalado, foi encerrada ao trânsito por um gradeamento.”

¹⁸⁴ Ficha n.º 1420

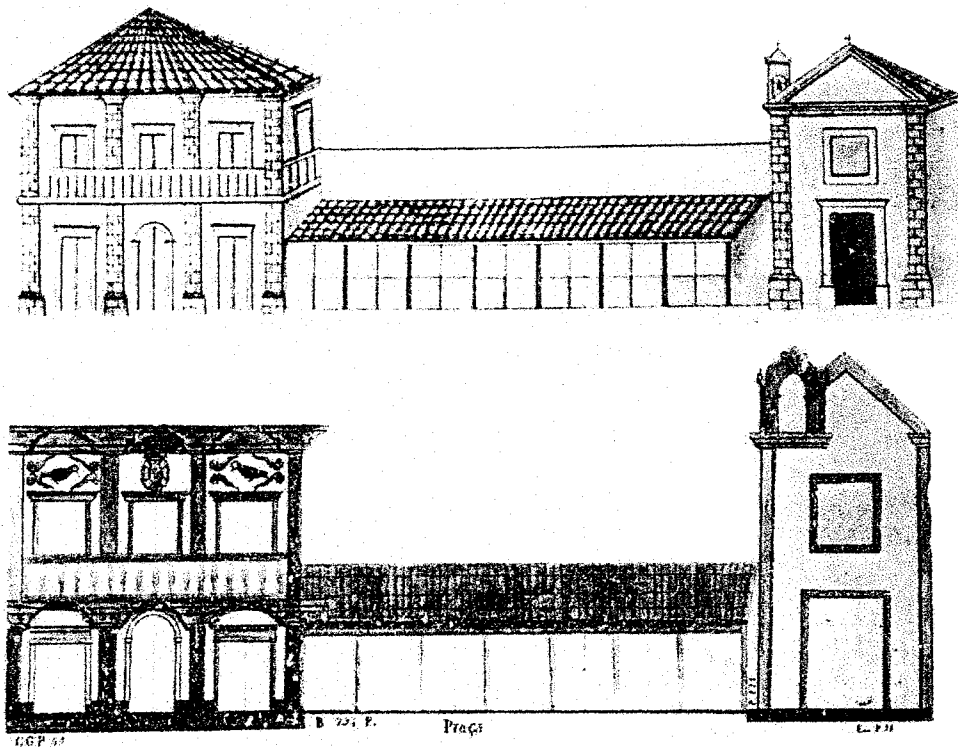


Fig. 144. Praça Velha, em Angra do Heroísmo. Casa do Corpo da Guarda, Ermida da Nossa Senhora da Saúde, e as barracas mandadas construir pela Câmara (desenho do século XIX).
 Em cima, representação feita na época pela Câmara.
 Em baixo, a mesma representação, feita na mesma altura, por Luís Meireles de Canto e Castro.
 Arquivo da Direcção Regional da Cultura.

Em contiguidade com o edifício neogótico, do lado da Rua Direita, situava-se o outro edifício adquirido pela Empresa Turotel para, conjuntamente com o primeiro, ser integrado no projecto de ampliação do actual Hotel de Angra.

Tratava-se de um edifício do século XVII, que possuía “um lindo tecto de caixotão amplo e quase em quadrado, aonde se chegava por um saguão lajeado, com banqueta e escadaria de pedra”¹⁸⁵, e que foi classificado, em 1980, como “imóvel de qualidade com dissonâncias parciais profundas” pelo que se sugeria como terapêutica “rever o tratamento de rés-do-chão”

¹⁸⁵ DIAS, FRANCISCO DOS REIS MADURO, *ob. cit.*

PRIMEIRA PROPOSTA

Em Abril de 1983, a Sociedade Turotel apresentou o primeiro projecto para a remodelação e ampliação do Hotel de Angra que, segundo a concepção do arquitecto Troufa Real, ocuparia toda a área pertencente à Sociedade.

Como se explicava na Memória Descritiva do referido projecto, os objectivos da intervenção eram : “Ampliar a capacidade de alojamento do Hotel, aumentar a sua funcionalidade, melhorar o seu actual conforto, e de certa maneira tirar maior rentabilidade do local, aproveitando a situação privilegiada do Hotel e do imóvel adquirido para ampliação (...)”

Para cabal aproveitamento deste último imóvel, incluiu-se “no programa um Centro Comercial ao nível da rua e um parque de estacionamento automóvel privativo de modo também a reduzir o déficit de estacionamento da zona.”

Referia-se naquela Memória Descritiva que a intervenção prevista se situava “num território urbano complicado altamente condicionado designadamente nos domínios da “imagem” urbana, da defesa do património arquitectónico, bem como no do tráfego automóvel e de peões”, salientando-se algumas particularidades desse território, nomeadamente:

- a malha urbana da cidade que era “ (...) uma malha mais ou menos ortogonal que alguns chamam de renascentista mas que apenas o será por ser construída na época dita da Renascença (...)”, uma vez que Angra representava “(...) tipicamente a cidade de tradição europeia, formada por um contínuo construído ao longo das ruas e praças (...)”;

- as características da Praça da Restauração, “(...) de planta trapezoidal algo alongada (...) definida pelas fachadas dos edifícios que a limitam com, na maioria dos casos, dois pisos e alguns com três pisos (...)”;

- a linguagem arquitectónica dos edifícios limítrofes desta praça, linguagem essa definida a partir da “arquitectura simples” dos séculos XVII e XVIII portugueses, até às suas transformações novecentistas, de cariz mais popular, ainda que o edifício dos Paços do Concelho apresentasse uma “(...) traça erudita e neoclássica, como se definiram muitos edifícios do género em Portugal a partir dos meados do século XIX (...)”; - as intervenções na arquitectura da Praça ao longo do século XX, oscilando “(...) entre o moderno do Hotel de Angra e um certo compromisso da Caixa Geral de Depósitos (...) [embora os] *gestos modernos* [se tivessem

manifestado] noutros edifícios, como na loja que rompeu o rés-do-chão do neogótico ingénuo (...);

- em consequência da separação entre vias para motorizados e passeios para peões, estes "(...) junto aos edifícios são estreitos e no meio da praça criou-se uma "ilha", larga, pouco utilizada (...)"

Conclui-se, pois, reconhecendo que a ampliação do Hotel de Angra não poderia ignorar os aspectos enunciados nem deixar de atender ao "desequilíbrio arquitectónico" daquele espaço urbano, "(...) sobretudo porque o edifício a estender é claramente o factor principal desse desequilíbrio, mais timidamente acompanhado pela sede da Caixa Geral de Depósitos e rasgamento comercial do edifício neogótico (...)."

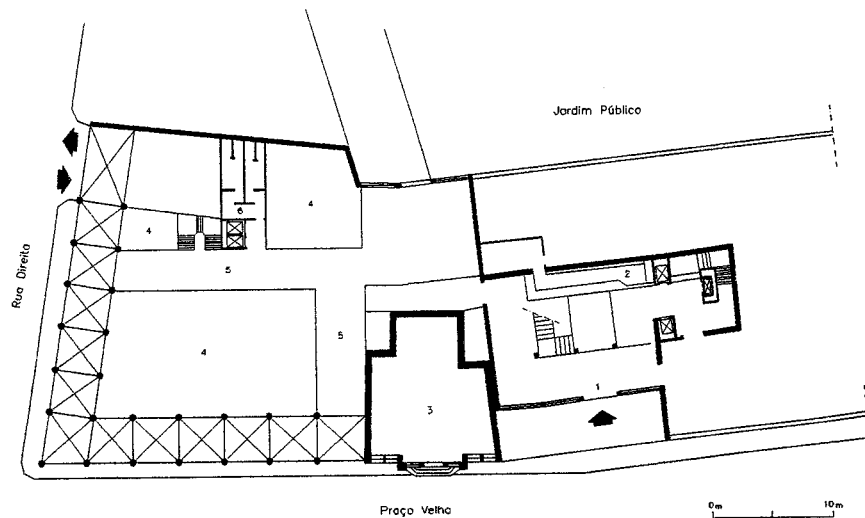


Fig. 145. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Primeira proposta. Planta do rés-do-chão.
 1- entrada do Hotel; 2- recepção; 3- capela existente; 4- áreas comerciais; 5- circulações do Centro Comercial; 6- I.S. (público).

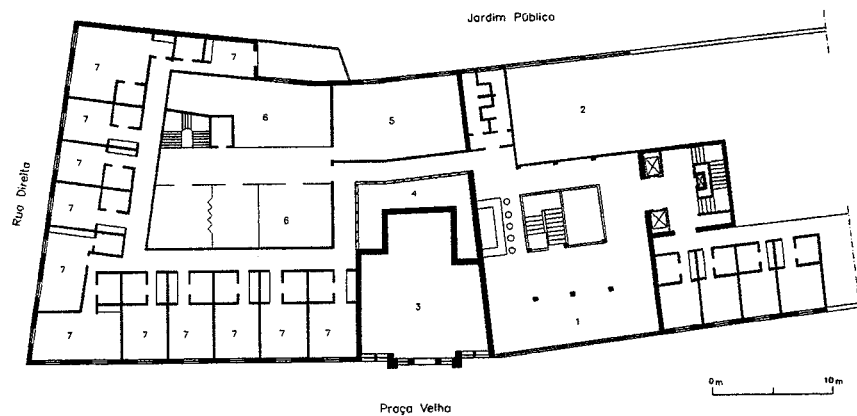


Fig. 146. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Primeira proposta. Planta do primeiro piso.
 1- sala de estar; 2- restaurante; 3 capela existente; 4- vazio; 5- sala de conferências; 6- sala de reuniões; 7- quartos.

Tendo, pois, em consideração a necessidade de se “enveredar por um reequilíbrio da praça”, entendia-se errado “prolongar a fachada do actual edifício hoteleiro até à esquina com a Rua de Lisboa”.

Por outro lado, considerava-se “(...) imperioso manter a diversidade de fachadas¹⁸⁶ que se encontra em todos os lados da praça (...) sem alterar a organização dos espaços e sua utilização (...)”.

Tomando como referência as propostas feitas pelo arquitecto Luís Cunha¹⁸⁷, particularmente a que propunha a criação de um percurso pedonal atrás das fachadas existentes, admitia-se a possibilidade de se criar “(...) uma arcada com percurso de peões atrás da actual fachada do edifício neogótico (ampliando assim o estreito passeio) (...) [que] não se confinaria no paralelismo com as vias automóveis mas, poderia dar vida, a nível do rés-do-chão, a um conjunto de lojas, podendo prolongar-se para o Jardim Municipal, estabelecendo uma ligação primordial na cidade (que com certeza já existiu, tendo sido a construção do Hotel de Angra o factor de corte) entre a Praça da Restauração e esse magnífico espaço de Natureza Romântica (...)”.

Equacionavam-se, em seguida, alguns problemas da relação “das três fachadas existentes para a situação futura [a da extensão do Hotel] : o actual Hotel de Angra, a Capela e o edifício neogótico”, defendendo-se, por um lado, a necessidade de “marcar a singularidade do edifício religioso” e, por outro lado, a de “marcar a sequência de planos de fachadas que o recuo da entrada do Hotel rompeu”.

Relativamente ao edifício neogótico (cujo interior deveria ser destruído), admitiam-se duas soluções: ou a “(...) conservação da fachada tal e qual (remendando o rasgão moderno...) [ou a] recriação de uma fachada com as dimensões actuais num processo de memória da actual usando também as referências góticas (...)”

Ainda em relação a este edifício, explicava-se que “(...) todo o espaço necessário à ampliação do Hotel deverá ser judiciosamente organizado de modo a não ultrapassar à face a altura da fachada neogótica, procurando-se uma solução de recuo sucessivo que se integre no volume geral do Hotel de Angra (...)”.

Referia-se também a necessidade de “(...) não esquecer as faces para o Jardim Municipal (...) [onde] a discrição deve dominar (...)” e, explicava-se, por fim, que não se propunha uma renovação

¹⁸⁶ Na opinião do projectista, “ao contrário do que as teorias funcionalistas do Movimento Moderno (...) proclamavam, a fachada é de importância fundamental no cenário urbano, sobretudo para a definição do espaço, rua ou praça.”

¹⁸⁷ As propostas para a reconstrução da cidade de Angra, da autoria do arquitecto Luís Cunha, foram apresentadas em 1983, na Exposição “Depois do Modernismo”

mimética mas “(...) uma renovação sensível, uma renovação que atente aos valores urbanos e arquitectónicos existentes mas afirme a actualidade, a complexa e extraordinária marca do tempo que vivemos (...)”

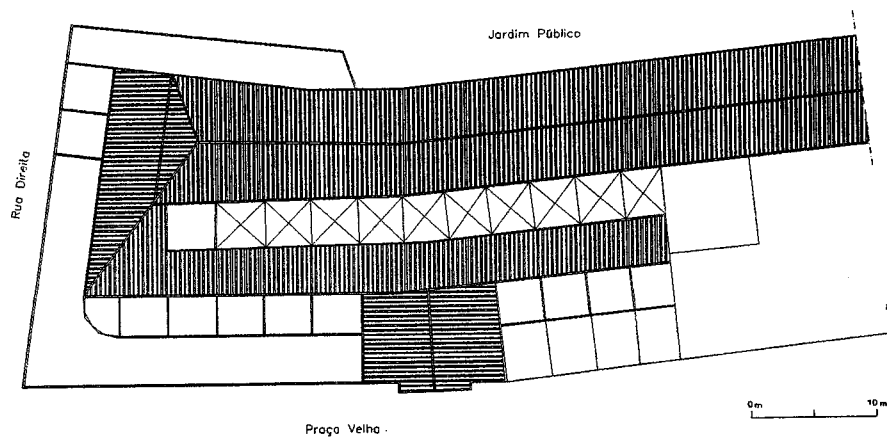


Fig. 147. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Primeira proposta . Planta das coberturas.

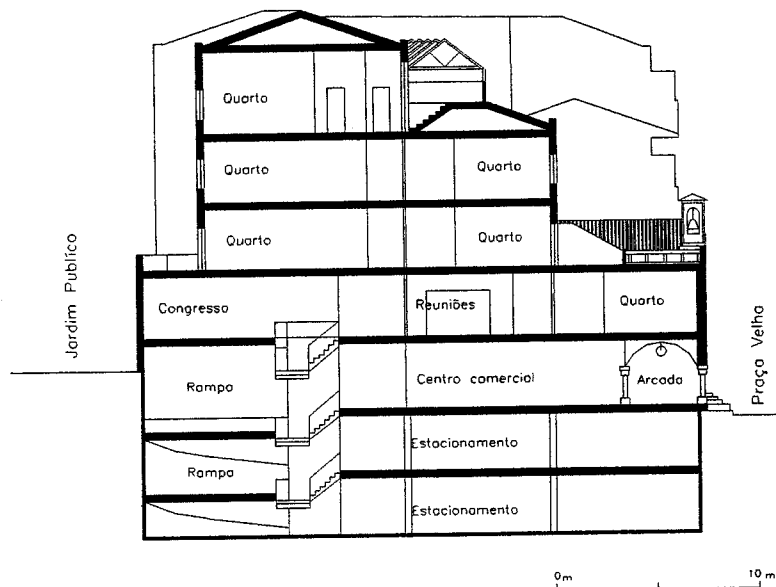


Fig. 148. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Primeira proposta. Corte transversal.

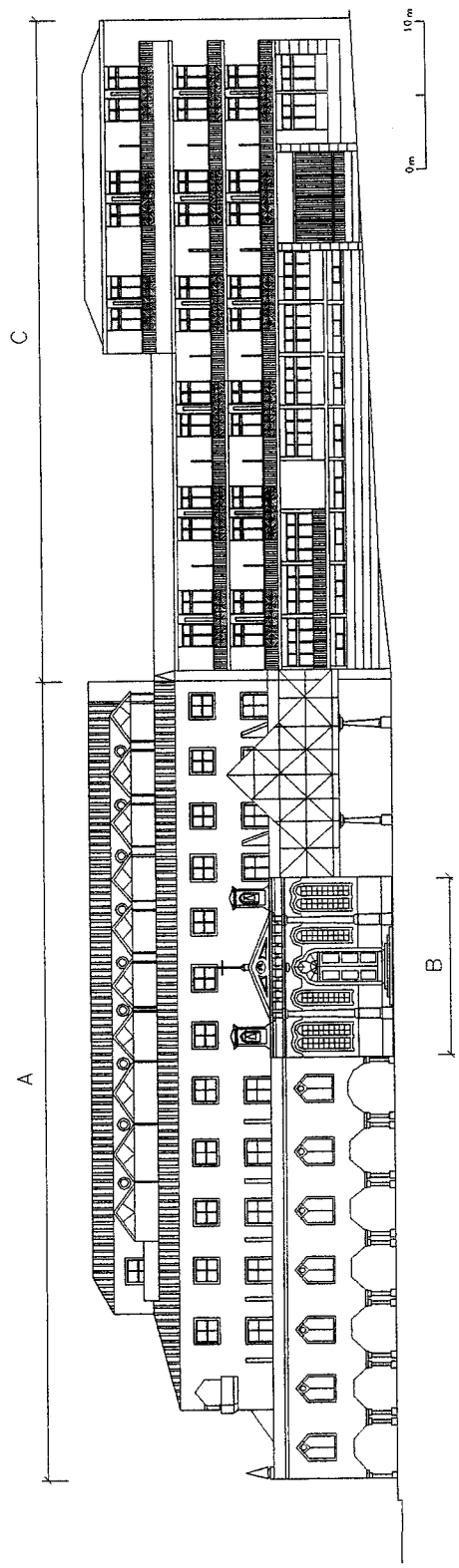


Fig. 149. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Primeira proposta. Alçado voltado para a Praça.
A- ampliação; B- Ermida de Nossa Senhora da Saúde; C- Hotel (edificio existente).

Assim, a solução apresentada, embora visando satisfazer os objectivos comerciais da empresa detentora do Hotel de Angra, pretendia também “(...) dar satisfação a todos os outros aspectos e que se relacionam fundamentalmente com a integração urbana, defesa do património, revitalização da vida da praça, animação do centro, restabelecimento de percursos de peões entre a Praça e Jardim Público, manutenção e restauro da Capela, e resolução do estacionamento automóvel (...)”.

Na proposta apresentada inseriam-se “(...) dois pisos de estacionamento em cave para aproximadamente (...) cerca de sessenta automóveis, com acesso pela Rua de Lisboa (...) [e, a] nível do R/C, um Centro Comercial que caracterizará o piso da Rua (Praça), com circulações internas de peões (...)”, que estabeleciam a ligação da Praça ao Jardim e à recepção do Hotel e englobavam uma arcada para “(...) compensar a falta de passeio que (...) se faz sentir à volta do edifício (...)”

A referida proposta previa para o primeiro andar, não só a instalação de cerca de dezasseis quartos, mas também de áreas para serviços de apoio a hóspedes como, por exemplo, salas de conferências. No mesmo piso, do lado do actual Hotel, previa “(...) um avanço construído para ampliar as zonas de estar, para tentar resolver a fachada principal (...), ou seja *rematar* de uma forma mais equilibrada aquele recanto da Praça (...)”.

Havendo a preocupação de “acertar” as fachadas da Praça, a proposta previa que os níveis superiores ao segundo piso fossem “(...) sucessivamente recuados, ligando-se ao corpo de quartos do edifício existente, que dá para o Jardim Público” (traseiras do Hotel). Nesses três andares totalmente afectos a quartos, o segundo andar englobaria dezasseis quartos, o terceiro vinte quartos e o quarto dezasseis, “perfazendo assim, o programa de sessenta e sete quartos (sessenta e dois quartos e cinco suites)(...)”.

Ainda de acordo com esta proposta, a “(...) colagem da zona nova à existente far-se-á fundamentalmente através do corpo de quartos que dá para as traseiras (...) e que se prolongará de uma forma *discreta* (recuada) sobre o bloco que constitui o r/c e o 1º andar da ampliação (...)”.

Este primeiro projecto de ampliação e de remodelação do Hotel de Angra, apresentado pela Turotel à Câmara Municipal e à Secretaria Regional da Educação e Cultura, recebeu desta última instituição um parecer desfavorável. Este parecer, datado de 8 de Junho de 1983, justificava-se pelo facto da análise daquele projecto ter levantado “(...) algumas reservas, especialmente no que respeita à política adoptada para com os edifícios antigos existentes, no que respeita ao volume proposto para a ampliação e ainda no que respeita à localização do acesso aos pisos inferiores de estacionamento (...)” (doc. 23).

A Direcção de Serviços de Habitação, Urbanismo e Ambiente de Angra do Heroísmo ao pronunciar-se sobre o referido projecto, a 17 de Agosto de 1983, fez os seguintes reparos: - "(...) a proposta gráfica [está] em evidente oposição aos salutareos princípios enunciados exprimindo a completa destruição da actual volumetria urbana (...); não se contesta ou põe em causa a destruição do miolo do edificio denominado por neogótico mas sim o apeiar duma fachada possível de consolidação reconstruindo-a com altura diferente da que possui (...); baixar a fachada e alcantilar a construção a partir dela (...) é provocar uma maior dissonância no espaço urbano (...); este aspecto podia ter sido evitado se o autor tivesse em conta a segunda hipótese levantada pelo Arq. Luís Cunha, conservando e consolidando a fachada actual e erigindo o seu edificio com recuo tal desta que o espaço urbano fosse aumentado (...)" (doc. 24)

SEGUNDA PROPOSTA

Em Dezembro de 1983, a Turotel apresentou um segundo projecto de ampliação do Hotel de Angra, propondo "(...) uma nova alternativa de solução, tendo em atenção todo o percurso anterior do projecto, e o conteúdo crítico constante naqueles pareceres (os da Secretaria Regional da Educação e Cultura e da Direcção de Habitação, Urbanismo e Ambiente) (...)"

Como explicava a memória descritiva, as alterações propostas incidiam "fundamentalmente no domínio da linguagem formal", a fim de corresponder "(...) à vontade sempre manifestada pelos responsáveis da Secretaria Regional da Educação e Cultura, em manter as fachadas do existente ou seja recuperar o cenário (urbano) da Praça da Restauração e da Rua de Lisboa no que se refere às memórias do seu passado recorrendo aquilo que de imediato são as suas referências mais significantes (...)."

Na especificação dos vários aspectos da nova proposta, referia-se a dificuldade da "(...) articulação *formal* entre o edificio do Hotel existente e os edificios que constituem o objecto de ampliação (...)"

Os problemas de transição decorrentes daquela articulação "(...) teriam que ser resolvidos ou por mimetismos de estilos (...) ou pelo recurso a uma linguagem arquitectónica "neutra" simples e pouco comprometida com ornamentos (...)."

Ora, optando-se por esta última solução, propunha-se para os novos corpos de articulação, "(...) a utilização de fachadas *cortina* integralmente de vidro de preferência espelhado desenvolvidas segundo os percursos funcionais, e também segundo traçados de

composição capazes de fazer o remate das empenas do Hotel actual (...) com as dos outros edifícios (...).”

Também para as traseiras do edifício, viradas ao Jardim Público, se propunha idêntica solução embora a intenção fosse “(...) tirar um maior partido da paisagem-jardim, pelo que o vidro surge como *marquise* completamente aberta para o exterior (...).”

Referia-se, por fim, que a proposta em questão garantia “(...) a desejada ligação pedonal da praça ao jardim através do Centro Comercial projectado para o r/c” e que rectificava o acesso dos automóveis ao parque de estacionamento, o qual passaria a fazer-se pelas traseiras junto à actual entrada do jardim (...).”

A 14 de Março de 1984, a Secretaria Regional da Educação e Cultura emitiu um parecer sobre este segundo projecto de ampliação do Hotel de Angra (doc. 25).

No referido parecer aludia-se à “dialéctica Modernismo-Pós Modernismo”, considerando que “(...) no caso vertente (...) [estava] de certo modo deslocado em face da imposição resultante da cidade de Angra do Heroísmo, do respectivo ambiente urbano e das medidas restritivas que a sua classificação impõem (...).”

Considerava-se ainda que “(...) a problemática Modernismo-Pós Modernismo se trata de um falso problema em virtude da legitimidade de ambas as posições em separado, da legitimidade da sua fusão, assim como da legitimidade da rejeição de ambas em face de valores tradicionais a defender e fazer renascer em termos de actualidade (...).”

Partindo destas considerações, referia-se que o arquitecto, em situações onde a herança patrimonial se impusesse, deveria assumir “(...) uma atitude *humilde* (...), *sensata* (...), procurando retirar do ambiente urbano circundante os ensinamentos que o levarão a encarar a obra arquitectónica mais como uma componente de entre muitas do espaço urbano global (...).”

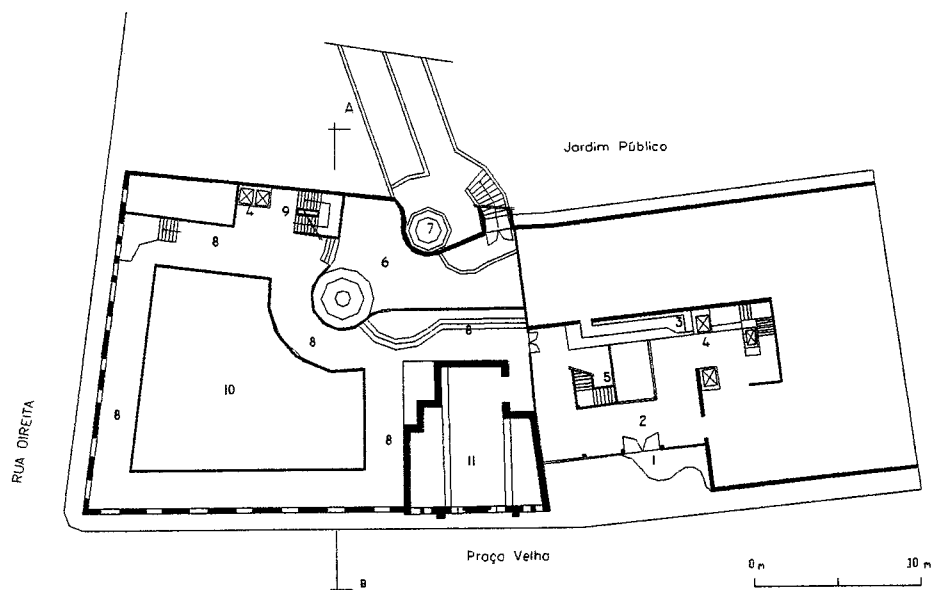


Fig. 150. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Segunda proposta . Planta do piso 3 (r/c).
 1- entrada do hotel; 2- hall; 3- recepção; 4- elevadores; 5- escadaria (estar, bar, restaurante, congressos); 6- café; 7- fonte (jardim); 8- circulação do Centro Comercial; 9- elevadores (estacionamento); 10- área comercial (estacionamento); 11- capela existente

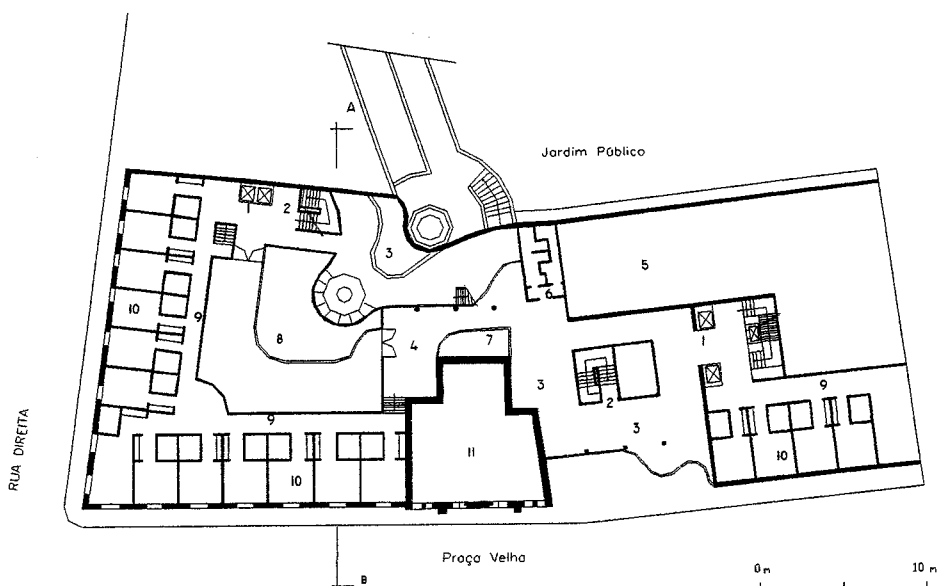


Fig. 151. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Segunda proposta . Piso 4 (1º andar).
 1- elevadores; 2- escadaria (acesso à recepção); 3- estar/bar; 4- acesso (congressos/quartos); 5- restaurante; 6- I.S.; 7- vazio; 8- sala de conferências; 9- elevadores (estacionamento C.C.); 10- Quartos ; 11-Capela existente.

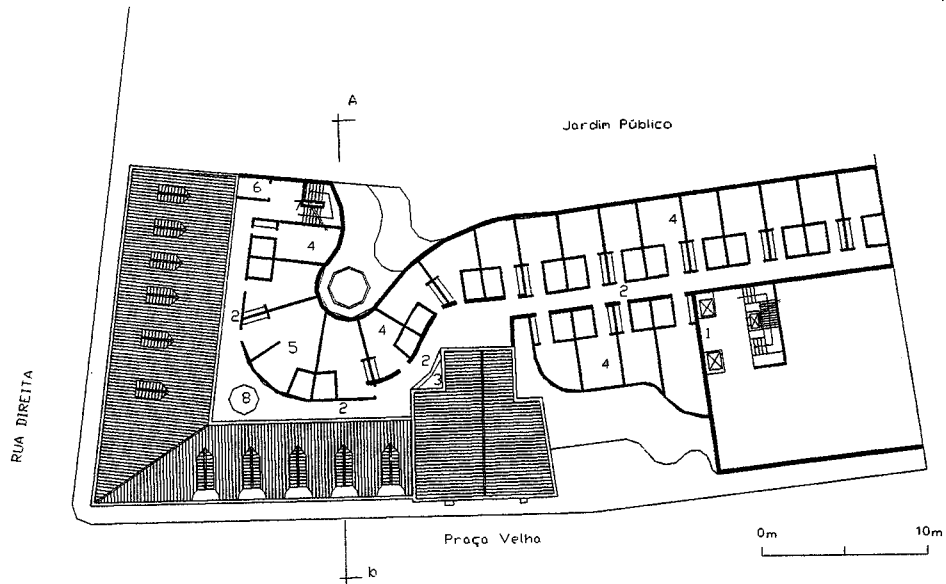


Fig. 152. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Segunda proposta . Piso 7 (4º andar recuado).
 1- elevadores; 2- corredor (quartos); 3- vazio; 4- quartos; 5- suite; 6 - caixa dos elevadores; 7 - escada (estacionamento C.C.); 8 - clarabóia.

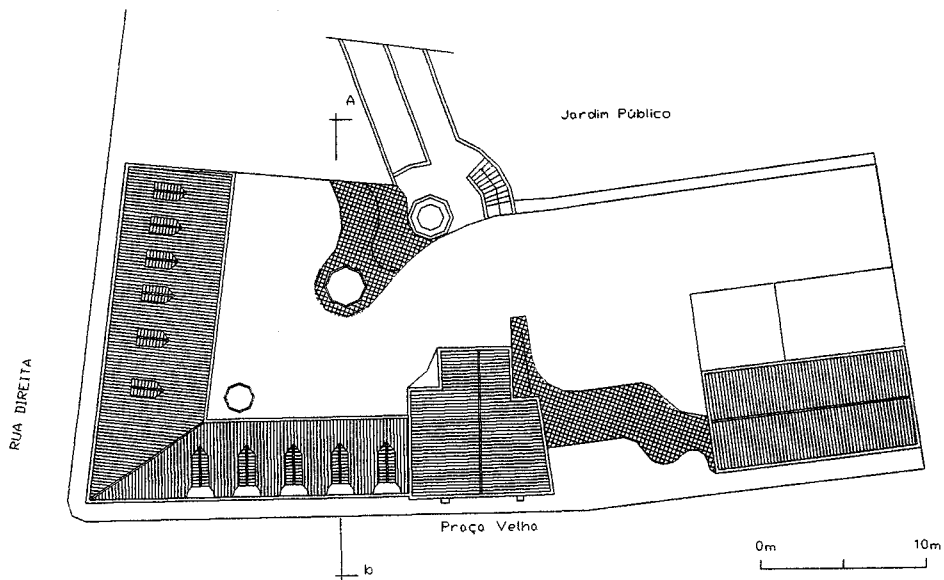


Fig. 153. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Segunda proposta . Planta das coberturas.

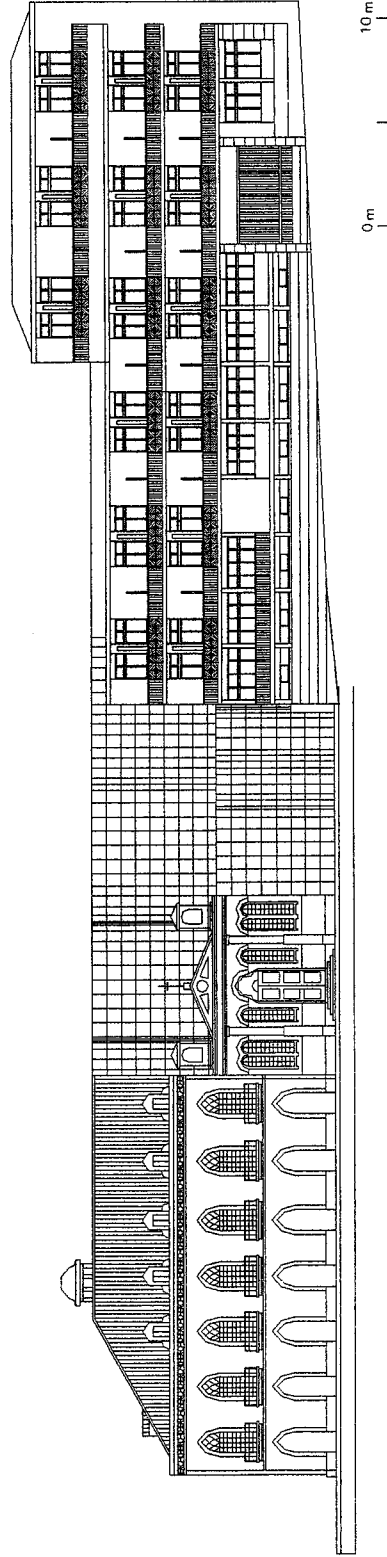


Fig. 154. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Segunda proposta. Alçado voltado para a Praça.

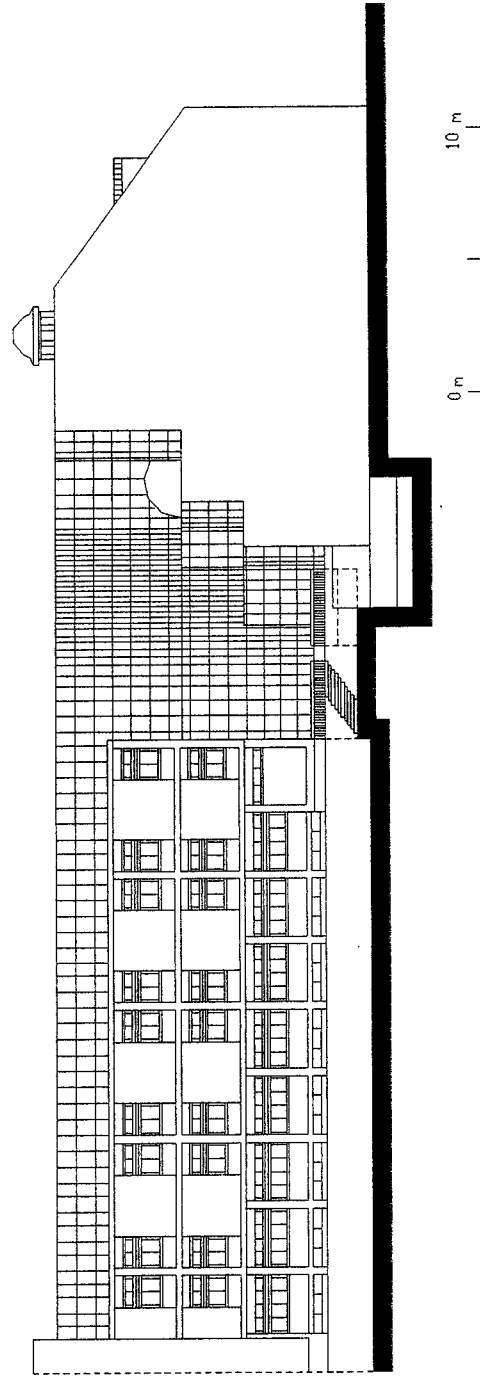


Fig. 155. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Segunda proposta. Alçado voltado para o Jardim Público.

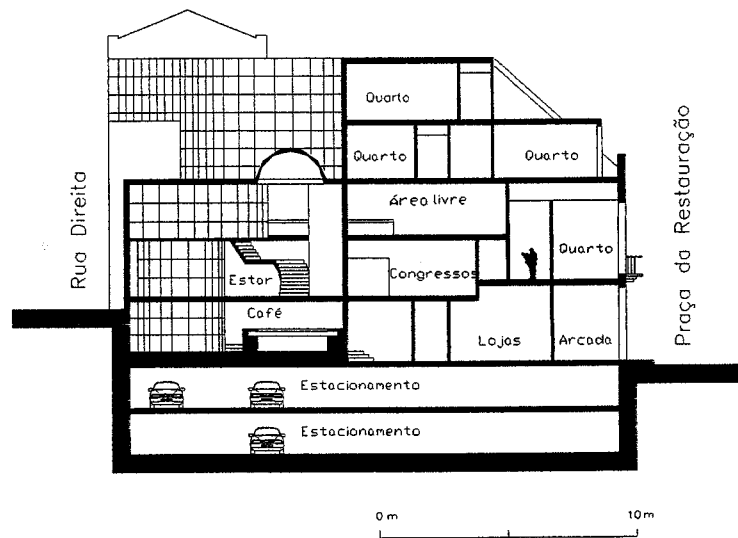


Fig. 156. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Segunda proposta. Corte A-B.

Afirmava-se ainda ser necessário não só ter uma “(...) consciência plena da supremacia da cidade sobre a obra de arquitectura com vista a não se cair na tentação de se pretender impor mais um *monumento à cidade*, mas também de encarar a realidade dum cidade incluída na lista do Património Mundial (...) e que a nível regional se encontra classificada e por isso sujeita a restrições rigorosas de ordem urbanística e arquitectónica (...).”

Também se afirmava que, face às restrições acima referidas “(...) especificadas na lei regulamento que classifica a cidade como património regional (...), [não era necessário fazer] considerações detalhadas sobre o estudo prévio apresentado (...).”

Salientava-se, porém, que alguns aspectos do citado projecto deveriam ser “(...) ponderados em face das reservas que os mesmos implicam e que dizem respeito a dúvidas sobre o desenho dos telhados dos dois edifícios existentes (...) sobre o cenarismo que essas mesmas fachadas passarão a constituir (...), à proliferação das águas furtadas nos respectivos telhados, ao número de quartos que se pretendem em relação à área e volume disponíveis, à própria volumetria proposta, ao tratamento exterior e materiais a aplicar no corpo de ligação do hotel existente com a ampliação, ao tratamento da fachada orientada para o jardim, (...) ao tratamento exterior do hotel existente, de péssima qualidade arquitectónica com uma profusão de obsoletas e inestéticas varandas (...), e que devem ser, ou totalmente suprimidas, ou transformadas em sacadas somente com 0,40 m. de avanço sobre o plano da fachada (...).”

Referia-se ainda ser necessário esclarecer a Turotel de que teria de proceder "(...) a obras de correcção do existente quando iniciar as obras de remodelação e ampliação das suas instalações (...)."

Como conclusão, o parecer da S.R.E.C. afirmava que "(...) os aspectos focados carecem de ser realizados em face da lei e da presença da cidade, que tem forçosamente que ser considerada como primordial, não só porque lá está há muito mais tempo mas também e sobretudo porque possui inegável qualidade ambiental urbana (...)" (doc. 25).

TERCEIRA PROPOSTA

Em resposta a este parecer da S.R.E.C., a Turotel apresentou, em 15 de Maio de 1984, um terceiro projecto de ampliação e remodelação do Hotel de Angra, "(...) propondo uma nova alternativa de solução que tenta sintetizar, duma forma coerente, todos os aspectos positivos das soluções anteriores (...)".

Explicava-se que, "dada a rejeição da primeira e segunda soluções", a nova proposta diferia das antecedentes "fundamentalmente no domínio da imagem arquitectónica."

Relativamente às primeiras propostas, explicava-se que se tentara "(...) projectar um edifício que restabelecesse um certo equilíbrio e unificasse a Praça da Restauração como conjunto urbano de grande importância(...)", ao mesmo tempo que se considerara a "(...) importância e singularidade do edifício religioso (...) e a necessidade de o demarcar claramente tanto pela sua arquitectura como pelo seu tradicional significado religioso (...) e se pretendia acabar "(...) com a irregularidade criada pelo recuo da actual entrada do Hotel (...)".

Referia-se que "(...) o desenho de composição das várias alternativas" assentara naqueles *aspectos primordiais*, [tendo-se adaptado] os aspectos funcionais do programa preliminar (...) aos diferentes tratamentos dados às fachadas e à transição entre o edifício do Hotel actual e a extensão programada (...)"

Assim, na primeira solução optara-se "(...) pela recriação duma fachada com referências góticas (...) que se prolongaria na Rua de Lisboa até ao edifício da Caixa da Santa Casa da Misericórdia (...) ", fazendo-se a transição para o edifício actual "através do corpo de quartos do actual Hotel virados ao Jardim Público, que se prolongaria sobre o "bloco" do r/c e 1º andar da ampliação (...)"

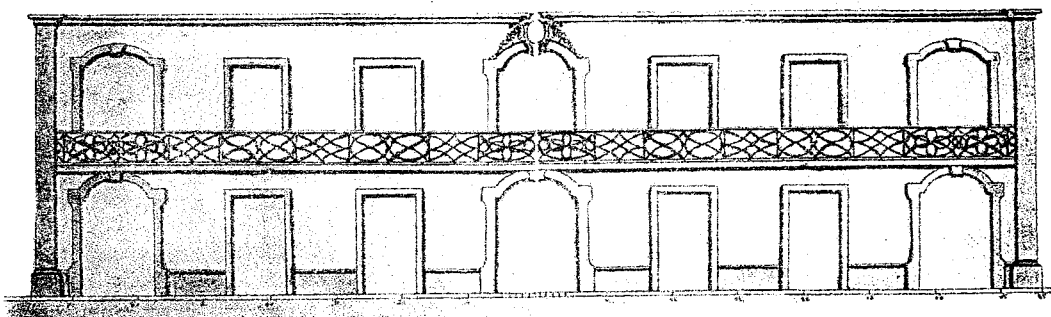
A segunda proposta apresentada, tentou corresponder à vontade expressa pelos responsáveis da S.R.E.C. "(...) em manter as fachadas do existente como meio de preservar a escala e imagem urbana da Praça da Restauração e Rua de Lisboa (...)", [admitindo-se] a fachada neo-gótica virada à Praça (...) [e] a fachada da Rua de Lisboa (...)" e resolvendo-se a transição para o edifício actual do Hotel pela utilização de "(...) uma fachada *cortina* integralmente de vidro que garantia a neutralidade (...), não entrando assim em conflito com as três fachadas existentes (Hotel, Capela e Edifício Neogótico)."

Mas, uma vez que "(...) foram levantadas reservas quanto ao uso da fachada *cortina* em vidro, um elemento não tradicional na Arquitectura Regional, e também quanto ao facto de se manterem as

fachadas existentes não permitindo uma leitura unificada (...) houve que repensar a filosofia de intervenção seguida (...)"

Com tal objectivo, foram analisados documentos fotográficos e bibliografia relativos á história da Praça da Restauração e (ou) de alguns dos seus edifícios, tendo merecido particular interesse a obra "As casas de Luís Meireles ou como a Praça Velha se viu privada de um palácio", de Jorge Pamplona Forjaz.

O autor desse texto explicava que Luís Meireles pretendia, entre 1818 e 1826, "(...) construir um solar no sítio (...) do actual edifício neogótico" e afirmava, referindo-se ao "esboço da fachada do Palácio", que "(...) o projecto de Luís Meireles, a avaliar pelo tosco desenho de que temos conhecimento, era bem mais equilibrado e razoável (...)."



49 projecto proposto por Luís Meireles do Canto e Castro

Fig. 157. Alçado destinado a um solar, não construído, na Praça Velha em Angra do Heroísmo, para Luís Meireles do Canto e Castro (desenho do século XIX).

O esboço acima referido serviria de base para o desenho da fachada inerente à terceira proposta apresentada, embora esta surgisse não como um "(...) revivalismo mimético, mas antes uma composição de fachada sensível que atenda aos valores urbanos e arquitectónicos existentes e marque, através da escolha e pormenorização dos materiais, a actualidade do tempo que vivemos (...)."

Na nova proposta usou-se "(...) uma linguagem arquitectónica que pela sua escala, e vocabulário, se relacionasse fortemente com a Praça da Restauração, dando-lhe uma coesa imagem de conjunto e permitindo uma unidade de fachadas ao longo de toda a parte nova do Hotel (Praça e Rua de Lisboa)", [a fim de] preservar o

património urbano da Cidade, não em termos pontuais mas em termos de conjunto (...).”

“(...) Esta nova articulação das fachadas (Praça, Rua de Lisboa e entrada do Hotel) pela sua unidade, sequência de linguagem arquitectónica e relação com a Praça, levanta menos problemas no que respeita à transição entre o Hotel e a nova extensão deste, conseguindo estabelecer um equilíbrio volumétrico entre as duas partes e consequentemente subvalorizar a importância do Hotel actual, cuja arquitectura em nada se relaciona com a do conjunto urbano no qual está inserido (...).”

A nova solução assentava “(...) em dois objectivos principais: primeiro, conseguir uma cuidada articulação das fachadas e volumes relacionando-os com o edificado; segundo, adaptar os aspectos funcionais do programa preliminar à fachada desenhada (...).”

Propunham-se “(...) dois pisos de estacionamento em cave (...), com acesso pelas traseiras do Hotel, aproveitando o corredor existente entre o Jardim Público e as traseiras da Caixa da Santa Casa da Misericórdia – antiga Canada da Saúde –, o qual “dará continuidade à ligação pedonal Jardim Público/Hotel/Praça (...).”

A nível do rés-do-chão, além do café e esplanada virados ao Jardim Público, propunha-se “(...) um Centro Comercial (...) com circulações internas de peões que (...) estabelecem a ligação da Praça ao Jardim e à recepção do Hotel (...).”

O primeiro andar comportaria treze quartos, assim como “(...) áreas para instalação de novos serviços de apoio a hóspedes e público em geral, como por exemplo uma ampla sala de Conferências (...) uma zona de Estar/Bar com vista para o Jardim Público (...)” e, do lado do actual Hotel, no terraço sobre a entrada, seria construído um avançado “(...) para ampliar as zonas de estar e criar uma varanda fechada com vista sobre a Praça da Restauração (...).”

A construção deste avanço sobre a entrada do actual Hotel permitiria “resolver a fachada principal” deste edifício e, consequentemente, permitiria “rematar de uma forma mais equilibrada aquele recanto da Praça.”

“(...) O segundo e terceiro andares serão totalmente afectos a quartos correspondendo ao segundo andar vinte e sete quartos e ao terceiro andar (recuado) dezoito quartos (...), [perfazendo] o mínimo de cinquenta quartos na parte ampliada (...).”

Baseou-se o desenho das fachadas no já referido esboço da fachada do Palácio, desenhado por Luís Meireles em 1818.

“(...) Na fachada entre a Capela e o actual Hotel, procurou-se assinalar claramente a entrada deste, demarcando o eixo central da composição que no 2º andar culmina com um baixo relevo das armas da Cidade. Esta fachada, ao contrário do que actualmente

acontece estará alinhada com a da Capela, ficando assim a Capela, de grande singularidade arquitectónica, como centro do conjunto das fachadas. O alinhamento das fachadas e a linguagem arquitectónica usada no corpo da entrada do Hotel permitem uma transição harmoniosa entre o Hotel actual e sua futura ampliação (...)"

Nesta proposta, tal como nas anteriores, "(...) foi dada particular importância à relação Praça/Hotel/Jardim Público", assegurada "não só através da ligação pedonal do r/c, mas também em termos visuais (...)"

Uma vez que a solução proposta para as coberturas, "permite a utilização de telha em praticamente toda a superfície", foi minimizado "(...) o uso de lajes para que a cobertura do Hotel não viesse destruir a imagem da Cidade com os seus tradicionais telhados, bem visíveis do Alto da Memória (...)"

A Secretaria Regional da Educação e Cultura, pronunciou-se sobre este último projecto de ampliação e remodelação do Hotel, a 14 de Maio de 1984.

O parecer da S.R.E.C. (doc. 26) começava por analisar "(...) as consequências resultantes da eliminação pura e simples dos imóveis existentes (...)" e o "(...) estudo esquemático de intenções proposto para a ampliação do Hotel (...)", decorrentes do terceiro projecto apresentado.

Quanto aos dois imóveis em questão, referia aquele parecer que a sua "(...) não reconstrução [criaria] um precedente grave na questão da preservação de Angra do Heroísmo (...)", porque o critério orientador na defesa do património cultural arquitectónico da cidade era "(...) o da preservação das suas características urbanas e da arquitectura dos seus edifícios (...)" desde os mais notáveis aos "(...) mais modestos (...)"

Justificava a aplicação daquele critério de preservação sempre que os imóveis possuíssem "(...) características de autenticidade e qualidade e [fossem] documento elucidativo da evolução histórica do aglomerado (...) [e contribuíssem] para definir um ambiente próprio da cidade (...)"

Reportando-se ao regulamento que classifica Angra do Heroísmo como Património Regional (Decreto Legislativo Regional n.º 15/84/A), o referido parecer considerava que a regra dominante no que respeitava à preservação de imóveis, era a que decorria do ponto 1 do artigo 10º, onde se lê: "Serão respeitadas as características arquitectónicas e históricas dos imóveis existentes, nomeadamente a sua implantação, a sua altura, o seu volume e a configuração de sua cobertura".

Considerava, porém, a possibilidade da alteração de edifícios, em casos especiais a serem analisados pelo Secretário Regional da Educação e Cultura, de acordo com o estipulado no ponto 2 do

mesmo artigo 10º: “ Em casos especiais de edificios existentes com um único ou dois pisos poderá ser considerada a possibilidade de aumento de cerca de mais um piso desde que não contrarie o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e não seja lesivo do equilíbrio arquitectónico do imóvel existente e das características da zona envolvente”.



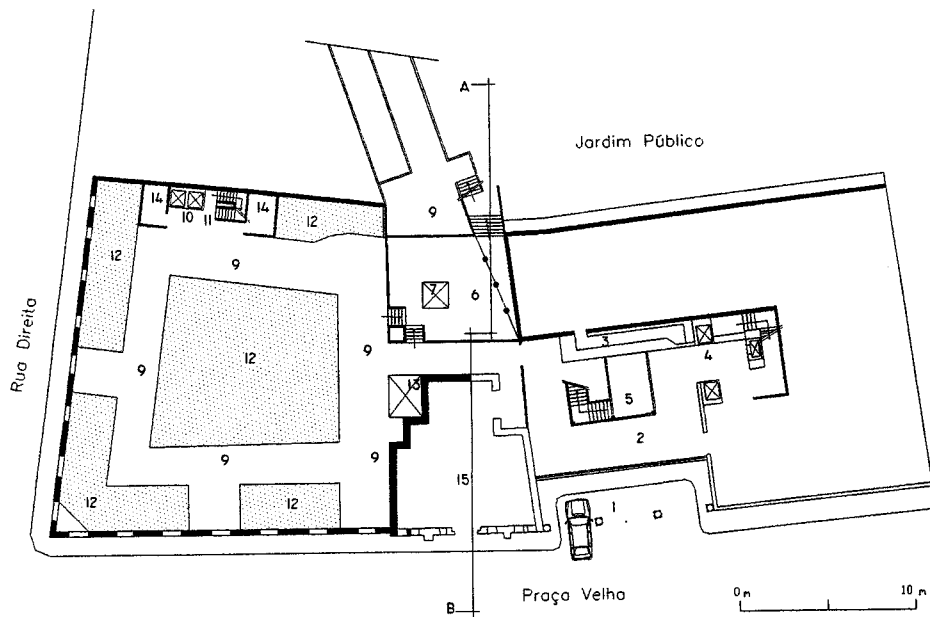


Fig. 158. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Terceira proposta . Piso 3 (r/c). recepção/Centro Comercial.
 1- entrada do hotel; 2- hall; 3- recepção; 4- elevadores; 5- escadaria (estar, bar, restaurante, congressos); 6- café; 7- quiosque (apoio ao café); 8- esplanada (jardim); 9- circulação do Centro Comercial; 10- elevadores (estacionamento); 11- escada (estacionamento); 12- áreas comerciais; 13- quiosque (tabacaria); 14- I.S.; 15- capela existente (restaurar).

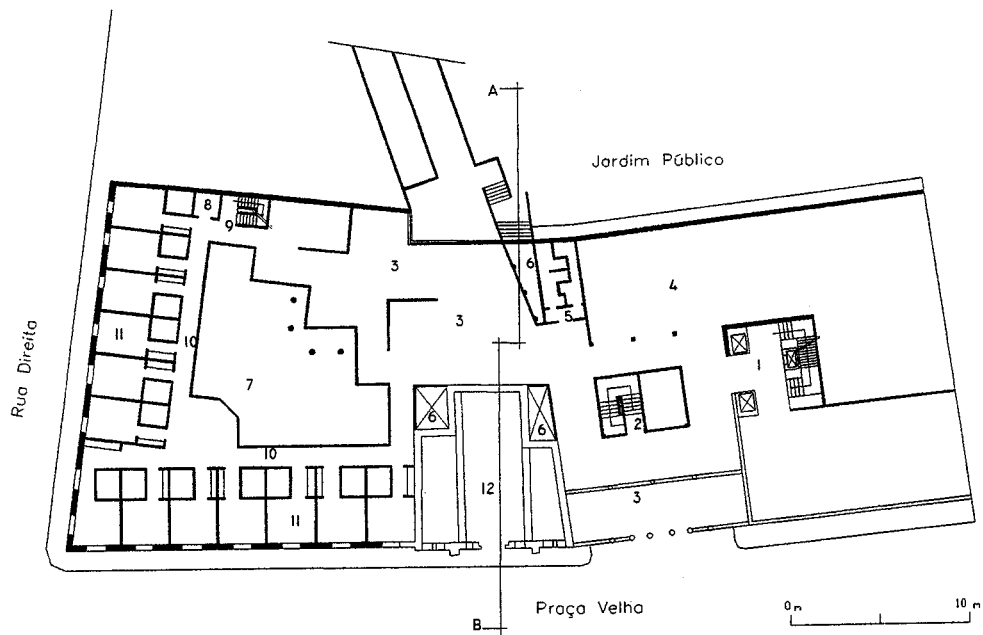


Fig. 159. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Terceira proposta. Piso 4 (1º andar) - estar, restaurante, bar, congressos, quartos.
 1- elevadores; 2- escadaria (acesso à recepção); 3- estar/bar; 4- restaurante (existente); 5- I.S.; 6- vazio; 7- sala de congressos; 8 - caixa dos elevadores; 9- escada de emergência; 10- corredor (quartos); 11- quartos; 12 - capela existente.

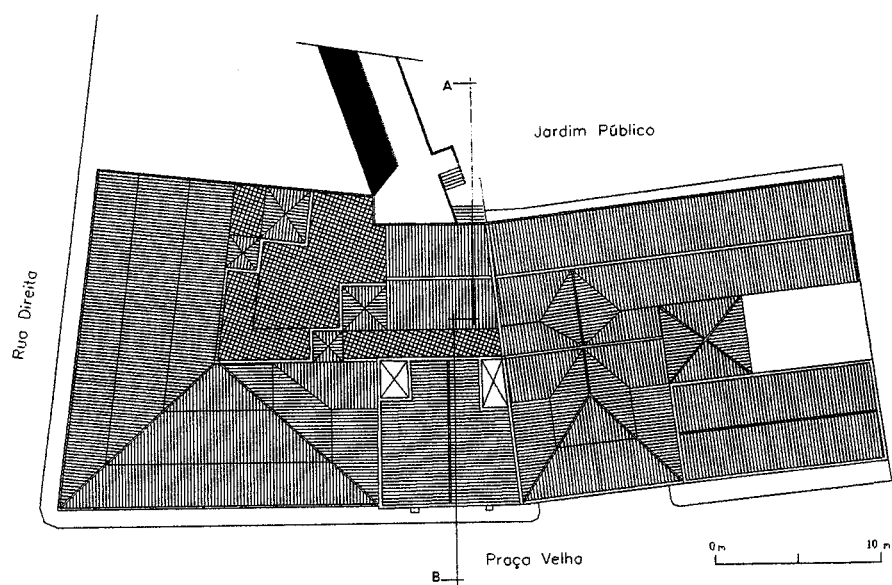


Fig. 160. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Terceira proposta. Planta das coberturas.

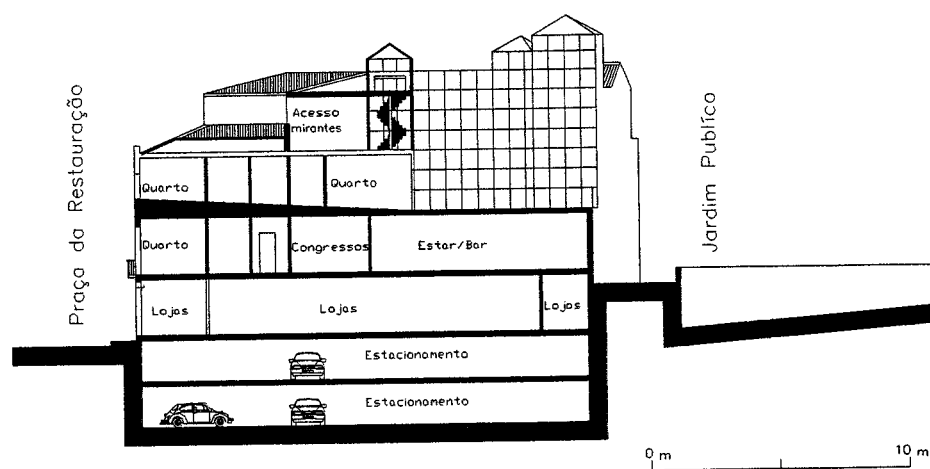


Fig. 161. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Terceira proposta. Corte transversal.

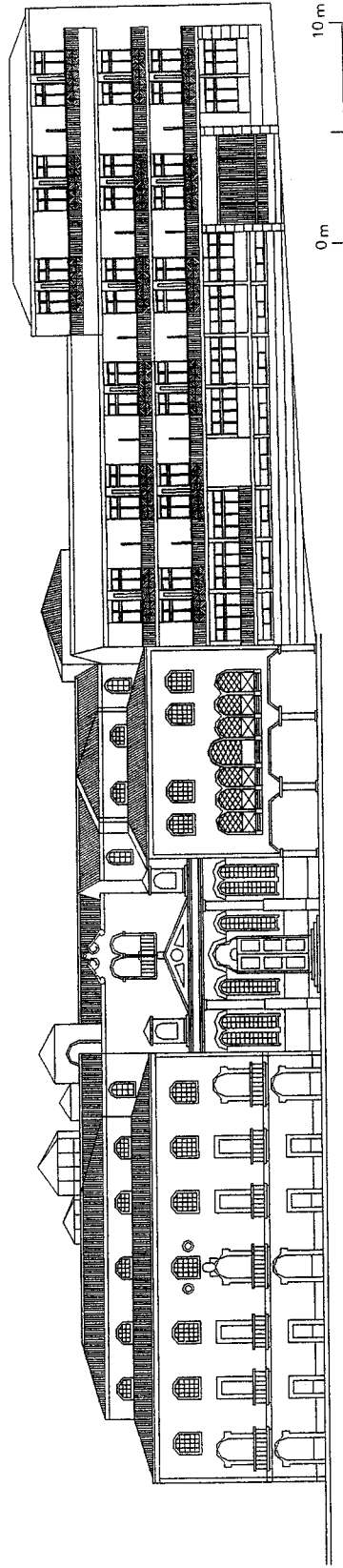


Fig. 162. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Terceira proposta: alçado voltado para a Praça.

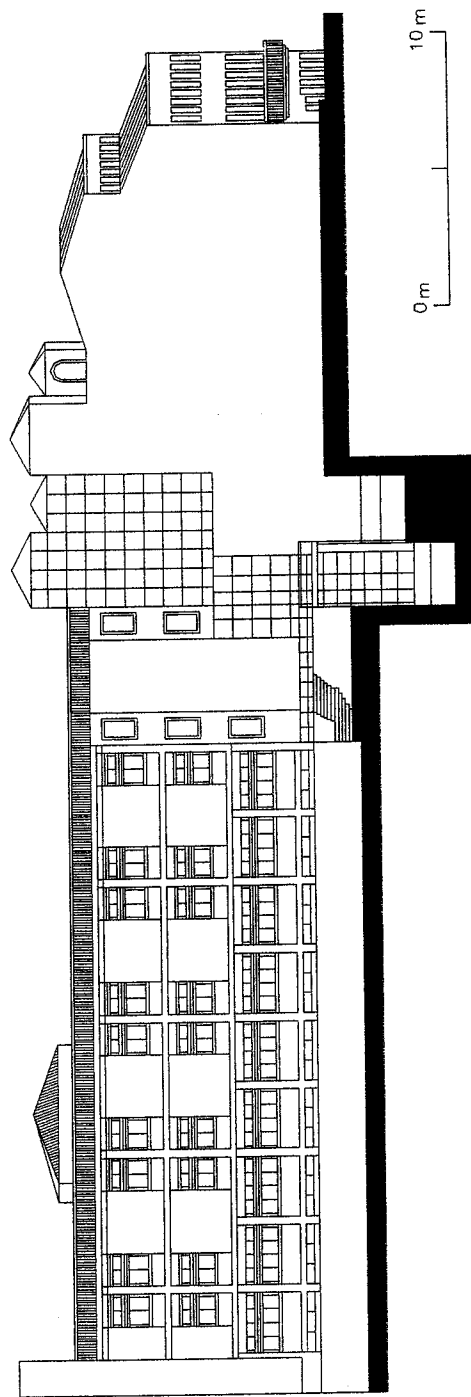


Fig. 163. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Terceira proposta. Alçado voltado para o Jardim Público.

Relativamente aos dois edifícios adquiridos pelo Hotel de Angra para a sua ampliação, afirmava-se que, embora possuíssem características diferentes – “(...) o que se encontra orientado para a Rua Direita é dos princípios do século XVIII mas ainda com características do século XVII” e o de gaveto com a Praça Velha “é dos meados do século passado, exemplar único do estilo neogótico existente na cidade (...)” -, ambos mereciam consideração porque “(...) constituem bons exemplares arquitectónicos das épocas que representam (...)”.

Tendo em consideração a qualidade daqueles edifícios, nomeadamente do imóvel neogótico de características arquitectónicas “(...) mais discutíveis (...) mercê da menor antiguidade (...) e sobretudo do gosto generalizado duma população menos esclarecida sobre arquitectura do século XIX (...)”, o referido parecer defendia a sua preservação e alertava para o facto de que qualquer decisão contrária constituiria um “(...) precedente melindroso na medida em que poderá induzir futuramente a tomada de decisões precipitadas quanto à aquisição de edifícios que não comportam, à partida, os programas que se pretendem instalar (...)”.

Analisando, em seguida, a terceira proposta da Turotel, o parecer da S.R.E.C. considerava que, face a uma decisão superior que determinasse a preservação dos imóveis, aquela proposta teria de ser revista mas, se tal não se verificasse, apenas se atenderia às questões relacionadas “(...) com a solução adoptada e sua compatibilização com a zona urbana envolvente à luz do Decreto Legislativo Regional nº 15/84/A”

O referido parecer entendia que aquela terceira proposta contrariava o disposto nos pontos 2 e 3 do artigo 11º daquele Decreto, que proibia “(...) obras de ampliação (...) que ultrapassem a cêrcea de 9 m de altura [ou] uma cêrcea superior a três pisos, com exclusão da cave (...)” e entendia também ser “(...) bastante discutível procurar construir um edifício que tem por base um imóvel que nunca existiu (...)”

O parecer da S.R.E.C referia também que “(...) a solução preconizada para o corpo de ligação entre o Hotel existente e a Ermida [carecia] de ser revista em face das reminiscências estilísticas adoptadas e ausentes no ambiente geral da cidade (...)”.

Como conclusão, observava que “(...) à luz de critérios de ordem arquitectural, urbanística e ambiental e da defesa própria desse mesmo património, qualquer solução que inviabilize a reconstrução em termos adequados dos dois imóveis adquiridos deverá ser posta de parte (...)” (doc. 26).

A 4 de Junho de 1984, a S.R.E.C. emitiu um novo parecer sobre a já referida terceira proposta de ampliação do Hotel de Angra, considerando que a mesma tinha de ser analisada segundo dois

parâmetros, o Decreto Legislativo nº 15/84/A e o “inegável interesse para o desenvolvimento da Região desta unidade hoteleira”.

De acordo com tais parâmetros e para que se chegasse a um rápido consenso “para a elaboração dum projecto definitivo”, determinava aquele parecer (doc. 27) que :

“1. Deve aproveitar as inegáveis vantagens do estudo prévio agora apresentado, nomeadamente a integração da ermida de Nossa Senhora da Saúde, a distribuição interna do Hotel e a ligação dos dois prédios, o existente hotel e o novo acrescento.

2.O prédio com frente para a rua Direita deve manter a sua autonomia arquitectónica ainda que seja autorizado a aumento dum terceiro piso cujas janelas contudo devem obedecer ao estilo das do segundo piso e o rés do chão deve aproveitar a reconstituição do existente em época anterior ao sismo e conhecido por documentos fotográficos, tudo dentro do espírito do Decreto Legislativo Regional n.º. 15/84/A

3.O prédio com frente para a Praça Velha, (...) não pode ser impeditivo dum aproveitamento racional e economicamente viável para a instalação do novo hotel”, devendo aceitar-se “a sua substituição pelo esboço proposto, sendo contudo de harmonizar as janelas do terceiro piso com as do segundo e portas do rés do chão.

4.Não é de autorizar a solução de um quarto piso, mesmo recuado, por ser manifestamente contra o Decreto Legislativo Regional n.º. 15/84/A.

Poder-se-ia aceitar um piso recuado, aliás inspirado numa solução existente na Rua Direita, perto da Praça Velha, desde que ele substituísse o terceiro piso proposto para ambos os prédios em causa.”

A 28 de Outubro de 1997, o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo enviou ao Secretário da Economia, um “Memorandum” sobre o Hotel de Angra (doc. 28).

Afirmava-se nesse documento que, sendo o Hotel de Angra “(...) um edifício extremamente dissonante no conjunto classificado (...)”, era prioritário tudo o que se fizesse “(...) no intuito de reduzir essa dissonância e de procurar a integração volumétrica, estética e arquitectónica (...)”.

Relativamente aos “(...) dois edifícios confinantes a Poente e de que restam apenas as fachadas”, [visto serem] edifícios de qualidade e muito marcantes no conjunto, um do Século XIX outro do Sé. XVII (...)”, deveriam ser reconstruídos, “(...) com respeito pela sua volumetria original e, sobretudo, com respeito por todos os elementos decorativos e arquitectónicos originais dos seus alçados exteriores (...)”.

Considerava aquele documento que o edifício do Hotel de Angra se encontrava “(...) na situação prevista no art.º 3º ponto 1 alínea c) do Dec. Reg. 20/95/A com as alterações introduzidas pelo

Dec.Reg. 4/96/A (...) [e que os] dois edifícios em ruínas estão na situação prevista nas alíneas a) e b) do mesmo ponto e do mesmo artigo (...) [referindo que] a libertação de verbas (...) garantidas pela legislação, [só seria possível] perante um projecto aprovado (...).

Considerava, por fim, o citado "Memorandum", que "(...) seria desejável associar a Secretaria da Economia e a da Educação e Assuntos Sociais, com base, por exemplo, no argumento de que se trata de algo duplamente importante para a Zona Classificada de Angra (dois edifícios de qualidade que importa reconstruir e um hotel de centro da cidade que interessa ter)(...)", mas também admitia a hipótese "(...) mais simples do ponto de vista legal, eventualmente mais complicada do ponto de vista financeiro", de "inscrever no Plano, nas acções coordenadas pelo Gabinete da Zona Classificada, a verba adequada (...).

Os periódicos locais acompanharam com interesse a evolução dos acontecimentos relativos aos projectos de ampliação do Hotel de Angra.

Na sua edição de 21/22 de Março de 1998, o *Diário Insular*, no artigo intitulado "O Hotel centenário que Angra podia ter" (já atrás referido), afirmava que "(...) a privatização do Hotel de Angra deu-se sem que a reconstrução tivesse sido feita ou sem que figurasse no caderno de encargos a obrigação por parte da empresa adquirente de reconstruir os edifícios ao lado (...) Assim, por enquanto, pelo menos, Angra (...) continua a não ter, como podia, um hotel centenário no seu coração (...).

O mesmo jornal, na sua edição de 6 de Fevereiro de 1983, publicou um outro artigo intitulado "O Hotel de Angra é um hotel de cidade e de serviço e não de turismo", que inseria uma entrevista feita ao gerente daquele estabelecimento hoteleiro.

Questionado sobre a ampliação daquele estabelecimento, o gerente afirmava que a mesma só se verificaria "(...) em princípios de 1984, sendo a sua conclusão provável para 1987 ou 1988" e que "a ampliação respeitará a estética da Praça da Restauração e os edifícios que a mesma irá ocupar (...)", devendo os custos da mesma orçar "em 100.000 contos."

Questionado também sobre as alternativas para a capacidade do Hotel após a ampliação, o citado gerente afirmou que exigiam "(...) 50 quartos nas instalações a ampliar, como um parque de estacionamento para 50 viaturas e um Centro Comercial (...), além de se pensar em reabrir o velho arruamento que existia desde a ermida (ao lado do Hotel) ao Jardim Público (...)"

O jornal *A União*, na sua edição de Maio de 1983, em artigo intitulado "Compromisso Passado-Futuro? - No centro histórico e cívico o Hotel de Angra vai ser alargado e ficará com 300 camas", referia-se à prevista ampliação daquele estabelecimento hoteleiro salientando, como uma das "curiosidades" do projecto apresentado

“(…) um Centro Comercial (756 metros quadrados) no rés-do-chão, desenvolvendo-se no frontispício, e a este nível, uma série de 14 arcadas inspiradas nas 7 portas ogivais actualmente existentes (…)”

Referia ainda o citado artigo que entre o Hotel existente e a área de ampliação (relativa aos dois edifícios adquiridos para o efeito) se manteria “(…) a igrejinha de Nossa Senhora da Saúde (…)

que, no plano arquitectónico servirá de articulação e de “compromisso” entre dois estilos bem diversos (…).”

Na opinião do articulista, o estudo prévio relativo à ampliação do Hotel de Angra, que a Turotel dera a conhecer aquele periódico, apresentava “uma culta apreciação sobre Angra, em que é referida, com saber analítico, uma série de pontos capazes de elucidar o público menos prevenido na apreciação de uma cidade com centro histórico como a nossa.”

E, depois de transcrever algumas passagens do referido estudo prévio da ampliação do Hotel, o articulista concluía considerando “(…) ser de conveniência educativa que o público em geral se aproxime deste estudo:”

O mesmo periódico, na sua edição de 26 de Janeiro de 1985, publicava uma “Carta aberta aos administradores da Turotel”, da responsabilidade do Director Regional dos Assuntos Culturais.

Aludia o Director Regional à “(…) escolha do arquitecto a quem foi cometido o trabalho de adaptar os 2 edifícios antigos às suas novas funções hoteleiras (…”, afirmando que concordara com a mesma por ter entendido que se tratava de um arquitecto “que saberia defender o património”.

Aludia também ao facto de que “(…) a Turotel não adquiriu um terreno – adquiriu um conjunto de duas casas, uma do século XVII, outra do século XIX – (…)

que se presumia viessem constituir um dos maiores cuidados do arquitecto encarregado desse trabalho (…)” e afirmava não ter ouvido “(…) qualquer voz em defesa da alternativa (…)

que prevê a demolição pura e simples daqueles dois imóveis e a construção duma outra estrutura, vagamente semelhante com a anterior e com um volume aterrador para a área da Praça Velha (…).”

Depois de referir a opinião negativa à demolição daqueles edifícios dada pelo técnico da UNESCO que estivera em Angra, o Director Regional apontava os erros inerentes à construção e ampliação do Hotel.

O primeiro, “(…) o grande erro, o erro histórico, foi o de implantar o hotel na Praça Velha. O segundo erro, foi aprovar aquele projecto incaracterístico, morno e cinzento, sem escala nem dignidade, ao lado dos nobres paços do concelho; o 3º erro foi correr com ele pela ladeira acima, numa ampliação que comeu parte do jardim público; e o 4º erro (…)

seria aprovar a ampliação prevista”.

Em conclusão, o Director Regional advertia os administradores da Turotel de que deveriam assumir a decisão histórica "(...) de optar por uma ampliação que regenere um passado pouco brilhante e que se inscreva no pensamento que a todos nós deve animar (...) o de enobrecer (...) esta cidade património da humanidade (...)" e propunha-lhes que retirassem da Câmara o projecto de ampliação do Hotel porque "só depois de construído se saberá o que é – então, já estarão demolidos os dois edificios (...)".

Na sua edição de 10 de Junho de 1999, o *Diário Insular*, em artigo intitulado "Hotel de Angra com outra cara", referia que as "(...) obras de reformulação da fachada e janelas do Hotel de Angra estão integradas no projecto de reformulação e ampliação da unidade que deverá arrancar no próximo mês de Outubro (...)."

Referia também que, além da alteração da fachada, "(...) as obras a realizar no actual edificio vão permitir a remodelação de todas as áreas sociais (...) e a construção de uma piscina interior, sauna e ginásio (...) [e que a ampliação do Hotel] de 80 para 120 quartos será efectuada na actual estrutura e na zona onde existem dois edificios em ruínas, estando assente que as fachadas neo-góticas serão preservadas (...)". Era igualmente referido que a nova área do Hotel comportaria uma galeria comercial no primeiro piso e um parque de estacionamento no piso subterrâneo, embora ainda não estivesse resolvido o problema de acesso a este parque, uma vez que o Gabinete da Zona Classificada de Angra não tinha aceite "o acesso por um portão na Rua Direita".

A 22 de Agosto de 1999, o *Diário Insular* publicou um artigo intitulado "Hotel de Angra preso por meio andar", onde se afirmava que a "(...) Investaor, grupo económico que explora a unidade, pretende ampliar as actuais instalações do Hotel de Angra com a construção da parte que falta do último piso do corpo principal do edificio (...)" e que, numa segunda fase, aquela unidade seria ampliada "(...) nos terrenos em ruínas no gaveto entre a Praça Velha e a Rua Direita (...)".

Referia ainda o citado artigo que o projecto de ampliação do Hotel deveria ficar concluído até final do mês e que previa "(...) a construção de mais quarenta quartos (...) além de equipamentos de apoio como parque de estacionamento, piscina interior, ginásio, sauna, bares e remodelação dos restaurantes e recepção (...)".

Também referia que "(...) a ampliação do quarto andar do actual edificio poderá receber o parecer negativo do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo com base nas normas que limitam a volumetria e o tipo de arquitectura a construir no centro histórico (...)", embora o administrador da Investaor, depois dos contactos havidos com a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais e com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo,

considerasse haver “boa vontade de todas as partes para resolver o problema.”

Referindo-se à legislação sobre o tipo de fachada, aquele administrador considerou-a “(...) controversa e aplica-se quando está em causa a totalidade de um prédio e não uma pequena parte (...)” e, referindo-se ao projecto original do Hotel de Angra (da década de 60), afirmou que o mesmo previa “(...) a construção da totalidade do quarto piso, uma vez que existe uma caixa para o elevador no local (...)”.

E, a propósito da ampliação das instalações do Hotel de Angra, afirmou que a empresa tivera “(...) um projecto aprovado para a construção de 50 quartos nos terrenos em ruínas (...)” mas que aceitara mudar de planos, prevendo “(...) construir nessa área cerca de duas dezenas de quartos preservando e melhorando a fachada do edifício que existiu no local (...)”, embora isso trouxesse “(...) custos adicionais elevados em comparação com o que acontece noutros locais.”

Afirmou também que estavam em curso “(...) os estudos necessários para a concretização da obra, que está orçada em cerca de um milhão de contos.”

A 19 de Novembro de 1999, *A União* publicou um artigo intitulado “Hotel ganha mais um piso”, no qual se afirmava que “(...) o Secretário Regional da Educação e Assuntos Culturais autorizou a construção de mais um piso no único hotel de Angra do Heroísmo, na zona classificada como património mundial, apesar das limitações impostas pela legislação (...)”, sendo essa autorização justificada pela “(...) qualidade das obras de remodelação projectadas para aquela unidade hoteleira (...)” e ainda pela necessidade de criar condições “(...) para respeito da lei que obriga o funcionamento de elevadores até ao último piso de edifícios do género.”

Referia o articulista que fora desaconselhada pelos responsáveis do Gabinete da Zona Classificada de Angra a autorização para a construção de mais um andar, uma vez que a legislação em vigor limitava “(...) a três o número de pisos em construção no perímetro da cidade classificada pela UNESCO (...)”.

Ainda segundo o articulista, o Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais condicionou “(...) a sua decisão, à obrigatoriedade de o aumento da estrutura se efectuar apenas na estrita medida para permitir o acesso aquele piso pelo elevador e para acerto de composição arquitectónica daquela zona (...)”, considerando também que “(...) a recuperação do edifício do hotel e sua ampliação para os terrenos anexos se reveste de importância capital para a revitalização daquela zona da cidade.”

Este edifício muito recentemente construído veio substituir, por demolição, o anterior, de 1970 (figs. 164 e 165). Quanto aos

dois edifícios dos séculos XVII e XIX, peças emblemáticas da Praça Velha, foram reconstruídos.

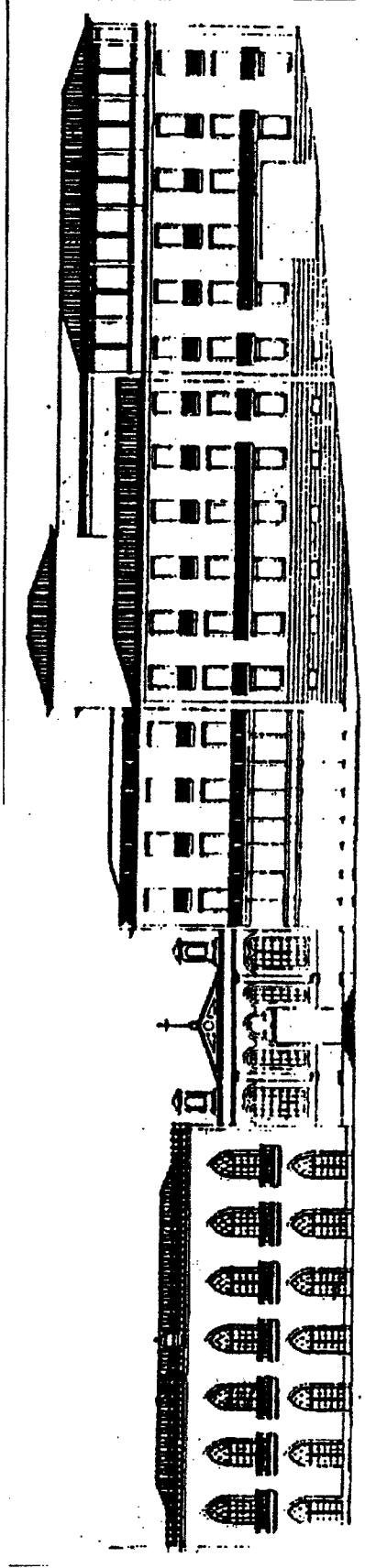


Fig. 164. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projecto de ampliação. Desenho de nova proposta reproduzido em *A UNIÃO* de 19 de Novembro de 1999.



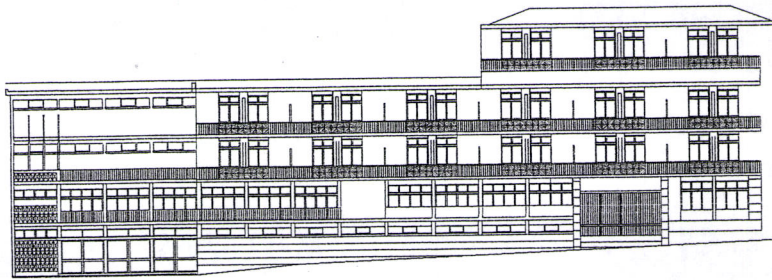
Fig. 165. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo (fotografia de 2001).



séc. XVII

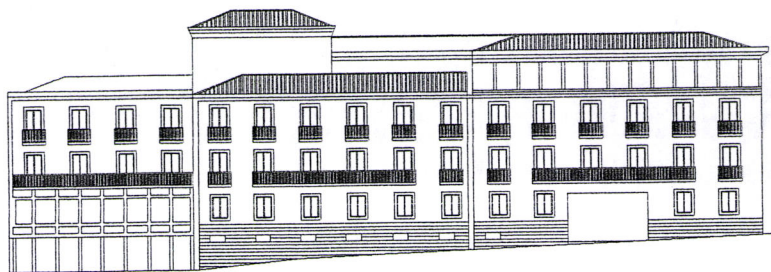


1932



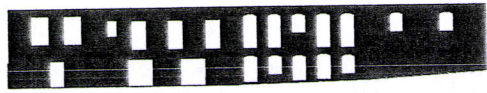
1970

Imóvel de acompanhamento a preservar c/ fidelidade

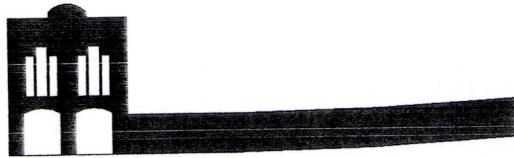


2000

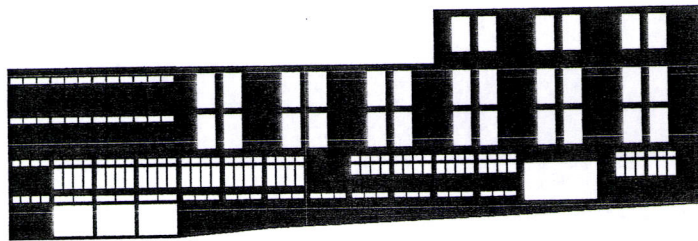
Fig. 166. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica, projectos construídos (reconstituição do autor).



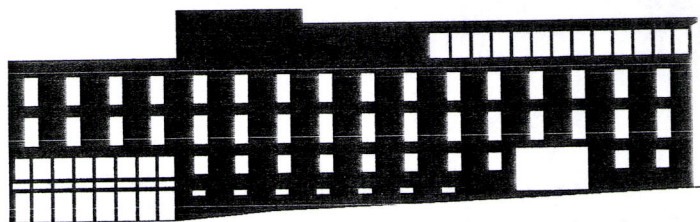
séc. XVII



1932



1970



2000

Fig. 167. Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (reconstituição do autor).

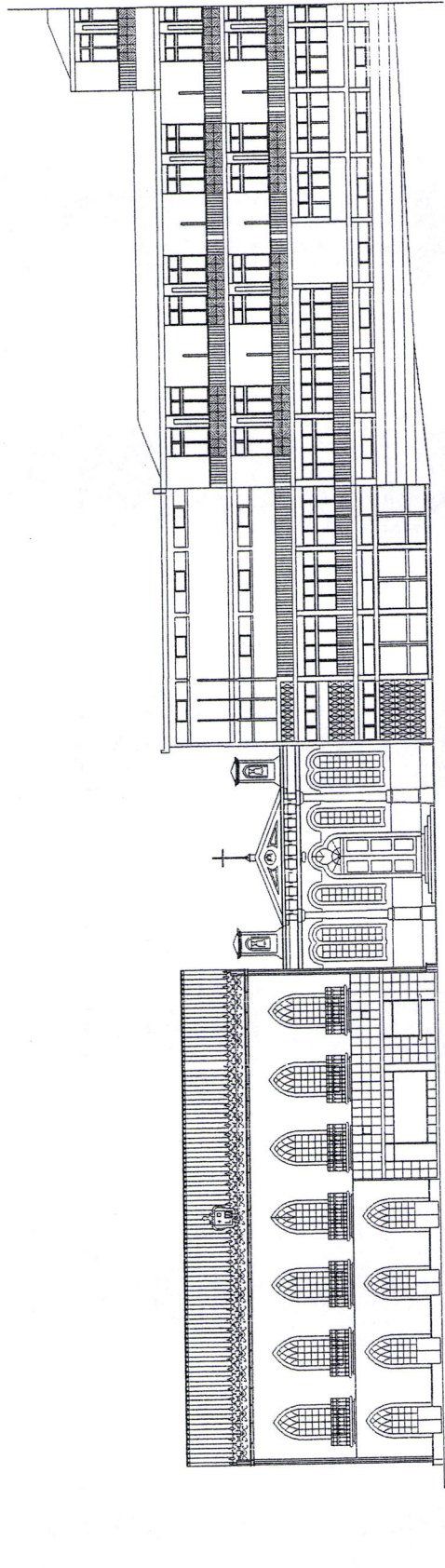


Fig. 168 - Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Edifício neogótico com o edifício do Hotel de 1970.

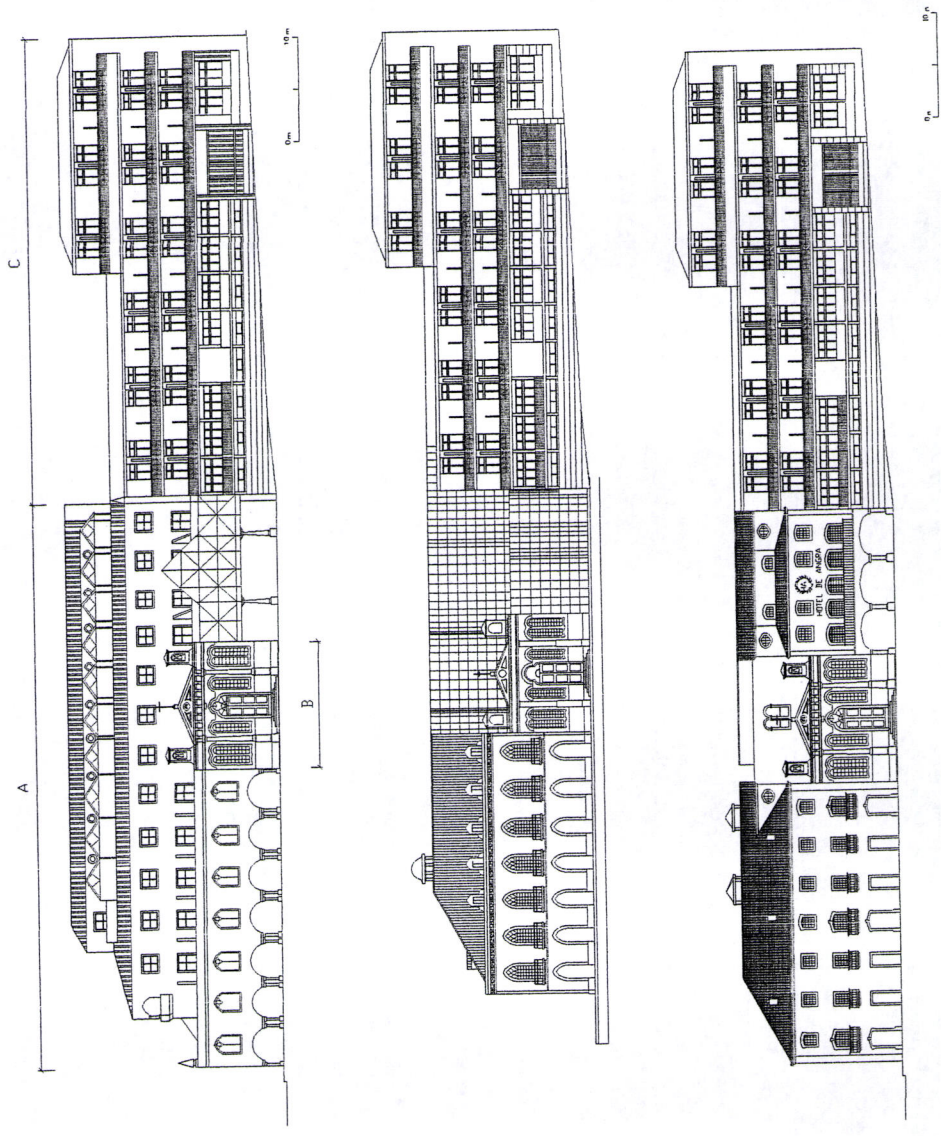


Fig. 169 - Hotel de Angra, em Angra do Heroísmo. Projectos não construídos (anos de 1980).

3.1.2.10. Banco Nacional Ultramarino, 1982

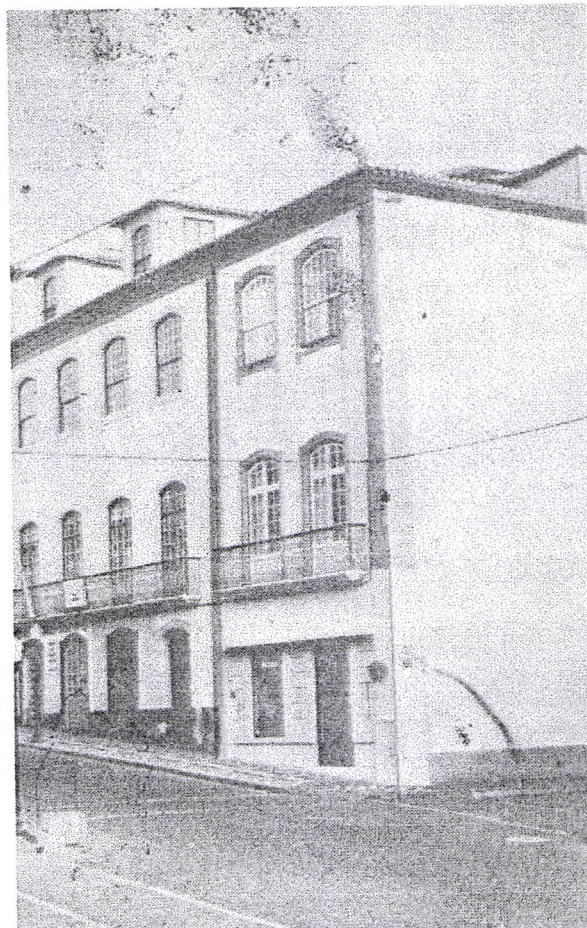


Fig.170. As duas “Casas de Jacob Abohbot”, em Angra do Heroísmo (fotografia de c. 1965).
A da esquerda foi adquirida pelo Banco Nacional Ultramarino para instalação da sua agência.

O EDIFÍCIO PRIMITIVO

O espaço ocupado pelo edifício do B.N.U. corresponde, parcialmente, ao da antiga igreja do Convento da Esperança, que se “situava na esquina da Rua da Sé para a Rua da Esperança”¹⁸⁸.

Foi este Convento fundado por iniciativa da madre Isabel de Jesus¹⁸⁹ que, para o efeito, adquiriu as casas “que Bárbara de Moraes possuía na Rua da Sé, embora julgadas insuficientes.”¹⁹⁰

As obras do edifício conventual iniciaram-se em 1550 e, as da respectiva igreja, foram iniciadas, por sua vez, em 1557.

Em 1678, tornando-se necessário ampliar o edifício primitivo, as freiras adquiriram uma azinhaga denominada “do Morrão” ou “do Mourão”¹⁹¹ “que vinha da rua do Rego para a rua das Covas”¹⁹², a fim de nela estabelecerem a portaria do convento (...) e ainda uma casa e um alqueire de terra destinado à cerca do convento.¹⁹³

A igreja conventual ocupava o actual edifício da esquina (F2 da fig. 171), o do Banco Nacional Ultramarino (F1 da fig.171) e o primeiro dos dois iguais que se lhes segue (E2 da fig.171).

Em 1832, a cerca conventual foi cedida à Câmara para “nela ser instalado o mercado municipal (Mercado Duque da Terceira)”¹⁹⁴ e a 11 de Abril de 1835 o convento foi vendido em hasta pública, por determinação da Prefeitura da Província¹⁹⁵.

Adquirido por particulares, o antigo Convento da Esperança foi demolido e substituído pelos edifícios que, com maiores ou menores alterações, chegaram aos nossos dias (fig. 171).

¹⁸⁸ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p. 279.

¹⁸⁹ A Madre Isabel de Jesus, freira do Mosteiro de S. João Baptista da cidade da Horta, deslocara-se à Terceira a fim “de procurar alívios para uma grande moléstia de que sofria” e, tendo ficado curada, resolveu “manifestar ao Altíssimo o seu reconhecimento, fundando em Angra um convento”, para o que obteve, através do irmão Álvaro Pereira Sarmento, a necessária autorização papal.

¹⁹⁰ Cf. FREDERICO LOPES, *ob. cit.*, pp. 279,280.

¹⁹¹ Afirmava FREDERICO LOPES, *ob. cit.*, pp. 280-283, que parte dessa azinhaga “ainda hoje existe, a poente do mercado, incorporada nos quintais dos prédios adjacentes (nomeadamente no de João Maria Tomaz), um com frente para a Rua da Sé e outro com frente para a Rua do Rego, onde subsistia um portão de carro para serviço do mosteiro.”

¹⁹² Antigo topónimo da Rua da Sé, correspondente ao troço entre a Igreja de S. Salvador e as Covas.

¹⁹³ Segundo FREDERICO LOPES, *ob. cit.*, 280, esse terreno, que corresponde à área do actual Mercado Duque de Bragança, foi comprado “por trinta mil reis” a Aleixo Gomes.

¹⁹⁴ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p. 280

¹⁹⁵ A venda dos bens conventuais em hasta pública verificou-se em todos os territórios portugueses, na sequência da legislação de Joaquim António de Aguiar de 1834, que determinou a extinção dos conventos.

Um desses edifícios, conhecido como a “casa de João Maria Tomaz” (A da fig.171), fora granel anexo ao Convento e pertencera a “(...) João Maria Tomaz, comerciante, passando depois ao genro deste, João Luís Fernandes (...) (e) a seus herdeiros (...).”¹⁹⁶

Esta casa conservou até há poucos anos “a feição primitiva” e as janelas “(...) tanto para a Rua da Sé como para o interior, eram de guilhotina e tinham duas banquetas de pedra cada uma (...)” e do seu quintal “(...) fazia parte a calçada feita na estreita azinhaga aberta para servidão dos carros que, com entrada por uma porta larga na Rua do Rego, faziam o abastecimento de géneros para o convento (...)”.¹⁹⁷

Contíguo a este prédio, encontra-se a “casa do Kilberg” (B da fig.171), que “(...) fazia parte do antigo Convento (...) [e cuja] entrada é pela rua que dá acesso ao mercado (...)”.¹⁹⁸

Adquirida por Francisco de Paula Menezes Toste, passara depois a seu irmão Luís de Menezes Toste e esposa D.Leontina Kilberg e aos respectivos herdeiros.

Um outro prédio, que também “(...) fazia parte do Convento da Esperança e faz esquina da Rua da Sé para a rua que conduz ao Mercado Duque de Bragança (...)”, era a “casa do Soares das Cinco” (C da fig.171), assim conhecida “(...) por ter pertencido a Francisco Soares, natural das Cinco Ribeiras (...)”.¹⁹⁹

Quando foi arrematada no Leilão da Prefeitura por José Maria da Cruz (11 de Abril de 1835), constituía “(...) o lote nº 3 e tinha 78 palmos de frente e 76 de fundo (...)” cujas confrontações eram: a Norte, com “(...) rua projectada do Duque de Bragança”; a Sul, com Rua da Sé; a Nascente, “(...) com parede que divide o Convento do Coro”; e a Poente, “(...) com parede que está em esquadria à rua da Sé e termina com a rua projectada (...)”.²⁰⁰

Ao lado deste último prédio encontrava-se a “casa do Baptista” (D da fig.171), assim designada por ter pertencido a António da Silva Baptista, que a arrematou no Leilão atrás referido. Segundo o respectivo registo na Conservatória, tratava-se de uma “(...) morada de casas com seu quintal, confrontando pelo Norte com rua que dá servidão para a Praça Duque de Bragança, Sul com rua da Sé, Nascente com casa do Comendador António da Silva Baptista, e Poente com Dona Ana Alton Borges (...)”.²⁰¹

¹⁹⁶ LOPES, FREDERICO, *ob.cit.* p.282

¹⁹⁷ *Idem*, p.283

¹⁹⁸ *Idem*, p.284

¹⁹⁹ *Idem*, p.286

²⁰⁰ FREDERICO LOPES, *ob.cit.*,p.287

²⁰¹ *Idem*, p.288

A “casa do Dr. Fernando Rocha”, conjuntamente com a “casa do Baptista”, fizera parte do lote nº 2 arrematado por António da Silva Baptista e, por morte deste, passara à posse da filha e genro, o Dr. Fernando Rocha.

Sendo inicialmente uma única habitação, “(...) verdadeira casa nobre com grandes salões de alto pé direito e amplas janelas e sacadas, belo jardim e quintal (...)”²⁰², veio a ser dividida em dois prédios que foram vendidos, o de Nascente a Luís Correia Vieira e o de Poente a António Leal da Rosa (E1 e E2 da fig.171).

A seguir às casas referidas, ficavam as duas “moradias de casas nobres de dois andares”²⁰³, mandadas edificar por Jacob Abohbot na área correspondente ao lote nº1 do Convento, que ele arrematara em 1835 e 1837 (F1 e F2 da fig.171).

As casas oitocentistas de Jacob Abohbot, erguidas no espaço da antiga igreja conventual – localizada na esquina da Rua da Sé para a Rua da Esperança - correspondiam aos “n.ºs 140 e 150 da Rua da República e 54 e 56 da Rua Dr. Eduardo de Abreu”, ou seja, aos actuais prédios do B.N.U. e da Sapataria “Stop”.

O edifício do Banco Nacional Ultramarino foi classificado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo (1980)²⁰⁴ como imóvel de acompanhamento, com a terapêutica de alteração das cores.

²⁰² Idem, p.290

²⁰³ Idem, p.292

²⁰⁴ Ficha n.º 1128

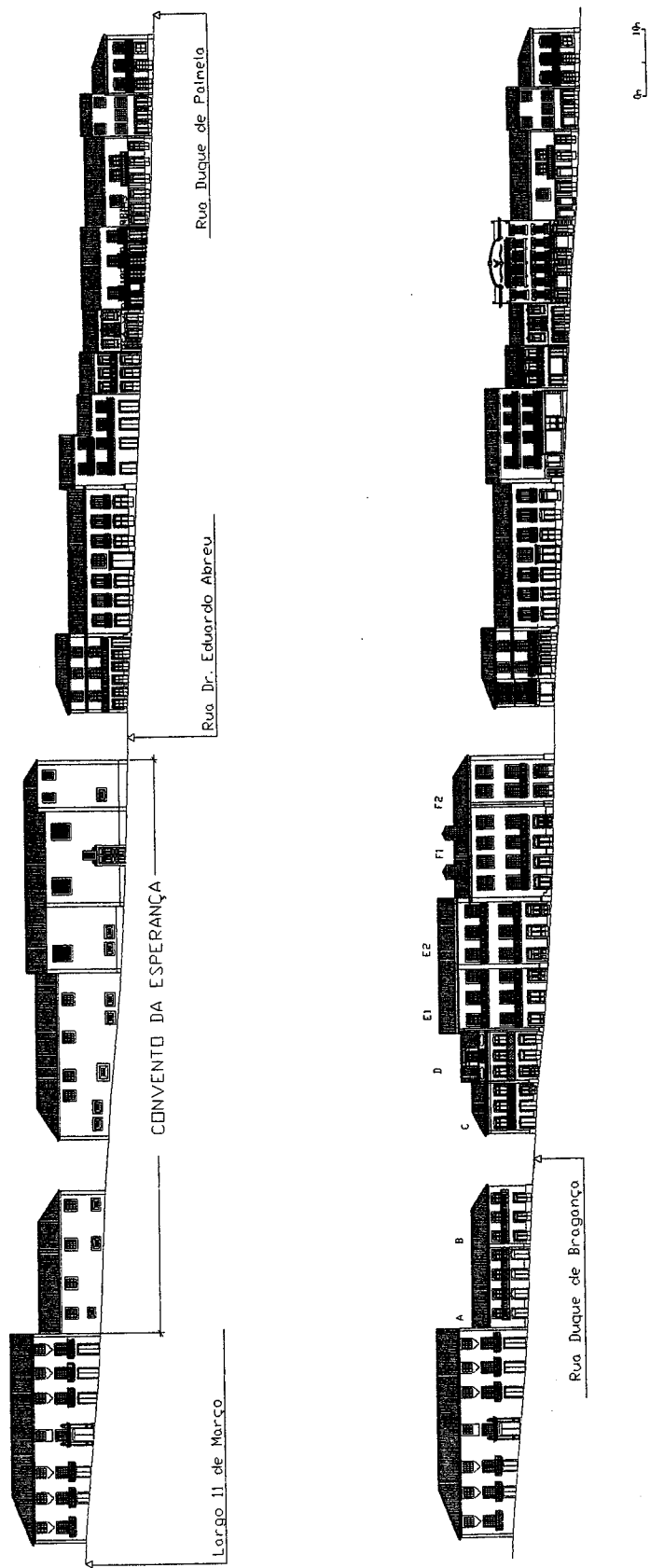


Fig. 171. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo.
 Em cima: Reconstituição aproximada do alçado norte da Rua da Sé no tempo do Convento da Esperança; em baixo: alçado actual
 A- "Casa de João Maria Tomaz"; B- "Casa de João Maria Tomaz"; C- "Casa do Soares das Cinco"; D- "Casa do Soares das Cinco"; E1 - "Casa do Soares das Cinco"; E2 - "Casa do Soares das Cinco"; F1 - "Casa do Soares das Cinco"; F2 - "Casa do Soares das Cinco"; F2-antiga Ermida (reconstituição do autor).

PROJECTOS DE ADAPTAÇÃO

PRIMEIRO PROJECTO (1981)

Tendo o B.N.U. adquirido parte das antigas casas de Jacob Abohbot, localizadas na Rua da Sé (Rua da República), decidi empreender obras de alteração, a fim de aí instalar a sua agência em Angra do Heroísmo, para o que contactou o arquitecto José Carlos Loureiro²⁰⁵, que apresentou o primeiro projecto a 6 de Julho de 1981. Neste projecto o arquitecto referia-se, na respectiva memória descritiva e justificativa, à “indiscutível qualidade de muitos edifícios” da cidade de Angra do Heroísmo, considerando que as casas “baixinhas, quási a quererem ser modestas (...) possuem uma grande dignidade no alinhamento extenso e repetitivo das suas janelas ou varandas (não ultrapassando, geralmente) o rés-do-chão e o primeiro andar (e com) molduras em cantaria, hoje quási todas pintadas para resistirem à agressividade do ar marítimo, [e que] são muito simples e não negam origem metropolitana.”

O projectista destacava também a “unidade de toda a zona central da cidade (...) onde qualquer intervenção menos cuidada, provocará irreparáveis prejuízos” e afirmava que era necessário “conservar o carácter (...) [da] Cidade, não criando roturas com a introdução de edifícios, que podendo ser mesmo de certa qualidade, seriam também factor de despersonalização urbana.”

Relativamente ao projecto apresentado, afirmava que o mesmo previa, “por razões de estabilidade o apeamento da fachada sobre a rua (...) [e] a sua reconstituição, com a introdução apenas de pequenas janelas ao nível do 3º piso e de uma varanda igual à do 1º andar, ao nível do 3º andar.”

Afirmava ainda que “a integração no conjunto da rua da República não sofre com tais modificações, podendo considerar-se que há uma salutar correcção na escala um pouco agigantada da actual fachada (espaço cheio entre janelas do 1º e do 2º andares).”

O arquitecto, referindo-se aos materiais de construção a serem utilizados, indicava que as paredes exteriores seriam “rebocadas e pintadas com uma cor semelhante à dos edifícios vizinhos e as

²⁰⁵ O arquitecto José Carlos Loureiro nasceu na Covilhã em 1925 e frequentou a ESBAP de 1941 a 1950. Destacam-se dentre as suas obras o edificio de habitação “Parnaso” no Porto, de 1955, cinco edificios de habitação em Aveiro (com Luís Pádua Ramos), de 1964 a 1966, o Hotel D. Henrique no Porto, de 1965, o Conservatório de Música de Aveiro (com Luís Pádua Ramos e Noémia Coutinho), de 1966.

guarnições dos vãos [seriam] também pintados como é tradição na Cidade”, as caixilharias seriam “em madeira esmaltada sendo os vãos ao nível do rés-do-chão em cristal rochedo de 10mm sem caixilharia” e a cobertura seria “em telha tipo Lusa ou Mourisca.”

Referia ainda que o edifício seria “ocupado em cave, rés-do-chão, 1º andar e parte do 2º, pelos serviços do BNU, restando um escritório no 2º andar e dois no 3º para alugar”, tendo sido criados “acessos autónomos para os serviços do Banco e para os escritórios de aluguer, havendo ainda uma separação entre acessos ao 1º andar de funcionários e de clientes do Banco.” (doc. 29)

Abordando, por fim, os materiais de revestimento interiores, “(...) escolhidos para se garantir, sem luxo, acabamentos duráveis e de aspecto agradável (...)”, informava que “(...) no rés-do-chão as paredes serão revestidas com um mosaico cerâmico vidrado, sem brilho, branco/marfim. Os pilares soltos e o balcão serão revestidos com calcáreo polido (vidraço ou lioz). Os pavimentos serão em lioz polido na zona do público, escadas, instal. sanitárias, etc. e alcatifa nos restantes locais (zonas de trabalho, gabinetes, escritórios, etc.), [sendo] os tectos na zona do Banco em elementos metálicos, esmaltados, com armaduras de iluminação e difusores de ar condicionado incorporados (...)” (doc. 29).

Contudo, com o início das obras apareceram vestígios de cantaria trabalhada da antiga igreja conventual, nomeadamente o arco triunfal do altar mor a Nascente, e os vãos do coro alto e baixo a Poente²⁰⁶.

Por esta razão houve necessidade de elaborar um segundo projecto que não entrasse em conflito com os elementos agora expostos (figs. 178 a 182).

²⁰⁶ Cf. JOSÉ GUILHERME REIS LEITE, “Vestígios Arqueológicos da Igreja do Convento da Esperança da Cidade de Angra”, *Boletim do instituto histórico da Ilha Terceira*, Angra do heroísmo, 1984, vol. XLII, pp. 387-389

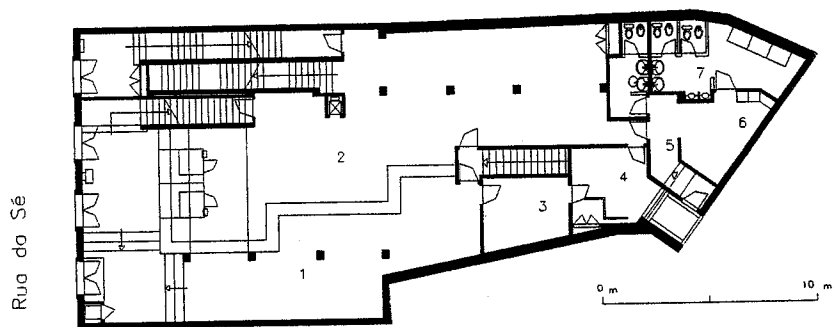


Fig. 172. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo. Primeiro projecto. Planta do rés-do-chão. 1- zona público; 2- zona de trabalho; 3- sala de espera; 4- gabinete do gerente; 5- entrada de pessoal; 6- café; 7 e 8- vestíbulos.

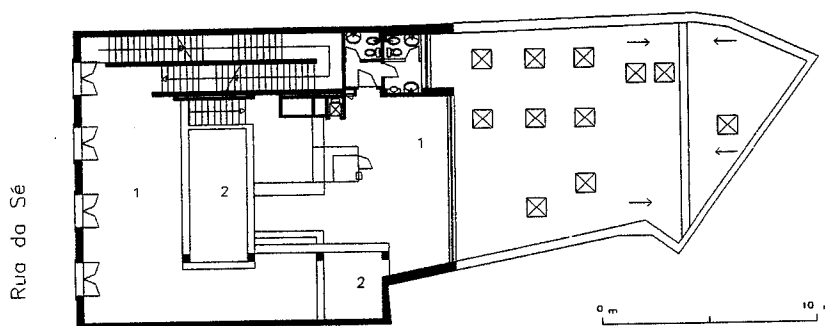


Fig. 173. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo. Primeiro Projecto. Planta do 1º andar. 1- zona trabalho; 2- vão.

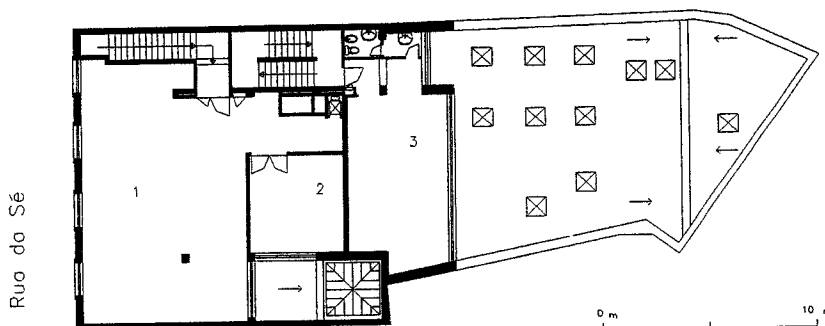


Fig. 174. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo. Primeiro Projecto. Planta do 2º andar (intermédio). 1- arquivo; 2- casas das máquinas; 3- escritório.

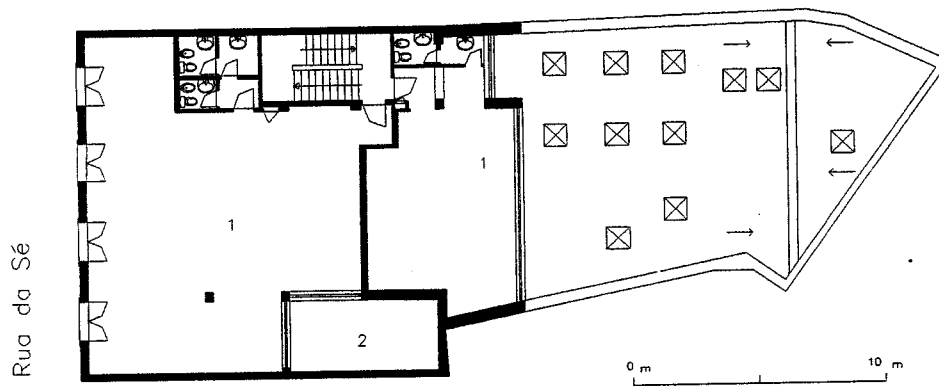


Fig. 175. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo.
Primeiro Projecto. Planta do 3º andar:
1- escritório; 2- vão.

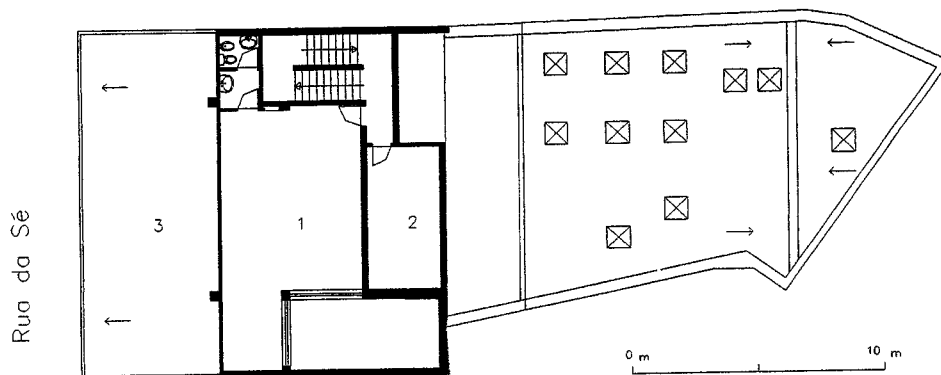


Fig. 176. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo.
Primeiro Projecto . Planta do sótão.
1- arrecadação; 2- casa das máquinas; 3- sótão.

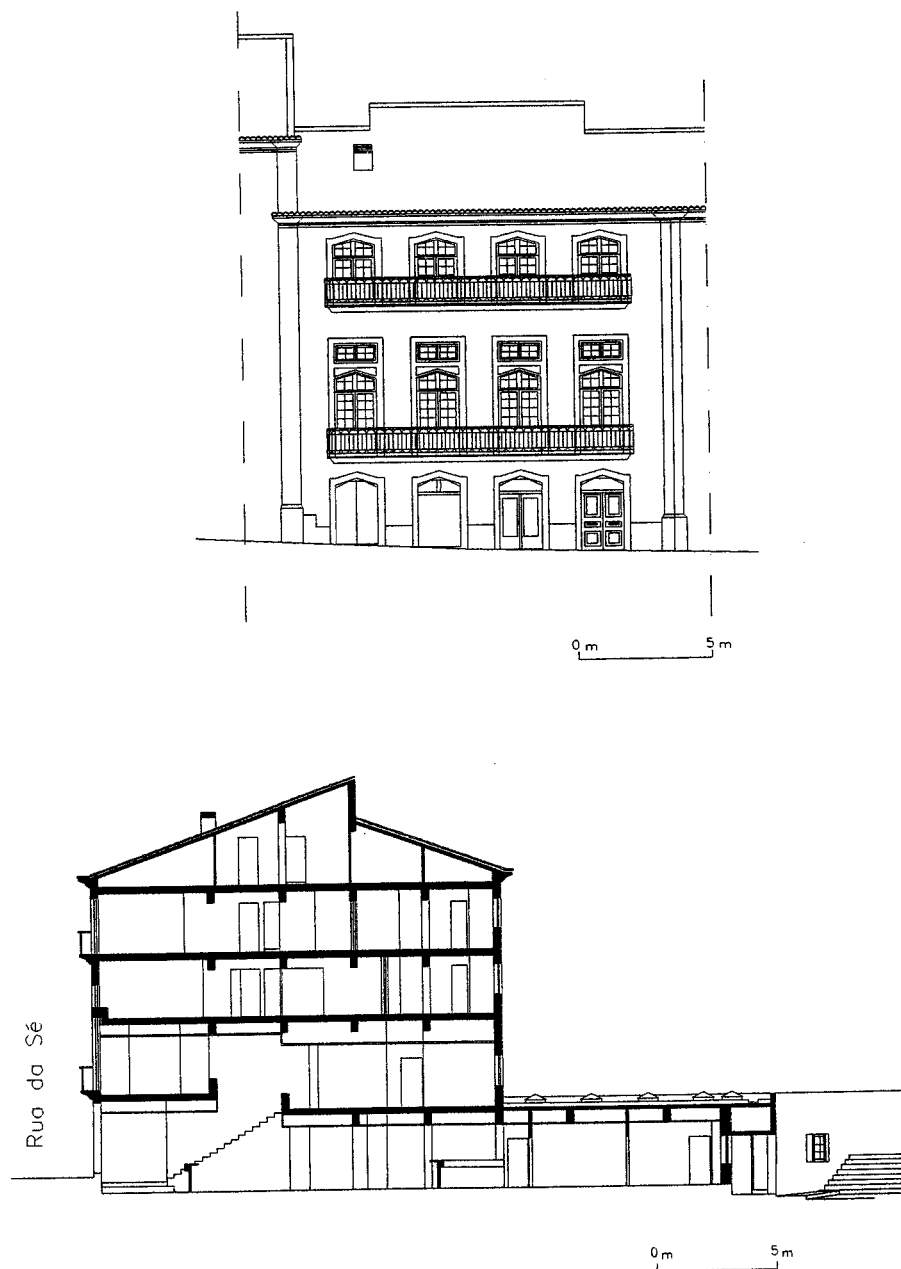


Fig. 177. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo.
 Primeiro projecto. Alçado principal e corte transversal em que se nota a introdução de pequenas janelas ao nível do 3º piso.

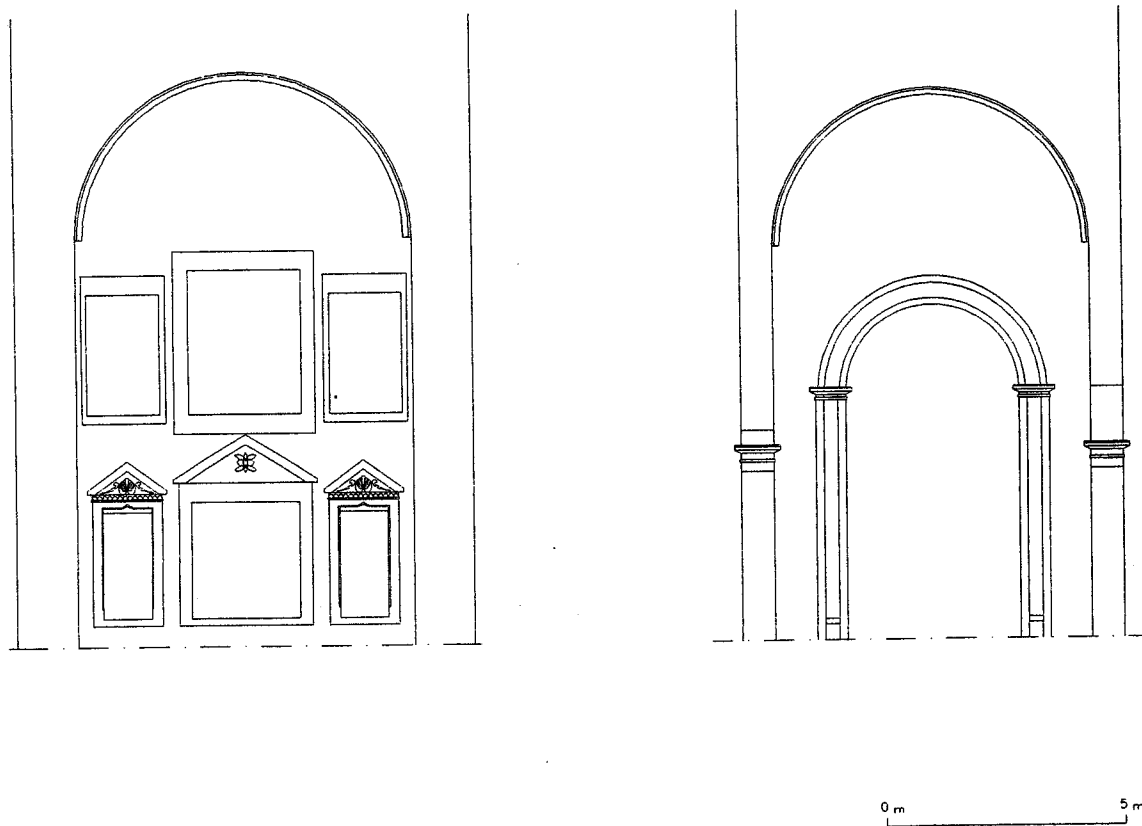


Fig. 178. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo.
Desenhos dos vãos do coro e do arco triunfal, incrustados na empena a nascente, descobertos durante a obra (original no Arquivo da Direcção Regional da Cultura).

SEGUNDO PROJECTO (1982)

Neste segundo projecto, apresentado pelo Arquitecto José Carlos Loureiro a 5 de Novembro de 1982, se explicava, na respectiva memória descritiva (doc. 30), que se pretendia “(...) salvaguardar e pôr em evidência as cantarias que restam do que deve ter sido o arco do altar-mor e 3 portais, possivelmente de acesso à Igreja ou de suporte do coro (...)”²⁰⁷.

Para conseguir tal objectivo, o projectista propunha “(...) a interrupção das lajes de 3 metros das paredes de meação onde se encontram os referidos vestígios (...)”, o que possibilitaria às pessoas que entrassem no edifício “(...) circular à volta do balcão de atendimento e vislumbrar os restos de interessantes testemunhos do passado arquitectónico e histórico da Cidade (...)”.

Entendia o arquitecto que aqueles vestígios também poderiam ser vistos do exterior “através das portas envidraçadas”, tanto mais que eles seriam evidenciados quer pela “iluminação dirigida expressamente na sua direcção”, quer pela escavação da parede “no interior do arco e dos outros vãos numa profundidade de cerca de 20 a 30cms.”

E, referindo-se às alterações introduzidas, explicava que as mesmas “(...) levaram à supressão da escada privativa que servia alguns escritórios para alugar (...)” e, conseqüentemente, fora instalada no 3º andar, “(...) uma habitação para o gerente com acesso através do terraço/cobertura do prolongamento do rés-do-chão e escada no interior do edifício (...)”, devendo este terraço ser transformado “(...) em terraço/jardim servindo de logradouro à casa do gerente e beneficiando assim as vistas de Rua e Escadas do Teatro Angrense e do Mercado (...)”

²⁰⁷ A localização da área do coro da antiga igreja conventual não parece estar ainda clarificada, uma vez que as referências documentais indicadas por FREDERICO LOPES, *ob.cit.*, p.292, relativas à antiga “casa do Soares das Cinco”, sugerem outra localização.

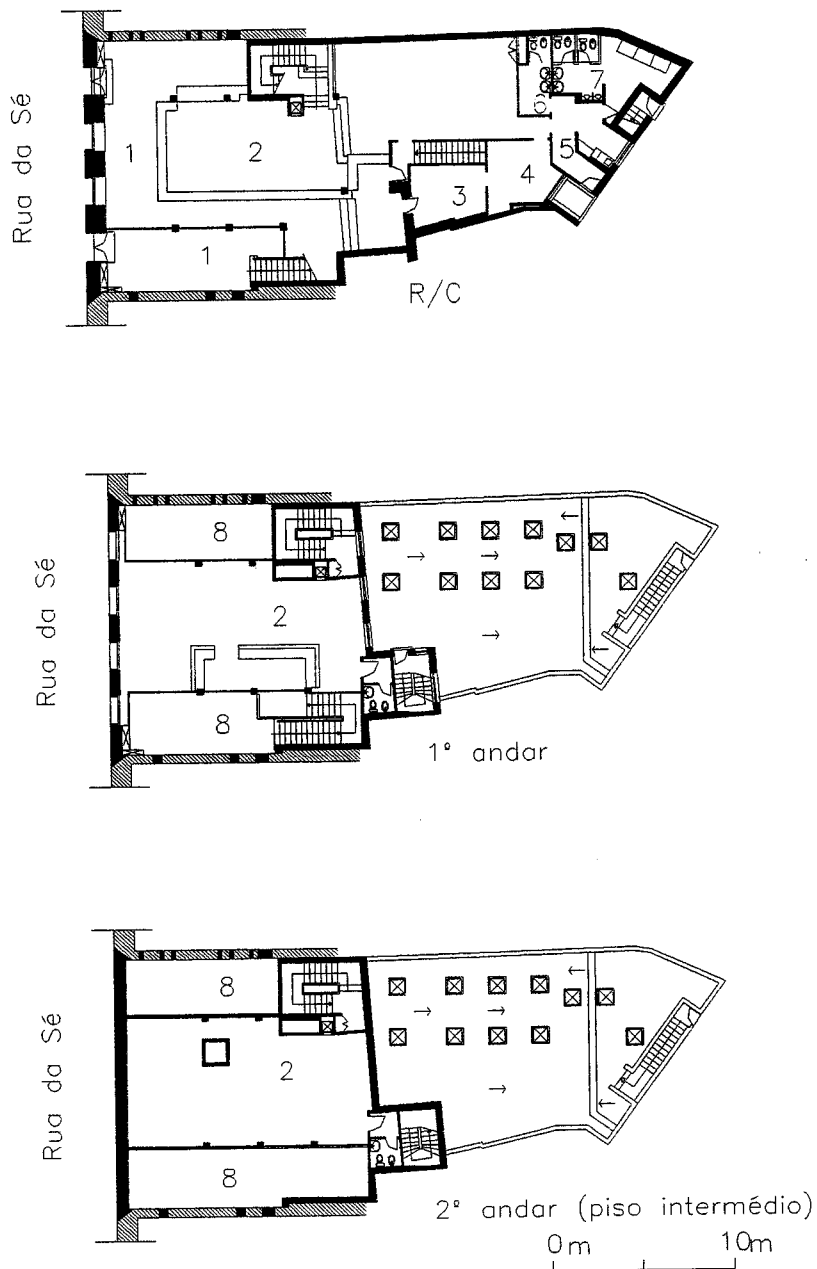


Fig.179. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo.

Segundo Projecto, em que se nota o afastamento das lajes de 3 metros das paredes de meação, a fim de salvaguardar os vestígios das cantarias.

1-zona pública; 2- zona de trabalho; 3- sala de espera; 4- gabinete do gerente; 5-entrada de pessoal; 6 - vestiário mulheres; 7- vestiário homens; 8- vão que permite a leitura das cantarias descobertas (marcadas a negro nas paredes laterais do edifício original)

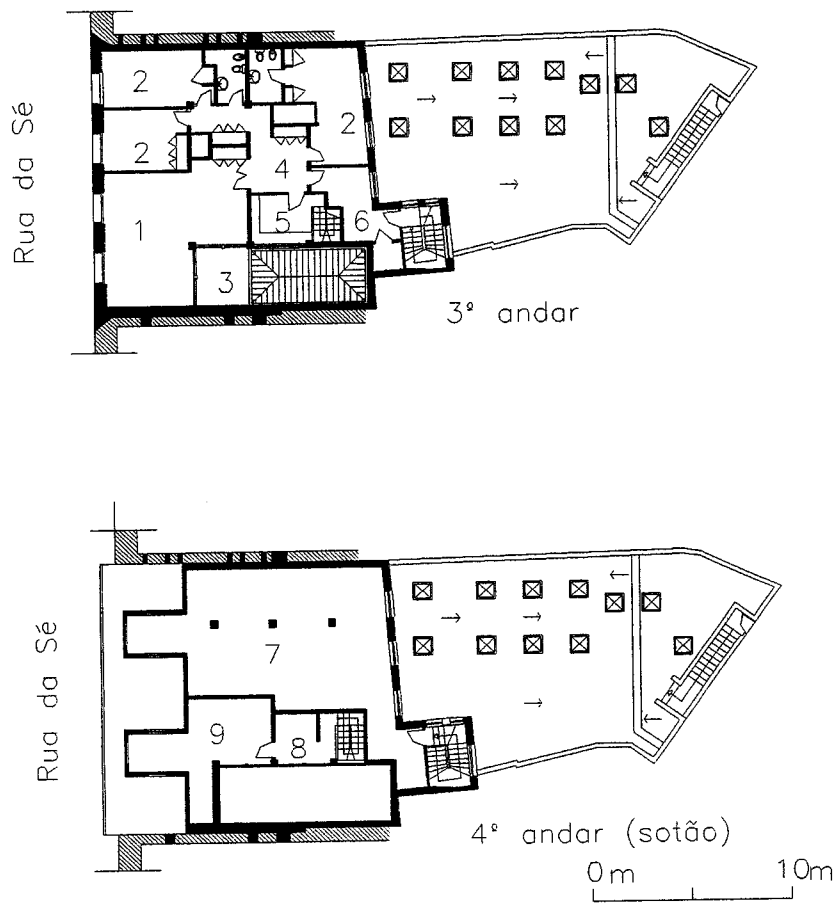


Fig. 180. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo.
 Segundo projecto. Plantas dos 3º e 4º andares.
 1- sala; 2- quarto; 3- terraço; 4-hall; 5- cozinha; 6- máquinas; 7- lavandaria; 8- arrecadação; 9- vão.



Fig. 181. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo. Segundo projecto, construído. Alçado principal. Nesta proposta desaparecem as janelas intermédias e a guarda corrida do último andar e voltam a aparecer, como no edifício original, as duas torres.

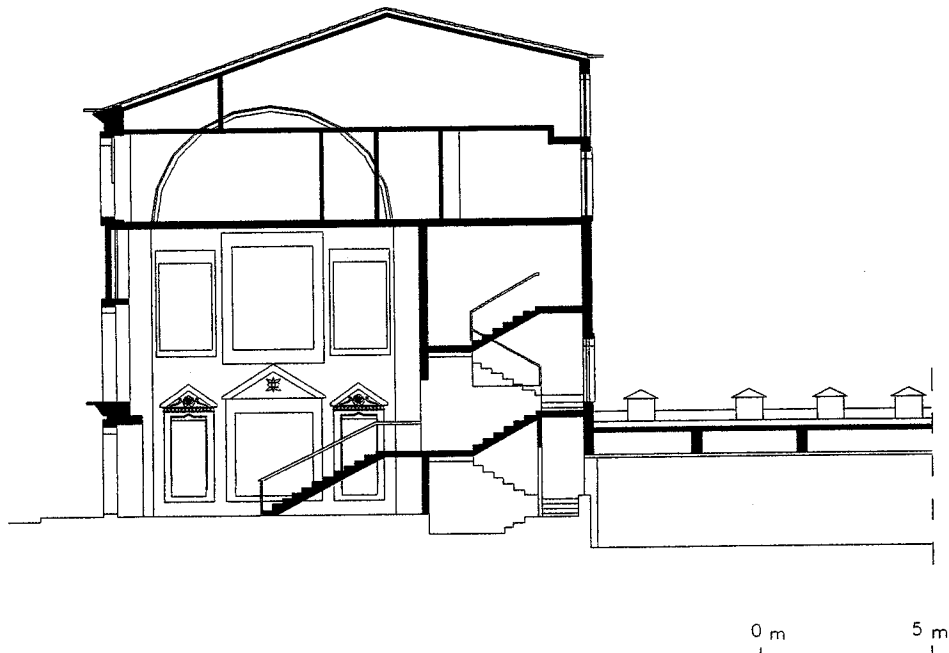


Fig. 182. Banco Nacional Ultramarino em Angra do Heroísmo. Segundo projecto, construído. Corte transversal em que se percebe a solução apresentada pelo projectista, de modo a permitir uma leitura completa dos elementos arqueológicos descobertos na empena a nascente.

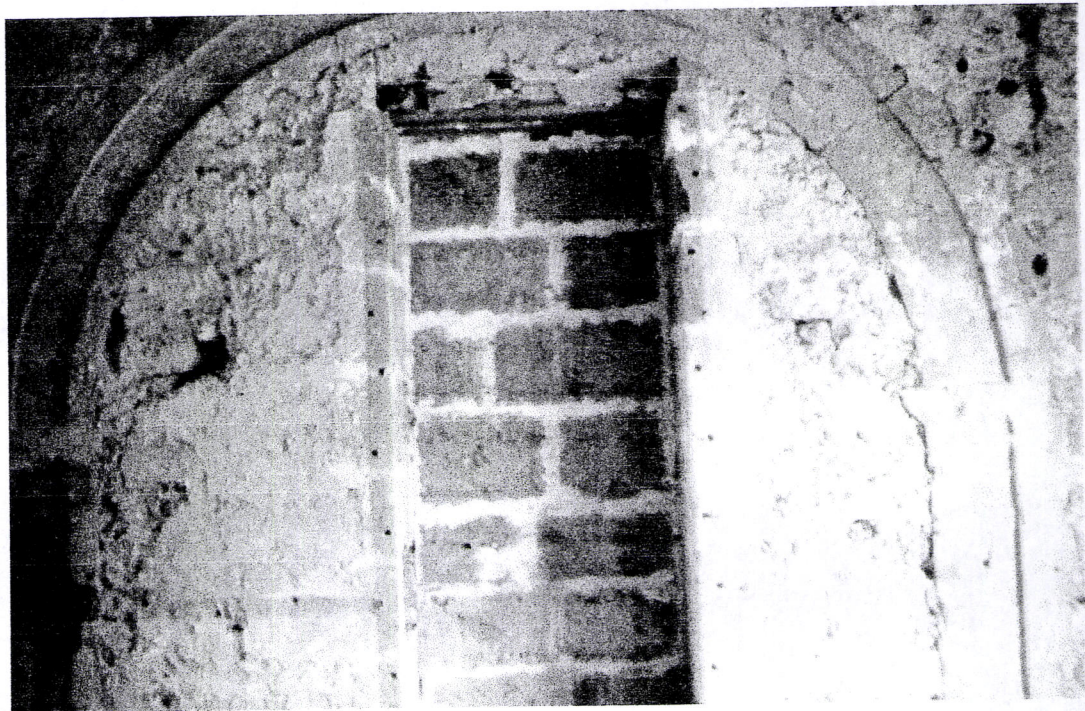


Fig. 183. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo (fotografia dos anos de 1980).
Arco Triunfal. Em cima vista do exterior; em baixo vista do interior (fotos do Arquivo do Banco Nacional Ultramarino).

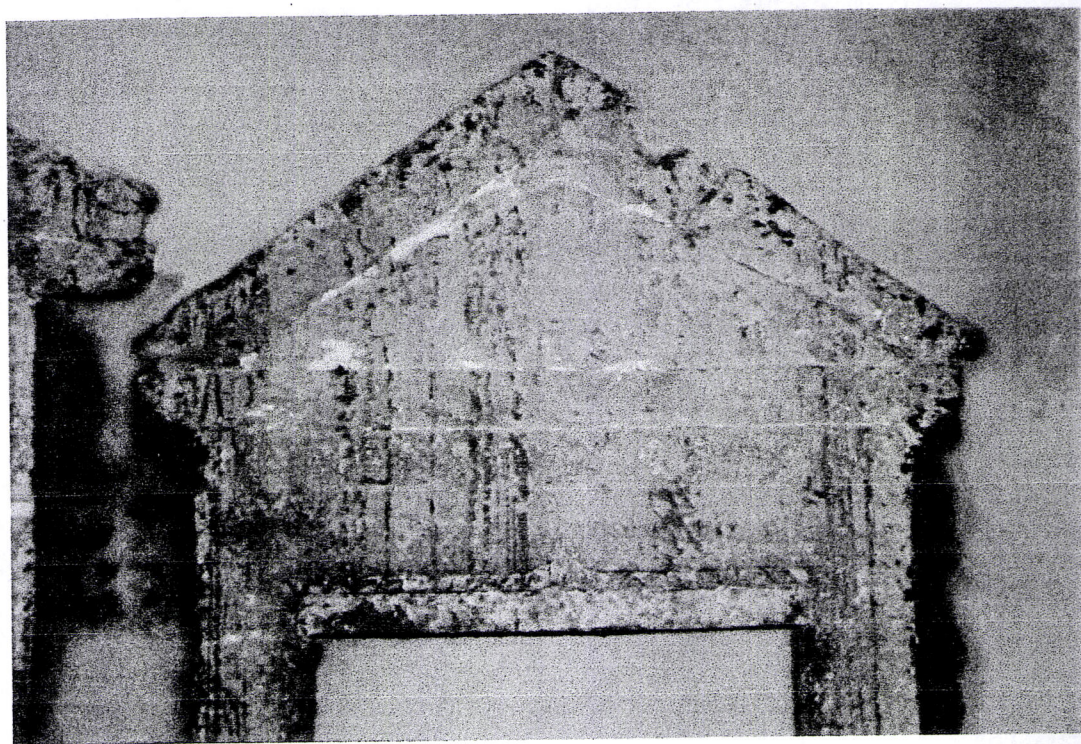
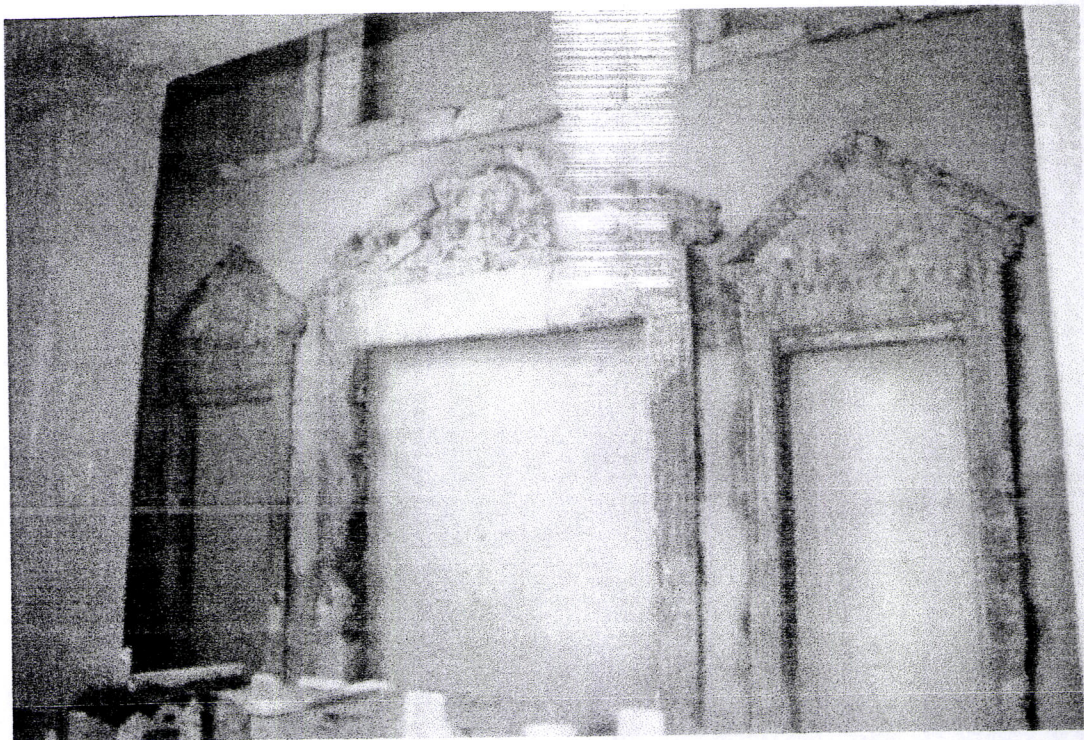


Fig. 184. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo (fotografia dos anos de 1980).
Vãos do coro vistos do interior (fotos do Arquivo do Banco Nacional Ultramarino).

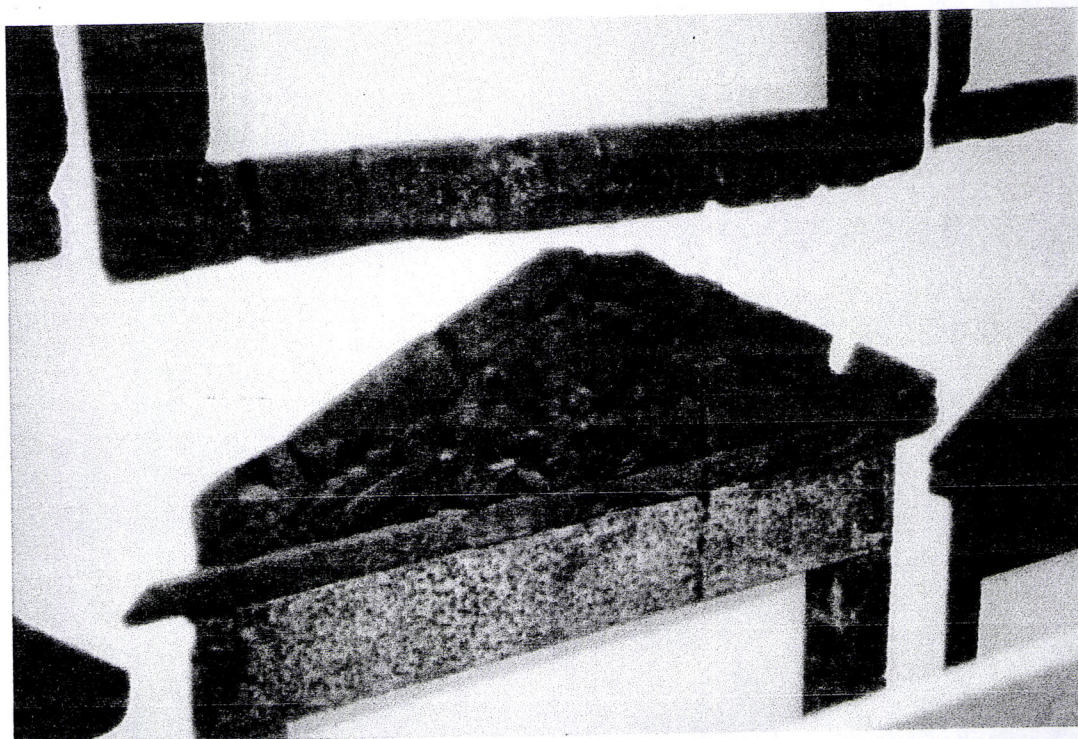


Fig. 185. Banco Nacional Ultramarino, em Angra do Heroísmo (fotografia dos anos de 1980).
Arco Triunfal e vãos do coro integrados na obra terminada (fotos do Arquivo do Banco Nacional Ultramarino).

3.1.2.11 TEATRO ANGRENSE, 1926 E 1993²⁰⁸



Fig. 186. Teatro Angrense, em Angra do Heroísmo (fotografia de 2000).

²⁰⁸ A importância deste projecto reside no facto de ter visto o seu interior respeitado, com apenas algumas alterações funcionais e decorativas, numa altura em que a urgente reconstrução da cidade não respeitava os desenhos interiores dos edifícios.

O PRIMEIRO TEATRO – 1860

Não possuindo Angra do Heroísmo, até meados do século XIX, nenhum teatro que dignificasse a cidade, a Câmara Municipal decidiu colmatar essa falta e, em 1851, deliberou, “ de aforar-se um pardieiro com o seu quintal que existe na Rua da Esperança e tem para o indicado fim as necessárias proporções (...)”²⁰⁹

Esse edifício (que pode ver-se na planta panorâmica de Linschoten), fora utilizado como armazém de artigos importados mas, tendo nele deflagrado em 1539 “ a epidemia da peste que grassou (...) vitimando milhares de pessoas (...)” fora “ por tal motivo e como medida profilática, destruído pelo fogo.”²¹⁰

Decorridos quatro anos sobre a decisão municipal acima referida e continuando a cidade de Angra “sem o almejado teatro”, a Sociedade Filarmónica Angrense decidiu formar uma comissão que, com o apoio da Câmara, se encarregasse da sua construção.

O Teatro Angrense, cujas obras se iniciaram em 1855, foi “construído à semelhança do *Ginásio* de Lisboa (...)”²¹¹ e na sua construção “só se empregaram moldes e artistas da ilha”.

Inaugurado a 22 de Novembro de 1860, apresentava, segundo uma descrição da época, “uma sala elegante e ridente nas suas brancuras e dourados (...) o átrio e o salão pouco vastos, mas a satisfazer a afluência dos espectadores”²¹²

Segundo a mesma descrição, o teatro dispunha de “camarins (...) em quatro ordens, quase à altura dos tectos, três ordens de camarotes, num total de 50, 43 cadeiras e 216 lugares de plateia”, mas a área da caixa e do palco não correspondiam em dimensões ao resto do edifício.

O SEGUNDO TEATRO – 1926

A 17 de Fevereiro de 1918, em reunião da Assembleia Geral da Comissão Proprietária do Teatro Angrense, foi deliberado remodelar completamente o edifício existente.

²⁰⁹ GOMES, AUGUSTO, *Teatro Angrense – Elementos para a sua História*, ed. Câmara Municipal, Angra do Heroísmo, 1993, p. 15

²¹⁰ *Ibidem*

²¹¹ Segundo FÉLIX JOSÉ DA COSTA, citado por AUGUSTO GOMES, *ob. cit.*, p.19

²¹² Segundo MENDO BEM, citado por AUGUSTO GOMES, *ob. cit.*, p.19

As obras iniciaram-se no ano seguinte segundo "projecto da autoria do coronel Eduardo Gomes da Silva, ao tempo major"²¹³ e o novo edifício foi inaugurado a 19 de Março de 1926.

Sendo um edifício de grande despojamento, denota influências neoclassicistas, nomeadamente pela presença do frontão triangular a rematar a fachada principal.

Este edifício possuía uma "óptima acústica, resultante de caixas de ar de 60 cm, sob o plano das plateia, frisas e superior e de um tecto duplo com o intervalo de 70 cm. entre os dois planos (...) um excelente palco de 17 m X 11,30 m (...) uma lotação de 927 lugares, distribuídos por frisas, camarotes, tribunas, balcões, torrinhas, superiores, geral, e *fauteuilles*"²¹⁴

O TERCEIRO TEATRO – 1993

O edifício do Teatro Angrése, que suportou sem grandes problemas o sismo de 1980, foi classificado na Inventariação do Património Arquitectónico da Cidade de Angra do Heroísmo de 1980²¹⁵ como "imóvel de grande qualidade", sendo a terapêutica indicada a "sua preservação com fidelidade".

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, atendendo à necessidade de se realizarem obras de consolidação no edifício, encomendou um projecto de restauro ao Gabinete pt – Projectos Técnicos, Lda., de Setúbal.

Neste projecto, o edifício foi respeitado na sua concepção geral arquitectónica, apenas lhe tendo sido introduzidas, para além das alterações na decoração do interior, as alterações indispensáveis a uma melhor funcionalidade à actividade a que se destina.

Sob o palco (piso 0) construíram-se oito instalações sanitárias e um pequeno bar de apoio.

No piso 1, ampliou-se a área dos sanitários de apoio aos camarotes e o pavimento do chão do hall de entrada foi revestido com pedra serrada da região; no topo poente construiu-se um pequeno bar (fig. 190).

No piso 2, no enfiamento da área dos sanitários do piso 1, construiu-se também uma área igual de instalações sanitárias de apoio aos camarotes deste piso (fig. 191).

O mesmo se fez no piso 3 para apoio aos camarotes de terceira ordem.

²¹³ O coronel Eduardo Gomes da Silva (1876-1955), projectou e dirigiu outras obras, dentre as quais se conta a Praça de Touros de Angra do Heroísmo

²¹⁴ GOMES, AUGUSTO, *ob.cit.*, p.19

²¹⁵ Ficha n.º 1171

No piso 4 (último piso), antiga “geral” (local de acesso económico, com entrada independente), projectou-se um bar, um espaço para órgão de luzes e cabinas para tradução (fig. 191). No enfiamento das instalações sanitárias dos pisos inferiores, criou-se um programa semelhante para apoio a este piso.

Para apoio aos artistas, foram projectados seis camarins e instalações sanitárias.

A alteração mais importante neste projecto foi a de permitir uma maior fluidez nos acessos verticais, incluindo o acesso ao último piso (“geral”) até então, como já se disse, com entrada independente (B das figs. 190 e 191).

Também o fosso sob o palco foi posto em comunicação vertical com o palco e lateralmente com a rua, pela criação de um pequeno volume exterior ao edifício, o que exigiu um novo arranjo das escadas públicas exteriores (A das figs. 190 e 191).

Foi no projecto de decoração e aplicação de materiais que a intervenção foi mais forte. O pavimento do hall de entrada foi revestido, como referido, de pedra serrada da região, os pavimentos das salas de fumo dos restantes pisos foram revestidos com alcatifa de cor vermelha, e as frentes dos camarotes com pano de veludo da mesma cor.

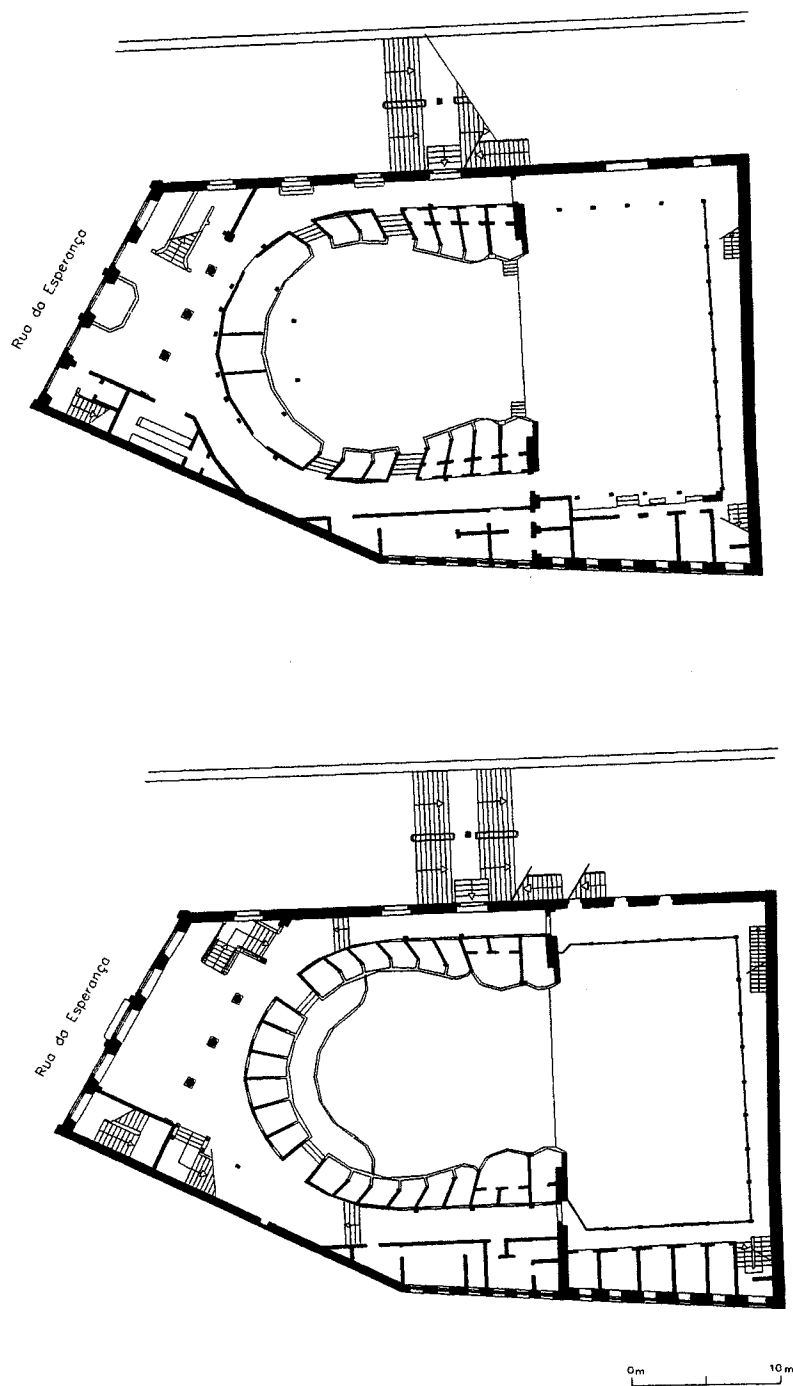


Fig. 187. Teatro Angrense, em Angra do Heroísmo.
Levantamento do existente, anterior ao restauro. Plantas do piso 1 e do piso 2 (originais no Gabinete pt - Projectos
Técnicos, Lda).

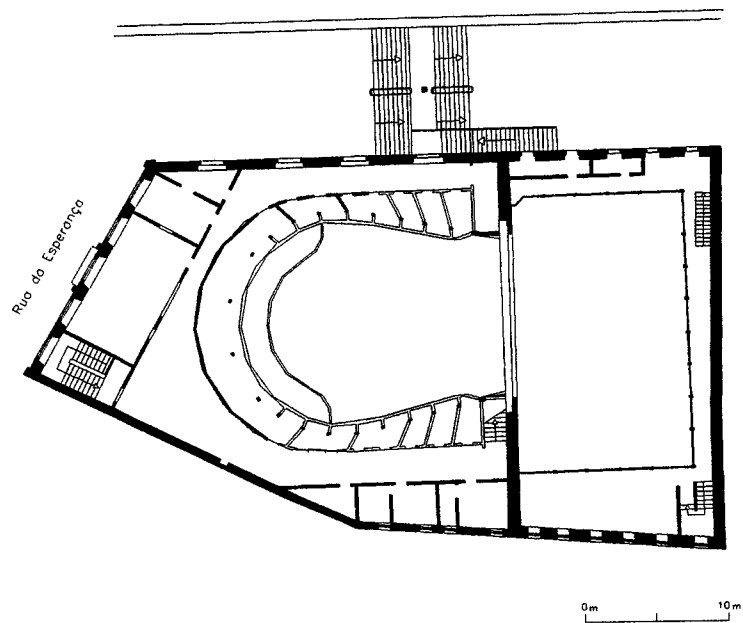


Fig. 188. Teatro Angrense, em Angra do Heroísmo.
Levantamento do existente, anterior ao restauro. Planta do piso 4 (originais no Gabinete
pt - Projectos Técnicos, Lda).

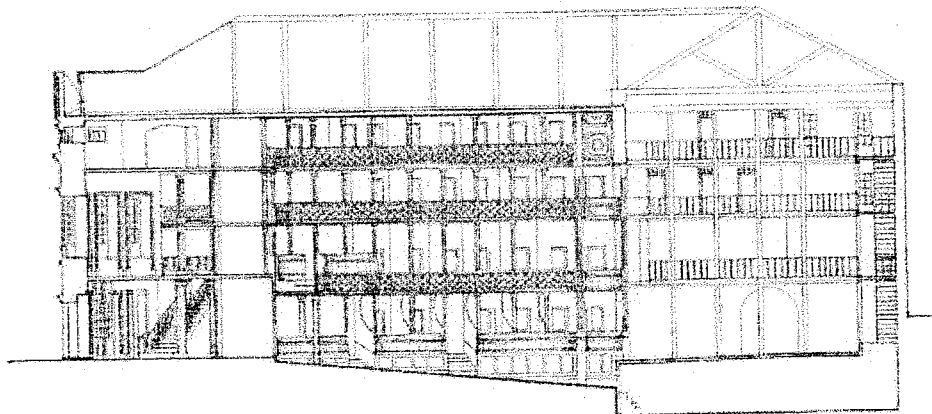
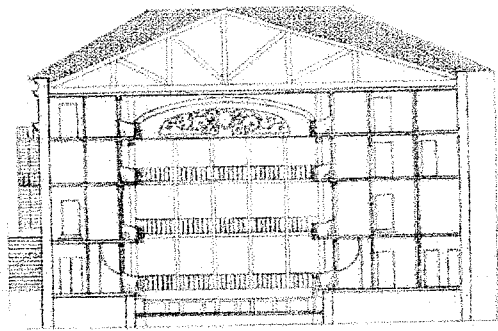
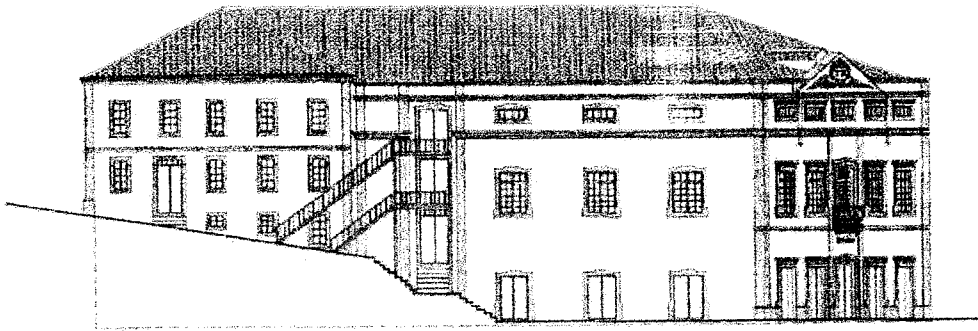


Fig. 189. Teatro Angrense, em Angra do Heroísmo.
Levantamento do existente, anterior ao restauro. Alçado e cortes (originais no Gabinete
pt - Projectos Técnicos, Lda).

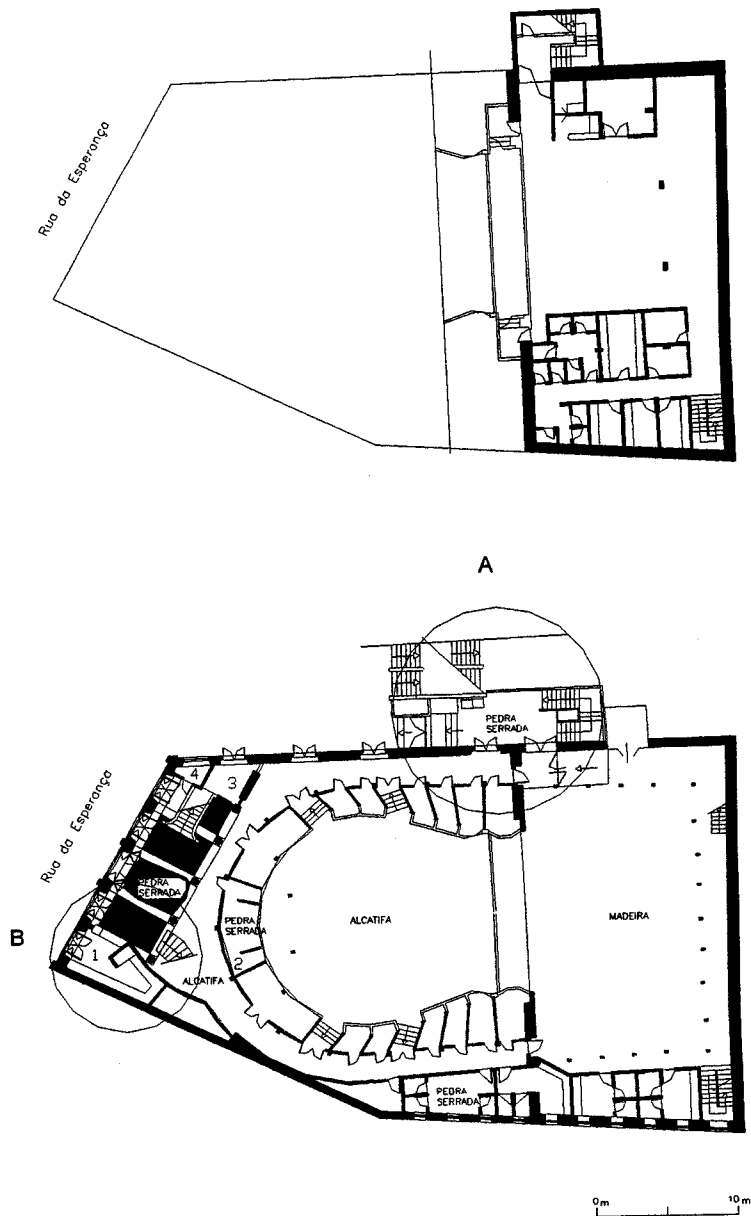


Fig. 190. Teatro Angrense, em Angra do Heroísmo. Projecto de consolidação e restauro. Plantas do piso 0 e do piso 1.

1- bar; 2- casa de projecção; 3- bengaleiro; 4- bilheteira.

A- novo acesso vertical exterior ; B- novo acesso vertical interior (originais no Gabinete pt - Projectos Técnicos, Lda).

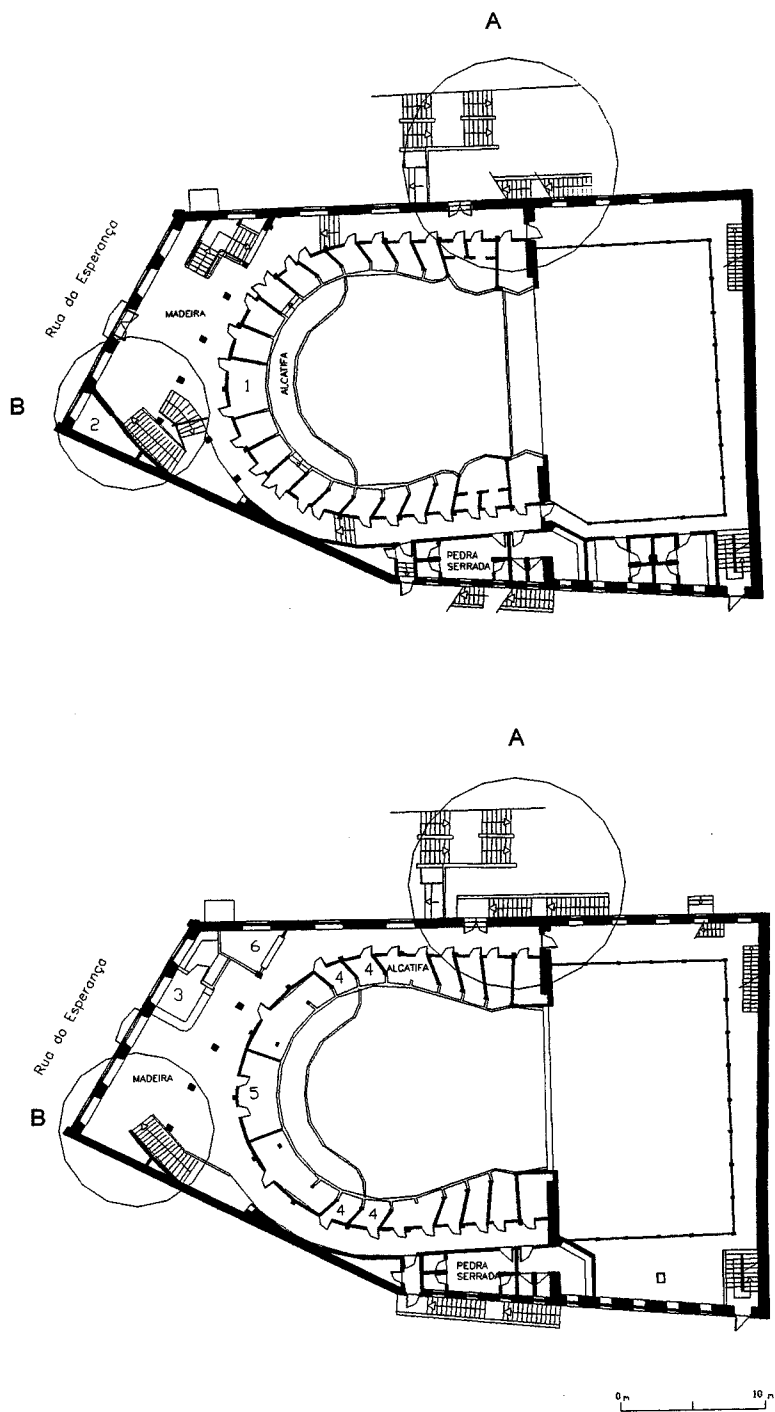


Fig. 191. Teatro Angrense, em Angra do Heroísmo. Projecto de consolidação e restauro.
 Plantas dos pisos 2 e 4.
 1- camarote oficial; 2- bengaleiro; 3- bar; 4- cabine de tradução; 5- órgão de luzes; 6- bengaleiro.
 A- novo acesso vertical exterior; B- novo acesso vertical interior (originais no Gabinete
 pt - Projectos Técnicos, Lda).

3.1.2.12. Sociedade Recreio dos Artistas, 1946 e 1982



Fig. 192. Sociedade “Recreio dos Artistas”, em Angra do Heroísmo. Edifício construído em 1946 e demolido em 1980.

No início do século XX, a Sociedade Filarmónica “Recreio dos Artistas” instalou-se no edifício do Convento da Graça, de que era proprietária, ao Alto das Covas.

Neste edifício “(...) dispunha a Sociedade de ginásio e das dependências precisas à sua vida evolutiva e progressiva, incluindo uma escola primária(...). Do que os jesuítas implantaram, com vista à sua capela ou igreja, fizeram os recreistas o seu salão de teatro (...)”²¹⁶.

Em 1935, decidiu a “Recreio dos Artistas” mudar a sua sede para a Rua Conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt e, por isso, vendeu o imóvel da “Graça” “ por cento e cinquenta mil escudos, à comissão local de construções escolares (...)”²¹⁷, com o direito, porém, “(...) de requisitar os materiais do antigo convento (...), julgados de interesse para as obras da sua nova sede (...)”.

Assim, “(...) as três varandas de ferro forjado, que ornamentam os alçados da espaçosa sede social da Colectividade, procedem da “Graça” e as

²¹⁶ MERELIM, PEDRO DE, *A Filarmónica “Recreio dos Artistas”*, edição do autor, Angra do Heroísmo, 1967, p. 100.

²¹⁷ *Ibidem*

arcadas do claustro do extinto mosteiro estruturam a parede do Cine -Teatro, ou seja, a que dá para a Esplanada (...).²¹⁸

Do antigo convento ao Alto das Covas foi também transferida "(...) para as instalações *recreístas*, rica barrotaria de cedro (...)."

O prédio que deu origem à nova sede da "Recreio dos Artistas" foi, provavelmente, no século XVI, "(...) o solar cidadão do grande morgado João da Silva do Canto (...)."²¹⁹

No século XIX, o edifício passou por testamento do cônego Luís Manuel do Canto, datado de 21 de Dezembro de 1835, para D. Rosa Júlia do Canto e, por morte desta, transitou para as irmãs D. Margarida Cândida do Canto, D. Júlia do Canto e D. Maria Camila do Canto.

Segundo o registo feito na Conservatória, datado de 3 de Fevereiro de 1872, tratava-se de uma "(...) casa composta de alto e baixo, com seu quintal, no valor verbal de dois contos e quatrocentos mil reis, e no de oitenta mil reis o seu rendimento anual (...)."²²⁰

Tendo o edifício passado à posse de João de Ornelas Bruges (por morte de D. Juliana Emília do Canto) a 10 de Abril de 1889, veio a ser adquirido por Manuel Soares de Medeiros, presidente da "Recreio dos Artistas", a 6 de Março de 1935, pelo valor de vinte e quatro mil escudos.

O edifício da antiga sede da Sociedade Filarmónica "Recreio dos Artistas" foi demolido e substituído por um novo edifício, cuja inauguração ocorreu a 2 de Abril de 1946.

Era um edifício sem qualquer monumentalidade, completamente integrado, com uma cêrcea que não ultrapassava a dos edifícios anexos, constituído por vários corpos de diferente volumetria, mas com uma forte imagem de edifício público conseguida pelo desenho de uma larga varanda no gaveto, coroada por uma platibanda onde se encontrava inscrito o nome da Sociedade – Recreio dos Artistas (fig. 192).

Este desenho, embora ingénua, atingia surpreendentemente os seus objectivos funcionais e estéticos.

Segundo as informações obtidas, o seu autor teria sido para uns, Francisco Botelho (desenhador da Câmara Municipal nos anos 20 e 30), para outros, teria resultado dum trabalho colectivo dos mestres envolvidos na construção (figs. 193 e 195).

A inauguração deste edifício teve pouco impacto na imprensa regional, se exceptuarmos o artigo que lhe foi dedicado no Diário Insular de 4 de Abril de 1946, intitulado "A Cidade pode orgulhar-se do novo Cine -Teatro".

O artigo relatava com minúcia a inauguração mas poucas referências fazia às características e à qualidade arquitectónica do edifício, apenas afirmando, a dada altura, que se tratava de "(...) uma obra séria e digna, (...) [com] um cinema moderno, cómodo em que tudo, quasi tudo mesmo é bom, limpo, atraente e sério (...)."

Com o sismo de 1980, o edifício da Sociedade "Recreio dos Artistas" ficou profundamente danificado mas, na sequência da sua classificação na

²¹⁸ *Ibidem*

²¹⁹ *Idem*, p.101

²²⁰ *Idem*, p. 102

Inventariação do Património Arquitectónico de Angra de Angra de 1980²²¹, como um “imóvel de acompanhamento”, foi sugerida a sua remodelação ou recriação. Tal não aconteceu.

Recorrendo ao estipulado na Resolução 43/80 de 11 de Junho - que previa a atribuição de um subsídio de 90% do custo da reconstrução global dos imóveis sede de colectividades desportivas, recreativas e culturais – a Sociedade “Recreio dos Artistas” construiu, no mesmo local, um edifício de raiz.

O projecto para o novo edifício foi oferecido pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais e elaborado pelos seus serviços técnicos, a 15 de Julho de 1982, numa concepção do arquitecto Luís António Durão (figs. 194, 196 e 197).

Segundo a respectiva memória descritiva, o desenho deste novo edifício, caracterizado “(...) pela sobriedade e linearidade das suas formas (...) [e em que o] único aspecto plástico digno de destaque, [seria] a porta principal de acesso à Sala de Espectáculos (...)”, tomou como referências o Convento e a Igreja de São Gonçalo (sendo a porta uma réplica da porta desta Igreja) que, pela sua proximidade, era “(...) um dos aspectos mais importantes a considerar”.

Ainda de acordo com a referida memória descritiva, todo o desenho dos alçados se caracteriza pela simplicidade “(...) sem recortes, saliências ou recuos (...)”, sendo a cobertura do edifício “(...) em telhado com beirado de simples fiada de telha (...)” (doc. 31).

A solução dada ao novo edifício-sede da Sociedade “Recreio dos Artistas” tornou-se um caso ímpar entre os casos de reconstrução pós-sismo em Angra do Heroísmo, pois foi o único edifício demolido que foi substituído por um de desenho moderno, sem qualquer referência explícita à arquitectura tradicional.

²²¹ Ficha n.º 46

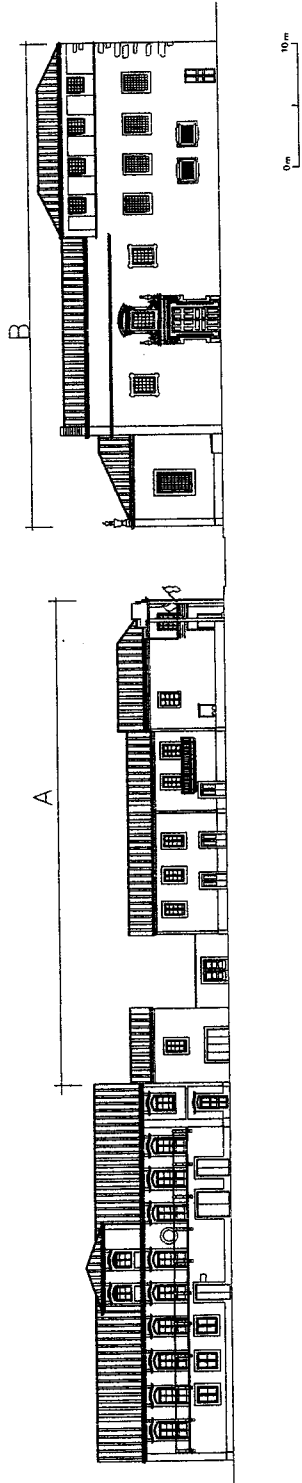


Fig. 193. Sociedade "Recreio dos Artistas", em Angra do Heroísmo. Alçado nascente.
 A- edifício demolido em 1980; B- Igreja do Convento de São Gonçalo (reconstituição do autor).

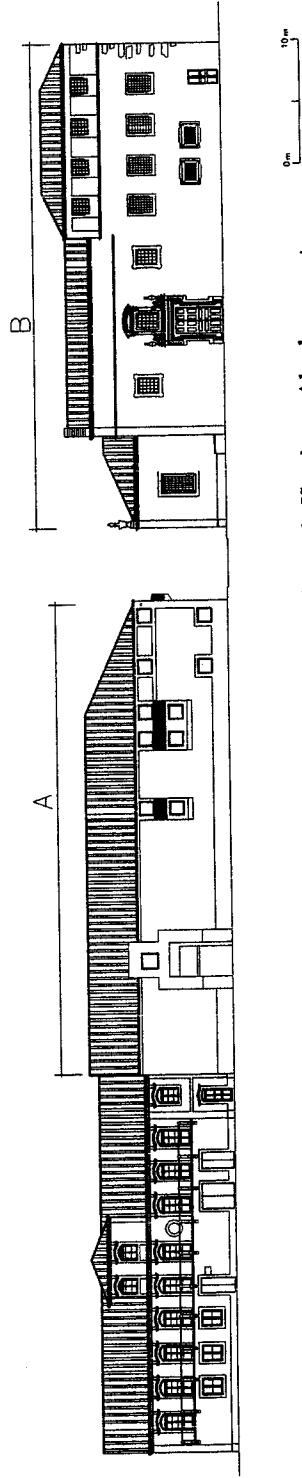


Fig. 194. Sociedade "Recreio dos Artistas", em Angra do Heroísmo. Alçado nascente.
 A- edifício construído em 1982; B- Igreja do Convento de São Gonçalo, do século XVI (reconstituição do autor).

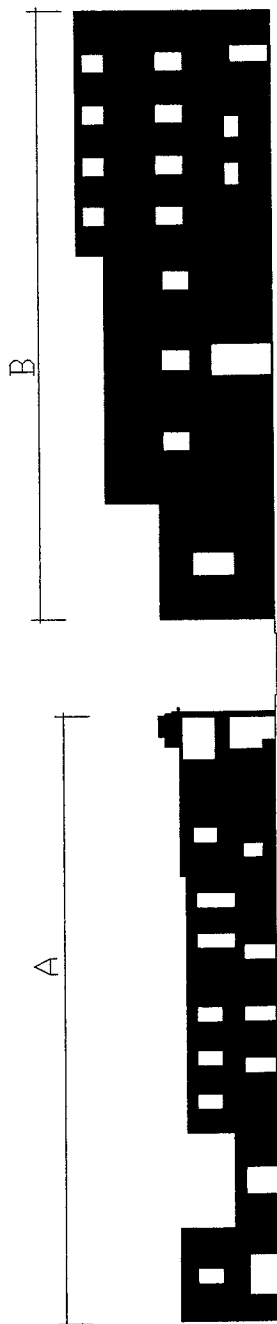


Fig. 193A. Sociedade "Recreio dos Artistas", em Angra do Heroísmo. Alçado nascente.
 A- edifício demolido em 1980; B- Igreja do Convento de São Gonçalo (desenho do autor).

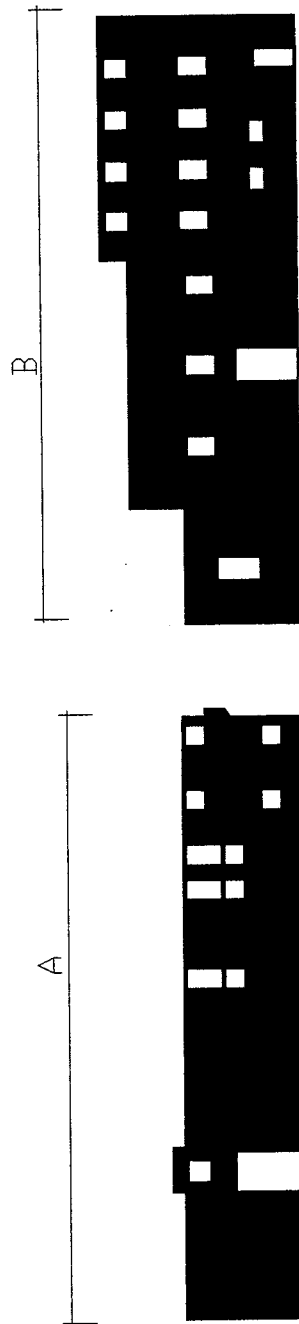


Fig. 194A. Sociedade "Recreio dos Artistas", em Angra do Heroísmo. Alçado nascente.
 A- edifício construído em 1982; B- Igreja do Convento de São Gonçalo (desenho do autor).

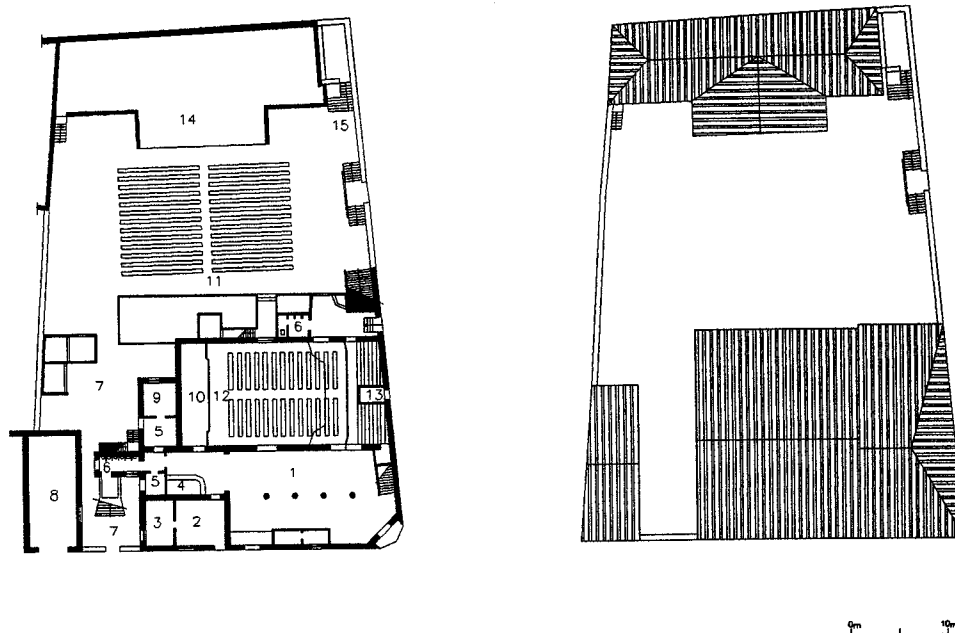


Fig. 195. Sociedade "Recreio dos Artistas", em Angra do Heroísmo. Edifício construído em 1946 e demolido em 1980. Planta de piso 0 e planta de cobertura.

1- sala de fumo; 2- secretaria; 3- gabinete do presidente; 4- bar; 5- arrumos; 6 I.S.; 7- pátio; 8- garagens; 9- depósito de filmes; 10- palco; 11-esplanada; 12- plateia; 13-cabine; 14- palco; 15- acesso.



Fig. 196. Sociedade "Recreio dos Artistas", em Angra do Heroísmo. Edifício construído em 1982.

Planta de piso 1 e da cobertura.

1- foyer; 2- arrecadação; 3- cabine de projecção; 4- balcão; 5- plateia; 6- palco; 7- poiol e bobinagem de filmes; 8- sala de tv; 9- sala de jogos; 10- biblioteca; 11- sala de reuniões; 12 - I.S.; 13- arrecadação.



Fig. 197. Sociedade "Recreio dos Artistas", em Angra do Heroísmo (fotografia de 2000)

3.1.2.13. Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia,
(1915)²²², 1925 e 1983



Fig. 198. Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. O edifício em primeiro plano do lado esquerdo da foto, corresponde ao edifício adquirido por esta Instituição em 1920, para instalação da sua sede.

A Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra iniciou a sua actividade em 1897, num primeiro piso de uma pequena casa na Rua Direita.

Em 1915, a Caixa Económica adquiriu o imóvel n.º 111 dessa mesma rua, para instalação da respectiva sede, encomendando o

²²² Projecto não construído

projecto ao engenheiro Francisco de Assis de Barcelos Coelho Borges. (fig. 199.).

Embora a direcção daquela instituição tivesse considerado esse projecto como um "(...) trabalho que, pelo primor, nitidez e execução, excedeu a expectativa (...)"²²³, a obra não chegou a realizar-se "(...) por excessiva carestia dos materiais (...)"²²⁴.

Em 1920, a Caixa da Misericórdia de Angra adquiriu, por 20.500\$00 insulanos, o prédio n.º 122 da Rua Direita (fig. 198), contratando o técnico Abraham Abohbot, a quem "(...) foi atribuída a remuneração mensal de 62\$50 insulares (...)"²²⁵, para a elaboração do projecto de reconstrução e de adaptação.

Atendendo a que a intervenção no edifício primitivo se mostrou mais complexa do que se imaginara, e também porque alguns dos materiais utilizados e o mobiliário foram importados de Vila Nova de Gaia e do Porto, as obras prolongaram-se por quatro anos e "(...) as despesas atingiram o montante de 126.569\$795 reis (...)"²²⁶.

A inauguração da sede da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia, que ocorreu a 20 de Abril de 1925, mereceu a atenção da imprensa regional, embora os artigos publicados poucas referências fizessem à qualidade arquitectónica do edifício.

A União, em artigo publicado em 29 de Abril de 1925, afirmava que o novo edifício "(...) magnificamente situado, dotado de óptimas instalações que obedecem a todos os princípios de higiene, com as suas diferentes secções, elegantes gabinetes e ampla sala de sessões (...) [era] um prédio de subido valor (...)".

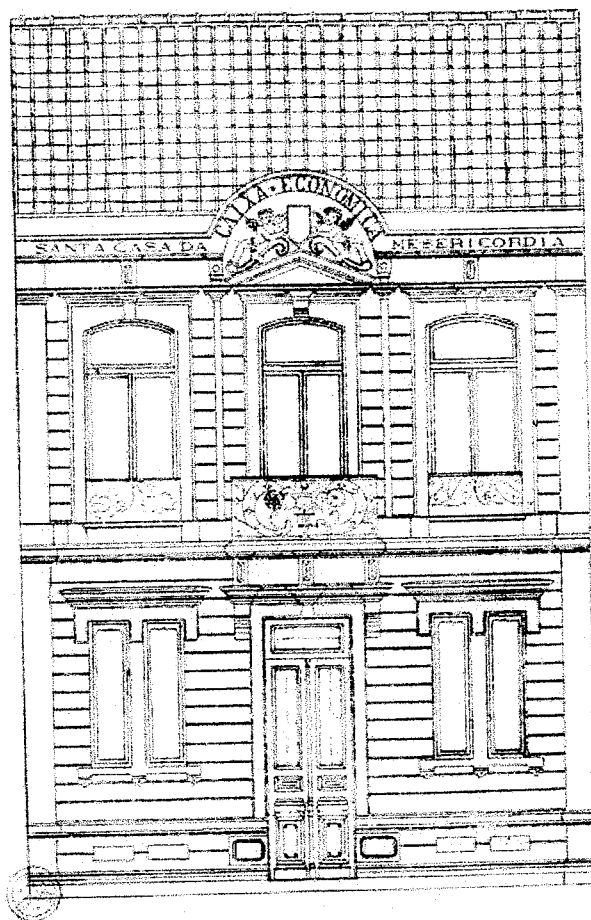
O edifício desenhado por Abraham Abohbot (fig. 200) apresentava no seu alçado principal um desenho muito equilibrado, com amplos vãos e uma platibanda com uma parte central semicircular em que se inseria o nome da instituição, que lhe dava o carácter de edifício público.

²²³ MERELIM, PEDRO DE, *Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo*, ed. Diário Insular, Angra do Heroísmo, 1971, p. 37

²²⁴ *Ibidem*

²²⁵ MERELIM, PEDRO DE, *ob. cit.*, p.38

²²⁶ *Ibidem*



Projecto para a segunda sede
do engenheiro Barcelos Coelho Borges

Fig. 199. Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (desenho dos anos de 1915). Projecto para a segunda sede da autoria do engenheiro Barcelos Coelho Borges (não construída).



Fig. 200. Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Fachada do edifício desenhado por Abraham Abobbot em 1925.



Fig. 201. Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Fachada do edifício na década de 1970, com a simplificação da platibanda para colocação de publicidade luminosa (reconstituição do autor).

Nos anos 70, verificou-se uma primeira intervenção no alçado principal, ao nível da platibanda, da qual foi retirada a parte central semicircular (fig. 201), ao mesmo tempo que aí foi colocado um letreiro luminoso com o nome da instituição.

Na sequência dos grandes estragos sofridos com o sismo de 1980, o edifício-sede da Santa Casa da Misericórdia foi derrubado para dar lugar ao actual edifício, com desenho do arquitecto Alberto Soeiro.

Neste edifício (fig. 202 e 203), inaugurado a 25 de Março de 1983, foi eliminada a platibanda para dar lugar ao beirado *tradicional*, a cor primitiva foi abandonada para se recuperar o branco *tradicional* da cal e os vãos do primeiro piso passaram a ser de sacada.

Trata-se de um caso de regressão do desenho da fachada numa procura da pureza da arquitectura regional.

O edifício demolido fora classificado na Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980²²⁷, elaborada no pós-sismo, como “imóvel de acompanhamento”, sendo a terapêutica recomendada a de “preservar com fidelidade”.



Fig. 202. Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Edifício de 1983.

²²⁷ Ficha n.º 1418

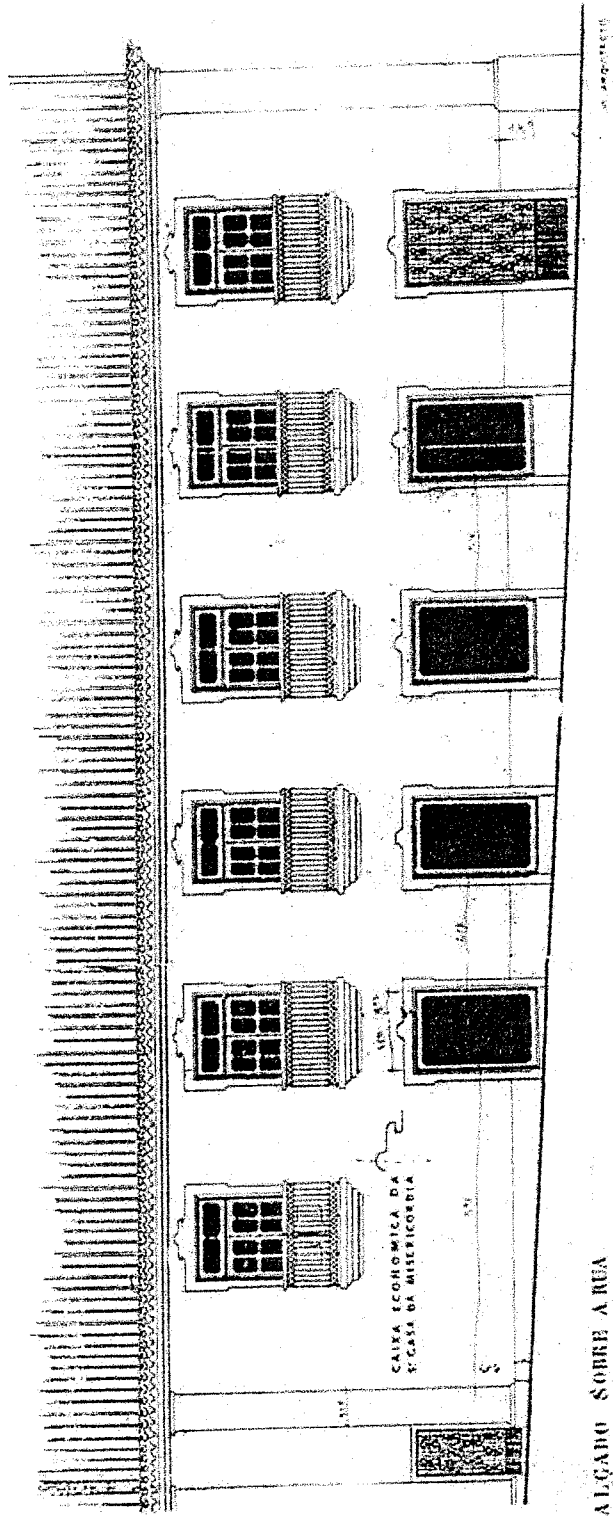
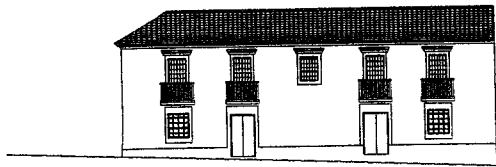
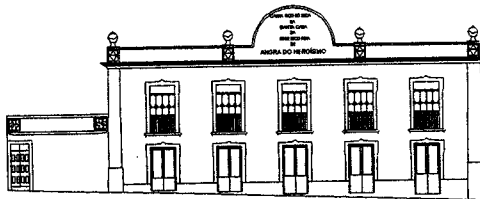


Fig. 203. Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Edifício de 1983. Desenho do projectista (Arquivo da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia).



séc. XVII

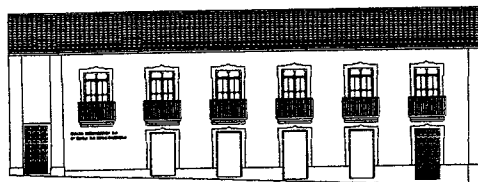


1925



1970

Imóvel de acompanhamento a
preservar c/ fidelidade



1983

0 10 mt

Fig. 204. Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (reconstituição do autor).

3.1.2.14. Caixa Geral de Depósitos, 1958, (1982)²²⁸, 1986 e (1999)²²⁹



Fig. 205. “Casa do Henrique de Castro”, no gaveto direito da Rua da Sé com a Rua Direita, demolida em 1958.

ANTECEDENTES DO EDIFÍCIO DE 1958

Em 1958, a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, transferiu-se da Rua da Sé²³⁰ para a Praça Velha, depois de ter adquirido e demolido o edifício conhecido desde meados do século XVII, como a “Casa do Henrique de Castro”.

Do espaço que medeia entre a construção deste edifício seiscentista e a sua aquisição por Henrique de Castro pouco se sabe, para além do facto de, nessa casa “ao canto da Praça Velha”, se ter

²²⁸ Projecto não construído.

²²⁹ Projecto não construído.

²³⁰ A Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência principiou a sua actividade em Angra do Heroísmo em 15 de Dezembro de 1933, na Rua duque de Palmela (actuais n.ºs 13 a 19). Entre 1936 e 1958, instalou-se na Rua da Sé (actuais n.ºs 51 a 53), mudando-se nesta última data para um edifício sito no gaveto da Rua de Lisboa com a Rua da Sé, ao mesmo tempo que o prédio da Rua da Sé passava à posse da Companhia de Seguros Mundial Confiança.

alojado D. Antão de Almada, chegado a Angra a 28 de Setembro de 1766 como primeiro Capitão General²³¹.

Embora inicialmente se tivesse pensado em alojar o Capitão General "(...) na casa da Alfândega ou na do antigo Capitão Donatário, expropriada aos herdeiros de Cristóvão de Moura após a Restauração, acabou D. Antão de Almada por tomar de aluguer uma casa de alto e baixo que ficava ao canto da Praça, fazendo esquina com a Rua da Sé (...)"²³².

Referindo-se a essa casa situada "ao canto da Praça Velha", Frederico Lopes²³³ considerou-a como "(...) um dos prédios mais antigos da cidade, com traça do século XVII. Fazia esquina da Praça para a Rua da Sé e tinha, na fachada sul, grande sacada de madeira, com ralos, e na do nascente duas, separadas por uma janela de guilhotina que encimava o portão de entrada. O beiral era de fiada tripla de telhas, como naquele século estava em uso e existe ainda nalguns velhos edifícios citadinos. Junto à esquina, do lado da Rua da Sé, havia um *passo* fixo²³⁴ (...)" (fig. 205).

O rés-do-chão da "Casa do Henrique de Castro" foi ocupado por vários estabelecimentos comerciais : a "Loja do Gaiato", com mercearia e café e, posteriormente, um estabelecimento de fazendas que passou, sucessivamente, "(...) do comerciante Luís Manuel de Mota Faria (...) a Manuel de Jesus Ferreira (...) e deste a "(...) Custódio de Paula Carvalho (...)", passando depois "(...) à firma "Felisberto & Costa" (...)" .

Também no rés-do-chão desse edifício, "(...) no extremo norte, funcionou em 1896 a terceira sede do Montepio Terceirense (...)." ²³⁵

O primeiro andar conheceu igualmente diversas ocupações até que, ao tempo da Segunda Guerra Mundial, aí se instalou a Comissão Distrital de Abastecimentos.

Por morte do seu proprietário, a "Casa do Henrique de Castro" passou, em 1881, às suas herdeiras "(...) D. Mariana e D. Emília de Castro, que em 1921 a venderam a José da Cunha da Silveira e Sousa, das Velas, da ilha de S.Jorge, casado com D. Francisca Dart de Castro. Adquirida pela Caixa Económica de Angra, em 1941, foi vendida dez anos depois (1951) à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, que apeou o edifício para no mesmo local construir o da actual Agência (...)" ²³⁶.

²³¹ A Capitania Geral dos Açores foi criada em 2 de Agosto de 1766 e, nessa mesma ocasião, D. Antão de Almada foi designado como Capitão General

²³² DIAS, FRANCISCO DOS REIS MADURO, "A Casa ao canto da Praça Velha", *Diário Insular* de 14 de Março de 1998

²³³ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, pp. 339-340

²³⁴ Segundo FREDERICO LOPES, *ob. cit.*, p.339, este "passo" foi transferido para a entrada da Ermida de N.ª Sr.ª da Saúde, na Praça da Restauração (Praça Velha)

²³⁵ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p.340

²³⁶ *Ibidem*



Fig. 206. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Edifício inaugurado em 1958 e remodelado e ampliado em 1986.

No ofício remetido pela Caixa Económica de Angra do Heroísmo à administração da Caixa Geral de Depósitos, datado de 17 de Janeiro de 1951, refere-se a aquisição feita por esta última instituição bancária do “(...) imóvel sito na rua de Lisboa, desta cidade, pertencente a esta Caixa Económica, por Esc: 700.000\$00 (...)” (doc.32).

EDIFÍCIO DE 1958

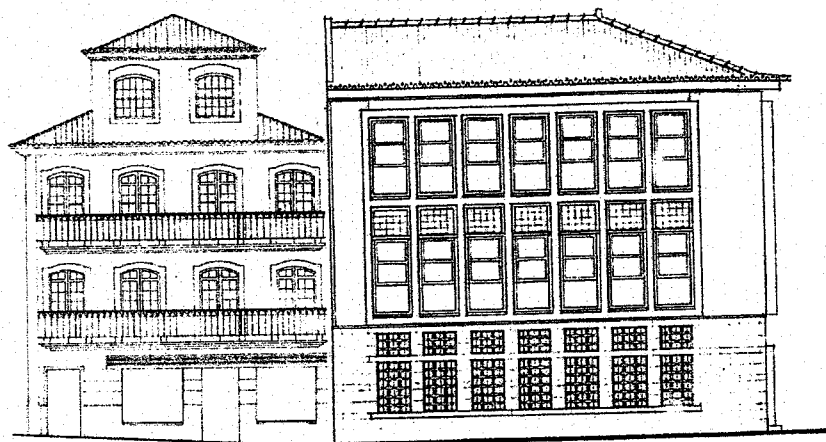
O edifício da filial angrense da Caixa Geral de Depósitos, inaugurado em 27 de Abril de 1958, foi projectado pelo arquitecto Vasco Vivaldo Leone, em 1954 (figs. 206 e 207).

Em 1952, o ante-projecto do novo edifício da CGD (doc.33), elaborado pelo mesmo arquitecto, fora enviado, para apreciação, ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

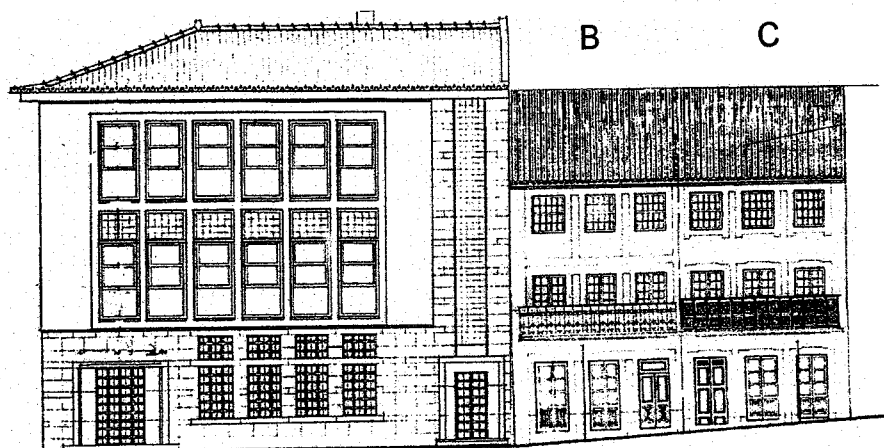
Em 28 Junho de 1952, o Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, dirigindo-se ao Director Delegado da Comissão Administrativa da C.G.D.C.P. em Lisboa, manifestara interesse em que “(...) as linhas arquitectónicas do novo edifício em causa fossem, embora modernas,

mais de harmonia com as predominantes nas construções que a cidade [apresentava] (...)”

Acompanhando o ofício do Presidente da Câmara, seguiam, “(...) alguns bilhetes postais (...), para melhor (...) elucidar sobre o pensamento



A



B

C

Fig. 207. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Edifício inaugurado em 1958 e remodelado e ampliado em 1986.

em vista (...)”, assim como a cópia do parecer emitido pelo Director da Repartição de Obras Municipais e do Arquitecto Consultor, relativo ao citado ante-projecto.

Segundo esse parecer (doc. 34), "(...) A implantação [era] condenável pois que, obedecendo ao alinhamento da Rua da Republica, e não ao que actualmente existe no prédio a substituir, traz como consequência imediata: a) uma maior dificuldade à futura solução do trânsito b) diminui o perfil transversal da Rua da República com prejuízo de perspectiva – Rua da Republica - Praça da Restauração e vice-versa.

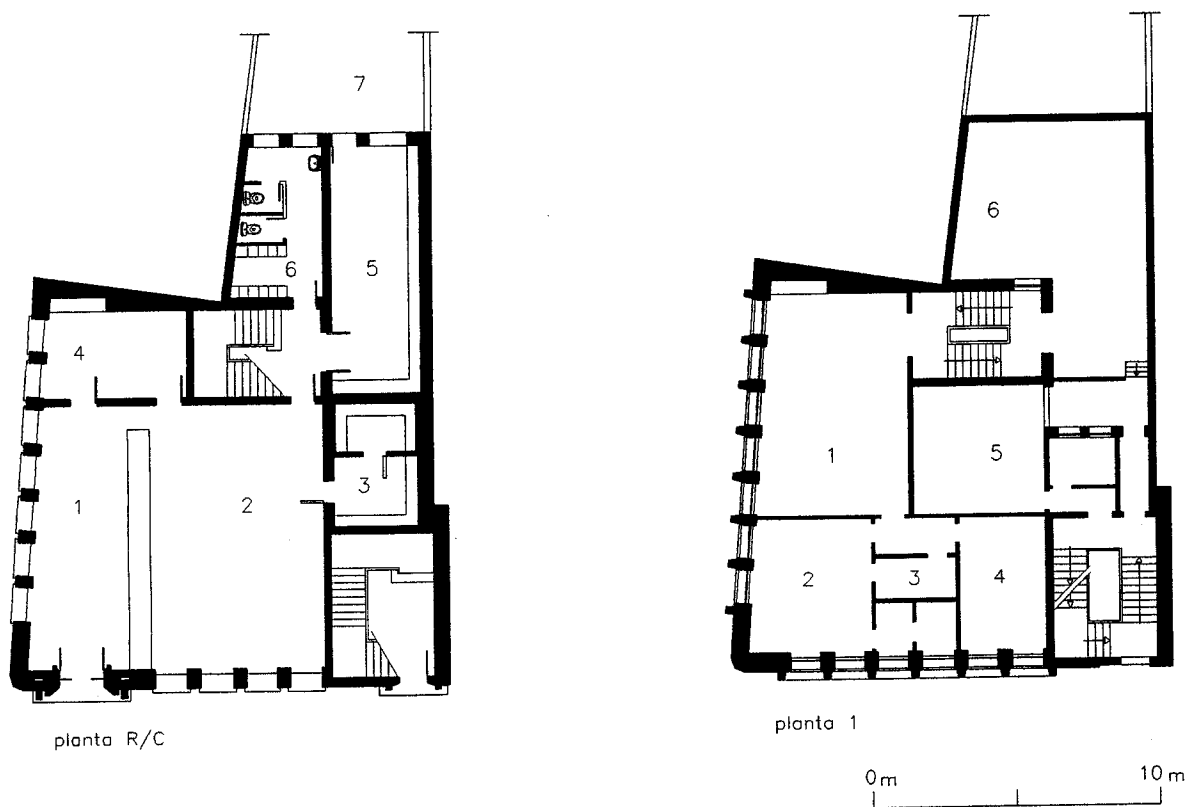


Fig. 208. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1958. Planta do rés-do-chão.
 1- público; 2- expediente; 3- casa-forte; 4- gabinete do gerente; 5- arquivo; 6- vestiário; 7- pátio.
 Planta do 1º andar.
 1- reserva; 2- inspeção ; 3- I.S. ; 4- sala de espera; 5- quarto dos inspectores; 6- terraço.

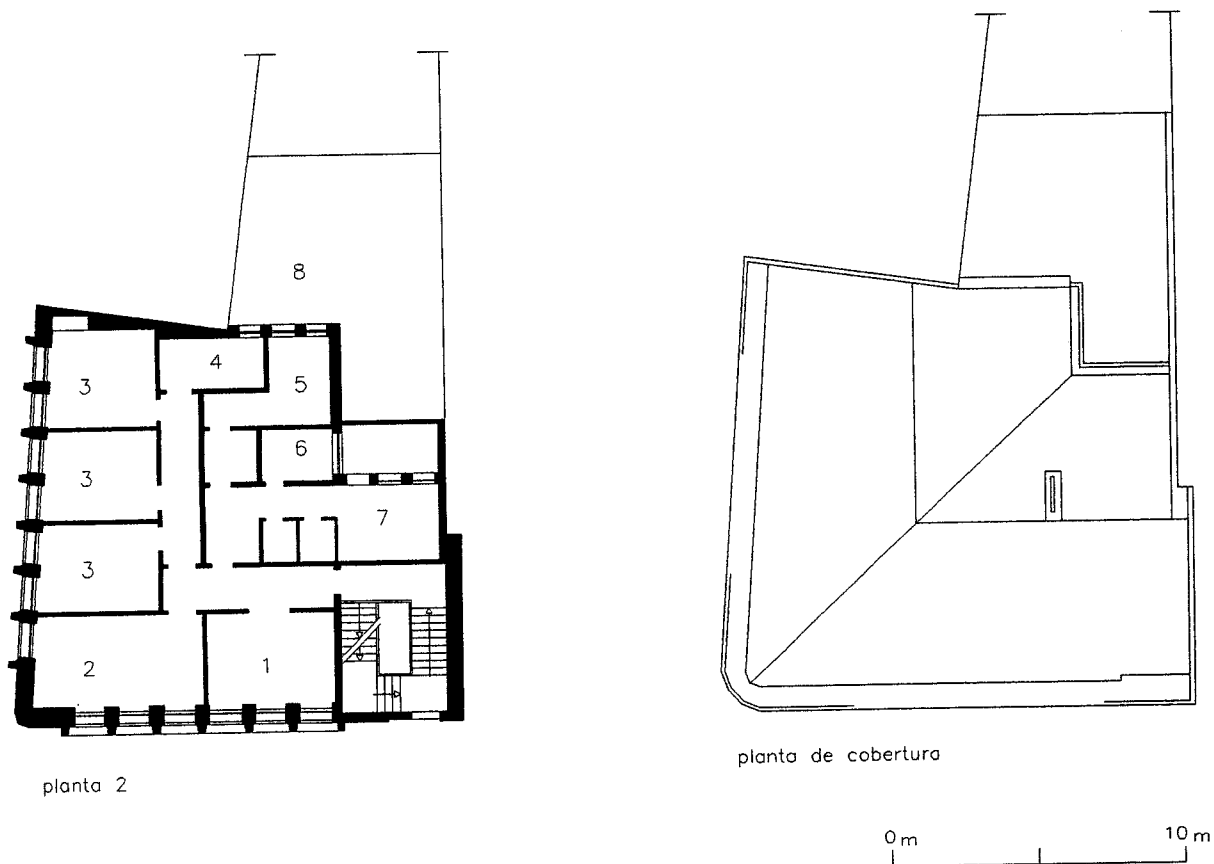


Fig.209. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Edifício de 1958. Plantas do 2º andar e cobertura. 1- sala; 2- sala de jantar; 3- quarto; 4- I.S.; 5- quarto de criada; 6- I.S. criada; 7- cozinha.

Assim, embora o edifício em si seja esteticamente aceitável, quando integrado no conjunto com a projectada implantação não o beneficia. Cremos poder-se aceitar terem sido estas considerações aquelas que levaram a impor no Plano de Urbanização desta cidade, superiormente aprovado, a conservação do alinhamento existente – normal ao eixo Norte Sul da Praça da Restauração – e a chanfrar o ângulo Rua da Republica – Rua de Lisboa, em futura construção. Esta é a solução que, em nosso parecer deverá ser adoptada (...)"

Apesar do parecer acima referido, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo viria a concordar com a implantação proposta no ante-projecto para o novo edifício da CGD, de acordo com o ofício emitido pela Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos do M.O.P, em 28 de Maio de 1953.

Nesse ofício, enviado ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, afirmava-se que a Câmara aceitava a implantação proposta, desde que fossem “(...) respeitados os actuais alinhamentos e se preveja um chanfro no gaveto, estabelecido com 5 m em cada fachada, a partir do cunhal (...)” (doc. 35).

Finalmente, a 12 de Outubro de 1954, foi enviado à mesma Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o projecto do novo edifício da CGD em Angra do Heroísmo “elaborado pelo arquitecto Vasco Vivaldo Leone nos termos do contrato nº 57.591/75 (...)” (doc. 36).

E, a 13 de Novembro desse ano, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais emitiu um parecer positivo sobre o referido projecto do edifício destinado à filial da CGD de Angra do Heroísmo.

Segundo esse parecer (doc.37), o projecto, elaborado de acordo com o ante-projecto previamente aprovado, satisfazia “(...) inteiramente o programa estabelecido para a instalação dos serviços(...), [pela] distribuição em planta das diversas dependências (...)” (figs 208 e 209).

Considerava-se também nesse parecer, que o edifício se apresentava, “(...) no seu aspecto exterior, (...) com sobriedade e equilíbrio que deve ser um elemento de realce pela posição predominante que ocupa no conjunto urbano(...)”.²³⁷

Aprovado o projecto, foi aberto concurso para adjudicação da empreitada de construção (doc. 38), que foi atribuída à Firma Lourenço Simões & Reis, pela importância de 1.205.000\$00, em 16 de Fevereiro de 1955.

A imprensa regional seguiu, com expectativa, a evolução do processo de construção do novo edifício da CGD, desde 1952 – altura em que o ante-projecto foi dado a conhecer à Câmara de Angra – até Abril de 1958 – data da inauguração do edifício.

Assim, o *Diário Insular* de 8 de Junho de 1952, num artigo intitulado “Será monumental o novo edifício da agência da Caixa Geral dos Depósitos desta cidade”, referia que o ante-projecto acabara de ser remetido ao Presidente do Município para apreciação e fazia a seguinte descrição: “(...) Exteriormente, o edifício será de aspecto monumental, valorizando o conjunto da Praça da Restauração. O alçado principal está, com efeito, voltado à “praça velha” e harmoniza-se com o alçado lateral.

²³⁷ Referindo-se ao orçamento inerente ao projecto em apreciação, este parecer referia que “(...) o orçamento geral da obra atinge a importância de 1.194.325\$00 do qual se destinam 1.050.576\$00 ao edifício propriamente dito, e os restantes 143.749\$00 a diversos trabalhos (armários, balcão, etc) e à instalação de energia eléctrica (...)”

Terá 3 pisos, com 40 janelas, divididas por colunas, uma porta monumental para o rés-do-chão (secção do público) e uma porta para a secção de serviço e a residência, sendo 24 janelas para a rua da Sé e 16 para a Praça do Município. Arquitectonicamente, o edifício é de estilo moderno, sugerindo perfeitamente o estilo empregado nas construções bancárias. Tem imponência e dignidade. A sua altura é de aproximadamente 11,5 metros (...).”

A poucos dias da inauguração, o jornal *A União*, na sua edição de 22 de Abril de 1958, publicou um artigo intitulado: “O novo edifício da C.G. dos Depósitos a inaugurar no próximo Domingo dispõe de mais de trinta dependências e custou à roda de 1.400 contos”.

O articulista opinava que o novo edifício da CGD contribuía, pelo seu “traçado elegante”, para “emoldurar o rossio do burgo com nota de vincado modernismo (...)”, e descrevia-o pormenorizadamente, nos seguintes termos: “(...) O duplo alçado – para a rua da Sé e Praça da Restauração – apresenta linhas de moderna traça, vestido de cantaria regional e de massa de areia pintada a silimat. Trinta e três janelas com grades de ferro forjado e latão, e stores tipo kirsell, realçam o conjunto vistoso, ainda embelezado por um janelão a toda a altura, de vidros translúcidos. A entrada, com grade de desenho igual ao das janelas, também guarnecida de cantaria da região, é rematada por um guarda-vento em vidro, com latão anudizado (...) O novo edifício (...) dispõe de três pavimentos, situando-se no primeiro a sala do público (...) o segundo piso compreende a sala destinada à contabilidade (...) O terceiro pavimento, por seu turno, consta da residência do gerente (...) e salas para inspecção médica (...) O amplo e magnífico imóvel gastou três anos a construir (...)”

Na sua edição de 28 de Abril de 1958, *A União* reportava-se à inauguração do edifício ocorrida na tarde anterior, com um artigo assim começado: “(...) Num ambiente de solenidade realizou-se a cerimónia inaugural das novas instalações da Caixa Geral de Depósitos nesta cidade (...)”

E, embora o artigo em questão nada acrescentasse sobre as características formais do edifício inaugurado, a imagem fotográfica que o completava era acompanhada por uma legenda *elucidativa*: “Panorâmica da Praça da Restauração e Rua da Sé onde avulta com elegante imponência o moderno edifício da C.G.D.C.P.”

Este edifício foi classificado pela Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980²³⁸ como “imóvel profundamente dissonante, a remodelar, já que não será possível recriar”.

²³⁸ Ficha n.º 1322

PROJECTOS DE AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO

Em ofício datado de 21 de Maio de 1976, dirigido ao Director do Serviço de Obras da CGD, o gerente da filial de Angra do Heroísmo propunha a ampliação do edifício desta filial "(...) uma vez que, principalmente o espaço reservado ao público, está deveras exíguo (...)", sugerindo (como solução viável para tal ampliação) a aquisição do "(...) edifício contíguo, com frente para a Rua da República (...)"(doc. 39).

A Direcção dos Serviços Administrativos da CGD (DSA I – Património), em informação datada de 15 de Julho desse ano, transcrevia as decisões tomadas sobre a remodelação e/ou ampliação da filial em Angra do Heroísmo.

Segundo esse documento, a proposta de realização de obras naquela filial, poderia ter um dos seguintes encaminhamentos :

" 1º - ampliação das instalações à custa do prédio confinante do lado da Rua da República ;

2º - ampliação pela anexação do prédio que confina do lado da Rua de Lisboa ;

3º - não se concretizando a aquisição de qualquer daqueles prédios, proceder-se-ia à integração nos serviços da totalidade da área do 1º andar, com eliminação das actuais instalações da Junta Médica (...)" (doc. 40).

As opções relativas à ampliação da filial angrense da CGD e as questões inerentes à sua viabilização – nomeadamente as negociações para aquisição de prédios contíguos e para obtenção da aprovação camarária - prolongaram-se até 1981.

Não tendo resultado as negociações com vista à aquisição do prédio contíguo à filial, sito na Rua da República com os nºs 12-16, a Direcção da CGD decidiu adquirir, a 7 de Abril de 1980, um outro prédio contíguo, sito na Rua de Lisboa, com os nºs 133-135.

Pretendendo demolir o referido prédio para a ampliação da sua filial, a CGD solicitou o parecer da Câmara Municipal de Angra a qual, segundo uma informação do Serviço do Património da C.G.D., informou que permitia a demolição do interior do prédio mas que exigia a manutenção da respectiva fachada "(...) dado que o seu traçado possui características de arquitectura regional (...)" (doc. 41).

A Direcção dos Serviços de Obras da CGD, por sua vez, propôs à Câmara "(...) a reconstituição da fachada do prédio em causa desde que fosse permitido à Caixa o nivelamento do 1º andar do citado prédio com o da Filial (...)" (doc. 42).



Fig. 210. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo (fotografias de 1980).
Segundo projecto. Edifícios do século XVIII anexos adquiridos para ampliação das instalações.
Em cima, edifício com os números de polícia 137/141.
Em baixo, edifício com os números de polícia 133/135.

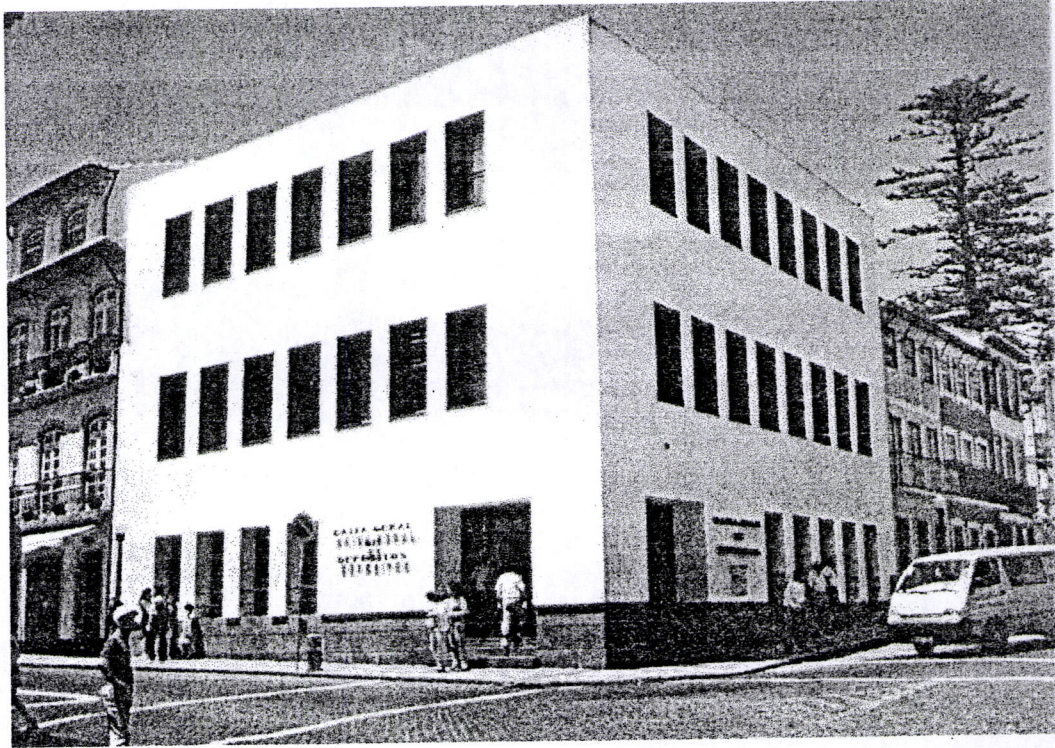


Fig. 211. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Segundo projecto (fotografia dos anos de 1990).

Para melhor esclarecimento deste assunto, foi combinada uma reunião na Câmara de Angra, reunindo o respectivo Presidente, o Director Regional dos Assuntos Culturais, os técnicos camarários e da DRAC e os responsáveis pelo Serviço de Obras daquela instituição bancária .

Nessa reunião, ocorrida a 3 de Novembro de 1980, a Câmara propusera que "(...) fosse também integrada na remodelação da Filial, um segundo prédio que com o primeiro (n.ºs 133/135 da Rua de Lisboa) forma conjunto, e remodeladas as fachadas do próprio edifício da Filial (...)" (fig. 210 e 212).

Dirigindo-se ao Director dos Serviços de Obras da CGD, em officio datado de 29 de Dezembro desse mesmo ano, o Presidente da Câmara de Angra referia-se aquela reunião e chamava a atenção para os seguintes aspectos:

"(...) Atendendo ao facto de que o vosso edifício se situa no coração da cidade de Angra, em plena Praça Velha, mesmo em frente à Câmara Municipal, ficou demonstrado que seria conveniente que esses Serviços apresentassem, por um lado, um esquiço do projecto pretendido, isto é, relativamente ao prédio contíguo à vossa sede, por outro lado, se fosse viável, outro esquiço englobando os dois edifícios em questão, de tal modo que a vossa actual sede também fosse objecto de uma profunda alteração, proporcionando, deste modo, um melhor enquadramento arquitectónico na referida zona (...)

"A cidade de Angra vive, nesta altura, (...) um ritmo de reconstrução muito acelerado; as suas características relativas ao património urbano são, sem dúvida, de muito interesse, pelo que desejamos e estamos certos de que conseguiremos o vosso melhor apoio (...) para este caso. Trata-se, na realidade, de tentarmos melhorar, se possível, um património que é de todos (...)" (doc. 43).

A CGD, aceitando as orientações propostas pela Câmara de Angra, iniciou negociações com vista à aquisição do prédio contíguo ao já atrás referido, sito na Rua de Lisboa, com os n.ºs 133-135.²³⁹

Em 30 de Junho de 1981, o Conselho Administrativo da CGD autorizou a "(...) compra pelo preço de 11.500 contos, do prédio sito na Rua de Lisboa, n.ºs 137/141 (...) o qual se destina, juntamente com o prédio recentemente adquirido na mesma rua, n.ºs 133/135, à futura ampliação do edifício da Filial (...)"(doc.44).²⁴⁰

²³⁹ Segundo FREDERICO LOPES, *ob. cit.*, p.141, no rés-do-chão deste prédio, conhecido como a "Casa de Manuel Pacheco", estava instalado o depósito da Fábrica de Tabacos "Flor d'Angra" (firma fundada em 1887).

²⁴⁰ Vide edificios B e C da figura 207 e 210

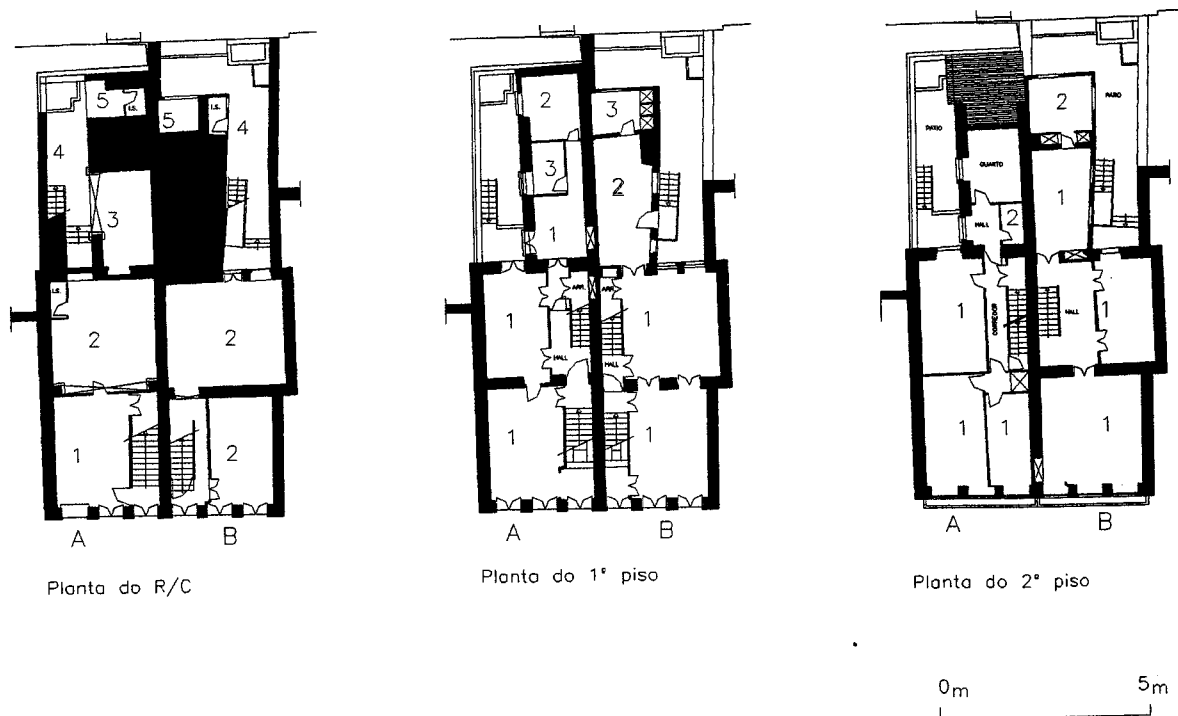


Fig. 212. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo.
 Edifícios A e B adquiridos para ampliação.
 Planta do rés-do-chão. 1- escritório; 2- lojas; 3- arrumos; 4- pátios; 5- I.S.
 Planta do 1º andar. 1- quartos; 2- cozinhas; 3- I.S.
 Planta do 2º andar. 1- quarto; 2- I.S.

PRIMEIRA PROPOSTA (NÃO CONSTRUÍDA) - 1982

Em 29 de Março de 1982, o arquitecto Carlos Ferreira Crespo, "(...) partindo do programa fornecido pela CGD e da análise das condicionantes urbanísticas, arquitectónicas e construtivas (...)", elaborou o Programa-base referente à ampliação e remodelação das instalações da filial da CGD de Angra do Heroísmo (doc. 45).

A elaboração deste Programa-base assentara no programa de espaços fornecido pela CGD, que continha algumas exigências funcionais e construtivas (por exemplo, as dependências inerentes a diversos serviços e a respectiva localização), e nos “condicionantes urbanísticos e arquitectónicos” inerentes aos três edifícios a remodelar.

A propósito da localização desses edifícios na Praça da Restauração, considerava-se que esta era “(...) um caso característico de uma praça em que se centra toda a vida da cidade, aí se localizando a Câmara Municipal e o único hotel, e donde e para onde emergem as principais ruas, funcionando como charneira de toda a rede viária (...)” e constituindo, por tudo isso, “um local de passagem obrigatório (...) e um local de permanência privilegiado (...)” (doc.45).

Quanto aos edifícios, haviam sido classificados aquando da elaboração da Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo de 1980²⁴¹ como imóveis de qualidade a preservar com fidelidade. Para o edifício com os n.ºs 133-135 foi indicada a terapêutica “individualizar pela pintura os aventais em relação ao pano de fundo, mantendo os mesmos tons de cores actualmente utilizados”.

De acordo com os dados constantes dessa Inventariação, o edifício A era, quanto ao valor arquitectónico, “um imóvel profundamente dissonante” e a terapêutica aconselhada era a “de remodelar” ; o edifício B era, quanto ao valor arquitectónico, um “imóvel de qualidade” e a terapêutica recomendada era de “preservar com fidelidade e individualizar pela pintura os aventais em relação ao pano de fundo, mantendo os mesmos tons e cores” ; o edifício C era, quanto ao valor arquitectónico, um “imóvel de qualidade” e a terapêutica aconselhada era a de “preservar com fidelidade”(fig. 207).

Assim, concluía-se que “(...) relativamente aos edifícios B e C, pelo facto de se tratar de imóveis de qualidade (...) haverá necessidade de manter os respectivos alçados, marcando, inclusivamente, a unidade que cada um deles constitui, pela diferenciação da cor e elementos das sacadas (...)”

Em relação ao edifício A, entendia-se que pela “ sua situação de gaveto e uma falsa imponência baseada numa escala desproporcionada e numa composição de alçados demasiado vinculativa, sem qualquer relação com a envolvente, cria uma ruptura entre os alçados da Rua de Lisboa e da Rua da Sé (...)”

Reportando-se ao edifício pré-existente ao edifício A “que embora sem grande interesse do ponto de vista arquitectónico (...) estabelecia a ligação dos referidos alçados (...)”, considerava que, conquanto não pretendesse “regressar às origens” na prevista remodelação deste último

²⁴¹ Fichas n.º 1323, 1324

edifício, era importante relacionar o “registro” do edifício pré-existente com o “actual edifício” a fim de “(...) definir uma mais correcta intervenção(...)” Relativamente ao estado de conservação dos edifícios, afirmava-se que “(...) apesar de no inquérito arquitectónico já referido estar indicado que o edifício B tem a fachada em estado razoável e que no edifício C a mesma está em *bom* estado (...) a degradação acentuou-se desde o sismo até ao presente (...) e, os edifícios B e C encontram-se presentemente profundamente degradados, apresentando a sua estrutura indícios de ruína, com o abatimento das respectivas coberturas.

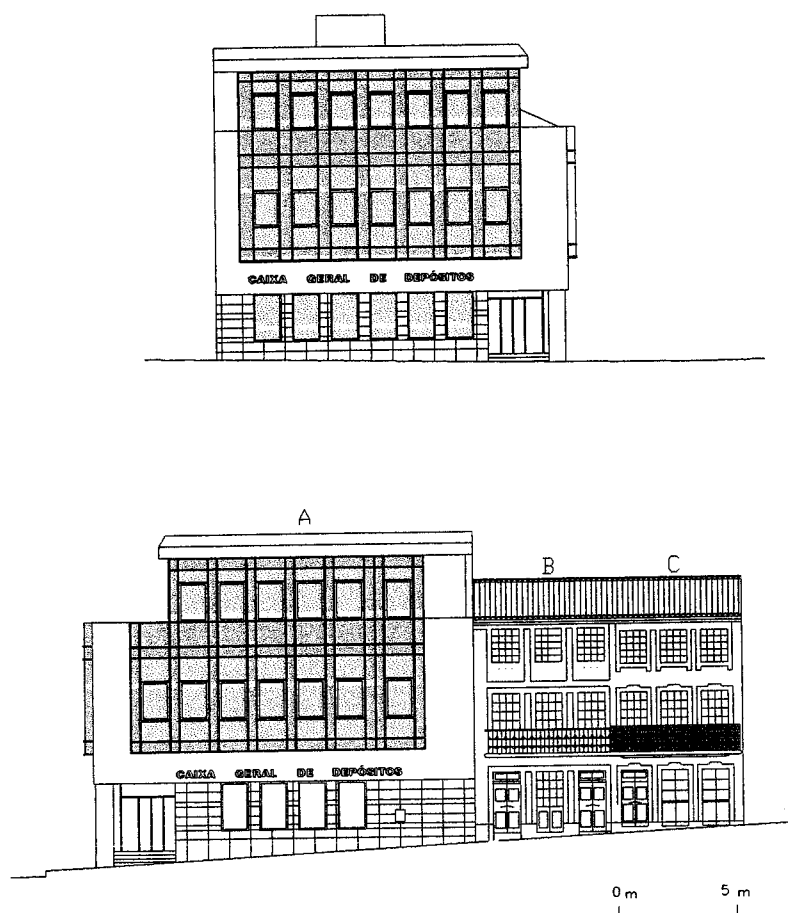


Fig. 213. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo . Primeira proposta (rejeitada).
 Alçados da Rua da Sé e da Rua Direita .
 A- edifício novo ; B e C- edifícios anexados para a ampliação.

As fachadas embora se mantenham de pé, apresentam fendas e estão desligadas dos pavimentos, pelo que a consolidação das mesmas passará certamente pela sua demolição e reconstrução respeitando na íntegra a actual aparência (...)"

Face aos condicionantes atrás apontados, apresentava-se a seguinte solução arquitectónica:

"(...) A falta de continuidade entre os pavimentos dos edifícios B e C e do edifício A (...) levou-nos a conceber uma solução em que a fachada correspondente aos edifícios B e C fica desligada dos pavimentos, garantindo assim uma continuidade interna. Com base nessas soluções procurámos tirar partido da mesma, criando uma galeria nos pisos elevados, para onde dão as zonas públicas (...) Por outro lado, as fachadas dos edifícios B e C passaram a ter uma função de *cenário* (...) O reconstruir a fachada, que na realidade não corresponde à utilização interior do futuro edifício, seria uma atitude *falsa* se a mesma não fosse tratada como elemento individualizado e destacado de toda a restante estrutura. Assim, ela mantém a função de elemento integrador relativamente à imagem da cidade (exterior), passando a desempenhar uma função *lúdica* no interior (...) No 4º piso (...), do lado das Ruas da Sé e de Lisboa, haverá um recuo (...) de cerca de 3 m, relativamente ao plano das fachadas, recuo esse que alinhará pela parte superior que se sobrepõe aos actuais edifícios B e C (...) Com esta solução pretendemos reduzir a céncea do edifício, minorando o impacto negativo que o mesmo apresenta (...)"

"(...) A intervenção no edifício A (...) será orientada no sentido de criar uma fachada mais neutra, apontando-se, neste momento, a hipótese de uma solução de parede de cortina, aproveitando os elementos estruturais actuais (...)"

A 30 de Novembro de 1982 e na sequência do já citado Programa—base, foi elaborado o Projecto-base relativo à ampliação e remodelação das instalações da Filial Angrense, que a C.G.D. deu a conhecer à Direcção Geral dos Assuntos Culturais (Doc. 46). A 12 de Abril de 1983, esta Direcção Regional pronunciou-se negativamente sobre esse Projecto, com base num parecer técnico entretanto elaborado.

Segundo esse parecer, o facto de o projecto em questão ter sido condicionado por um programa imposto pela própria administração da C.G.D., nomeadamente quanto ao aproveitamento da "estrutura da sede existente", condicionava "qualquer solução". De facto, "não somente os pés direitos já estabelecidos e toda a problemática de relacionamento com as fachadas dos 2 imóveis antigos a reconstruir (e não a restaurar, pois foram lamentável, desnecessária e selvaticamente demolidas), como também o aproveitamento dum estrutura obsoleta e deselegante, impedem à partida que se proceda à construção dum imóvel capaz de dar resposta às exigências de integração no ambiente urbano da zona (...)"

Afirmava-se ainda no citado parecer que "(...) a solução proposta pelo autor do projecto (...) não resolve a problemática de integração urbana na medida em que a solução plástica adoptada não se enquadra de forma nenhuma no ambiente arquitectónico da área (...)" e que a CGD não podia reparar o erro cometido (com a construção do edifício agora a remodelar) com "(...) uma solução de compromisso que obviamente impedia à partida qualquer resultado satisfatório de integração no ambiente geral de Angra do Heroísmo (...)"

Registava-se também que, o que se pretendia para o local, era "(...) uma solução arquitectónica que dignifique a cidade mais particularmente a zona da Praça Velha (...) e assim, (...) o que quer que se construa ali terá que se articular com a tipologia tradicional não só no que respeita à volumetria como também no que respeita à fenestração e materiais a empregar (...)"

Recomendava, por fim, o dito parecer a "rigorosa reconstituição" dos dois edifícios adquiridos pela CGD, "(...) especialmente as fachadas principais e as coberturas (...)", devendo corresponder as "(...) fachadas posteriores (...) no seu desenho à tipologia das fachadas principais (...)" e que o imóvel a construir de novo no gaveto correspondesse "(...) à tipologia tradicional Terceirense, não só no que respeita à sua volumetria como a configuração do telhado, fenestração e aplicação de materiais (...)" (doc. 47).

Respondendo ao indeferimento da D.R.A.C, a 11 de Maio de 1983, a CGD chamava a atenção para os aspectos mais pertinentes do parecer em que assentara aquele indeferimento(doc. 48).

Assim, quanto à exigência da demolição do edifício da filial, lembrava que, na já referida reunião camarária de 3 de Novembro de 1980, ficara acordado que o mesmo devia ser "(...) remodelado de forma a minimizar o seu impacto negativo na respectiva inserção urbana (...)", mas não fora considerada "a hipótese de demolição (...) do edifício atendendo ao seu bom estado de conservação (...)"

E lembrava ainda que no inquérito de Inventariação Arquitectónica, base do Plano de Urbanização de Angra, a terapêutica recomendada para aquele edifício era a da sua remodelação.

Quanto à questão da demolição dos dois edifícios adquiridos pela CGD, afirmava que tal se deveria à ausência de "fiscalização de quem de direito", uma vez que tal demolição se processara "(...) em total desacordo com as providências que a CGD tomou ao solicitar um plano de demolição em que, para além de uma cuidadosa remoção dos elementos das fachadas mais significativos, se atendia à sua referenciação, à respectiva inventariação e armazenamento para futura reutilização (...)"

Questionava, em seguida, os fundamentos do indeferimento ao Projecto-base, visto que o único aspecto referido era o da "não resolução da problemática de integração urbana", ainda que o próprio conceito de

integração não fosse explicitado. E acrescentava que a “(...) total ausência de explicitação do conceito de integração urbana e as razões repetidamente invocadas de respeitar a fenestração e os materiais, levamos a depreender que a noção de arquitectura é encarada, não em termos espaciais e temporais, mas única e exclusivamente em termos de *fachada* de que, aliás, é significativa a expressão *plástica adoptada* (...)”

Discordava também dos condicionalismos impostos pela D.R.AC. – demolição do edifício da Filial e construção de novo edifício correspondendo à tipologia da arquitectura tradicional terceirense; marcação da configuração de 3 imóveis distintos ; utilização de materiais tradicionais.

Relativamente à imposição da demolição, entendia-a como tardia e sem justificação técnico-financeira e legal, afirmando: “(...) somos da opinião que o problema se põe entre manter o actual edifício, unanimemente reconhecido como elemento altamente dissonante, ou



Fig. 214. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Primeira proposta (rejeitada).

Planta do piso 2 (rés-do-chão). 1- público; 2- expediente; 3- gabinete do director.

Planta do piso 3 (1º andar). 1-público; 2- serviço; 3- vazio; 4- circulação; 5- P.B.X.; 6- gerente.

Planta do piso 4 (2º andar). 1- gabinetes; 2- serviço de crédito; 3- escrituras; 4- terraço; 5- vazio.

Planta da cobertura.

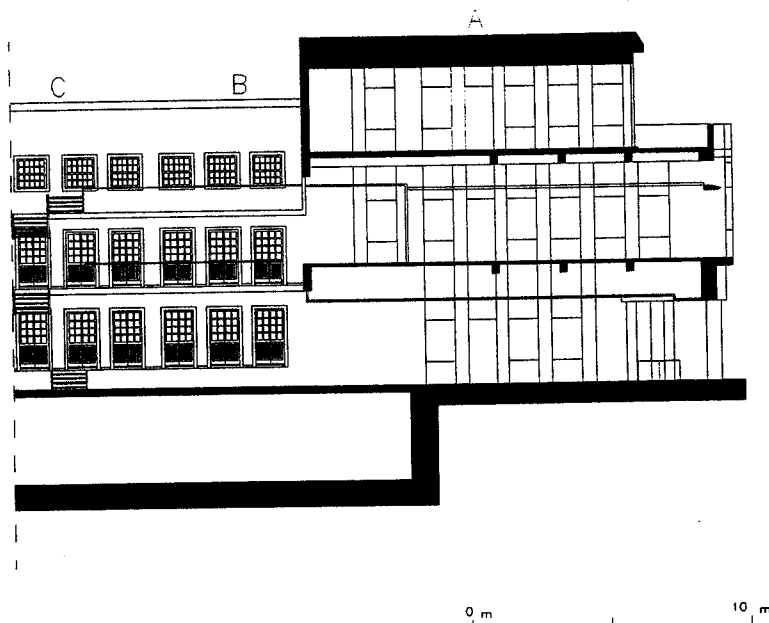


Fig. 215. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Primeira proposta (rejeitada). Corte.
A- edifício novo; B- edifícios anexados.

introduzir-lhe, dentro dos condicionalismos técnico-construtivos, alterações que atenuem o seu impacto negativo (...)"

Quanto à imposição da construção de um novo edifício correspondendo à tipologia tradicional terceirense, embora reconhecendo a existência de uma arquitectura tradicional na Ilha Terceira, ao nível da arquitectura rural, não encontrava diferenças entre a arquitectura urbana de Angra e a de outras cidades portuguesas, pelo que se visava "(...) utilizar de uma forma mimética o mesmo tipo de fenestração, de cobertura e de materiais, num edifício a construir de novo (...) o resultado não será mais do que uma forma de *pastiche*" que será de rejeitar, "(...) visto que a integração se colocava fundamentalmente " em termos volumétricos, de modulação, de textura e de cor (...)"

E quanto à marcação da configuração de três imóveis distintos, afirmava que a mesma fora considerada na solução proposta, na qual se previa também a remodelação do edifício da Filial mas, como fora imposta a demolição deste edifício, aquela solução já não fazia sentido e, se se pretendia uma solução arquitectónica que dignificasse a cidade, esse "(...) efeito seria obtido de uma forma mais coerente, se se construísse um único edifício, até porque iria corresponder a uma mesma utilização (...)"

Quanto à imposição da reconstrução das fachadas principais dos dois edifícios adquiridos pela CGD, considerava-se que o princípio preconizado fora respeitado na solução proposta.

Mas, quanto à imposição da correspondência das fachadas posteriores às principais, não se entendia a sua justificação, visto que os alçados posteriores não tinham qualquer leitura "(...) uma vez que pelo lado posterior os actuais logradouros estão a uma cota inferior à dos terrenos adjacentes e ainda por cima existem muros de vedação com altura que impede a visibilidade (...)".

Considerava, portanto, que "(...) compatibilizar a distribuição e dimensionamento dos vãos do alçado posterior com o alçado principal (...)” era "(...) uma atitude “falsa”, na medida em que a tipologia dos vãos está intimamente relacionada com a função dos espaços e a sua utilização (...)”.

Relativamente aos materiais de revestimento, entendia que, na solução proposta, os mesmos haviam sido considerados "(...) numa perspectiva de integração (textura e cor) e tendo presente os condicionalismos tecnico-construtivos e a solução arquitectónica da qual os materiais não podem estar dissociados (...)”.

E afirmava ainda que a imposição de materiais de forma rígida constituía um "(...) aspecto bastante limitativo à concepção arquitectónica, quando os mesmos não são apresentados em termos exemplificativos ou exaustivos (...)”.

SEGUNDA PROPOSTA (CONSTRUÍDA) - 1984

Uma vez que o indeferimento da DRAC ao primeiro Projecto-base, decorrera da solução proposta para a remodelação do edifício da Filial (edifício A), a CGD optou por desdobrar o processo anteriormente apresentado em duas fases de projecto : uma relativa á reconstrução dos dois edifícios adquiridos e outra relativa à remodelação do edifício A.

Tendo sido apresentado e aprovado o projecto-base da 1ª fase, relativo à reconstrução daqueles dois edifícios, a CGD apresentou, a 16 de Janeiro de 1984, um projecto-base relativo ao edifício A.

Como referia o arquitecto na memória descritiva deste Projecto (doc. 49), a solução proposta para a remodelação deste edifício visava “dar satisfação aos aspectos que foram sugeridos pelo técnico da DRAC e aceites na reunião (...) da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, no dia 16.12.83 (...)”.

Esta nova solução foi elaborada segundo o estipulado nessa reunião, nomeadamente quanto à consideração pelos seguintes aspectos:

“ 1) (...) Eliminação do pilar circular proposto no cunhal do edifício, sendo os vãos de acesso ao mesmo (da Rua da Sé e da Rua de Lisboa) posicionados de forma a manter um elemento de parede junto ao cunhal, que destrua o vazamento anteriormente proposto e se integre numa solução mais corrente da arquitectura de Angra;

- 2) O cunhal do edifício passar a ser de aresta viva, em vez de arredondado, como actualmente (...);
- 3) As janelas (deverão) ter um único elemento de abrir (sem bandeira). Os caixilhos (...) deverão ter unicamente um aro envolvente (sem travessas) (...) em alumínio lacado, na cor verde escuro;
- 4) Os guarnecimentos dos vãos, em pedra de basalto, (serão) reduzidos à sua expressão mais simples (...);
- 5) Eliminação do beirado, optando-se por uma solução de platibanda (...), que embora não impedindo a visualização da cobertura em telha regional, acentue a simplicidade da volumetria;
- 6) Quanto ao soco do edifício, em pedra de basalto, a sua altura deveria ser estudada com base em três soluções alternativas que permitisse uma apreciação posterior (ao nível do peitoril dos vãos do piso térreo, ao nível da verga dos mesmos e numa posição intermédia)”.

Por último, eram referidos os materiais e cores propostas para o exterior do edifício: “(...) Cobertura – Telha cerâmica regional; Paredes – Caiação ou pintura a tinta de água, cor branca, sobre reboco e soco em pedra de basalto, da região. Caixilhos – Alumínio lacado, na cor verde escuro, com vidro liso transparente. Guarnecimento dos vãos – Pedra de basalto da região(...)”(doc. 49).

A remodelação do edifício da filial angrense da CGD, segundo o novo Projecto a que acabámos de nos referir, ficou concluída em 1986, gerando de imediato grande polémica, a que os periódicos locais deram cobertura.

A *União*, na sua edição de 21 de Agosto de 1986, num artigo intitulado “A nossa querida cidade” começava por chamar a atenção “(...) de todos os terceirenses, nomeadamente os angrenses em geral, e as respectivas autoridades responsáveis em particular, para a imediata e indispensável manutenção e efectivação activa do já projectado Gabinete (...) para total e segura defesa da cidade monumental contra determinados abusos (...) que estão pondo em perigo a permanência real e nobilitante da tal monumentalidade por conta da Unesco(...)” e, mais adiante, referia-se ao “(...) inqualificável arranjo da C.G.D., que é o maior sinal de contradição perante outros rigores exigidos na Reconstrução sísmica (...)”.

Na mesma data, publicou o *Diário Insular* um artigo relativo à presença em Angra do Heroísmo de Daniel Drocourt, técnico da UNESCO, e às declarações que prestara na entrevista concedida a este mesmo jornal.

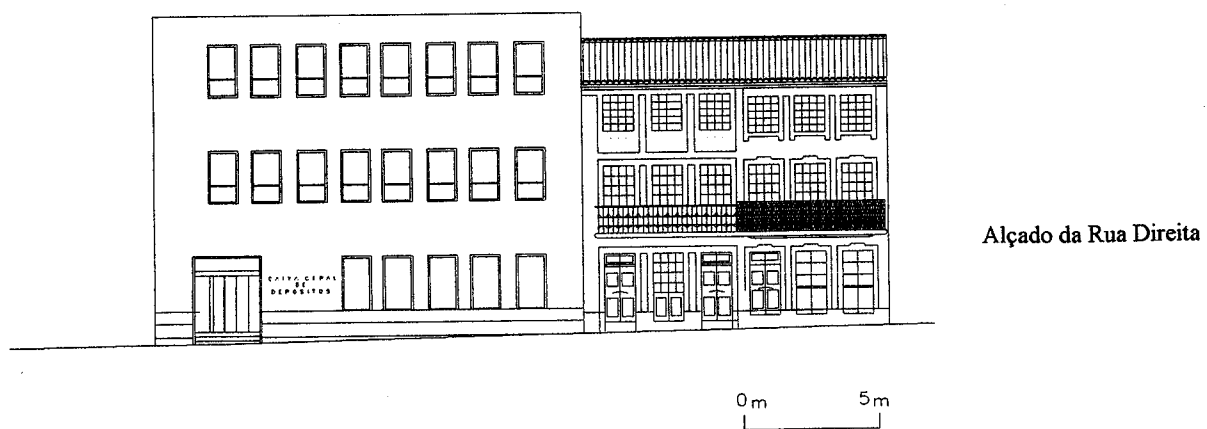
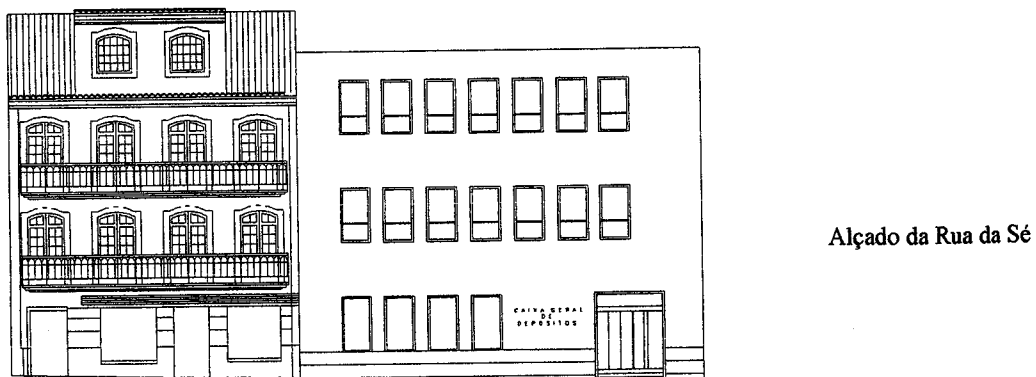
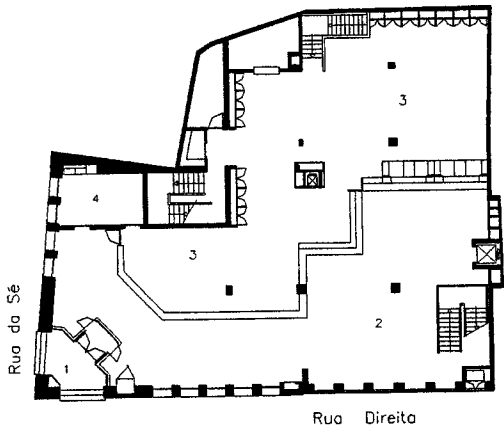
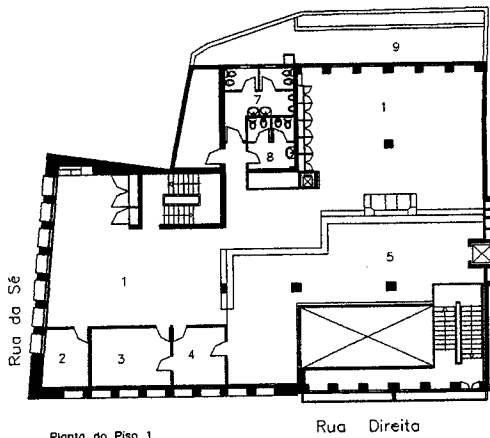


Fig. 216. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Segunda proposta (construída). Alçados.



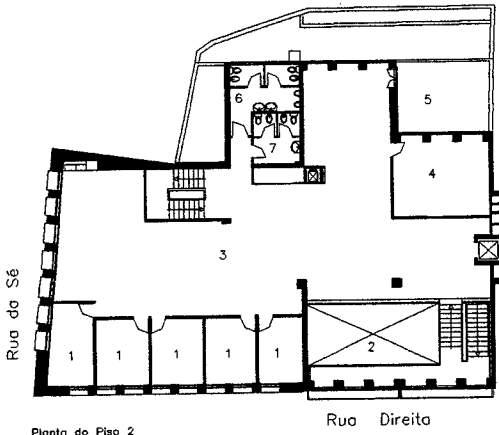
Planta do Piso 0

- 1 Atrio
- 2 Zona de Público
- 3 Zona de Serviços
- 4 Gabinete do sub-gerente
- 5 Economato
- 6 Sala do computador



Planta do Piso 1

- 1 Zona de serviços
- 2 PBX e Telex
- 3 Gabinete do gerente
- 4 Ante-Câmara
- 5 Zona de Público
- 6 Galeria 1
- 7 Instalações sanitárias-homem
- 8 Instalações sanitárias-mulher
- 9 Terraço 1



Planta do Piso 2

- 1 Gabinete
- 2 Galeria
- 3 Serviço de Crédito
- 4 Sala de Escrituras
- 5 Terraço 2
- 6 Instalações sanitárias-homem
- 7 Instalações sanitárias-mulher

0m ————— 10m

Fig.217. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Segunda proposta (aprovada e construída). Plantas dos três pisos.

Nessa entrevista, aquele técnico frisara, com insistência, o facto de ainda não existir o Gabinete da cidade que, em 1984, tinha encontrado já legislado (...) e referira o facto "(...) de estar a aumentar a percentagem de novos edifícios sem as características tradicionais como (...) o Hotel e a Caixa Geral de Depósitos (...)." ."

Um artigo de opinião intitulado "Angra, Património Mundial ?!", publicado no *Diário Insular* de 24 de Agosto de 1986, alertava para a possibilidade de Angra perder aquele título "(...) por causa dos desmandos oriundos de governos dentro de governos, cada um mandando à sua maneira (...)", visto que lhe faltava "aquele *leader* honesto e culto que no caso vertente corporizaria o tal *Gabinete da Cidade* que a preservaria (...)"

E, questionava-se nesse artigo: "(...) Que governo é este que se amassa como uma galinha, frente às arremetidas de galarotes da raça C.G.D. e TUROTEL?! (...) Que miséria é aquela que se cultiva na Praça Velha ?! Por um lado, uma inovação que resvalou para o piorio: - A Caixa Geral de Depósitos ; incrível *Mastodeu* sem pinga de sangue, careca, sem pestanas nem lábios! (...)"

A fim de esclarecer alguns aspectos da remodelação da filial Angrense (que, como acabámos de referir, foram criticados em vários periódicos), a CGD enviou uma carta ao director d'A *União*, que foi publicada na edição de 2 de Outubro de 1986.

Depois de relatar as diversas etapas conducentes à beneficiação e ampliação das suas instalações em Angra – desde a aquisição dos prédios contíguos à filial até à elaboração dos 1º e 2º projectos -, a administração da CGD informava que, com vista à necessária alteração da fachada do prédio da sua filial, fora apresentada uma 1ª solução arquitectónica que fora rejeitada pelos serviços da SREC e da Câmara.

E esclarecia, seguidamente, aquela instituição que, apesar da "preferência manifestada pelo arquitecto autor do projecto e pela Caixa relativamente à 1ª solução, foram apresentadas, de acordo com a orientação definida por aqueles organismos, outras três hipóteses, tendo as referidas entidades optado pela que se encontra concretizada (...)" e assim, "(...) a solução aprovada foi escrupulosamente respeitada (...)" tendo sido "(...) discutida e acertada, até aos seus mais ínfimos detalhes (número, forma e dimensões das janelas e sua colocação nas fachadas; concordância entre as duas fachadas em aresta viva; supressão do beirado; materiais e cores a empregar; tipo de telha a utilizar; etc) com os técnicos da SREC e da Câmara (...)" .

O *Diário Insular* de 5 de Novembro de 1986, num artigo intitulado "Projecto aprovado pela S.R.E.C. e Câmara foi respeitado ao ínfimo detalhe", afirmava que era "(...) no mínimo polémico, para não afirmarmos brincadeira de mau gosto, o edifício branco e copiosamente

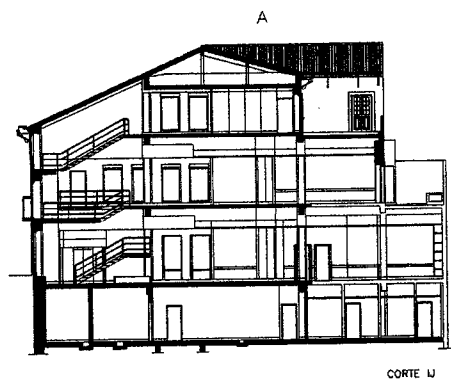
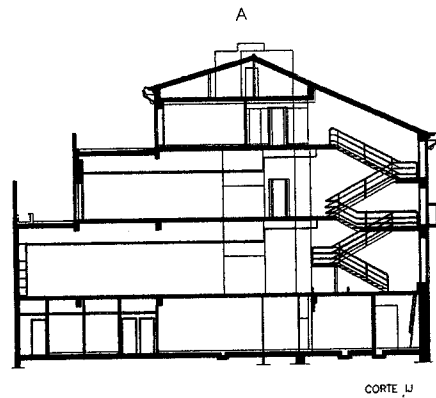
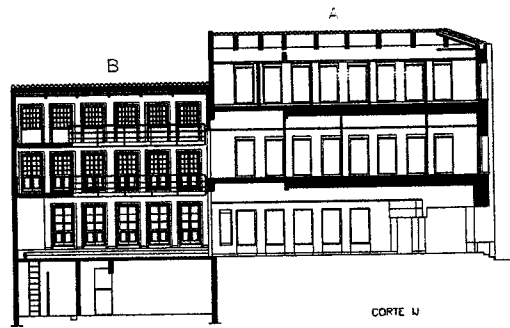


Fig. 218. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Segunda proposta (aprovada e construída) .
 Cortes.
 A-edifício principal; B- edifícios anexados .

ajanelado onde, em breve, será reinstalada a Caixa Geral de Depósitos nesta cidade (...)"

Referia ainda esse artigo que, auscultadas as opiniões de diferentes quadrantes, nenhuma dera "(...) um parecer favorável, relativamente à solução arquitectónica adoptada e em fase de conclusão (...)", uma vez que o edifício em questão não se integrava no espaço circundante.

Revelava, por fim, o citado artigo que a chegada de uma carta de esclarecimento da CGD (transcrita no fim do artigo), como reacção às críticas de que fora alvo, tornava claro que "(...) o projecto fora aprovado pelas entidades competentes : SREC (DRAC) e Câmara Municipal (...) [e que] (...) a solução que viria a ser concretizada, a que está ali, na Praça Velha, foi uma, entre várias alternativas, que sucessivamente foram eliminadas e que, segundo parece, de qualidade, pelo menos superior a esta última (...)"

Mantendo-se, já depois de 1986 reacções pouco favoráveis à remodelação sofrida pelo edifício da filial angrense da CGD, foram analisadas novas soluções conducentes à alteração da respectiva fachada.

Recentemente, o *Diário Insular*, na sua edição de 6 de Julho de 1999, anunciava obras de reformulação da fachada do edifício de Angra do Heroísmo da CGD, destinadas a "(...) atenuar o impacto visual que provoca (...)", as quais previam a introdução de elementos da arquitectura regional, tais como a "(...) colocação de um telhado regional , dois beirados e alteração das janelas para um modelo tipo regional (...) [e no rés-do-chão] um rodapé pintado com piche, tal como acontece com as casas da arquitectura regional (...)" (fig.219).

Na referida notícia, o projectista esclarecia que, apesar de o projecto prever a introdução de "(...) alguns elementos da arquitectura regional do século XVIII , sobretudo , no que se refere às janelas e beirados (...) [seria] sempre um imóvel do século XX".

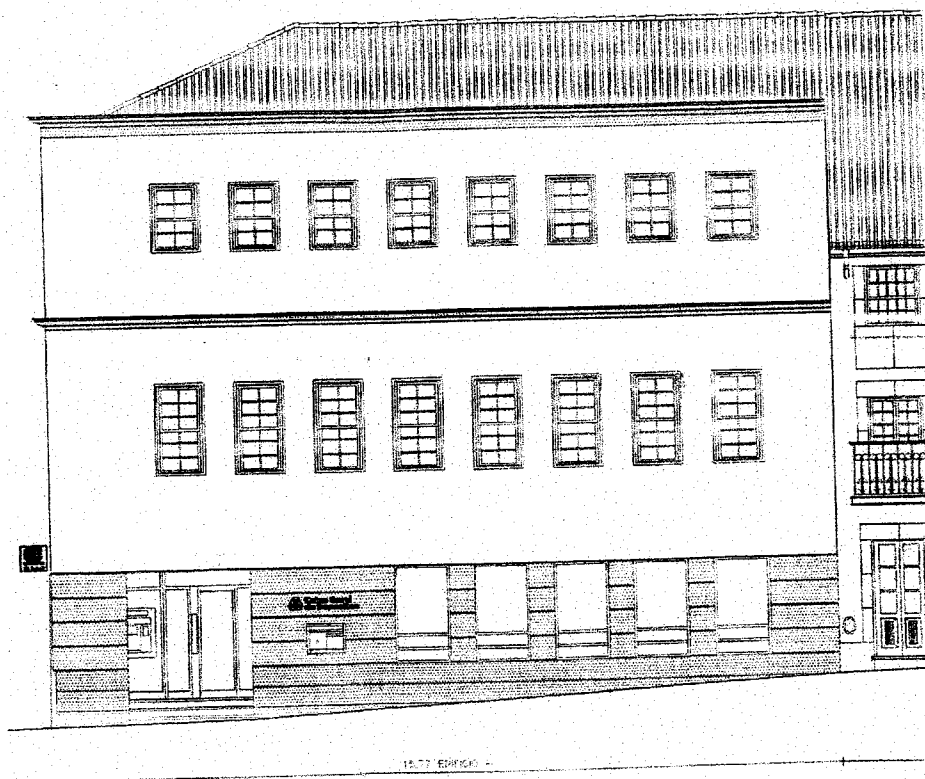
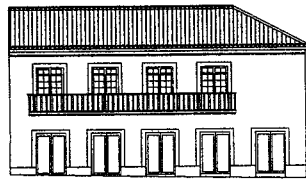
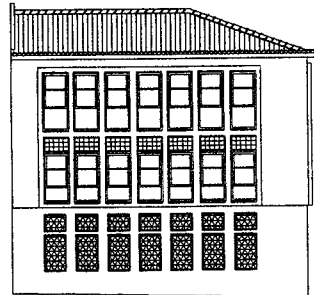


Fig. 219. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Desenho publicado no Diário Insular de 3 de Dezembro de 1999 com a legenda :” PROJECTO (QUASE) DEFINITIVO para mudar a fachada da Caixa em Angra” (*Fac-simile* facultado pela CGD).

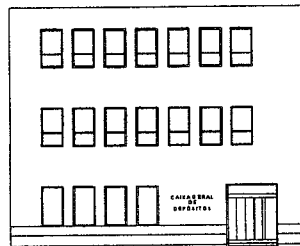


séc. XVII

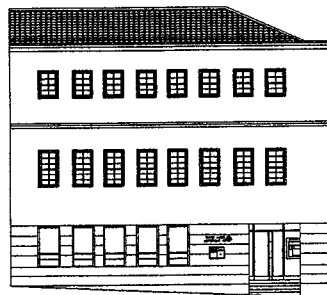


1958

Imóvel profundamente dissonante a remodelar



1986



1999

0 5 mt

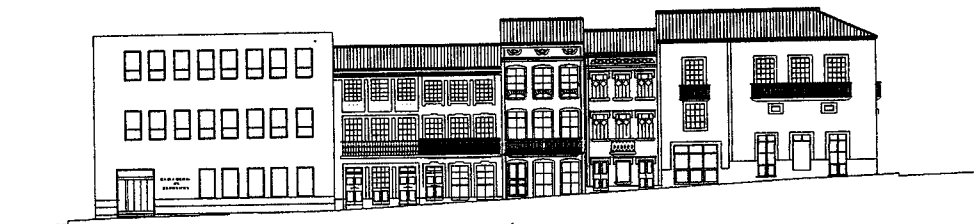
Fig. 220. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (desenhos do autor).



PRIMITIVO



INTERMÉDIO

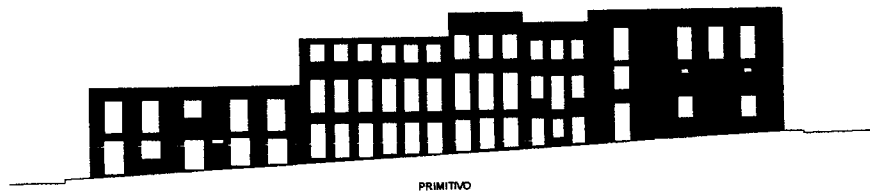


INTERMÉDIO

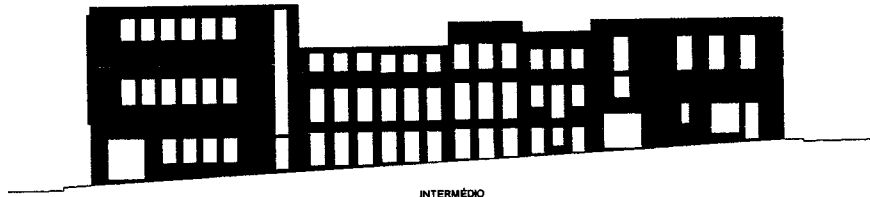


ACTUAL

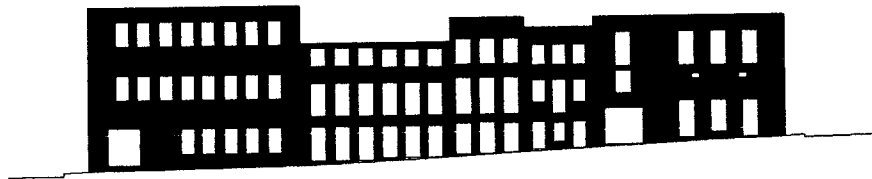
Fig. 221. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica no conjunto (desenhos do autor).



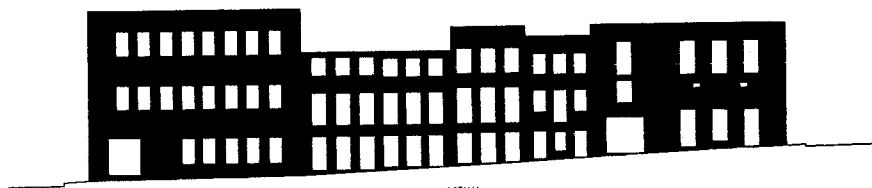
PRIMITIVO



INTERMÉDIO



INTERMÉDIO



ACTUAL

Fig. 222. Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica no conjunto.

3.1.3 Da Praça às Covas

As intervenções arquitectónicas efectuadas na cidade de Angra do século XX concentraram-se essencialmente na Praça Velha, Rua da Sé e Largo do Alto das Covas.

Foi na Praça Velha e no quarteirão anexo da Rua da Sé, onde se verificou maior número de intervenções arquitectónicas ao longo daquele século. Provavelmente, por este espaço - no fundo do vale , protegido dos ventos e no "caminho direito" para o porto - ter sido o local de implantação do primeiro edifício da Câmara, ao qual ter-se-lhe-á seguido a construção dos edifícios mais importantes da cidade.

Não foi por acaso que no século XVIII, a Casa do Conde de Vila Flor, se implantou de modo a que das suas varandas se desfrutasse, simultaneamente, a vista sobre a Praça Velha e Rua Direita, aberta para o porto.

A vocação adquirida por estes espaços, manteve-se ao longo de todo o século XX, originando a concentração dos mais importantes edifícios públicos (figs. 223 a 227).

Figuras das páginas seguintes:

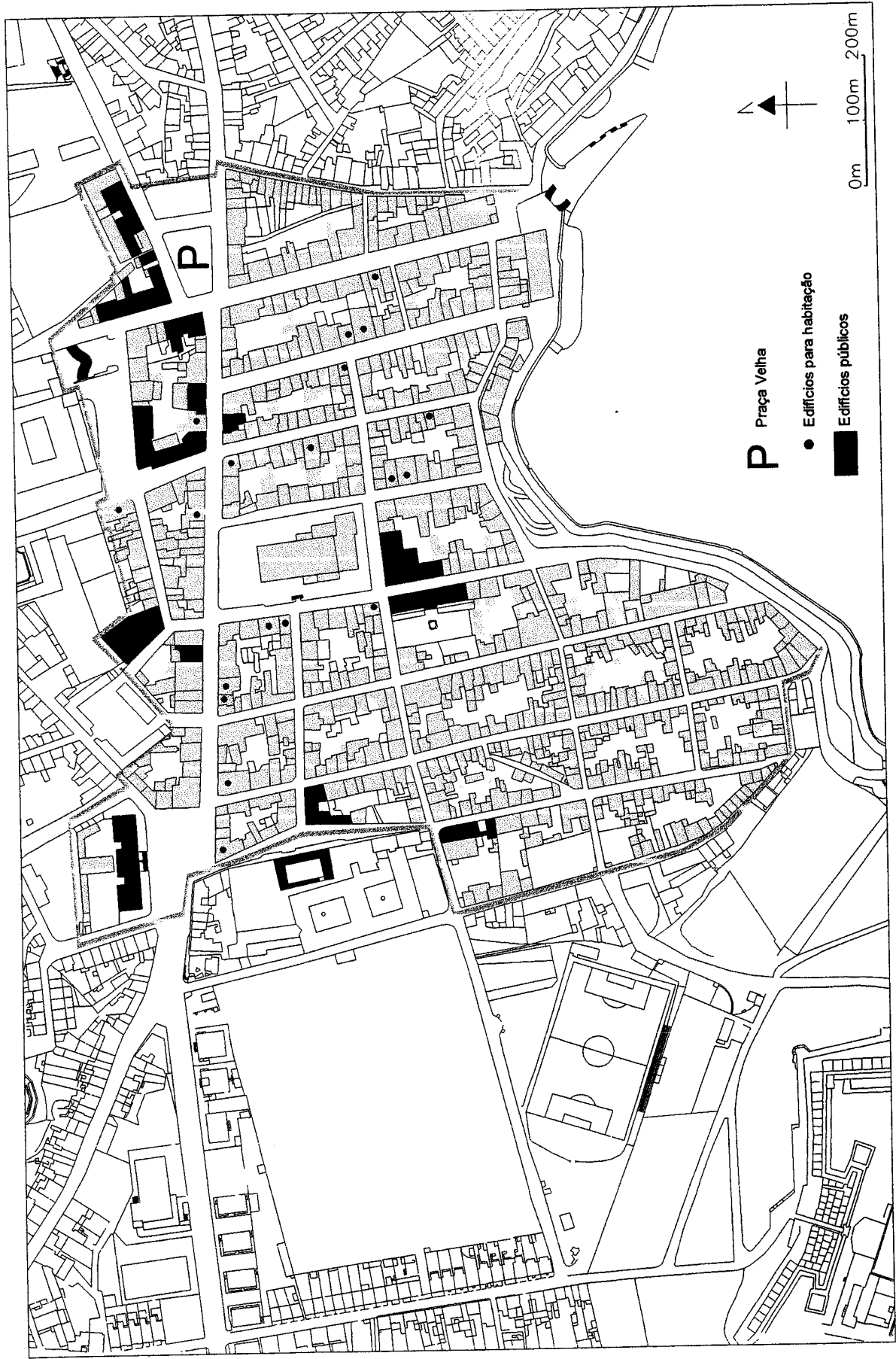
Fig. 223. Cidade de Angra do Heroísmo. Intervenções arquitectónicas no Século XX.

Fig. 224. Da Praça às Covas. Praça Velha em Angra do Heroísmo. Evolução do conjunto dos alçados dos edifícios (reconstituição do autor).

Fig. 225. Da Praça às Covas. Rua da Sé em Angra do Heroísmo (alçado sul). Evolução do conjunto dos alçados dos edifícios (reconstituição do autor).

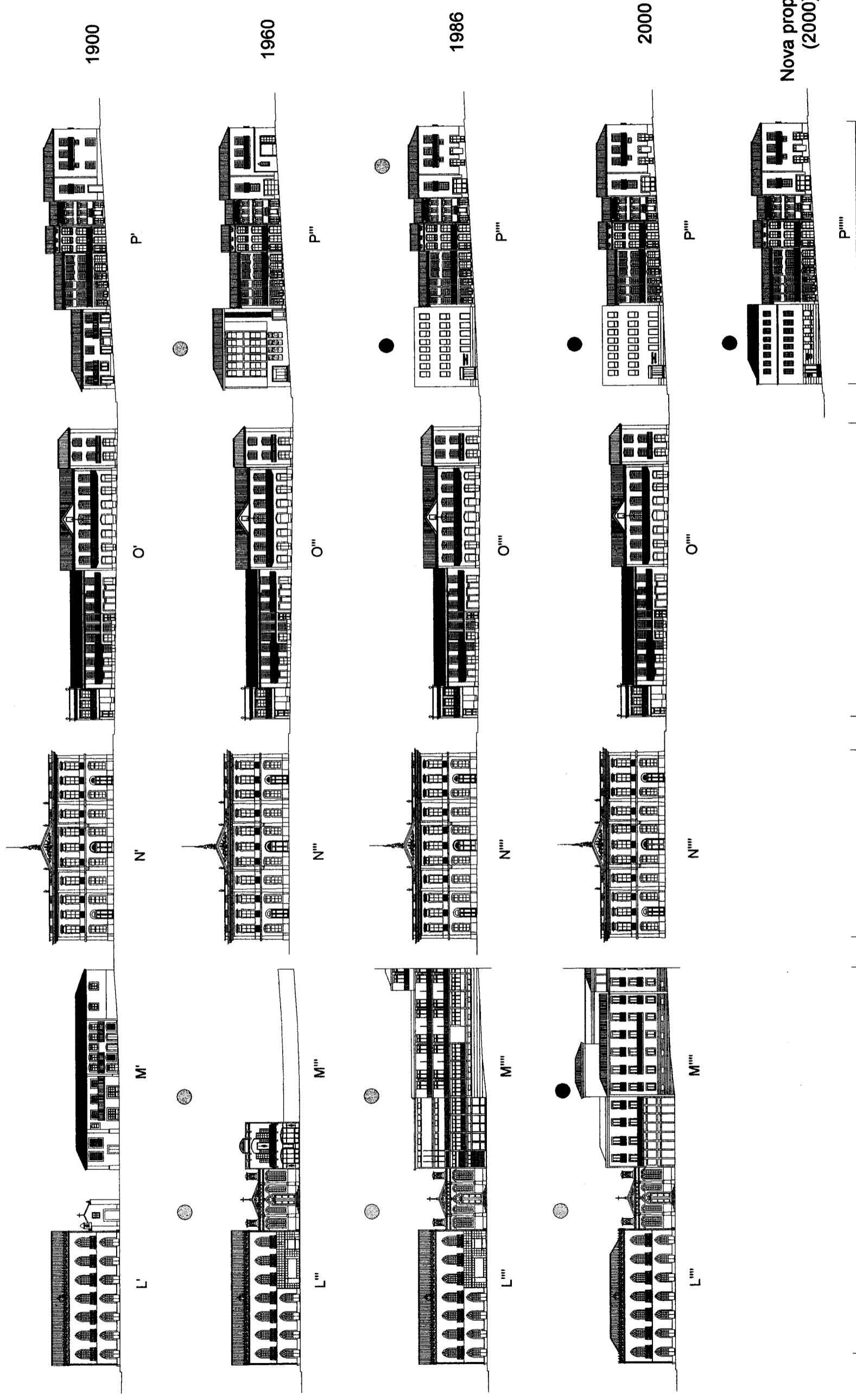
Fig. 226. Da Praça às Covas. Rua da Sé em Angra do Heroísmo (alçado norte). Evolução do conjunto dos alçados dos edifícios (reconstituição do autor).

Fig. 227. Da Praça às Covas. Alto das Covas em Angra do Heroísmo (alçado norte). Evolução do alçado do edifício (reconstituição do autor).



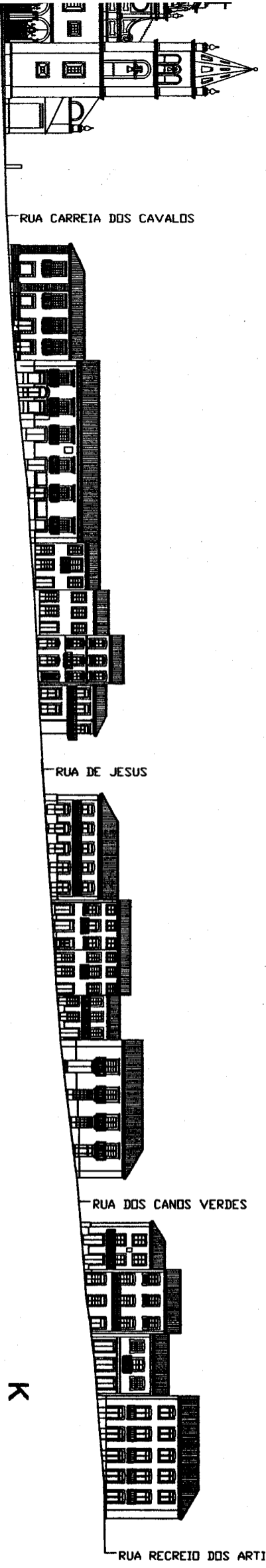
DA PRAÇA ÀS COVAS

Praça Velha

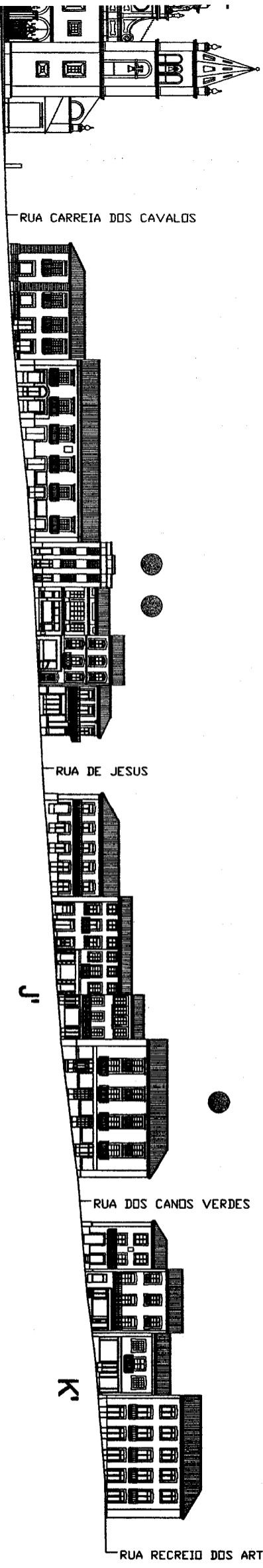


DA PRAÇA ÀS COVAS

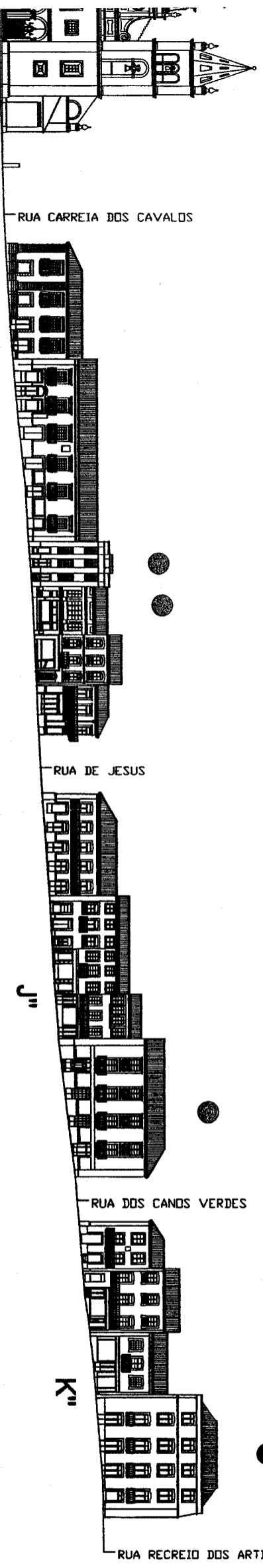
Rua da Sé (alçado sul)



1900



1960

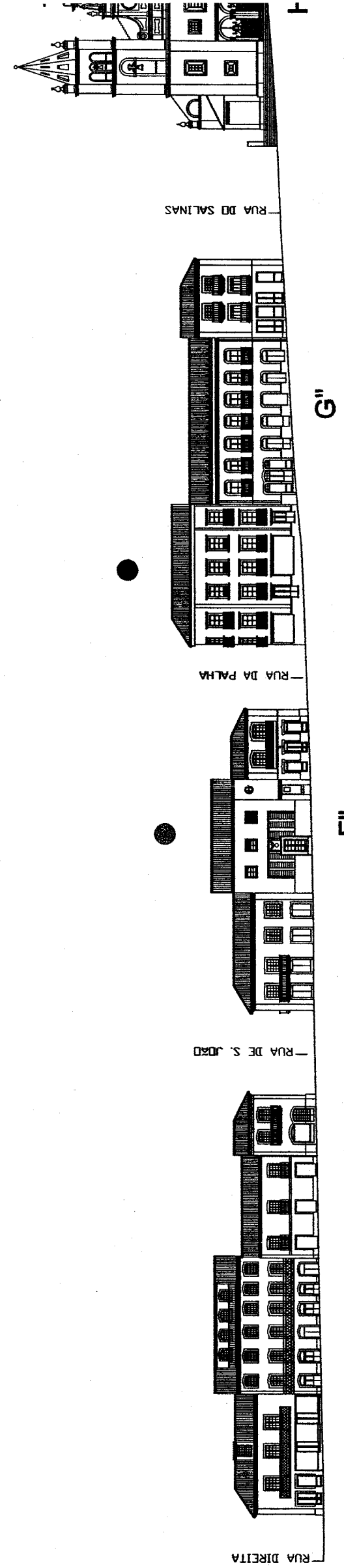
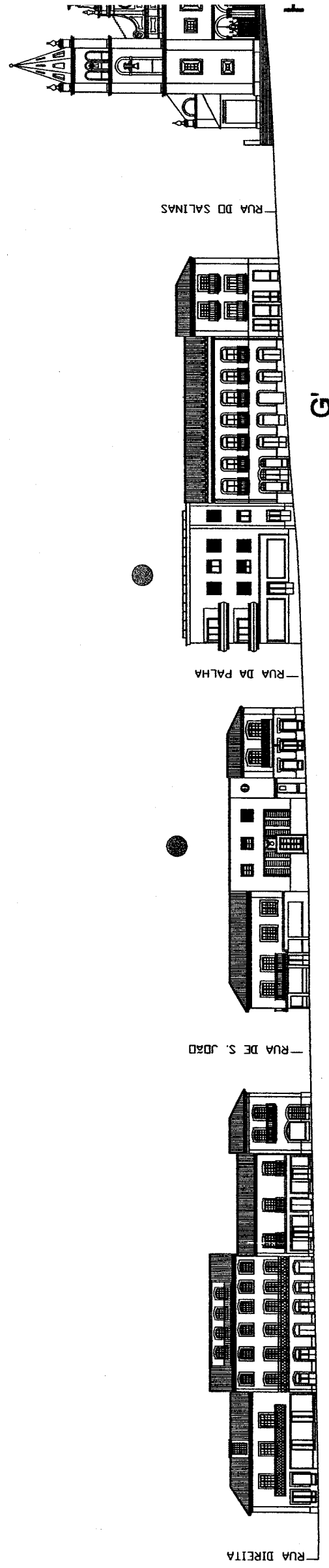
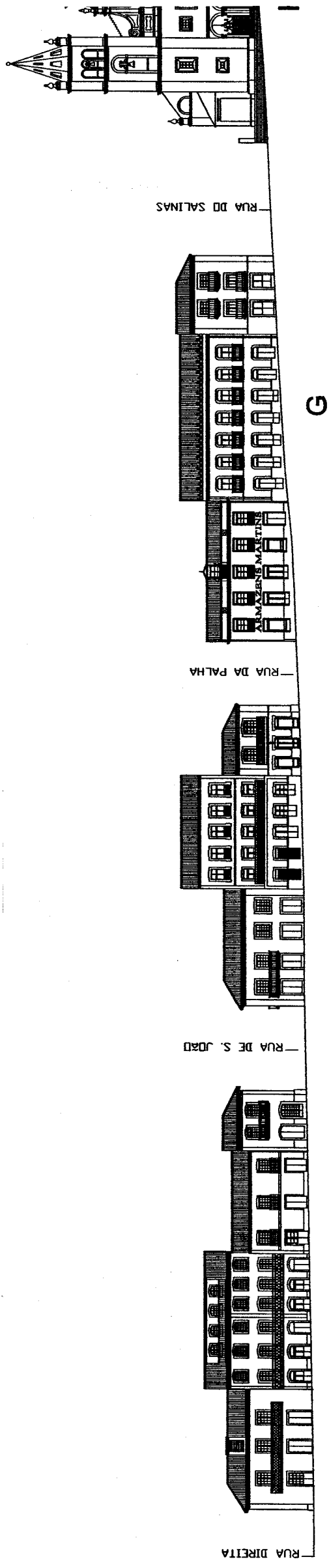


2000

- Edifícios do século XX
- Intervenções pós sismo

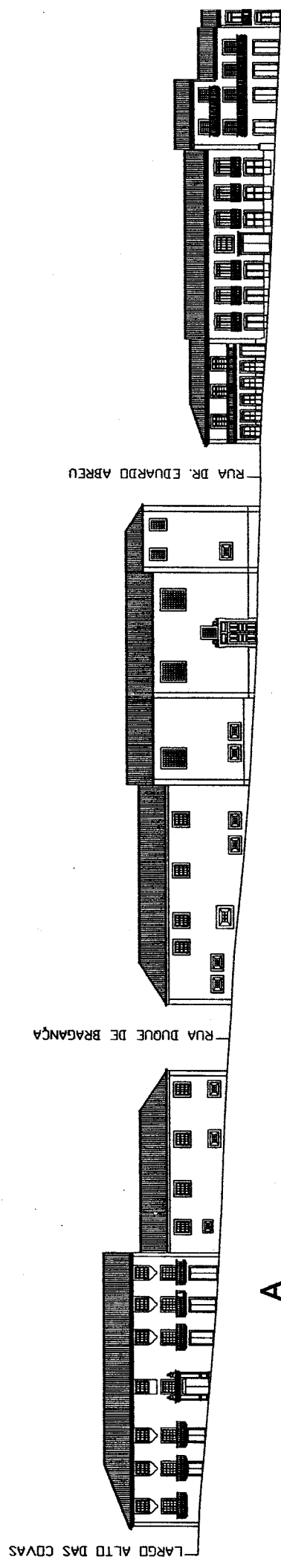
0m

50m

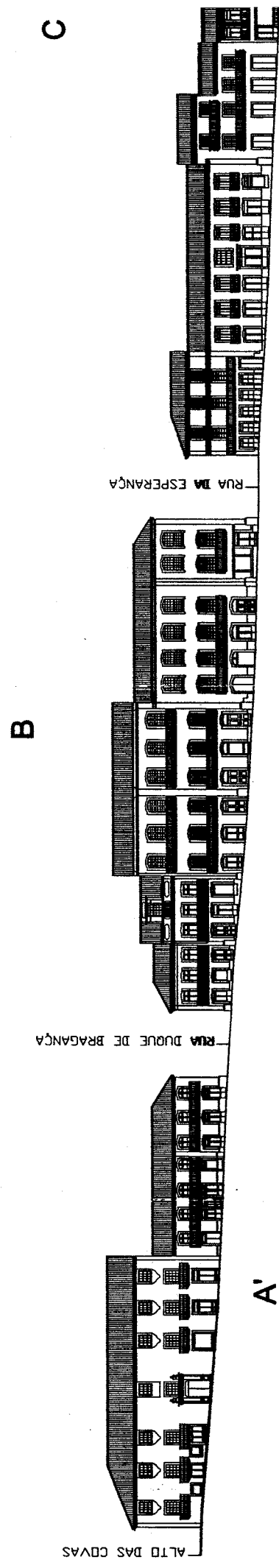


DA PRA

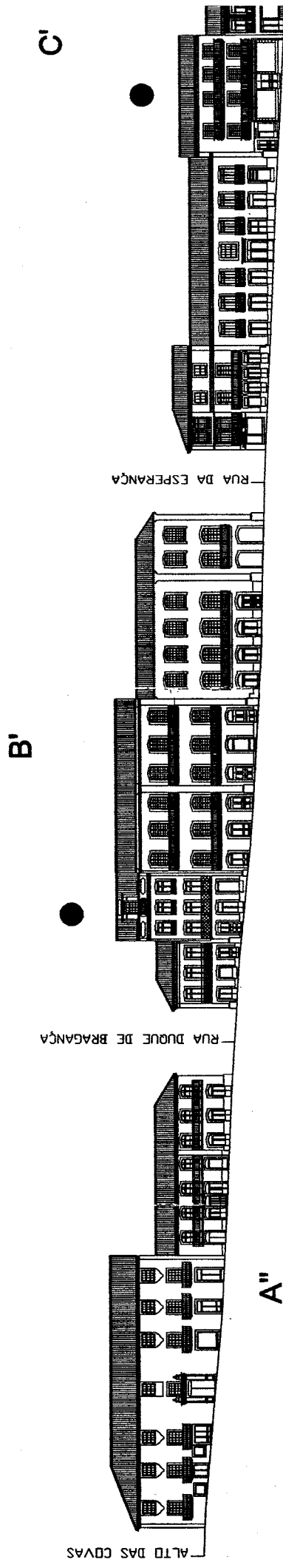
RUA DA



A



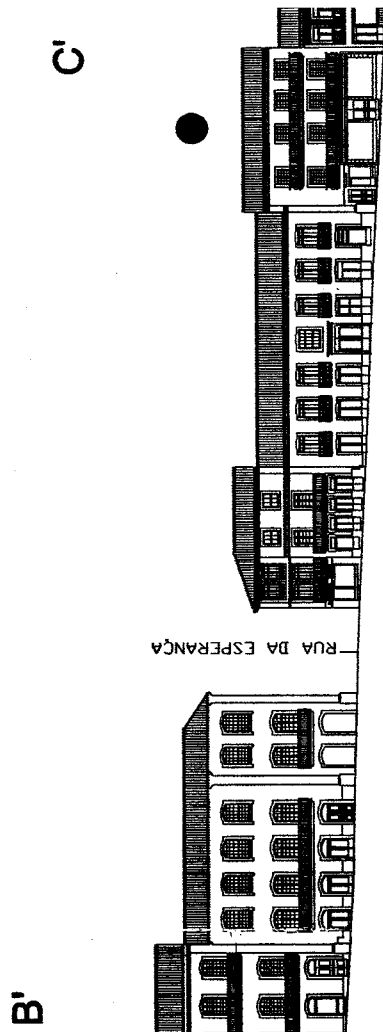
A'



A''



B



B'

B''

C

● Edifícios do século XX

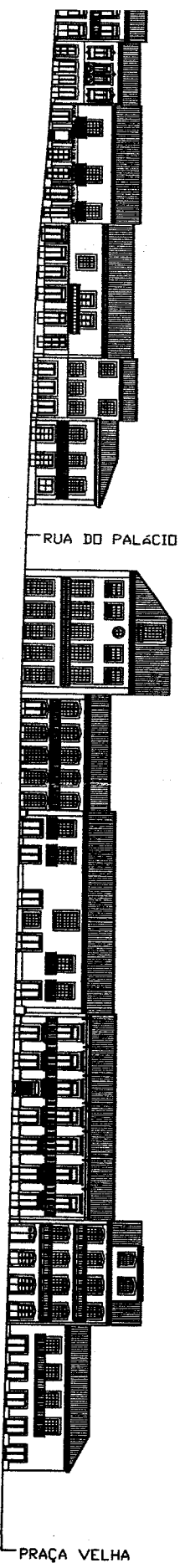
● Intervenções pós sismo

0m

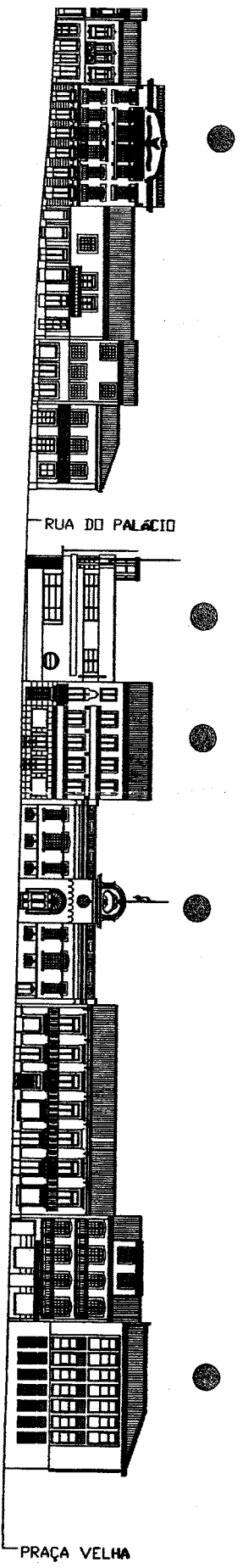
50 m

ÇA AS COVAS

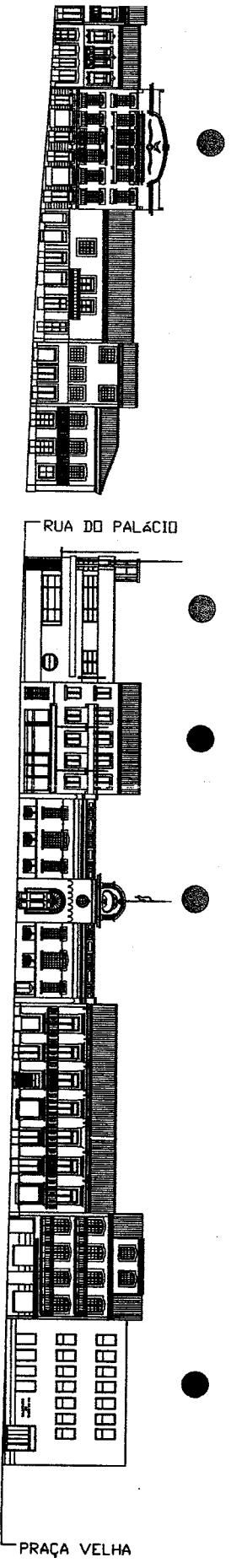
SE (alçado norte)



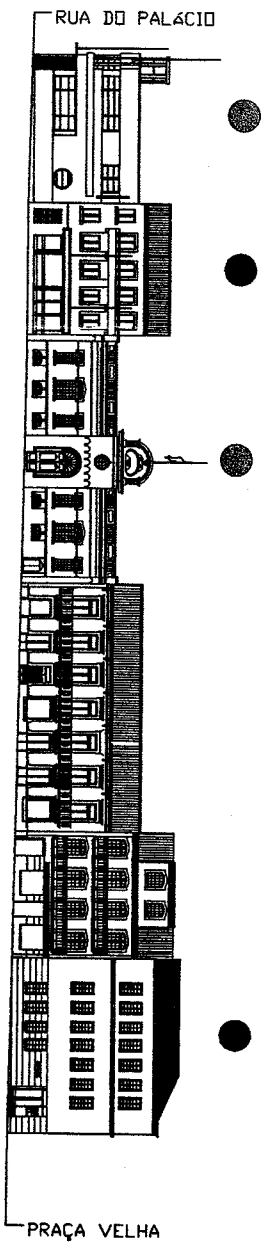
1900



1960



2000



Nova proposta (2000)

D''

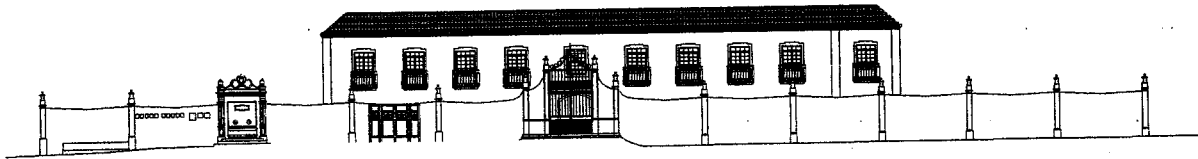
D''

D'

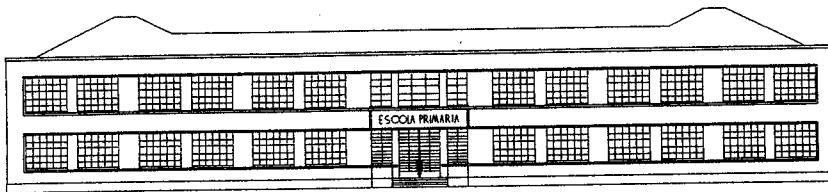
D

DA PRAÇA ÀS COVAS

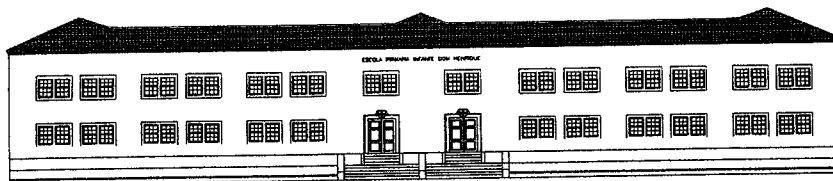
Alto das Covas



séc.XVII



1940



1957

0m 10m

3.2 INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NA CIDADE NO DECURSO DO SÉCULO XX

No decorrer do século XX, a evolução urbanístico-arquitectónica de Angra foi alvo de algumas ameaças de destruição inerentes a algumas propostas de intervenção que, felizmente, não chegaram a concretizar-se.

Essas ameaças surgiram com o Ante-Plano de Urbanização da Cidade, de 1946, da responsabilidade da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do M.O.P.C. que propunha, entre outras coisas, a destruição de alguns quarteirões da zona central de Angra.

Embora o referido Ante-Plano não tivesse sido plenamente implementado, a malha quinhentista angrense acabou por ser afectada por algumas das intervenções urbanísticas concretizadas, nomeadamente pela abertura e alteração de praças e largos.

Foi o que se verificou com a criação do Largo Prior do Crato, à custa da demolição do Colégio dos Estudos da Companhia de Jesus (4 da fig.11.), com a abertura da Praça Dr. Sousa Júnior, após a demolição da Cadeia Velha (antigo convento São Sebastião) (7 da fig.11.) e com a "urbanização" do Alto das Covas, após a demolição do Convento da Graça e respectivo muro da cerca (1 da fig. 11.).

As intervenções urbanísticas de maior dimensão, como a abertura da Avenida Tenente Coronel José Agostinho e a construção dos bairros das Avenidas Novas, de Santa Luzia, do Lameirinho e da Terra Chã, por terem ocorrido fora dos limites do tecido urbano histórico (respectivamente a oriente e a ocidente), em nada o afectaram (1 e 8 da fig. 12).

Assim, a malha ortogonal da zona central da cidade, devido às poucas e irrelevantes intervenções sofridas no decurso do século XX, corresponde, ainda nos nossos dias, àquela que Linschoten conheceu e registou na já referida Carta de 1595 (fig. 8).

Para o estudo da imagem da Cidade de Angra do Heroísmo ao longo do século XX, recorreremos à Planta da Cidade de 1905 (fig. 9.), ao Ante-Plano da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização de Lisboa, elaborado em 1946 (figs. 228A, 228B, 228C.) e ao levantamento aerofotogramétrico da cidade de 1980 (ver planta anexa à introdução).

Este material permite-nos três amostragens temporais desse século, em períodos relativamente equidistantes (1905, 1946, e anos de 1980).

3.2.1. A Planta da cidade de 1905

Comparando a Carta de Linschoten (fig. 8) com esta Planta da Cidade de 1905²⁴² (fig. 9.), verificamos que o desenho da cidade, estruturado nos seus quarteirões ortogonais, se manteve praticamente sem alteração significativa.

Verifica-se também que os quarteirões tão característicos do centro da cidade de 1905 não estavam ainda completamente fechados por construções e que os seus logradouros se encontravam ocupados por hortas.

Confrontando os dois registos gráficos da cidade, constata-se, em ambos, a presença da Ribeira dos Moínhos, que passava junto do monumento a D. Pedro IV (o Castelo na Carta de 1595) e junto dos moínhos situados no Outeiro, na Rua da Garoupinha, e na Rua de Santo Espírito, antes de desaguar na baía.

Esta Ribeira dos Moínhos que, em 1905, ainda corria em grande parte a céu aberto, foi, posteriormente, coberta em toda a sua extensão.

Apesar da correspondência existente entre as duas imagens da cidade, no que concerne aos quarteirões e à rede viária, a Planta de 1905 regista algumas alterações urbanísticas ocorridas no último quartel do século XIX, como a abertura do Mercado Duque de Bragança, na antiga cerca do Convento da Esperança (1832), e o encerramento da Travessa da Saúde, do lado da Praça Velha (1884).

Depreende-se, pela legenda da referida Planta, que as ruas principais estavam empedradas e que as ruas secundárias, as praças e os largos estavam "macadamizados".

No que respeita aos edifícios mais significativos da urbe angrése, constata-se que, nesta data, ainda estavam de pé alguns edifícios hoje desaparecidos como o Colégio dos Estudos dos Jesuítas, o Convento da Graça, o Convento de São Sebastião (na altura Cadeia Civil), o antigo edifício da Guarda Fiscal e o do Palácio de Santa Luzia.

Relativamente a novas construções, a Planta de 1905 não regista nada de significativo, exceptuando os edifícios do Mercado D. Maria Pia e o da Cozinha Económica.

²⁴² Esta planta, à escala de 1:2000, foi executada pelo Tenente de Infantaria Francisco de Lacerda e Oliveira para a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

3.2.2. O Ante-Plano de Urbanização de 1946

As primeiras intervenções urbanísticas de novecentos, que afectaram parcialmente o traçado quinhentista de Angra, ocorreram nas décadas de 20 e de 30 e consistiram na criação do Largo Prior do Crato (1928), à custa da demolição do Colégio dos Estudos dos Jesuítas e na construção da Escola Infante D. Henrique (1937), à custa da demolição do Convento da Graça.

Em finais de 40, apesar de serem poucas as alterações no que respeitava ao traçado das ruas, verificavam-se alterações nos quarteirões, que já se apresentavam fechados com construções e com os seus logradouros muito reduzidos pelas ampliações e anexos construídos.

O Ante-Plano de Urbanização da Cidade²⁴³, surgido em 1946 (figs. 228A, 228B e 228C), reconhecia a correspondência entre o traçado existente e o traçado quinhentista desenhado por Linschoten, ao afirmar que a cidade "(...) no seu conjunto tem a conformação e ocupa o mesmo volume que há algumas centenas de anos. Os seus belos edifícios, monumentos e ruas são dessa época (...)." ²⁴⁴

O referido Ante-Plano considerava, ainda, que a fisionomia da cidade reflectia a sua importância passada, possuindo um apreciável número de bons edifícios, embora poucos deles tivessem grande valor arquitectónico.

E, a propósito dos edifícios onde se encontravam os serviços públicos, afirmava que "(...) o Governo Civil, os Corpos Administrativos, de Coordenação Económica, repartições públicas, crédito, força pública, etc (...)", se encontravam instalados em "(...) antigos palácios, ou conventos (...) na maior parte dos casos edifícios muito antigos de conservação muito difícil, onerosa e mesmo inconveniente (...)" ²⁴⁵ e cujo interesse arquitectónico era "muito duvidoso".

Da vistoria feita aos edifícios em questão, concluía-se que "(...) exceptuando a Câmara Municipal e o Governo Civil todos os outros serviços administrativos, da força pública, alfândega, etc, estão instalados em condições deficientíssimas." ²⁴⁶

Relativamente à Câmara Municipal, que se encontrava instalada num "(...) bom edifício construído há pouco menos de 100 anos (...)", mas

²⁴³ Este *Ante-Plano de Urbanização de Angra do Heroísmo*, foi da responsabilidade da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do MOPC.

²⁴⁴ *Ante-Plano de Urbanização de Angra do Heroísmo* (exemplar dactilografado) Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, MOPC, Lisboa, 1946, p.4 .

²⁴⁵ Idem, p. 40

²⁴⁶ Idem, p. 41



que já necessitava de ampliar as suas instalações, propunha-se a construção de um anexo em continuidade com o existente.

Quanto ao Governo Civil, "(...) instalado no antigo Colégio dos Jesuítas construído no século XVII (...) edifício de grande volume mas de arquitectura muito modesta (...) as instalações carecem de profundas remodelações (...)".²⁴⁷

Quanto à Junta Geral do Distrito, funcionava num edifício bem localizado (antigo Paço Episcopal) mas "(...) sem o menor interesse arquitectónico (...) "²⁴⁸, e que não oferecia quaisquer condições para a função que desempenhava.

A Alfândega, a Guarda Fiscal e a Cadeia eram os serviços públicos com piores instalações : a primeira encontrava-se " (...) num grande casarão com aproximadamente 100 anos, de aspecto detestável (...) ", a segunda estava num edifício que não podia ser aproveitado e a terceira funcionava " (...) num edifício absolutamente impróprio e arruinado (...) "²⁴⁹ (antigo Convento de São Sebastião).

Face à situação de degradação dos edifícios onde funcionavam os diversos serviços públicos angrenses, o Ante-Plano recomendava a sua reinstalação em novos edifícios que, para o efeito, deveriam ser construídos.

Afim de propor soluções para os diversos problemas urbanos, o Ante-Plano de 1946 fez um estudo minucioso da cidade que compreendia as suas características climáticas e topográficas, a organização económico-social, a evolução demográfica, a caracterização dos quarteirões e das habitações angrenses, etc.

Da análise feita às diversas actividades económicas, completada com uma planta com a sua distribuição no espaço urbano (fig. 228A), verificamos que, tal como na actualidade, o comércio de utilização diária se situava nas zonas que servia, enquanto o comércio de utilização não diária se concentrava na Rua da Sé.

Analisando as organizações de assistência existentes na cidade, o Ante-Plano considerava o Recolhimento de S. Gonçalo como uma excepção num conjunto de instituições tidas como satisfatórias. E porque esse Recolhimento que albergava pobres do sexo feminino, estava "(...) instalado num velho convento muito arruinado e que não [oferecia] as mínimas condições de higiene nem segurança (...) ", o referido Ante-Plano previa "(...) a sua demolição e a utilização do terreno para uma escola primária (...) "²⁵⁰

Quanto aos quarteirões da cidade, referia o citado documento que alguns "(...) podem considerar-se em muito más condições de salubridade

²⁴⁷ *Ibidem*

²⁴⁸ *Idem*, p. 42

²⁴⁹ *Idem*, p. 43

²⁵⁰ *Idem*, p. 113

em consequência dos respectivos terrenos privados terem sido ocupados por construções excedendo a densidade permitida, obstruindo o indispensável acesso do sol e o fácil deslocamento do ar (...) ²⁵¹” (fig. 228B)

Quanto às habitações, poucas dispunham das condições mínimas de habitabilidade, devido à exiguidade de superfície, à insuficiência de pés direitos, ao pequeno número e de reduzidas dimensões dos vãos, etc. Muito poucas “(...) dispõem de instalações sanitárias que normalmente são substituídas por uma barraca de madeira junto da *estrumeira* geralmente existentes no exíguo terreno privado (...) [sendo estes terrenos] utilizados para a criação de galinhas (...) porcos (...) e até (...) vacas e animais de trabalho (...) ²⁵²”

No seu conjunto, essas habitações mal iluminadas, mal arejadas e, conseqüentemente, insalubres, formavam as referidas “manchas de tugúrios” (fig. 228C) que degradavam os quarteirões centrais da cidade, razão pela qual se recomendava a sua demolição.

A eliminação de algumas dessas “manchas” não só contribuiria para “(...) melhorar as condições de salubridade da cidade (...)”, como também disponibilizaria terrenos necessários para a construção dos futuros edifícios públicos, uma vez que estes “(...) pela sua própria natureza e suas relações com o público são obrigados a uma situação central (...) ²⁵³”.

Mas, se a zona central da cidade era apontada como a localização ideal para os futuros edifícios públicos, o Ante-Plano não deixava de sugerir outra solução para a sua construção : a realização de um aterro na zona da baía, entre a Alfândega e o Jardim Corte Real, o qual deveria ficar “(...) até à cota do arruamento marginal (...) ²⁵⁴”.

Essa solução oferecia várias vantagens sobre a primeira, sendo uma delas a de “(...) permitir melhorar (...) o enquadramento da baía pois é absolutamente lamentável o aspecto que as construções existentes oferecem tanto pela disposição anárquica como pela qualidade da arquitectura e estado de conservação (...) ²⁵⁵”.

Tendo, pois, como principal objectivo a melhoria das condições de salubridade e, dum modo geral, a melhoria das condições de vida urbana, o Ante-Plano de Urbanização de 1946 apontou um conjunto de soluções que, a serem realizadas, alterariam consideravelmente a malha quinhentista de Angra do Heroísmo e condenariam alguns dos seus edifícios históricos.

Dentre as soluções apontadas, destacavam-se : a supressão da Ribeira dos Moínhos (apontada como a principal causa de insalubridade);

²⁵¹ Idem, p. 66

²⁵² Idem, p. 59

²⁵³ Idem, pp. 44-45

²⁵⁴ Idem, p. 45

²⁵⁵ Idem, p. 47

a demolição de algumas “manchas de tugúrios” dos quarteirões centrais; a construção de um aterro na baía e a construção de “(...) dois pequenos jardins (...) um no terreno (...) ocupado pela cadeia²⁵⁶ (antigo Convento de São Sebastião), outro entre a escola da extensão prevista em S. Pedro e a Rua do Dr. Sidónio Pais (...)”²⁵⁷; e a demolição do Convento de São Gonçalo, hoje monumento nacional²⁵⁸.

O Ante-Plano de Urbanização traduzia, perfeitamente, a filosofia praticada na época que, por razões de salubridade, defendia a demolição, nas zonas antigas, de conjuntos de construções não eruditas para, no seu lugar, se construíssem grandes edifícios modernos (normalmente destinados a serviços públicos) ou para se criarem espaços abertos e *arejados* como praças, largos e parques.

Verifica-se, pela consulta dos periódicos da época, que as soluções propostas no citado Ante-Plano, mereceram diversos aplausos por parte dos angrenses.

Assim, o *Diário Insular*, nas suas edições de 3 e de 9 de Outubro de 1947, publicou um artigo intitulado “Notícias e discussão do ante plano de urbanização de Angra”. Na última data referida, afirmava o articulista que “(...) O edifício de S. Gonçalo é condenado e muito bem. A par do aspecto absolutamente decadente que apresenta, nada nele há que seja digno de menção a não ser a Igreja (...) Achávamos preferível o local para um pequeno parque ou para a construção de casas (...)”

O mesmo *Diário Insular*, na sua edição de 25 de Novembro de 1947, publicou um artigo intitulado “Num ambiente elevado e de calma discussão decorreu o exame particular de diversos pontos controversos do Plano de Urbanização de Angra”, em que se afirmava que “(...) Algumas pessoas que mais interesse têm demonstrado pelo Plano (...) reuniram-se na (...) Câmara Municipal (...) a fim de exporem objecções ao Arquitecto, sr. Fernando Queiroz Mesquita (...)”.

Ainda segundo o mesmo artigo, as objecções levantadas afectaram o “(...) traçado da Avenida da Pedreira, a localização dos novos bairros (...), a demolição do velho convento de S. Gonçalo (...), a futura função do edifício da Graça, a manutenção do edifício da Alfândega (...), [e] o hotel (...)”

²⁵⁶ Hoje construído com o nome de Praça Dr. Sousa Júnior

²⁵⁷ *Idem*, p.82 .

²⁵⁸ A sua classificação como monumento nacional foi feita pelo Decreto nº 516/71, de 22 de Dezembro.

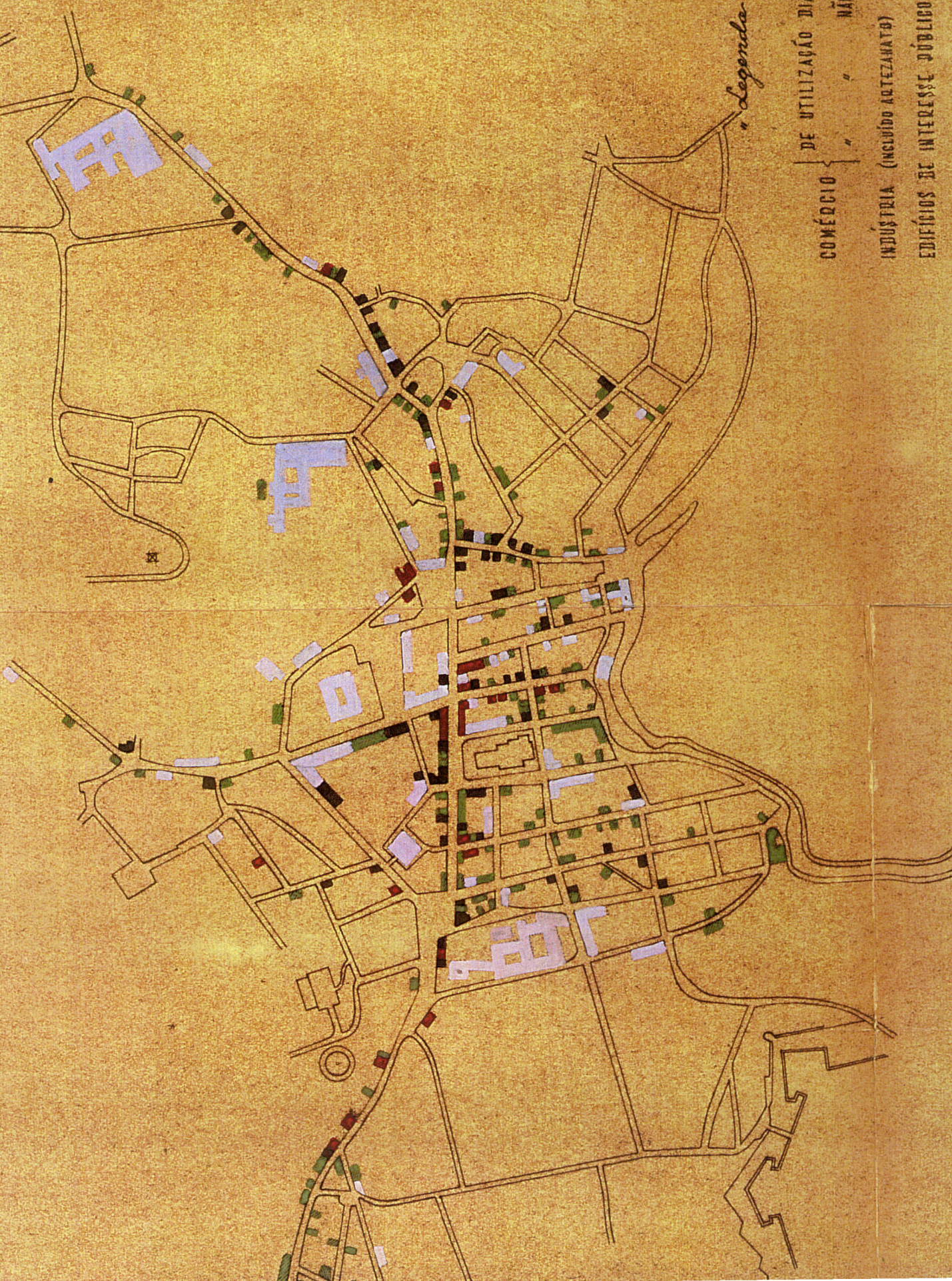
Figuras das páginas seguintes

Figs. 228. Cidade de Angra do Heroísmo , Ante Plano de Urbanização de Angra do Heroísmo (Direcção Geral dos Serviços de Urbanização M.O. P. C.).

Fig. 228A. Distribuição do comércio , industria e edificios de interesse público. – Escala: 1/6000

Fig. 228B . Distribuição das construções , segundo o número de pavimentos. – Escala: 1/6000





Fig. 228C. Distribuição de algumas áreas insalubres. – Escala: 1/6000



"Legenda"

- | | |
|--|--------------------------------|
| | DE UTILIZAÇÃO DIÁRIA |
| | COMÉRCIO |
| | INDÚSTRIA (INCLUÍDO AÇEZARADO) |
| | EDIFÍCIOS DE INTERESSE PÚBLICO |
- | | |
|--|------------|
| | NÃO DIÁRIA |
|--|------------|

Legenda

-  R/C. E ÁGUA-FORTAL
-  R/C. E 1º ANDAR
-  R/C., 1º E 2º ANDAR
-  R/C., 1º, 2º E 3º AN



Legenda

FORTEMENTE INSALUBRI E INFERIORI

INSALUBRI



3.2.3. Levantamento aero-fotogramétrico de 1980

Para a análise urbana da cidade de Angra do Heroísmo a partir de 1980, recorreremos ao levantamento aero-fotogramétrico desse ano (ver planta anexa à introdução) que, pela sua comparação com as cartas do Ante-Plano de 1946, nos permitiu confirmar (para além da demolição do muro sul da cerca da Igreja da Sé, que diluiu a imagem da rua como elemento estruturante e de uma maior densidade construtiva dos quarteirões) a manutenção geral do tecido, na zona central da cidade.

As únicas intervenções significativas entretanto verificadas – a abertura da Avenida Tenente Coronel José Agostinho e a construção dos bairros das Avenidas Novas, de São Pedro, de Santa Luzia, do Lameirinho e da Terra Chã - localizam-se fora da área de estudo, e mesmo, da Zona Central da Cidade definida no Decreto-Legislativo Regional n.º 18/84/A, pelo que não foram consideradas.

3.2.4. Intervenções urbanísticas efectivamente realizadas

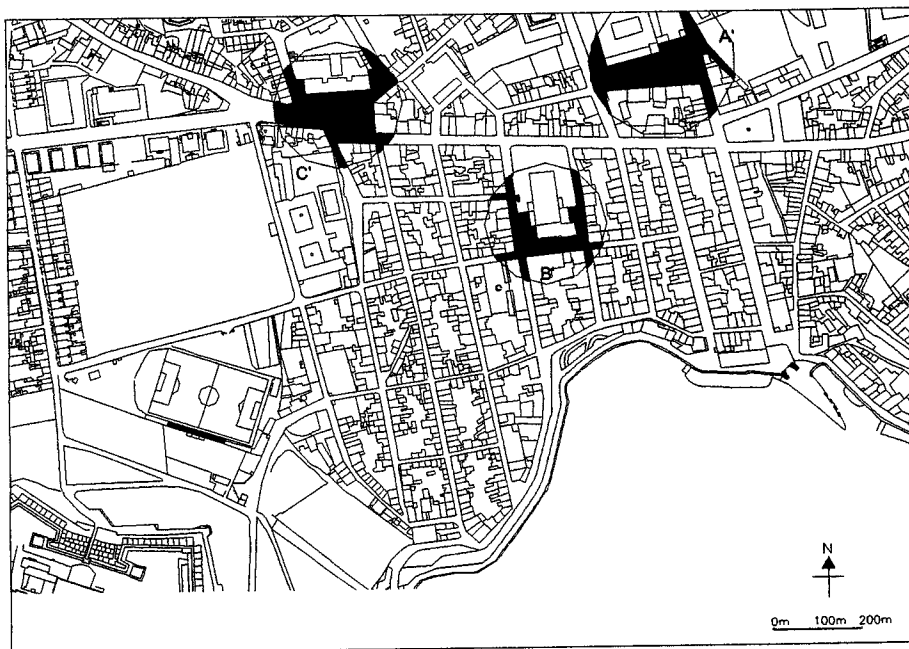
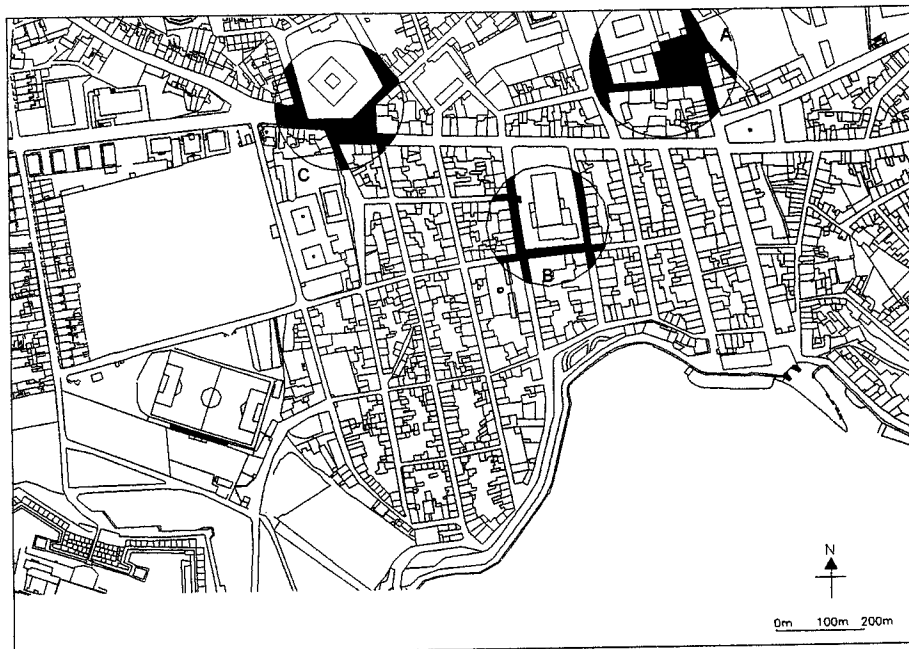


Fig 229. Angra do Heroísmo. Intervenções urbanísticas efectivamente realizadas no século XX.
A e A' - Largo do Prior do Crato
B e B' - Largo do Alto das Covas
C e C' - Traseiras da Igreja da Sé

3.2.4.1. Largo Prior do Crato, 1941

O Largo do Prior do Crato foi ocupado até ao ano de 1940, na sua maior parte, pelo edifício do Colégio dos Estudos da Companhia de Jesus, construído em 1678 e convertido, posteriormente, em Academia Militar e Tribunal (figs. 230 e 231).

O Colégio Jesuíta pela sua implantação e pelos muros altos dos seus jardins, alinhados pelas casas da Rua da Esperança, dava continuidade a esta rua, tal como podemos confirmar pela “Planimetria e nivelamento da Cidade D’Angra” (à escala 1:2000), trabalho realizado pelo Tenente de Infantaria Francisco de Lacerda e Oliveira para a Câmara Municipal de Angra, em 1905 (fig. 232).

Em 1848, foi transferido para o Largo do Colégio o “mercado de galinhas”, que funcionara, até então, no lado norte da Praça Velha, frente à antiga Casa do Corpo da Guarda²⁵⁹.

Na sequência de tal transferência, pensou-se criar ali um mercado permanente, sendo, por isso, realizados um levantamento do Largo existente e um projecto para a praça que aí iria funcionar.

Pelo levantamento realizado, verificamos que a escadaria de acesso à Igreja diferia da actual escadaria, pois avançava até ao nível da rua, na continuação das casas e do Colégio dos Estudos da Companhia de Jesus (fig.233).

Segundo o projecto apresentado (nunca construído), naquela mesma data, para uma praça de mercado, a escadaria monumental seria substituída por uma escadaria mais pequena lateral, mas o muro da Praça voltado para a rua da Esperança continuaria nivelado com a fachada do Colégio de Estudos (fig.234).

Quer isto dizer que, até 1848, a rua, entendida como elemento estruturante do espaço urbano, continuou respeitada.

Pela planta da Cidade de Angra de 1905, verificamos que, nessa altura, o edifício do Colégio dos Estudos da Companhia de Jesus ainda existia, mas a escadaria de acesso ao largo da igreja fora recuada relativamente ao alinhamento da rua, para dar lugar a um reduzido Largo do Prior do Crato (fig. 232).

Em 1941, numa iniciativa, característica da época, de alargar ruas e abrir largos por razões de salubridade, o edifício do Colégio dos Estudos da Companhia de Jesus, assim como o muro alto que encerrava o jardim, foram demolidos para dar lugar ao actual amplo Largo do Prior do Crato, segundo projecto da autoria do mestre Maduro Dias (fig. 235).

²⁵⁹ Ver texto referente ao Hotel de Angra

Assim, após a demolição daquele edifício e do muro alto, o primitivo Largo do Prior do Crato, até então limitado ao espaço fronteiriço à igreja, ampliou-se em toda a frente do quarteirão (figs. 236 e 237).

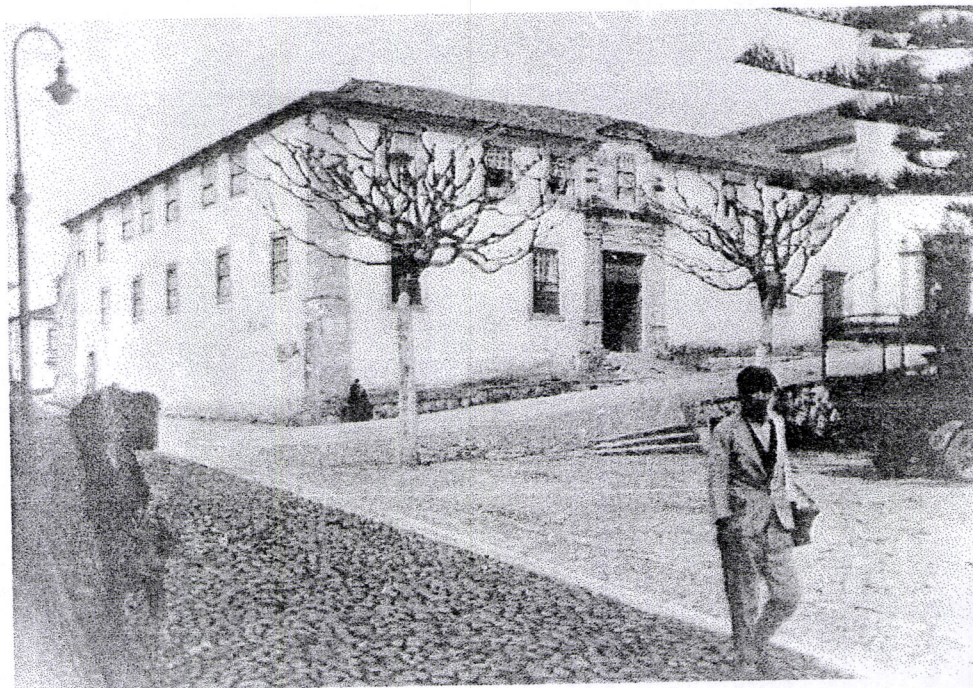


Fig. 230. Largo Prior do Crato, em Angra do Heroísmo. Edifício do Colégio dos Jesuítas. (fotografia dos primeiros anos do século XX).

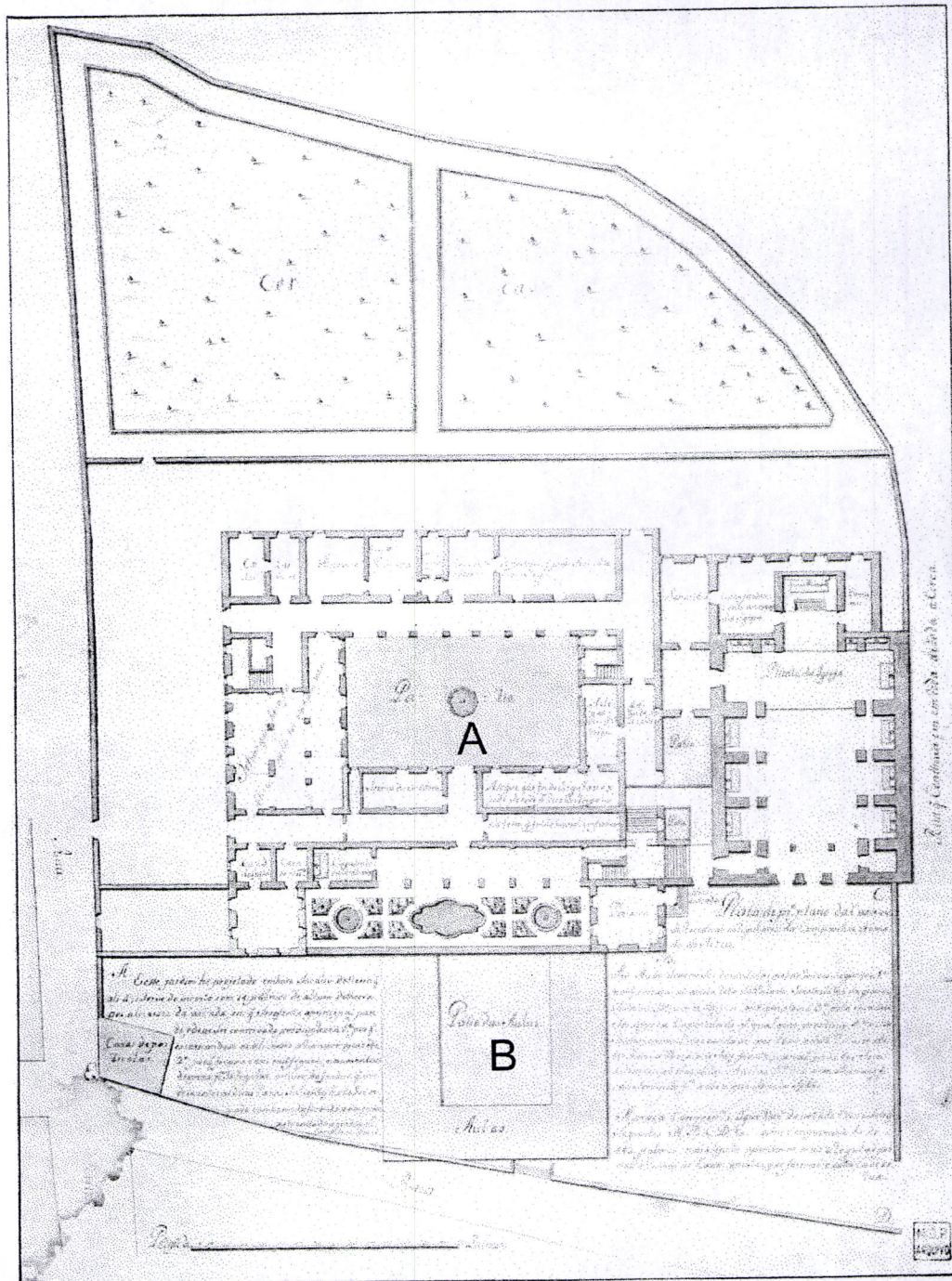


Fig. 231 Largo do Prior do Crato, em Angra do Heroísmo. (século XVIII)
 A- Edifício do Palácio dos Capitães Gerais; B- Colégio dos Jesuítas.

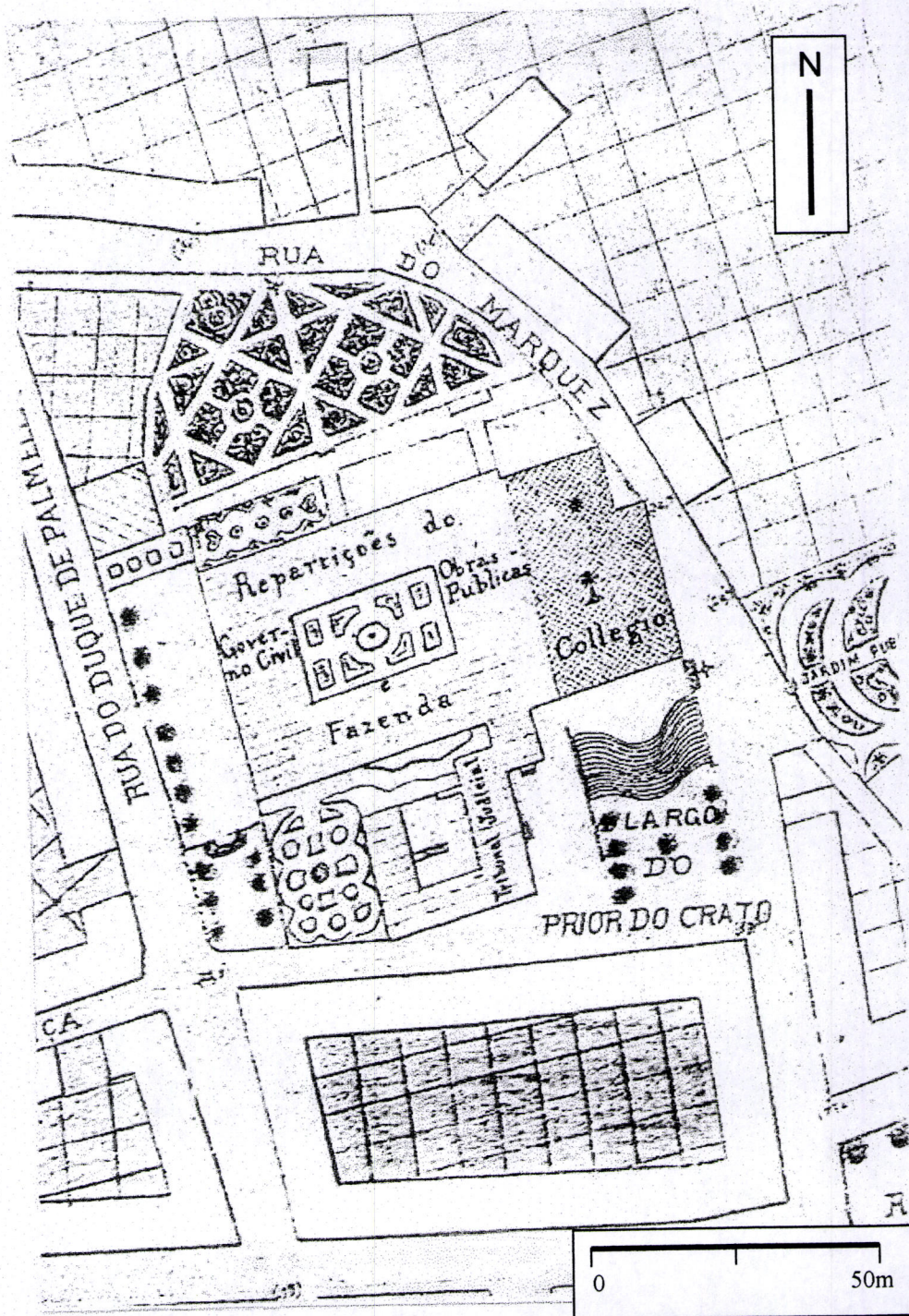


Fig. 232. Largo do Prior do Crato, em Angra do Heroísmo. Planta de 1905. Pormenor que mostra a escadaria actual da Igreja do Colégio.

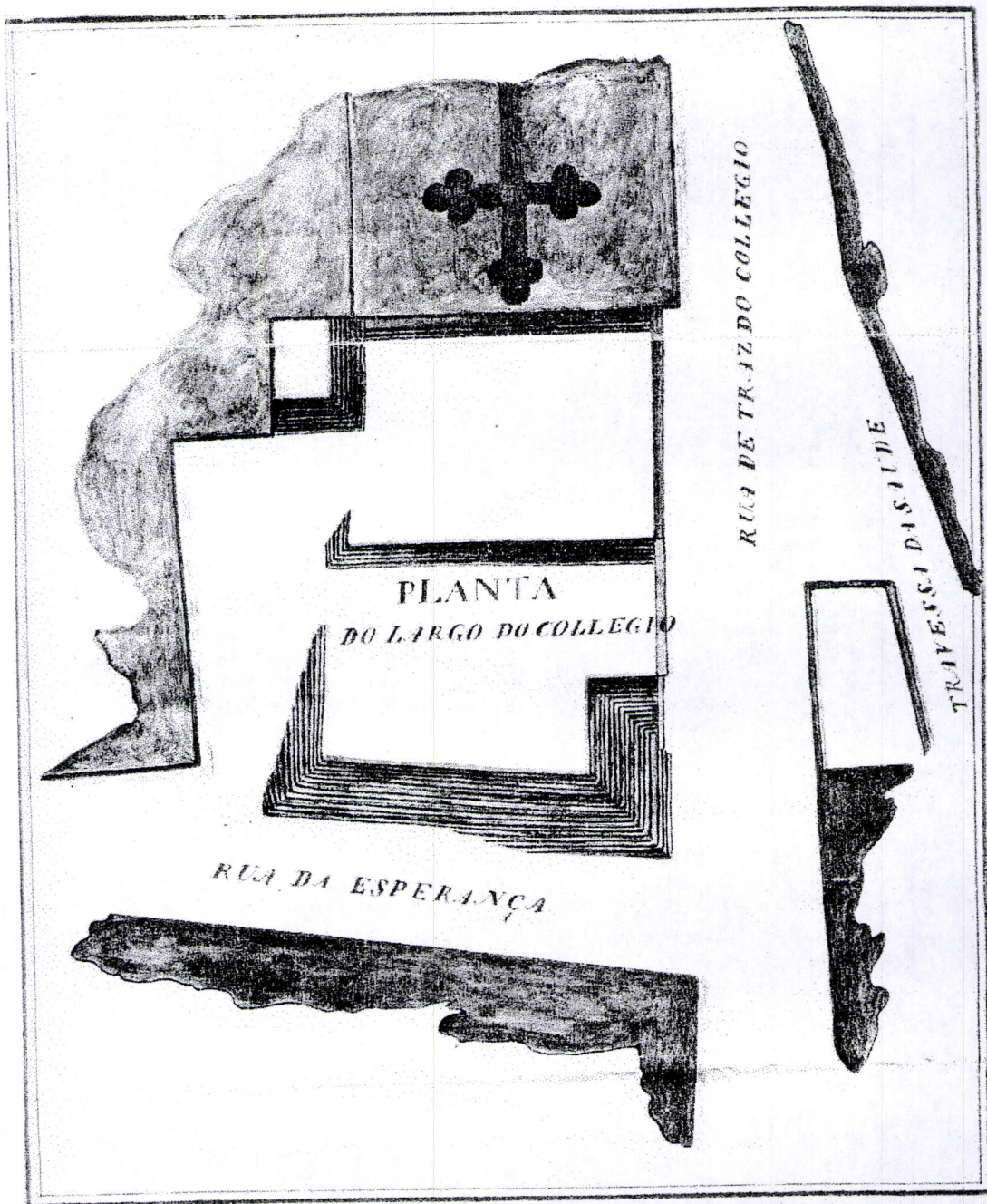


Fig. 233. Largo do Prior do Crato, em Angra do Heroísmo. Planta do Largo do Colégio em 1848 .

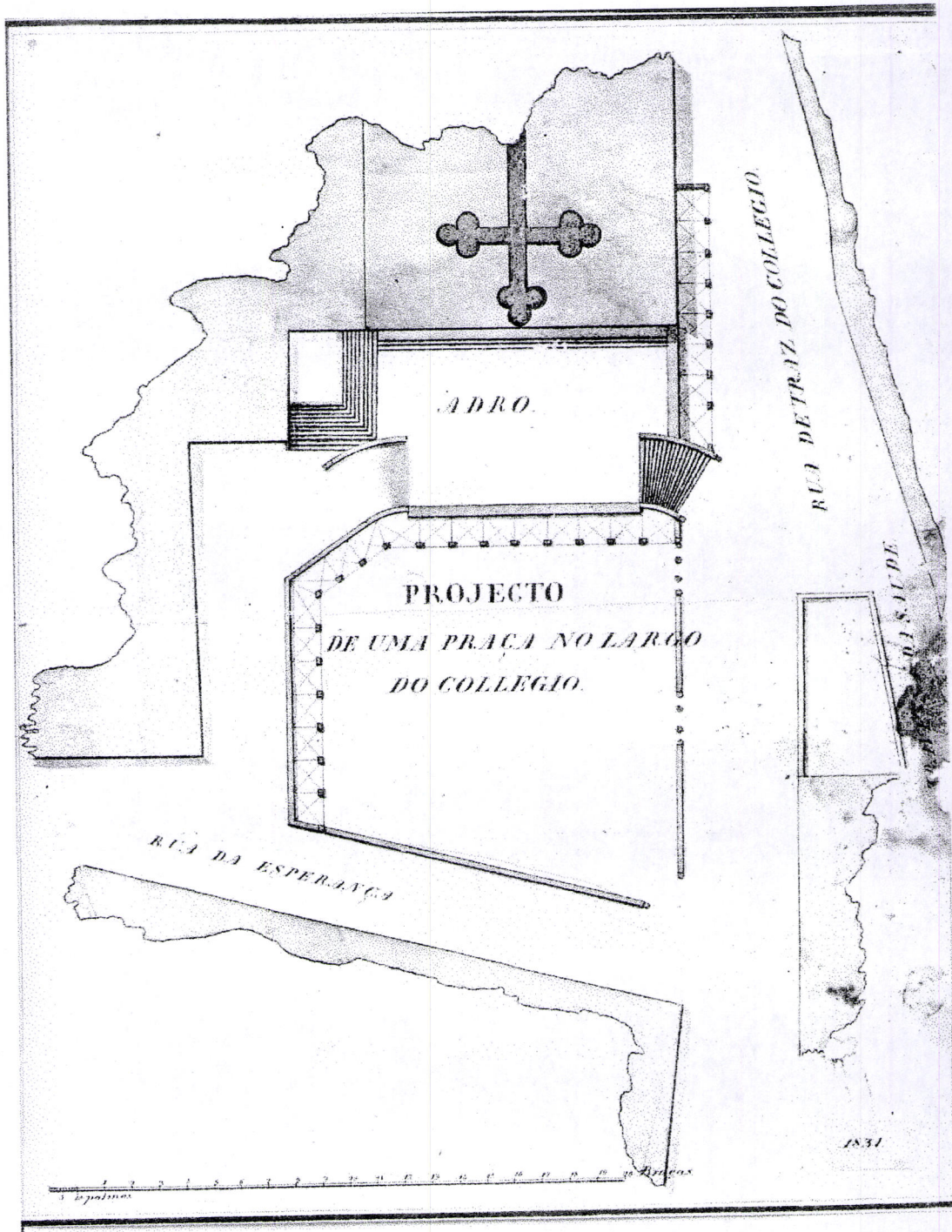


Fig. 234. Largo do Prior do Crato, em Angra do Heroísmo. Projecto de 1848, para uma praça no Largo do Colégio.

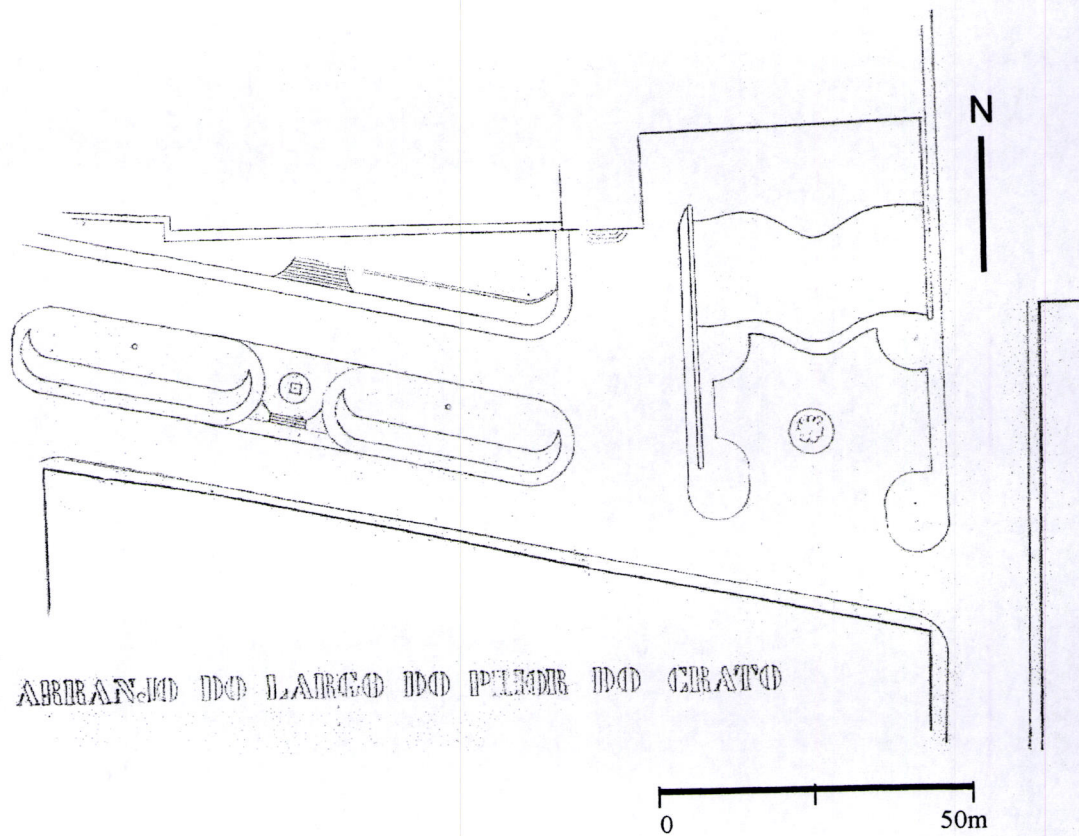


Fig. 235. Largo do Prior do Crato, em Angra do Heroísmo. Projecto da autoria do escultor Maduro Dias. (desenho de c. 1930)

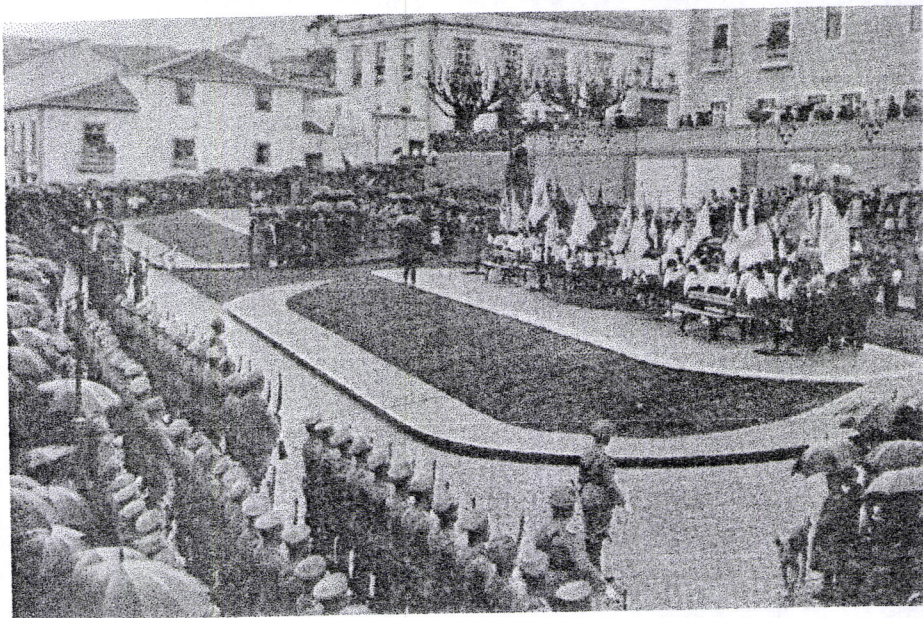


Fig. 236. Largo do Prior do Crato, em Angra do Heroísmo. Inauguração (fotografia de 1941).

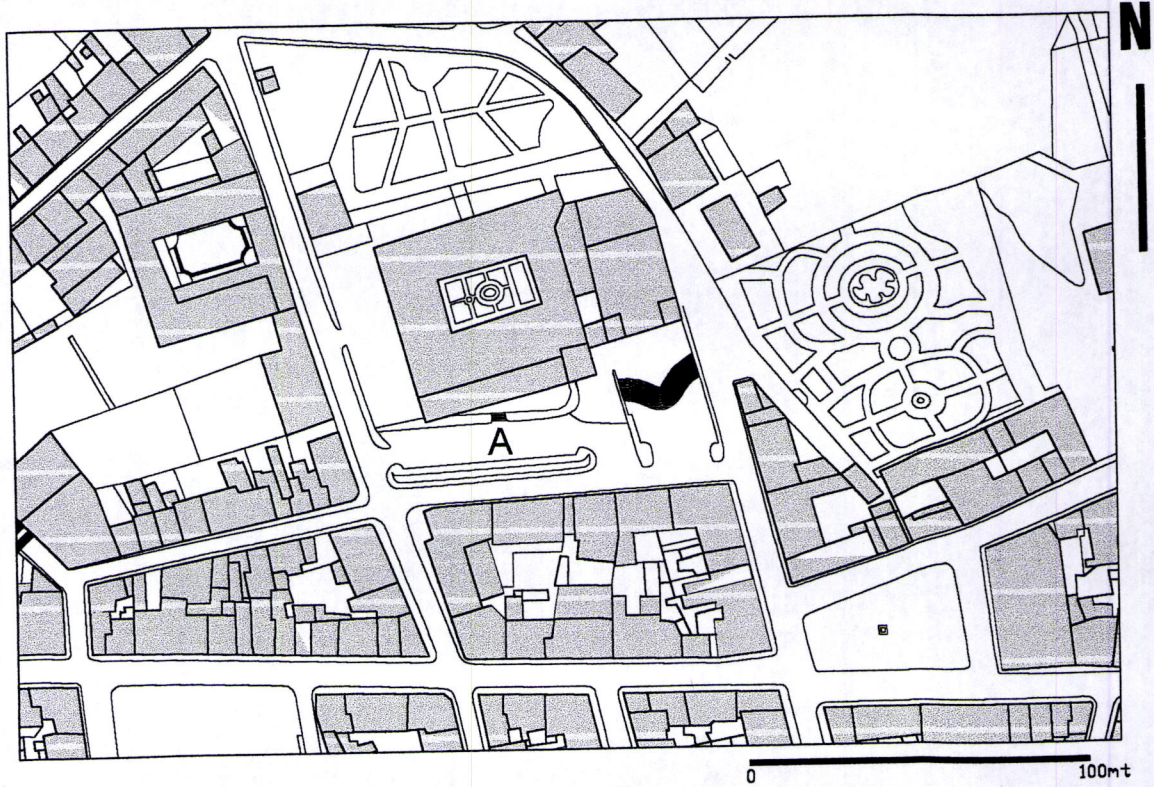


Fig. 237. Largo do Prior do Crato, em Angra do Heroísmo. Planta de 1980. Pormenor.
A- Largo do Prior do Crato.

3.2.4.2. Praça Velha, 1930

Embora tendo sido sempre o principal centro cívico angrense, a Praça Velha não teve, durante grande parte do seu percurso evolutivo, nem as dimensões nem o formato que possui actualmente.

Foi inicialmente um charco que se alargava para o actual Largo Prior do Crato e, drenado pelos primeiros povoadores, converteu-se num largo, à volta do qual se construíram a primeira Câmara e as casas mais importantes do povoado.

Tomando como referência a célebre carta de Linschoten (1595), verificamos que a Praça Velha era, em finais de Quinhentos, um terreiro de forma irregular, lajeado lateralmente e apresentando no seu lado oriental as primitivas Casas da Câmara (fig. 238).

Atrás do edifício da Câmara, como se observa na referida carta, ficava o edifício da cadeia e, entre eles, uma travessa que ligava a Rua do Galo à Ladeira dos Frades (actual Ladeira de S. Francisco).

Muito arruinado pelo sismo de 1608, o primitivo edifício camarário foi, em 1611, substituído por um novo edifício.

A nova Câmara (fig. 239), "(...) era uma casa ampla com rés-do-chão onde instalaram as várias *enxovias*, que substituíram a cadeia demolida, e um andar nobre destinado a sala de audiências dos corregedores e juizes de fora (ângulo setentrional), sala das sessões do Senado (ângulo meridional) e demais gabinetes para os funcionários administrativos. Dois chafarizes ladeavam as escadarias largas que conduziam à varanda alpendrada do corpo central acima do qual se erguia uma torre quadrangular, ostentando o relógio (...) e o sino (...) Nos baixos era a casa do Carcereiro. No extremo N. era o açougue."²⁶⁰

Uma vez que o novo edifício camarário incluía as *enxovias*, a antiga cadeia desapareceu, desaparecendo igualmente a travessa em que aquela estivera localizada.

Na mesma época em que se construía a nova Câmara, prolongou-se a Ladeira dos Frades até ao convento de São Francisco (que assim ficou ligado à Praça) e alargou-se a Praça para sul, graças à demolição de uns casebres aí existentes.

²⁶⁰ LOPES, FREDERICO, *Da Praça às Covas, memórias de uma velha rua*, ed. do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1971, p. 35

Por volta de 1641, a Câmara adquiriu “humas boas casas no canto da praça e nellas armarão hum corpo de guarda (...)”²⁶¹ e, junto a essa Casa do Corpo da Guarda, foi instalado o “mercado das galinhas”, o que contribuiu para o movimento e animação da Praça²⁶² (fig.240).

A Casa do Corpo da Guarda confrontava, no seu lado nascente, com a Ermida de Nossa Senhora da Saúde e a Travessa da Saúde, a qual se manteve aberta à Praça até 1884, ou seja, até à construção da nova Ermida de Nossa Senhora da Saúde.

A fachada alargada da nova Ermida, fechando a antiga Travessa, criou, naturalmente, uma nova imagem ao lado norte da Praça Velha.

Em 1849, o edifício camarário seiscentista foi substituído pelo actual edifício, de influência neoclássica, segundo um projecto elaborado na cidade do Porto por Joaquim da Costa Lima Júnior (fig. 242).

Nos anos 1930, o chão da Praça Velha foi empedrado com um desenho da autoria do mestre Maduro Dias, inspirado no desenho das colchas regionais (fig.243).

No ano de 1951 as velhas e frondosas árvores da Praça Velha foram derrubadas por ordem da Câmara Municipal, pelo facto de, segundo a Câmara, serem um convite à preguiça dos angrenses, que se sentavam nos bancos, existentes sob as suas copas.

Apesar de nesta altura não serem habituais manifestações de desagrado da parte dos angrenses, este acontecimento levantou muita polémica.

²⁶¹ LOPES, FREDERICO, *ob. cit.*, p. 342

²⁶² Ver o texto referente ao Hotel de Angra, que apresenta texto relativo à Câmara, à Casa do Corpo da Guarda, à Ermida de Nossa Senhora da Saúde, etc.

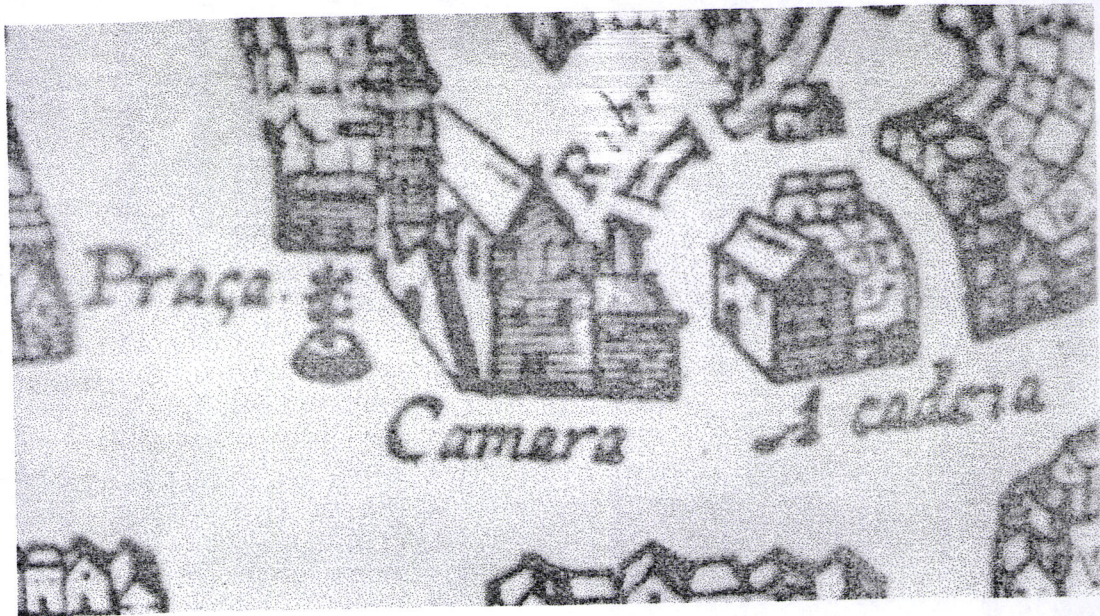


Fig. 238. Praça Velha, em Angra do Heroísmo. O Terreiro da Praça, segundo o desenho de Jan Huygen van Linschoten de 1595.

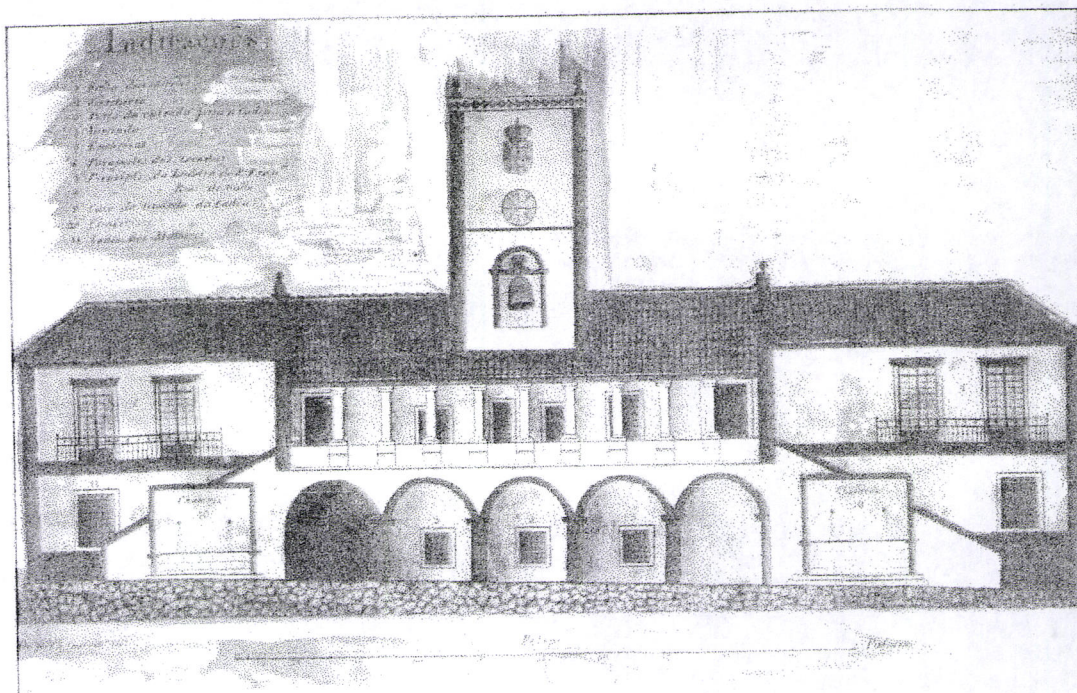


Fig. 239. Praça Velha, em Angra do Heroísmo. Edifício da Câmara construído no século XVII.

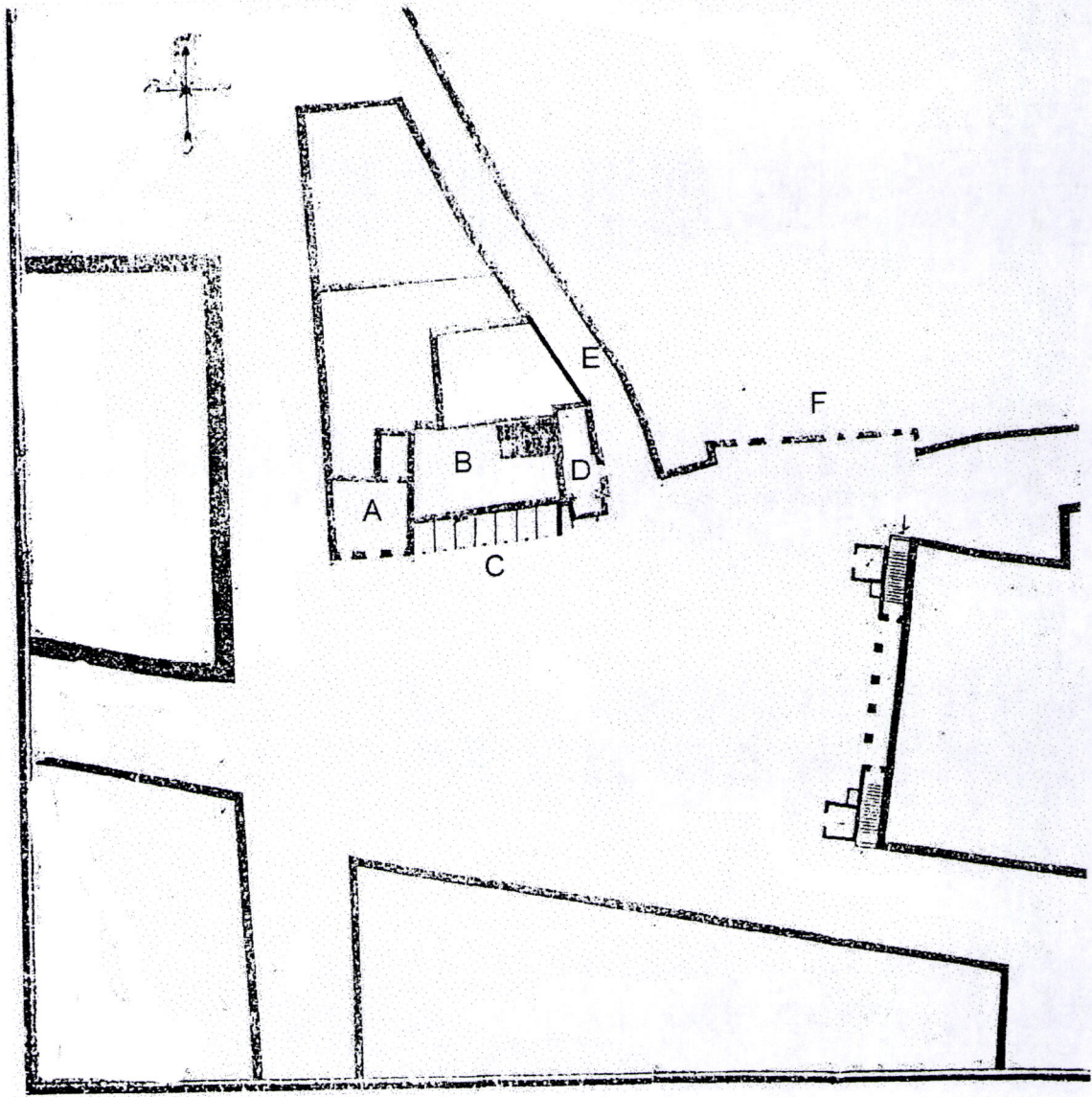


Fig. 240. Praça Velha, em Angra do Heroísmo. Gravura do século XIX.
A- Casa do Corpo da Guarda; B- Quintal; C- Barracas do mercado; D- Primitiva Ermida de Nossa Senhora da Saúde; E- Travessa da Saúde; F- Casa do Fagundes (original no Arquivo da Direcção Regional da Cultura).

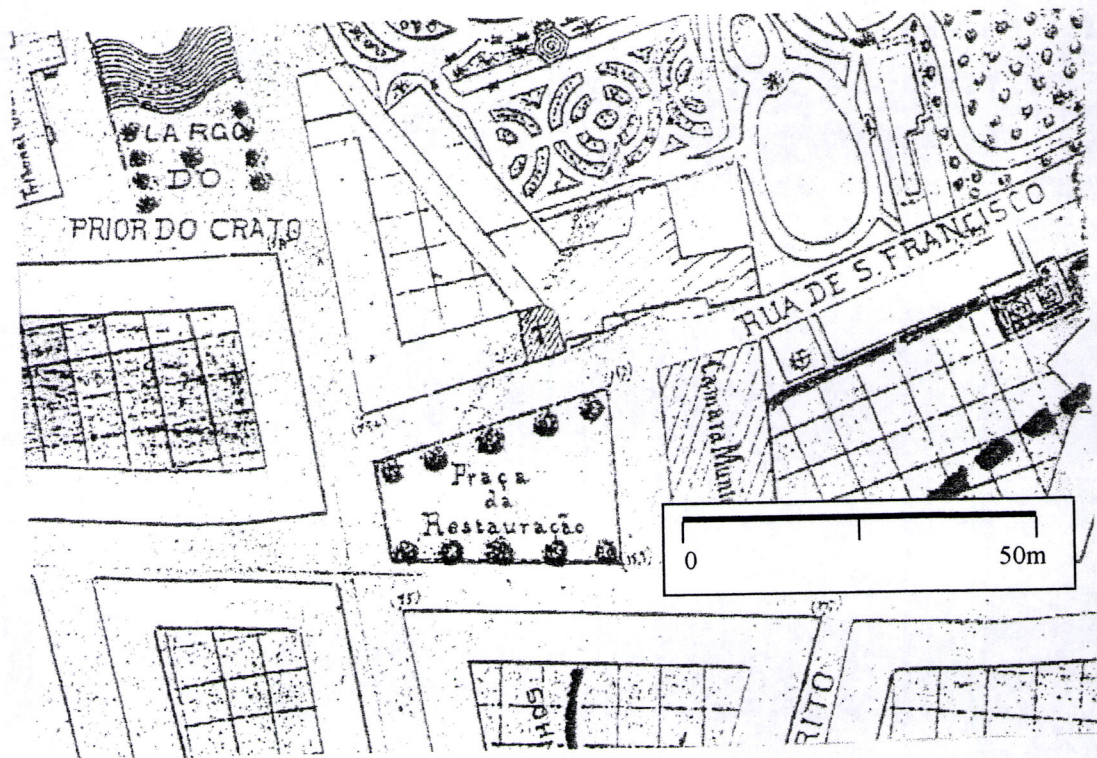


Fig. 241. Praça Velha (Praça da Restauração), em Angra do Heroísmo. Planta de 1905. Pormenor



Fig. 242. Praça Velha, em Angra do Heroísmo. Edifício da Câmara Municipal na actualidade (fotografia de c.1980).

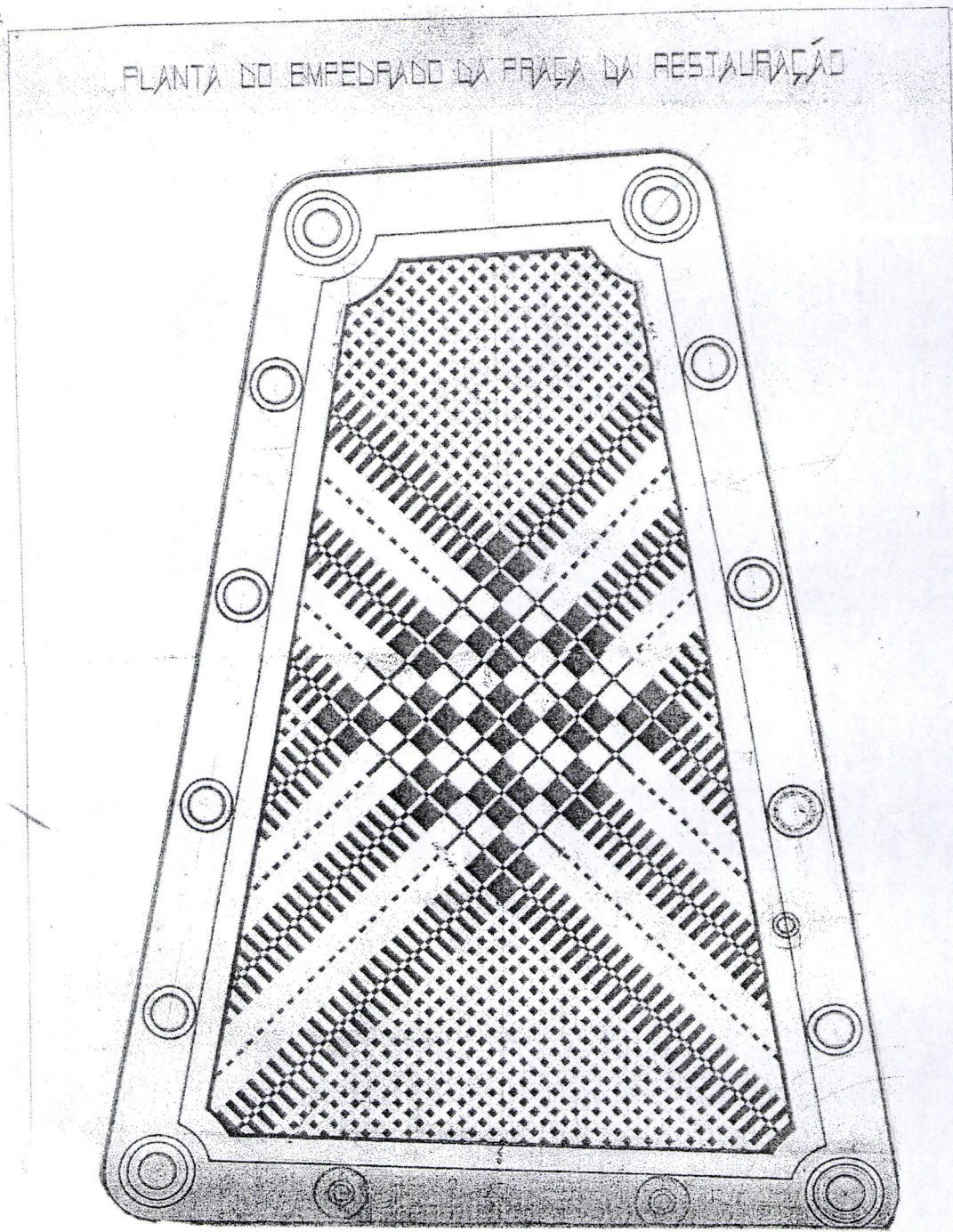
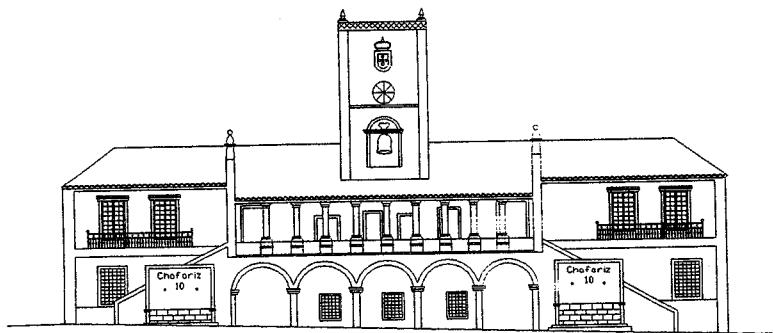
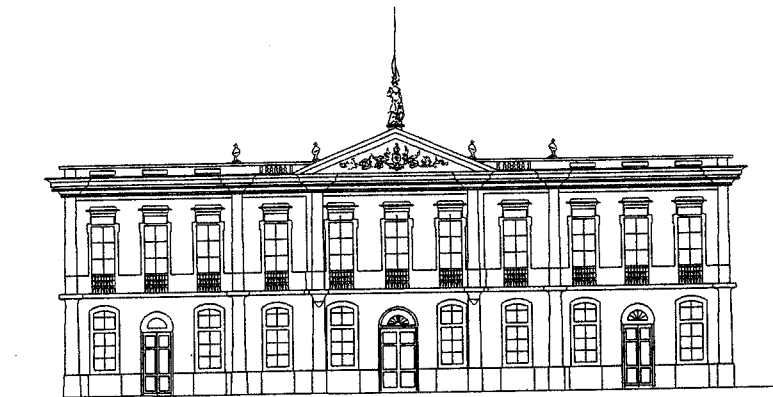


Fig. 243. Praça Velha, em Angra do Heroísmo. Desenho do pavimento da autoria do mestre Maduro Dias (desenho de c. 1930)



1611



1849



Fig. 244 Praça Velha, em Angra do Heroísmo. Evolução arquitectónica (reconstituição do autor).

3.2.4.3. Alto das Covas e Passeio Público, 1937

A partir de meados do séc. XV e até finais do séc. XVI, iniciou-se a urbanização de Angra do Heroísmo, com a fixação dos primeiros povoadores numa área compreendida entre o Outeiro e a Praça Velha.²⁶³

Esta praça ligava-se à baía, pela Rua Direita, e à Igreja de S. Salvador, pela Rua da Sé, a qual se prolongava através da Rua das Covas²⁶⁴ até um descampado elevado, o “Alto das Covas”, onde, em buracos feitos no chão, se guardava o trigo²⁶⁵.

A construção das primeiras casas nesse descampado, no alinhamento das já existentes no lado sul da Rua da Sé e no lado norte da Rua do Rego, deu origem a um novo largo, com características diferentes das da Praça Velha.

Este largo primitivo foi alterado nos séculos XVI e XVII devido à demolição do casario envolvente, dando lugar ao jardim do Convento de S. Gonçalo, a Sul, e ao do Convento da Graça, a Norte, ambos encerrados em altos muros, que delimitaram física e visualmente o largo (fig. 245).

No decorrer dos tempos, cresceu a importância do Alto das Covas, primeiramente como local de passagem dos caminhos para o Convento de S. Gonçalo (mais tarde, Rua Nova de Valflores) e para o bairro piscatório de S. Pedro (mais tarde, Rua de S. Pedro) e, posteriormente, como local de recreio relacionado com a festa brava.

Em 1815, por decisão camarária, foi mandado construir nesta zona um passeio público que, por ser durante muitos anos o único da cidade, era “bastante concorrido, não só pelo belo panorama que dali se goza, como pela boa disposição e asseio dos seus canteiros (...)”²⁶⁶

Com a demolição do Convento da Graça, em 1937, para dar lugar ao actual edifício da Escola Infante Dom Henrique²⁶⁷, desapareceu igualmente o respectivo muro da cerca voltado ao Alto das Covas.

Foram, assim, diluídos os limites do antigo largo e originou-se o espaço urbanizado que hoje conhecemos (figs. 246 e 247).

Curiosamente, quando se construiu o Dispensário da A.N.T., no jardim do antigo Convento de São Gonçalo, manteve-se o muro alto

²⁶³ Ver figs. 3 a 5.

²⁶⁴ Nome que então tinha o troço da Rua da Sé que ia da Igreja da Sé ao Alto das Covas.

²⁶⁵ Segundo GASPARG FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, ed. Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1963, livro VI, p. 30, “Nesta cidade (...) costumam os moradores, no verão, quando recolhem o trigo, metê-lo em covas debaixo do chão (...)”

²⁶⁶ SAMPAIO, ALFREDO DA SILVA, *Memória sobre a Ilha Terceira*, ed. Imprensa Municipal, Angra do Heroísmo, 1904, pp. 188-189

²⁶⁷ Ver texto referente à Escola Infante D. Henrique

existente, pelo que a imagem do largo, no seu lado sul, não foi destruída.²⁶⁸

Nos anos 60, foi aberta a Avenida Tenente Coronel José Agostinho que ligou o Alto da Covas a uma nova urbanização, situada junto da Baía do Fanal.

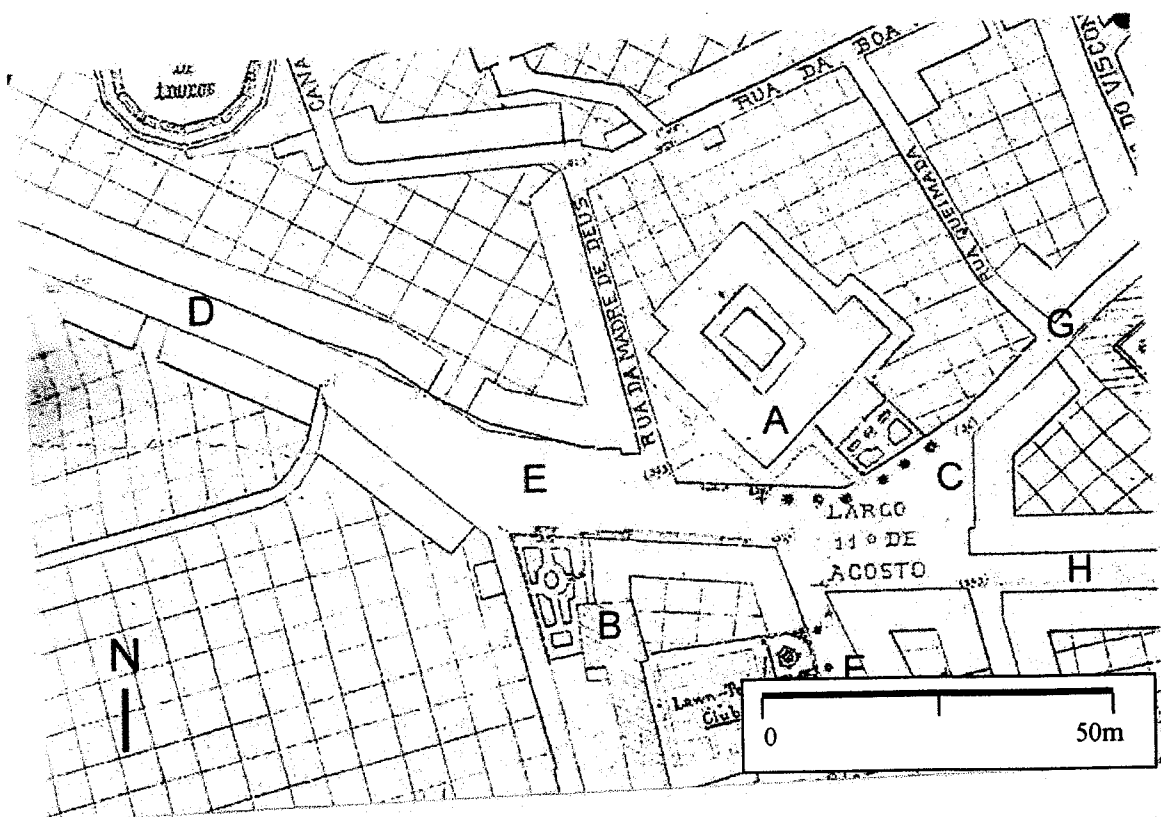


Fig. 245. Alto das Covas em Angra do Heroísmo. Planta de Angra de 1905. Pormenor.
A- Convento da Graça ; B- Convento de S. Gonçalo ; C- Alto das Covas (Largo 11 de Agosto); D- Rua de S. Pedro; E- Passeio Público; F- Rua da "Recreio dos Artistas"; G- Rua do Rêgo; H- Rua da Sé.

²⁶⁸ Embora não pertença à área da cidade aqui estudada, não é possível deixar de referir, pela importância que implicou na alteração do desenho do espaço urbano da cidade, a demolição nos anos 50 do Mosteiro de São Sebastião, para dar lugar à Praça Dr. Sousa Júnior.

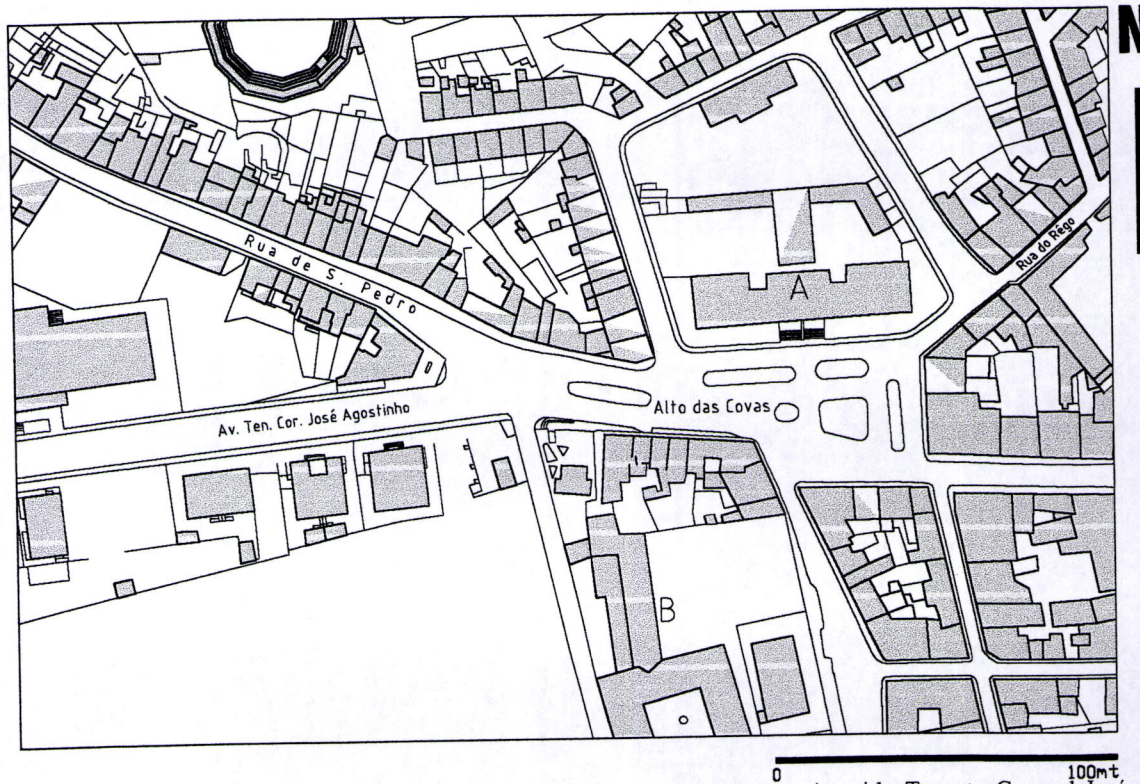


Fig. 246. Alto das Covas, em Angra do Heroísmo. Planta de 1980 com a Avenida Tenente Coronel José Agostinho. Pormenor.
A- Escola Infante D. Henrique; B- Convento de S. Gonçalo.



Fig. 247. Alto das Covas, em Angra do Heroísmo. Muro do Convento da Graça, antes da sua demolição, em 1937.



Terceira - Açores

Rua de S. Pedro

19 de Janeiro 1906

Fig. 248. Alto das Covas, em Angra do Heroísmo. Rua de S. Pedro antes da abertura da Avenida Tenente Coronel José Agostinho. (fotografia de 1906)



Fig. 249. Alto das Covas, em Angra do Heroísmo. Avenida Tenente Coronel José Agostinho. (fotografia de 1999)

3.2.4.4. Traseiras da Igreja da Sé, 1956

Aquando das obras de restauro, adaptação e ampliação do Palácio Bettencourt²⁶⁹ para a instalação do Arquivo Distrital da cidade, achou-se por bem transformar o espaço envolvente desse edifício, para valorizar a respectiva fachada.

De acordo com tais ideias, decidiu-se a demolição do muro alto das traseiras da Sé, fronteiro ao Palácio Bettencourt, obra realizada segundo um projecto da autoria do arquitecto Álvaro da Fonseca, como foi noticiado no *Diário Insular* de 21 de Março de 1956.

Com a conclusão de tal obra em 1957, perdeu-se grande parte do impacto visual que o muro imprimia como elemento estruturante, passando o jardim a integrar-se na rua (fig. 251).

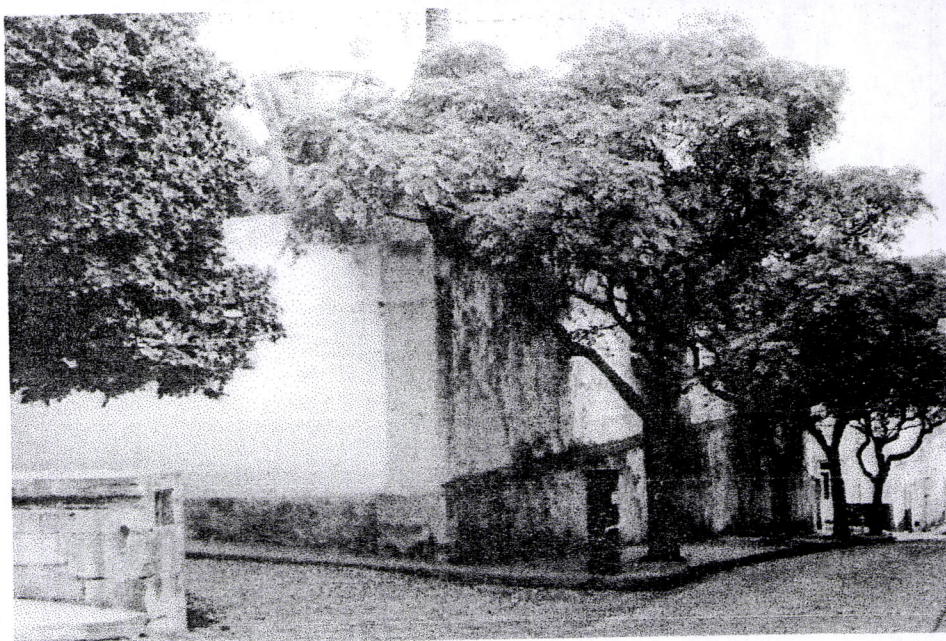


Fig. 250. Lado sul da Sé Catedral de Angra do Heroísmo, em Angra do Heroísmo, mostrando o muro antes da sua demolição, em 1956

²⁶⁹ Ver texto referente ao Palácio Bettencourt



Fig. 251 . Lado sul da Sé Catedral de Angra do Heroísmo, em Angra do Heroísmo (fotografia de 1965).

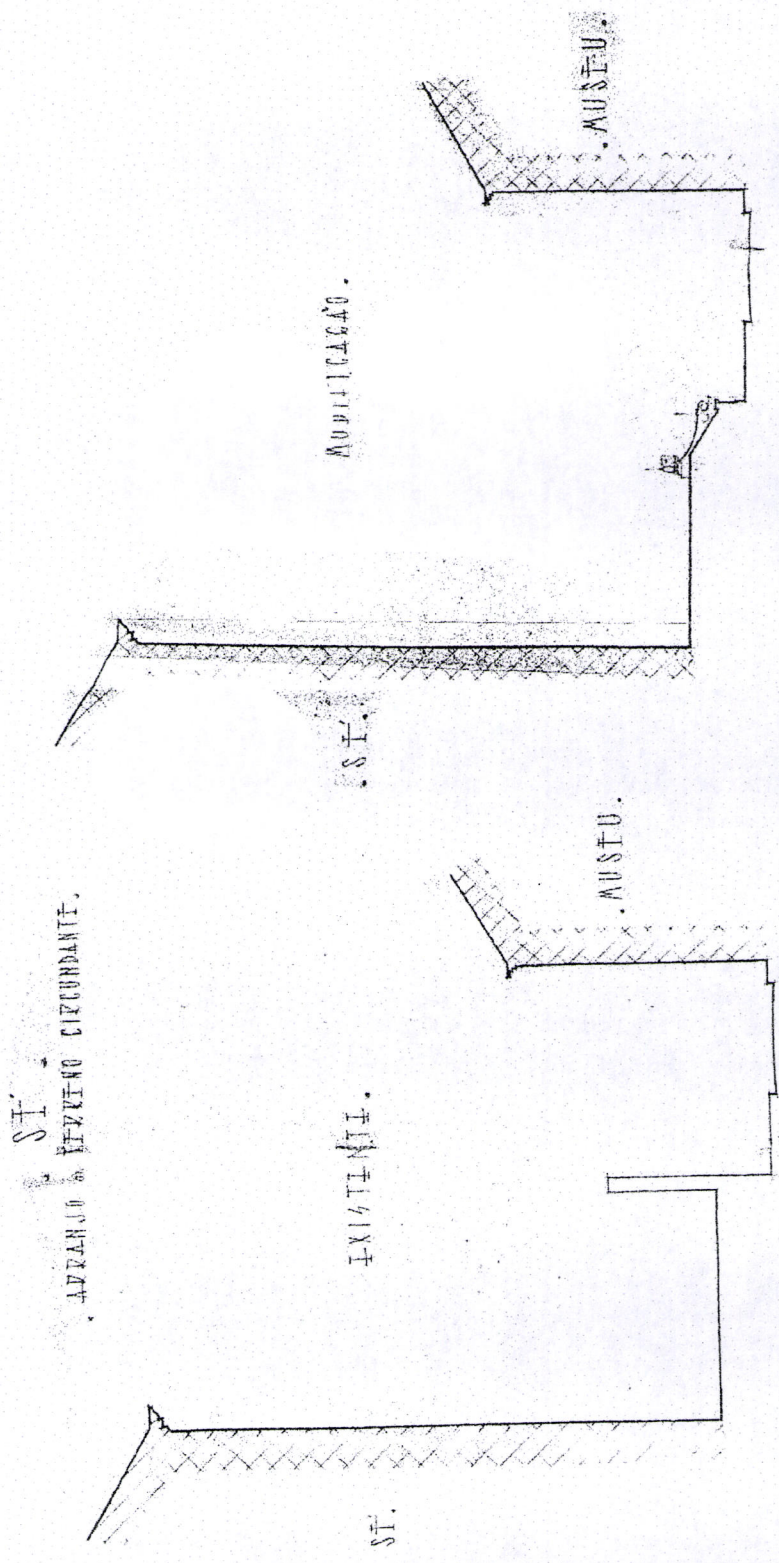


Fig. 252. Lado sul da Sé Catedral de Angra do Heroísmo, em Angra do Heroísmo. Cortes transversais da rua antes e depois do rebaixamento do muro (desenho da autoria do arquitecto Álvaro da Fonseca, c. 1956).

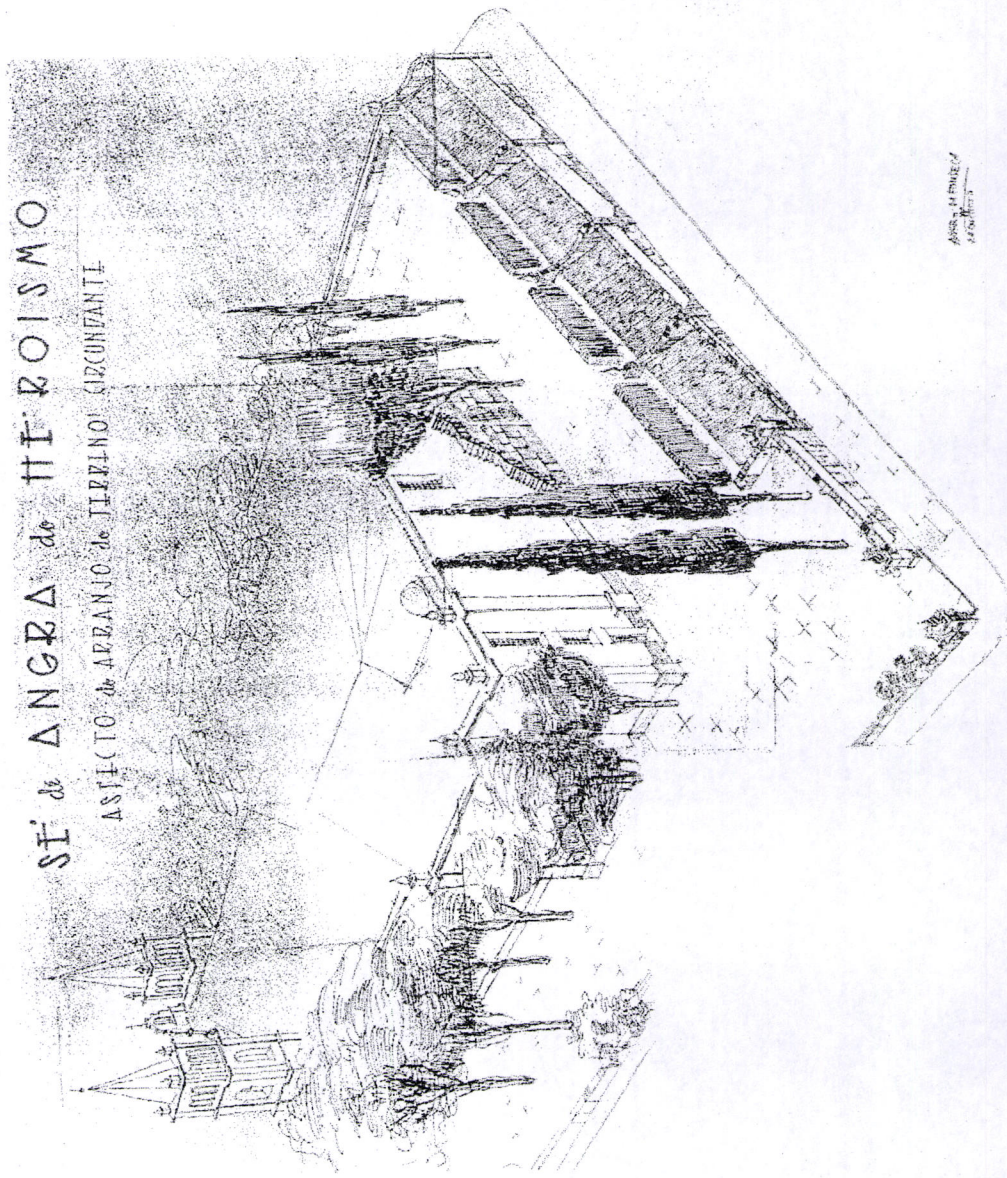


Fig. 253. Lado sul da Sé Catedral de Angra do Heroísmo, em Angra do Heroísmo. Perspectiva representando o rebaixamento do muro (desenho da autoria do arquitecto Alvaro da Fonseca, c. 1956)

3.2.4.5. Pátio da Alfândega (1998) e Baía

O Pátio da Alfândega, local de veraneio nocturno no extremo sul da malha urbana da cidade de Angra, é o espaço exterior público que maior polémica tem suscitado, nos últimos tempos, entre memórias, remotas e recentes, dos seus residentes.

Na Carta de Linschoten de 1595, pode ver-se o edifício da Igreja da Misericórdia, o do Hospital do Santo Espírito e o da Alfândega, que comunicavam com o cais por uma rampa através da Porta do Mar.

Na sequência do terramoto de 1755 e do maremoto que o acompanhou, a cidade de Angra foi invadida por violentas vagas que chegaram à Praça Velha, as quais, no seu refluxo, arrastaram consigo as muralhas da Alfândega.

Em 1767, por decisão do primeiro Capitão General dos Açores, D. Antão de Almeida, foi determinada a reedificação do cais, tendo sido encarregue da obra o sargento-mor de engenharia João António Júdice²⁷⁰.

Segundo o “plano da obra” apresentado, o Pátio da Alfândega foi ampliado, sendo-lhe introduzida uma dupla escadaria de braços curvos, que envolvia um chafariz.

Nos anos 30, o antigo Pátio da Alfândega passou por consideráveis alterações que compreenderam a destruição da muralha, da casa do guarda e do chafariz e a substituição da primitiva escadaria por outra de betão. Foi nessa altura convertido, até há poucos anos, no local de passeio e de convívio preferido dos angrenses.

Em Novembro de 1996, com o início das obras destinadas à construção de uma estação elevatória para a rede de saneamento urbano, foram descobertas as ruínas das Portas do Mar, assim como as de outras estruturas inerentes ao Cais da Alfândega, datadas dos séculos XVI a XVIII.

Perante tais descobertas, iniciaram-se os trabalhos arqueológicos destinadas ao reconhecimento daquele património histórico mas, devido a tais trabalhos, o Pátio da Alfândega, enquanto espaço de recreação, ficou “condenado”.

Aliás, num artigo publicado pelo Diário Insular, na sua edição de 23 de Novembro de 1996, afirmava-se que “ (...) o espaço do Pátio da Alfândega, tal e qual como o conhecíamos, já passou à história. Para fundamentar a teoria, basta dizer que só os restos das antigas portas da cidade ocupam quase por completo a área do Pátio que ficou, sobremaneira, conhecido pela animação dos dias de São Vapor (...)”²⁷¹.

²⁷⁰ Cf. FRANCISCO REIS MADURO DIAS, “A Escadaria”, *Diário Insular*, Angra do Heroísmo 15 de Novembro de 1998

²⁷¹ Dia em que os paquetes se encontravam fundeados na Baía de Angra

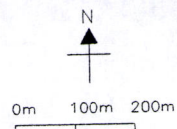


Fig. 254. Angra do Heroísmo. Baía da cidade.
A Baía antes e depois da construção da marina.

A imprensa local foi, pois, acompanhando o desenrolar dos trabalhos, noticiando as tomadas de decisão das autoridades locais – o Gabinete da Zona Classificada de Angra, a Câmara Municipal e a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais – sobre a sua evolução e publicando notícias históricas sobre os achados e artigos de opinião (e de opiniões diversas) quanto ao valor de tais achados e quanto ao modo de os preservar e de os conjugar com os interesses da população.

Na sua edição de 24 de Maio de 1998, o Diário Insular publicava um artigo intitulado “Apontamentos para uma intervenção no Pátio da Alfândega/ Porta do Mar. Que espaços? Que memórias? Que usos?”, em que se afirmava: “A área do Pátio da Alfândega / Porta do Mar ou do cais não é muito grande e nela concentram-se alguns dos mais interessantes referenciais da cidade e do bem cultural que está no Património Mundial (o que não é a mesma coisa). Ali, também e para aumentar a complicação, se sucederam duas formas de diálogo – ou confrontação – da cidade com o mar (...) Assim, a condenação e o desafio é encontrar harmonia entre coisas que se chocam. Entre a classificação de monumental, de Cláudio Torres, e a de algumas pedras e pouco mais, de outros, o que existe na zona das antigas portas do mar são alguns testemunhos, simples é certo, mas significativos (...)”

Os artigos publicados pela imprensa local revelaram a existência de um confronto de opiniões entre os que defendiam a recuperação das estruturas inerentes à antiga Alfândega (dos séculos XVI a XVIII) e os que defendiam a recuperação do Pátio da Alfândega tal como se encontrava antes do início das escavações arqueológicas.

Esse confronto de opiniões, ainda não terminado, tem-se revelado, afinal, um confronto entre a memória remota e a memória recente da população angrense.

Esta divisão de opiniões alargou-se à baía da cidade, separando os que condenavam o projecto de 1993 destinado à construção de uma marina e os que o defendiam.

Para os primeiros, entre os quais se encontrava a UNESCO, a Baía como prolongamento natural da cidade, devia manter a sua imagem original. Para os segundos havia que abrir a cidade ao mar, recuperando a sua vocação de porto de abrigo. (Fig. 254).

3.2.4.6. Circulação e estacionamento de veículos²⁷²

O estacionamento dos veículos ao longo das ruas, nalguns casos nos dois sentidos, constituindo uma nova fachada, contribuíram mais para a degradação da leitura da rede viária do que os desenhos contemporâneos das fachadas de alguns edifícios. (Fig. 255)



Fig.255. Angra do Heroísmo. Estacionamento de carros numa das ruas principais da zona central.

²⁷² Ponto 12 da Carta de Washington

4- DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O trabalho aqui apresentado foi realizado a partir dos inventários e levantamentos arquitectónicos e urbanos existentes, que abrangem todo um período que vem do século XVI até à actualidade. Feita a análise dos factos mais significativos encontrados neste espólio documental, é chegado o momento de expor algumas reflexões sobre os mesmos e apresentar as conclusões deles extraídas.

1. Foi a memória material da cidade de Angra e do seu porto (Angra) – tal como as representou, em 1589, Jan Huygen Van Linschoten – ligada à história da expansão marítima, que serviu de base à inclusão da zona central da cidade na Lista do Património Mundial da UNESCO em 1983; seria essa memória que fez de Angra do Heroísmo um “documento de inestimável valor para o património cultural europeu”.²⁷³
2. O traçado ortogonal das ruas do século XVI, representado na gravura de Linschoten de 1589, chegou até nós praticamente inalterado, constituindo actualmente o **único** verdadeiro testemunho da cidade daquela época²⁷⁴.
3. Os edifícios de Angra do Heroísmo dos séculos XVI e XVII foram sendo substituídos, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, até à actual imagem em que predominam edifícios dos séculos XVIII e XIX, não muito diferentes dos que podem ver-se em algumas cidades do Norte de Portugal.
4. Os actuais edifícios da cidade, incluindo os do século XX – graças ao respeito pela organização espacial original, empena a empena, assim como pela harmonia dos elementos materiais que determinam a sua imagem (estilo, volume, materiais, cor, decoração)²⁷⁵ – permitem que se mantenha, ainda hoje, a leitura da rede viária do século XVI²⁷⁶.

²⁷³ LIMA, MANUEL COELHO BAPTISTA DE, “Apontamentos para uma proposta destinada à inclusão da zona central de Angra do Heroísmo na Lista do Património Mundial”, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º XL, Angra do Heroísmo, 1982

²⁷⁴ Valor a preservar segundo a alínea *a*) do número 2 da Carta de Washington

²⁷⁵ Valor a preservar segundo a alínea *c*) do número 2 da Carta de Washington

²⁷⁶ A deterioração da leitura das ruas da cidade deve-se mais ao estacionamento dos veículos ao longo dos dois sentidos de algumas ruas principais do que às fachadas dos edifícios do século XX (Ponto 12 da Carta de Washington).

Estilo

Os edifícios do século XX foram, neste estudo, agrupados em quatro fases, segundo as respectivas características arquitectónicas²⁷⁷, distinguindo-se os edifícios públicos dos edifícios de habitação: 1900-1926, 1926-1950, 1950-1980 e 1980-2000. Enquanto o primeiro período se limitou a trazer para o século XX elementos arquitectónicos já presentes no final do século XIX, o segundo período, tal como no Continente, apresentou a arquitectura mais interessante do século XX na cidade, podendo considerar-se os desenhos de alguns edifícios, de autores locais, como uma representação na cidade de Angra do chamado primeiro modernismo; os edifícios projectados em Lisboa, para a cidade de Angra, todos edifícios públicos, constituem uma expressão da arquitectura moderna de importantes autores como Jorge Segurado, Raul Martins, Veloso Camelo e Adelino Nunes.

O período que antecedeu o sismo foi o menos expressivo, reflectindo-se então, nos edifícios de habitação, a influência dos prédios de Lisboa dos anos de 1940, com pesadas varandas em betão e elementos tradicionalistas, (distribuição regular dos vãos, lintéis coroados com elementos decorativos e ferro forjado).

Nos edifícios públicos deste período, maioritariamente projectados em Lisboa, é assumida uma arquitectura moderna e monumental, como foi o caso do edifício da Caixa Geral de Depósitos de 1958 e do Hotel de Angra, dos anos de 1970; para os edifícios públicos, os autores locais optaram pela garantia do desenho neoclássico ou neovernáculo.

É ainda relevante a constatação de que nos anos de 1970 se assiste à “modernização” das fachadas de alguns edifícios públicos, “limpas” dos elementos decorativos arquitectónicos de épocas anteriores; esta tendência, embora pouco divulgada, é esclarecedora da evolução dos valores do património construído.

O quarto período, 1980-2000, é um período de excepção: é posterior ao sismo e contemporâneo da classificação de Angra como património da humanidade.

²⁷⁷ Nesta análise deu-se mais importância ao carácter histórico dos edifícios, em detrimento do valor subjectivo da sua beleza. Cf. ponto 2 da carta de Washington e ponto 8 da Carta de Cracóvia.

Suportada por uma legislação específica²⁷⁸ e por ações de sensibilização para a defesa da arquitetura anterior ao século XX, a reconstrução da cidade conduziu ao pastiche; assiste-se desde então ao aparecimento de edifícios de raiz com desenhos tradicionais, enquanto alguns dos edifícios construídos no século XX com desenho assumidamente moderno, vêem as suas fachadas substituídas por fachadas tradicionais. É o caso dos edifícios da Caixa Geral de Depósitos de 1958, que vê a sua fachada substituída em 1986 por uma fachada “melhor enquadrada na zona”²⁷⁹, do Hotel de Angra de 1970, que vê a sua fachada substituída em 2000 por um desenho “mais coerente face à tradição” angrense²⁸⁰, e do edifício Flórida, na rua da Sé, de 1959, que vê a sua fachada substituída, em 2000, por uma nova com desenho de fins do século XIX. O edifício de 1925, bem característico dessa época, da Caixa da Santa Casa da Misericórdia, demolido em 1983, por necessidade de ampliação, dá lugar a um novo edifício com desenho tradicional.²⁸¹

Volume

A gravura de J. H. Van Linschoten desenhada em 1589 mostra-nos uma cidade com casas de um ou dois pisos ladeando as ruas em filas contínuas, pontuadas espaçadamente por edifícios de maior volume como os conventos e as igrejas.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, ao mesmo tempo que alguns desses grandes edifícios desapareciam, as casas de habitação foram sendo subidas com mais um ou dois pisos, até se atingir a harmonia de volumes que temos hoje.

Em 1958 surgiu um edifício para a Caixa Geral de Depósitos no centro da cidade, com um volume

²⁷⁸ Decreto Legislativo Regional n.º15/84/A de 13 de Abril.

²⁷⁹ Destes novos edifícios, o da C.G.D. não satisfaz as exigências populares quanto à sua integração, pelo que esta instituição propôs a introdução, no novo edifício, de um telhado e janelas de modelo de “tipo regional”.

²⁸⁰ Depois de terem sido reprovadas três propostas de desenho moderno para a sua ampliação.

²⁸¹ Há mesmo edifícios, “modernizados” em 1970 que vêem as suas fachadas regionalizadas nos anos de 1980.

desproporcionado, quer relativamente ao edifício pré-existente, quer relativamente aos edifícios envolventes.

No pós-sismo, a relação volumétrica dos edifícios foi uma das preocupações presentes durante a Reconstrução, tendo mesmo sido reduzido o volume do referido edifício. Mesmo assim, o moderno edifício do Hotel de Angra, quando sujeito à “regionalização” das suas fachadas, viu, sob forte polémica, aumentada a sua cércea, com a subida de um piso.

Materiais

Até aos fins do século XIX, os materiais utilizados na construção foram a pedra da região para os elementos estruturais dos vãos e dos cunhais e a alvenaria de pedra com argamassa pouco aglutinante, para enchimento das paredes. Todos estes elementos, incluindo as cantarias, eram protegidos do clima marítimo com revestimentos sucessivos de cal.

No século XX, incluindo o período da Reconstrução, para os edifícios em betão recorreu-se aos materiais tradicionais como a madeira para os acabamentos, o que contribuiu para a integração visual destes edifícios no conjunto.

Cor

A cor dos edifícios de Angra até fins do século XX, era o branco da cal para os panos de parede e o ocre para as cantarias dos vãos e dos cunhais.

A maioria dos edifícios construídos no século XX na zona central, mantiveram, originariamente, a relação cromática dos edifícios existentes dos séculos XVIII e XIX; posteriormente, pintados com cores fortes, quebraram essa relação²⁸².

Durante a Reconstrução, acções de sensibilização defenderam a manutenção do branco tradicional da cal para

²⁸² Contrariando o Art.6º da Carta de Veneza e a alínea c) do Ponto 2 da Carta de Washington .

os panos de parede e o cinzento para as cantarias, por ser a cor mais próxima da pedra local. No caso dos edifícios mais importantes, optou-se pela cantaria à vista, o que provocou a degradação da pedra que, impregnada de sais minerais da atmosfera, deixou de aceitar o revestimento de qualquer pigmento protector.

Actualmente esta paleta reduzida de cores está ampliada com cores vivas, quer para as cantarias, quer para os panos de parede ²⁸³.

Decoração

Nos anos de 1950, quando da subida de mais um piso, alguns edifícios introduziram-se os aventais de janelas de peito do século XVIII; a mesma tendência verificou-se durante a Reconstrução.

Entre os edifícios do século XX, existem alguns com elementos decorativos caracterizantes da arquitectura do início do século os quais, nalguns casos, foram posteriormente retirados a fim de dar às fachadas um "ar mais moderno".

5. Foi a baía de Angra, juntamente com os ventos dominantes, o factor determinante do desenho da rede viária chegada até nós.

6. Nos anos anteriores a 1950, não há nenhum indício de que haja, entre os angrenses, uma consciência do valor patrimonial da sua cidade, enquanto testemunho da sua memória colectiva; na altura, as demolições dos edifícios dos séculos anteriores e o desenho dos novos edifícios não tiveram qualquer impacto junto das populações.

É, pois, a partir de 1950, que se manifesta, pela primeira vez, a consciência dos valores de uma arquitectura moderna da cidade, com artigos nos jornais que, com raras excepções, não só não lamentavam o desaparecimento dos edifícios antigos, como elogiavam a modernidade e monumentalidade dos edifícios que os substituíram; o edifício neovernáculo do Paço Episcopal, de 1953 é fortemente criticado pela sua falta de monumentalidade.

A adesão à modernidade, vista como símbolo de progresso, levou algumas instituições públicas, como se disse, à "modernização" das

²⁸³ idem, idem.

fachadas dos seus edifícios, pela remoção de elementos decorativos de épocas anteriores.

Após a inscrição da zona central da cidade na Lista de Património Mundial da UNESCO, o gosto de “modernizar” deu lugar ao desejo de preservar e recuperar a imagem da cidade dos séculos anteriores ao século XX.

Daí o recurso ao pastiche para “corrigir” as fachadas de edifícios construídos no século XX e à exigência de um cariz regional para os edifícios construídos de raiz. Edifícios elogiados pela sua modernidade quando da sua inauguração (ex.: o edifício da Caixa Geral de Depósitos), são, agora, violentamente criticados pela falta de enquadramento e incoerência face à tradição; o pastiche integral tem total aceitação e defende-se o “estilo regional”. O único edifício, deste período, com desenho assumidamente moderno, o edifício da Sociedade Recreio dos Artistas, embora de arquitectura neovernácula foi fortemente rejeitado pela população.

No entanto casos polémicos dividiram os angrenses, como por exemplo o caso da descoberta no Pátio da Alfândega de vestígios arqueológicos das Portas do Mar e outras estruturas urbanas dos séculos XVI a XVIII; enquanto uns defendiam a memória remota invocada pelos vestígios encontrados, outros, testemunhas ainda vivas defendendo a memória recente do local, advogavam a preservação de um espaço que no século XX foi sítio de encontro e convívio social. A defesa desta memória recente pelos angrenses evitou o desaparecimento do edifício neogótico do século XIX, elemento indissociável da Praça Velha.

Já anteriormente, em 1993, tinha surgido igual comportamento a propósito do projecto para uma marina na Baía, recusado por alguns com o argumento de que a Baía era o prolongamento natural da cidade do século XVI, que aliás gerara, e justificado pelos promotores, pela sua tradição de porto de abrigo.

7. É a organização espacial da zona central da cidade com as suas ruas, praças e quarteirões (incluindo os muros definidores desses espaços²⁸⁴), tal como se apresenta na Carta de Linschoten de 1589, que é necessário preservar e, eventualmente, recuperar²⁸⁵.

Como a forma e o aspecto harmoniosos dos actuais edifícios facilitam a leitura da rede viária, esta harmonia deve ser também preservada²⁸⁶.

²⁸⁴ Cf. Artigo 22 da Carta de Florença.

²⁸⁵ Também a Baía (angra), espaço natural gerador da cidade histórica deve ser objecto de cuidados especiais quando sujeita a qualquer intervenção. Cf. *d*) do ponto 2 da Carta de Washington.

²⁸⁶ Em conformidade com o espírito da alínea *c*) do ponto 2 da Carta de Washington.

Dentre os edifícios actuais a preservar devem ser incluídos os do século XX, pois, para além de serem, na sua maioria, tão harmoniosos no conjunto quanto os dos séculos XVIII e XIX, constituem importantes testemunhos da influência da arquitectura continental na cidade, numa determinada época²⁸⁷.

Sendo os habitantes da cidade os responsáveis pela identificação e gestão do património²⁸⁸, é legítimo juntar-se à defesa da memória remota para a humanidade, a defesa de uma memória recente para os angrenses.

8. Se tivermos em conta os princípios, internacionalmente consagrados, de que:

a) "(...) a salvaguarda das cidades (...) diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes."²⁸⁹

b) "Cada comunidade (...) é responsável pela identificação e pela gestão do seu património".

c) "Os elementos individuais deste património são portadores de muitos valores que podem mudar com o tempo".

d) "Este património não pode ser definido de um modo unívoco e estável. Apenas se pode indicar a direcção para a qual [este] possa ser identificado".

e) "A pluralidade social implica uma grande diversidade nos conceitos de património concebidos por toda a comunidade."²⁹⁰

podemos concluir que a única defesa legítima de qualquer património, terá de ter como aspecto básico o esclarecimento das populações, não pelo recurso sistemático a acções de sensibilização, que se limitam a transmitir-lhes os valores das elites e as ideias dominantes em cada momento, mas sim por meio de uma política prioritária de elevação do seu nível cultural, que possa, a prazo, dotá-las de capacidade crítica e de formulação de juízos autónomos e consistentes sobre tudo aquilo que

²⁸⁷ Em conformidade com o espírito do Ponto 10 da Carta de Washington (1987). Este espírito de defesa do património contemporâneo e de rejeição do pastiche, embora referindo-se unicamente aos edifícios, já se encontra implícito no ponto I da Carta de Atenas (1933), que recomenda a não proscrição do "estilo de nenhuma época". A Carta de Veneza (1964) reforça este princípio nos seus Artºs. 11, 12 e 14.

²⁸⁸ Preâmbulo da Carta de Cracóvia

²⁸⁹ Ponto 3 da Carta de Washington

²⁹⁰ Preâmbulo da Carta de Cracóvia

possa ser considerado como seu património comum, que vai muito além das questões urbanísticas e arquitectónicas. Que, em suma, é investindo na educação dessas populações que melhor se pode defender esse património em todas as suas componentes.²⁹¹

²⁹¹ Esta ideia não invalida acções de curto prazo na defesa do património construído do século XX, nomeadamente a classificação de edifícios exemplares desse século.

5. FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRAFIA

5.1. FONTES DOCUMENTAIS

5.1.1. Arquivo da Caixa Geral de Depósitos

- Proposta para concurso de obra (doc. n.º 7, Apêndice Documental).
- Informação da secção de Obras da CGD (doc. n.º 8, Apêndice Documental).
- Relatório do arq. Raul Martins (doc. n.º 9, Apêndice Documental).
- Carta do arq. Raul Martins (doc. n.º 10, Apêndice Documental).
- Carta da secção de Obras da CGD (doc. n.º 11, Apêndice Documental).
- Carta da CGD à Administração (doc. n.º 12, Apêndice Documental).
- Carta do arq. Veloso Camelo (doc. n.º 13, Apêndice Documental).
- Carta da filial de Angra da CGD (doc. n.º 14, Apêndice Documental).
- Informação do arq. Veloso Camelo (doc. n.º 15, Apêndice Documental).
- Informação do arq. Veloso Camelo (doc. n.º 16, Apêndice Documental).
- Informação da secção de Obras da CGD (doc. n.º 17, Apêndice Documental).
- Auto de recepção definitiva da obra (doc. n.º 18, Apêndice Documental).
- Memória descritiva (doc. n.º 19, Apêndice Documental).
- Carta do construtor (doc. n.º 20, Apêndice Documental).
- Carta da Caixa Económica de Angra (doc. n.º 32, Apêndice Documental).
- Ofício da CGD (doc. n.º 33, Apêndice Documental).
- Ofício da Câmara Municipal de Angra (doc. n.º 34, Apêndice Documental).
- Ofício da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos (doc. n.º 35, Apêndice Documental).
- Ofício da CGD de Lisboa (doc. n.º 36, Apêndice Documental).
- Parecer da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (doc. n.º 37, Apêndice Documental).
- Informação sobre concurso para adjudicação da empreitada (doc. n.º 38, Apêndice Documental).

- Carta da CGD de Angra do Heroísmo (doc. n.º 39, Apêndice Documental).
- Informação de reunião da CINA da CGD (doc. n.º 40, Apêndice Documental).
- Informação do Serviço do Património da CGD (doc. n.º 41, Apêndice Documental).
- Informação da Direcção dos Serviços de Obras da CGD (doc. n.º 42, Apêndice Documental).
- Ofício da Câmara Municipal de Angra (doc. n.º 43, Apêndice Documental).
- Ofício da CGD (doc. n.º 44, Apêndice Documental).
- Memórias descritivas (docs. n.º 45 e 46 , Apêndice Documental).
- Informação da Secretaria Regional de Educação e Cultura (doc. n.º 47, Apêndice Documental).
- Resposta da CGD à Direcção Regional dos Assuntos Culturais (doc. n.º 48, Apêndice Documental).
- Memória Descritiva do projecto - base do edifício da CGD em Angra (doc. n.º 49, Apêndice Documental).

5.1.2. Arquivo da Confederação Operária Terceirense

- Memória descritiva de 1955 (doc. n.º 2, Apêndice Documental).

5.1.3. Arquivo da Direcção Regional dos Assuntos Culturais

- Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980;
- Memória descritiva do projecto para novo edifício da Sociedade "Recreio dos Artistas (doc. n.º 31, Apêndice Documental).

5.1.4. Arquivo da Secretaria Regional da Educação e Cultura

- Informação da Secr. Reg. Educ. e Cultura (doc. n.º 23, Apêndice Documental).
- Ofício da Secr. Reg. do Equipamento Social (doc. n.º 24, Apêndice Documental).
- Informação da Secr. Reg. Educ. e Cultura (doc. n.º 25, Apêndice Documental).
- Informação da Secr. Reg. Educ. e Cultura (doc. n.º 26, Apêndice Documental).
- Despacho da Secr. Reg. Educ. e Cultura (doc. n.º 27, Apêndice Documental).

5.1.5. Arquivo do Banco Nacional Ultramarino

- Memória descritiva do 1º projecto do edifício do BNU (doc. n.º 29, Apêndice Documental).
- Memória descritiva do 2º projecto (doc. n.º 30, Apêndice Documental).

5.1.6. Arquivo do Banco de Portugal

- Carta do Serviço de Obras (doc. n.º 3, Apêndice Documental).
- Carta do eng.º Assis Coelho (doc. n.º 4, Apêndice Documental).
- Memória descritiva do projecto para o edifício do Banco em Angra do Heroísmo (doc. n.º 5, Apêndice Documental).
- Carta do Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (doc. n.º 6, Apêndice Documental).

5.1.7. Arquivo do Gabinete da Zona Classificada de Angra Do Heroísmo

- Memorandum (doc. n.º 28, Apêndice Documental).

5.1.8. Ministério da Educação

- Carta da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (doc. n.º 21, Apêndice Documental).
- Carta da Repartição de Obras da Câmara Municipal de Angra (doc. n.º 21-A, Apêndice Documental).
- Memória descritiva do projecto de um ginásio (doc. n.º 21-B, Apêndice Documental).

5.1.9. Arquivo dos Correios, Telégrafos e Telefones

- Escritura de compra de um prédio (doc. n.º 22, Apêndice Documental).

5.1.10. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Arquivo Histórico do Ministério das Finanças :
doc. n.º 2069 (Convento de S. Gonçalo em Angra do Heroísmo) ;
doc. n.º 7642 (Convento de S. Sebastião em Angra do Heroísmo).

5.1.11. Biblioteca Nacional

- Cartografia : Carte des isles Açores ou Terceras – partie occidentale ; Plan de la ville dAngra dans l isle Tercera - CA 61 V.
- Iconografia : Açores (fotos de 1898 a 1906) – Al. 116 P.; Angra do Heroísmo (fotos de inícios a meados do séc. XX) , PI 2841, 2680, 2688, 3877, 4029, 4031, 4033, 4036, 13988/95, 19943 e 21002.

5.1.12. Instituto Português de Cartografia E Cadastro

- Mapoteca : Planta da cidade de Angra do Heroísmo de 1815.

5.1.13. Secretaria Regional da Educação e Cultura

- Documentos relativos a Hotel de Angra do Heroísmo (Doc. n.º s 23, 24, 25, 26 e 27, Apêndice Documental);
- Documento relativo à “Recreio dos Artistas” (Doc. n.º 31, Apêndice Documental).

5.2. BIBLIOGRAFIA

5.2.1. Bibliografia Geral

- AYMONINO, Carlo, *O Significado das Cidades*, ed. Editorial Presença, Lisboa, 1984.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, ed. Imprensa Académica, Coimbra, 1917.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, *Arquitectura no Estado Novo*, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2002.
- ANTUNES, A. Rosa, *Contribuição para a Definição de Necessidades Sociais numa Área Urbana – Práticas sociais e apropriação social do espaço*, ed. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.
- ARGAN, G. Carlo, *História da Arte como História da Cidade*, ed. Livraria Martins Fontes, 4ª ed. S. Paulo, 1998.
- BENEVOLO, Leonardo, *A Cidade e o Arquitecto*, ed. Edições 70, Lisboa, 1984.
- BENEVOLO, Leonardo, *A Cidade na História da Europa*, ed. Editorial Presença, Lisboa, 1995.
- BENEVOLO, Leonardo, *As Origens da Urbanística Moderna*, ed. Editorial Presença, Lisboa, 1981.
- BENEVOLO, Leonardo e outros, *Projectar a Cidade Moderna*, ed. Editorial Presença, Lisboa, 1980.
- BETENCOURT, Francisco e KIRI, Chaudhur (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*, 5 vols., ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1986.
- BOUDON, Philippe, *Sur l'Espace Architectural. Essais d'Épistémologie de l'Architecture*, ed. Dunod, Paris, 1971.
- BRANCO, J. Paz, *Manual de Pedreiro*, ed. Laboratório Nacional de Engenharia Civil., Lisboa, 1981.
- BRANDÃO, Raúl, *As Ilhas Desconhecidas*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1926.

CABRAL, Francisco Caldeira e TELLES, Gonçalo Ribeiro, *A Árvore*, ed. Assírio e Alvim, 2000.

CASTRO, Elda de, *A Conservação de Monumentos em Pedra – Estado Actual dos Conhecimentos*, ed. Laboratório Nacional De Engenharia Civil, Lisboa, 1984.

CERVELLATI, Pier Luigi e SCANNAVINI, Roberto, *Bolonia - Política y Metodología de la Restauracion de Centros Históricos*, ed. Gustavo Gili Barcelona, 1976.

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, ed. Edições 70, Lisboa 2000.

CHOAY, Françoise, *La Règle et le Modéle*, ed. Du Seuil, Paris, 1980.

CHOAY, Françoise, *L'Urbanisme en Question. Utopies et Réalités*, ed. Du Seuil, Paris, 1965.

CORBUSIER, Le, *Manière de Penser l'Urbanisme*, ed. Denoel-Gonthier, Paris, 1972.

CORBUSIER, Le, *Urbanismo*, ed. Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1992.

COSTA, Américo, *Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, 12 vols., ed. do autor, Vila do Conde, 1930.

CULLEN, Gordon, *Paisagem Urbana*, ed. Edições 70, Lisboa, 1984.

DELFANTE, Charles, *Grande Histoire de la Ville, de la Mésopotamie aux États-Unis*, ed. Armand Colin, Paris, 1997.

DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo*, 2 vols., ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1999.

ESPERANÇA, Eduardo Jorge, *Património e Comunicação – Políticas e Práticas Culturais*, ed. Vega, Lisboa, 1997.

ESPERANÇA, Fr. Manoel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores*, 2 vols., ed. Oficina Craesbeeckiana, Lisboa, 1656.

FÉLIX, Emanuel, *Angra no Último Quartel do Século XVI*, ed. Gávea Glacial, Angra do Heroísmo, 1970.

FÉLIX, Emanuel, *O Vendedor de Bichos*, ed. Edições Panorama, Lisboa, 1965.

- FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*, ed. Gradiva, Lisboa, 1993.
- FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura Portuguesa, uma Síntese*, ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 2000.
- FERNANDES, José Manuel, *Cidades e Casas da Macaronésia*, ed. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2ª ed., Porto, 1996.
- FERNANDES, José Manuel, *Geração Africana, Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925 – 1975.*, ed. Livros Horizonte, 2002.
- FERNANDES, José Manuel, "Angra do Heroísmo" in *Cidades e Arquitecturas*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1999.
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes, *Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940*, ed. Câmara Municipal, Lisboa, 1991.
- FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso – Arquitectura Portuguesa, 1930/1974*, ed. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 1988.
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, *Imaginário da Cidade*. Compilação das comunicações apresentadas no Colóquio sobre o Imaginário da Cidade, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989.
- FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, 2 vols., ed. Livraria Bertrand, Lisboa, 1967.
- FRANÇA, José Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, 1978.
- FRANÇA, José Augusto, *História da Arte em Portugal no Século XX*, ed. Livraria Bertrand, 2ª ed., Lisboa, 1984.
- FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, ed. Livraria Bertrand, Lisboa, 1977.
- FRANÇA, José Augusto, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, 1980.
- GAUDIN, Jean – Pierre, *Desseins de Villes – Art Urbain et Urbanisme*, ed. L'Harmattan, Paris, 1991.

- GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, ed. Editorial Presença, Lisboa, 1982
- GOMES, Paulo Varela, *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Século XVIII*, ed. Caminho, Lisboa, 1988
- HENRIQUES, Fernando, *A Conservação do Património Histórico Edificado*, ed. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.
- ICOMOS, *Jardins et Sites Historiques*, in *Journal Scientifique*, ed. Doce Calles, Aranjuez- Madrid, 1993.
- IPPAR, *Intervenções no Património – 1995/2000*, Nova Política Editora, MC/IPPAR, Lisboa, 1997.
- IPPAR, *Cartas e Convenções Internacionais*, ed. IPPAR, Lisboa, 1996.
- IPPAR, *Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído – Tradução da versão oficial castelhana*, ed. IPPAR, Lisboa, 1996.
- IPPAR, *Critérios – Classificação de Bens Imóveis*, ed. IPPAR, Lisboa, 1996.
- IPPAR, *Legislação Nacional*, ed. IPPAR, Lisboa, 1996.
- JANSON, H.W., *História da Arte*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979.
- JENCKS, Charles, *Movimentos Modernos em Arquitectura*, ed. Edições 70, Lisboa, 1987.
- JORGE, Virgolino Ferreira, "Património e Identidade Nacional", in *Centros Históricos*, n.º 6, 2ª Série, Janeiro/ Março 2001.
- JORGE, Virgolino Ferreira, "Princípios de Salvaguarda do Património Monumental", *Correio da Natureza*, 17 (1992).
- KOCH, Wilfried, *Estilos de Arquitectura (2 vols.)*, ed. Editorial Presença, Lisboa, 1993.
- KRIER, Rob, *Lo Spazio della Città*, ed. Clup, 2ª ed., Milão, 1984.
- KUBLER, George, *A Forma do Tempo*, ed. Veja, Lisboa, 1991.
- LYINCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, ed. Edições 70, Lisboa, 1982.

- MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade, Espaço e Quotidiano: Lisboa 1740-1830*, ed. Livros Horizonte, 1959.
- MATOS, Teodoro de, *Os Açores e a Carreira das Índias*, ed. Estampa, Lisboa, 1983.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, 8 vols., ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.
- MESTRE, Victor, *Arquitectura Popular da Madeira*, ed. Argumentum, Lisboa 2002.
- MILHEIRO, Ana Vaz, "Construir o Presente com a História", Conferência proferida no Museu de Angra (Convento de São Francisco) a 9 de Novembro de 2002.
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Trinta Anos de Estado Novo, 1926-1956*, ed. Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1956.
- MUMFORD, Lewis, *A Cidade na História - Suas Origens, Transformações e Perspectivas*, ed. Livraria Martins Fontes, 3ª ed., S. Paulo, 1991.
- NEMÉSIO, Vitorino, *Corsário das Ilhas*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1956.
- NEMÉSIO, Vitorino, *Festa Redonda*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1950.
- NEMÉSIO, Vitorino, *Mau Tempo no Canal*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1955.
- NORBERG-SCHULTZ, Christian, *Existencia, Espacio y Arquitectura*, ed. Editora Blume, Barcelona, 1980.
- PEDREIRINHO, José Manuel, *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal do Século I à Actualidade*, ed. Afrontamento, Lisboa, 1994.
- PEDREIRINHO, José Manuel, *História do Prémio Valmor*, ed. Publicações D. Quixote, Lisboa, 1988.
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme, *Diccionario Historico, Chorographico, Heraldico, Bibliographico, Numismatico e Artístico*, 8 vols., ed. João Romano Torres, Lisboa, 1904.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, "A Arquitectura do Estado Novo, de 1926 a 1959" in *Actas do Colóquio Estado Novo, das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, Lisboa, 1986.

- PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996)*, ed. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 1996.
- PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, 3 vols., ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.
- PEVSNER, Nikolaus, *Origens da Arquitectura Moderna e do Design*, ed. Livraria Martins Fontes, S. Paulo, 1996.
- PORTAS, Nuno, *A Cidade como Arquitectura*, ed. Livros Horizonte, Lisboa, s/d.
- PORTAS, Nuno, "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal. Uma Interpretação" in Bruno Zevi, *História da Arquitectura Moderna*, vol. II, ed. Arcádia, Lisboa, 1973.
- PORTAS, Nuno, *Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando*, ed. Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra, 1983.
- PORTAS, Nuno, "Tradição, Progresso e Reacção no Urbanismo Regional", in *O Tempo e o Modo*, n.º 4, Abril, 1963.
- PORTOGHESI, Paolo, *Depois da Arquitectura Moderna*, ed. Edições 70, Lisboa, 1982.
- PUBLICAÇÕES ALFA, *História da Arte em Portugal*, 14 vols., ed. Publicações Alfa, Lisboa, 1986
- RASMUSSEN, Steen Eiler, *Arquitectura Vivenciada*, ed. Livraria Martins Fontes, S.Paulo, 1986.
- RIBEIRO, Orlando, "Cidade" in *Dicionário da História de Portugal* (dir. Joel Serrão), ed. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1963.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, ed. Livraria Sá da Costa, 4º ed, Lisboa, 1977.
- RODRIGUES, Maria João Madeira e outros, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, ed. Quimera Editores, Coimbra, 1990.
- RODRIGUES, Maria João Madeira, *O que é Arquitectura*, ed. Quimera Editores, Coimbra, 2002.
- ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, ed. Cosmos, Lisboa, 1977.
- SANTA MARIA, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano e História das Imagens*, ed. Oficina António Pedroza Gabão, Lisboa, 1707-1723.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, 4 vols., ed. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1963-1971.

SILVA, Raquel Henriques da, "Do Passeio Público às Avenidas Novas. Percursos, Imagens e Factos de Lisboa Oitocentista", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 23, Lisboa, 1988.

SILVA, Raquel Henriques da (dir.), *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909*. Catálogo de exposição, ed. Câmara Municipal/ Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989.

SILVEIRA, Luís, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, ed. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa (s/d).

TAFURI, Manfredo, DALCO, Francesco, *Modern Architecture*, ed. Electa, Milão, 1986.

TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, ed. Edições do Curso da Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto, Porto, 1982.

TEIXEIRA, Manuel e VALLA, Margarida, *Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal e Brasil*, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

TELLES, Gonçalo Ribeiro, "A Importância Actual da Vegetação na Cidade", in *Agros*, n.º de Março/Abril, Lisboa, 1957

TELLES, Gonçalo Ribeiro, "A cidade e a Natureza viva" in *O tempo e o Modo*, n.º 34 /35, pág. 31 – 74, Lisboa, 1966

TELLES, Gonçalo Ribeiro, "A Conservação das Paisagens Históricas e Rurais", in *Correio da Natureza*, n.º 17, pág. 52 – 55, 1972.

TELLES, Gonçalo Ribeiro, *A Integração Campo / Cidade*. Separata da revista *Povos e Culturas*, n.º 2, Universidade Católica, Lisboa, 1987

TELLES, Gonçalo Ribeiro, "Bairro de Alvalade" in *Lisboa Urbanismo*, Boletim da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Lisboa, Ano I, n.º 5. Lisboa, 1999.

TELLES, Gonçalo Ribeiro, "É Urgente Criar Espaços Abertos" in *Lisboa Metropolitana*, Ano I, n.º 1. Lisboa, 2000.

TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, ed. Faculdade de Arquitectura da Universidade Do Porto, Porto, 1997.

VIOLETT-LE-DUC, Eugène, *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture*, 10 vols., ed. A. Morel, Paris, 1867.

VITERBO, Francisco M. Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a Serviço de Portugal*, 3 vols., ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1988.

ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, ed. Arcádia, Lisboa, 1973.

ZEVI, Bruno, *Saber ver a Arquitectura*, ed. Livraria Martins Fontes, S. Paulo, 1998.

5.2.2. Bibliografia Específica

AFONSO, João Dias, *Angra, 1589. Retrato Quase em Inteiro com o Holandês Linschoten*, ed. do autor, Angra do Heroísmo, 1989.

AFONSO, João Dias, "A Nossa Boa Angra em Busca do Ano 2000", in *A União*, 31 de Dezembro de 1983.

AFONSO, João Dias, "Numa Casa da Angra Seiscentista ou o que nela havia para uso e cómodos", in *A União*, Angra do Heroísmo, 1988.

ANDRADE, António Rui, "Primeiros Dias depois do Sismo", comunicação apresentada no Encontro "10 anos após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980", Angra do Heroísmo, 1990.

ANDRADE, Pe. Jeronymo Emiliano d', *Topographia, ou Descrição Physica, Política, Civil, Ecclesiastica, e Histórica da Ilha Terceira dos Açores*, 2 volumes, Officina Terceirense, Angra do Heroísmo, 1843 e 1845

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS CASAS ANTIGAS, *Catálogo dos Imóveis Classificados – Região Autónoma dos Açores*, ed. Associação Portuguesa das Casas Antigas, Lisboa, 1984.

BEJA, Filomena, SERRA, Júlia, MACHÁS, Estella e SALDANHA, Isabel, *Muitos Anos de Escolas*, ed. Direcção Geral da Administração Escolar, Ministério da Educação, Lisboa, 1990.

INEAU, Yves, "L'Architecture aux Açores du Manuélin au Baroque", in *Colóquio Artes*, n.º 35, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1977.

BRAZ, Henrique, *Ruas da Cidade (Notas para a toponímia da cidade de Angra da Ilha Terceira) e outros escritos*, ed. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1985.

CAIXA ECONÓMICA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANGRA DO HEROÍSMO, *Recordar Cem Anos, 1896-1996*, ed. Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo, 1999.

CÂMARA, Teresa Bettencourt da, "Urbanismo Angrense: da Fundação Quatrocentista à Cidade do Renascimento", in *Revista CALP*, n.º 8, ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, Dezembro de 1989.

CAMPOS, Viriato, *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores*, col. Europamundo, ed. Europress, Lisboa (s/d).

CANDEIAS, Marcolino, "Ode a Angra minha cidade em tom de elegia" in *Na Distância deste Tempo*, ed. Salamandra, Lisboa, 2002.

CARVALHO, E. Cansado e OLIVEIRA, Carlos Sousa, *Manual da Construção Anti - Sísmica*, ed. Laboratório Nacional de Engenharia Civil., Lisboa, 1983.

CHAGAS, Frei Diogo das, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, ed. Secretaria Regional de Educação e Cultura/ Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 1989.

CORDEIRO, Pe. António, *História Insulana*, ed. Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981.

CUNHA, Luís, " Angra/Cidade e a sua Reconstrução", in *Atlântida*, vol. XXV, Angra do Heroísmo, Janeiro - Março, 1980.

DIAS, Francisco dos Reis Maduro, "A Casa ao Canto da Praça Velha", in *Diário Insular*, Angra do heroísmo, 14 e 15 de Março de 1998.

DIAS, Francisco dos Reis Maduro, "A Escadaria", in *Diário Insular*, Angra do heroísmo, 15 de Novembro de 1998.

DIAS, Francisco dos Reis Maduro, "Angra do Heroísmo, Contribuição para o Estudo de Evolução Histórica da Ocupação (alguns testemunhos históricos)", in *10 anos após o Sismo dos Açores de 1 de janeiro de 1980*, ed. Laboratório de Engenharia Civil, Secretaria Regional da Educação e Obras Públicas, Delegação da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1990.

DIAS, Francisco dos Reis Maduro, *Angra do Heroísmo, Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo*, ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981.

DIAS, Francisco dos Reis Maduro, "Módulos Arquitectónicos na Cidade de Angra do Heroísmo", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XVIII, tomo 2, Angra do Heroísmo, 1985.

DIAS, Francisco dos Reis Maduro, "O Hotel Centenário que Angra podia ter", in *Diário Insular*, Angra do Heroísmo, 21 e 22 de Março de 1998.

DRUMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura/ Governo Autónomo dos Açores, Angra do Heroísmo, 1981.

DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Ecclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores, Servindo de*

Suplemento aos Anais da Ilha Terceira, ed. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1990.

DURÃO, Luís, "Sismo do 1º de Janeiro, Reconstrução de Angra do Heroísmo. Integração, Preservação e Reconstituição" in *Actas das Primeiras Jomadas Luso - Brasileiras do Património*, Lisboa, 1984.

FARIA, Manuel Augusto de, "A Porta do Cais", in *A União*, Angra do Heroísmo, 28 de Novembro de 1996.

FARIA, Manuel Augusto de, "A Porta do Mar na Cidade Património", in *Expresso das Nove*, Ponta Delgada, 3 a 9 de Janeiro de 1997.

FARIA, Manuel Augusto de, "A Porta do Mar e o Sistema Defensivo da Ilha Terceira", in *Jornal do Exército*, Ano XXXIX, n.º 457, Lisboa, Janeiro de 1998.

FARIA, Manuel Augusto de, "Castelo de São Cristóvão ou Castelo dos Moinhos", in *Diário Insular*, Angra do Heroísmo, 2 de Agosto de 1998.

FARIA, Manuel Augusto de, "Porta do Mar, Pátio da Alfândega e outra coisa...", in *Diário Insular*, Angra do Heroísmo, 31 de Maio de 1998.

FERNANDES, José Manuel, "Angra em Perigo", in *Jornal Expresso* de 18 de Novembro de 2000.

FERNANDES, José Manuel, *Angra do Heroísmo*, ed. Editorial Presença, Lisboa, 1989.

FERNANDES, José Manuel, "Angra do Heroísmo, Cidade dos Açores. Tipologias Domésticas Tradicionais, Experiências de Reconstrução Actuais" in *Actas do II Encuentro entre Arquitectos Iberoamericanos*, ed. Ciana, Cidade do México, 1988.

FERNANDES, José Manuel, "A arquitectura e Urbanismo no Espaço Ultramarino Português" in *História da Expansão Portuguesa*, ed. Círculo dos Leitores, vol. 4, Lisboa, 1998.

FERNANDES, José Manuel, "A Cultura das Formas : Urbanismo, Arquitectura e Artes" in *História da Expansão Portuguesa*, ed. Círculo dos Leitores, vol. 5, Lisboa, 1998.

FERNANDES, José Manuel, *Guia das Cidades e Vilas Históricas de Portugal*, ed. Expresso, Lisboa, 1996.

FERNANDES, José Manuel, "Vinte Anos de Recuperação", in *Expresso*, 5.6.1999.

FERREIRA, Manuel , *Manuel António de Vasconcelos, o Homem e o Artista*, ed. família do Artista, Ponta Delgada, 1993.

FORJAZ, Jorge Pamplona, *Angra, uma Cidade a Recuperar ou como pela Batalha da Salga se chega a uma Teoria sobre a Recuperação da Cidade*, ed. do Instituto Açoriano da Cultura, Angra do Heroísmo, 1981.

FORJAZ, Jorge Pamplona, "A Casa de Dona Violante do Canto", in *Diário Insular* de 5.8.1971.

FORJAZ, Jorge Pamplona, "A Casa da Madre de Deus", in *Diário Insular* de 23.8.1971.

FORJAZ, Jorge Pamplona, "A Casa dos Bettencourt", in *Diário Insular* de 10.2.1972.

FORJAZ, Jorge Pamplona, "As Casas de Luís Meireles ou de como a Praça Velha se viu privada de um palácio", in *Atlântida*, XXII, Angra do Heroísmo, 1978.

FORJAZ, Jorge Pamplona, *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios (Canto e Castro)*, ed. do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1996.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, ed. do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1963.

GYGAX, Katharina Elisabeth, *Contribuições para a Geografia de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta (Açores)* (Dissertação de Licenciatura pela Faculdade de Ciências da Universidade de Berna, Berna, 9 de Junho de 1966), ed. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 27/28, Angra do Heroísmo, 1969/70.

GOMES, Augusto, *Teatro Angrense – Elementos para a sua História*, ed. Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo, 1993.

INFANTE, Sérgio, *Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Angra do Heroísmo*, Lisboa, 1993.

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA, "Textos Internacionais sobre a Preservação e Valorização do Património", Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, 1986 (trad. de Álvaro Monjardim).

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL , *10 Anos após o sismo dos Açores de 1980*, ed. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1992.

LEITE, José Guilherme Reis, "Vestígios Arqueológicos da Igreja do Convento da Esperança da Cidade de Angra", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLII, Angra do Heroísmo, 1984.

LIMA, Gervásio, *A Pátria Açoreana*, ed. Câmara Municipal da Praia da Vitória, Angra do Heroísmo, 1928.

LIMA, Manuel Coelho Baptista de, "Apontamentos para uma proposta destinada à inclusão da Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo na Lista do Património Mundial", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º XL, Angra do Heroísmo, 1982.

LIMA, Manuel Coelho Baptista de, "Relatório sobre os trabalhos efectuados no Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo durante o ano de 1951", in *Boletim do Arquivo Distrital*, vol. 1º, n.º 3, Angra do Heroísmo, 1951.

LINSCHOTEN, Jan Huyghen van, *Histoire de la Navigation*, ed. Theodore Pierre, Amsterdam, 1610.

LOPES, Frederico, *Da Praça às Covas, Memórias de uma Velha Rua*, ed. do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vols. XXIII-XXIV, Angra do Heroísmo, 1965-1966 e Tipografia Editora Andrade, Angra do Heroísmo, 1971.

MALDONADO, Pe. Manuel Luís, *Fénix Angrence*, 3 vols., ed. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1989/1990 /1997.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Angra, seus Espaços e Memórias*, ed. da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo, 1995.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *António José Leite, Artista Fotógrafo*, col. *Presença das imagens*, ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1984.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Arquitectura nos Açores. Subsídios para o seu Estudo*, ed. Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, Direcção Regional de Turismo, Horta, 1983.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Arquitectura Popular Açoriano – Brasileira*, ed. Direcção Regional das Comunidades Açorianas, Angra do Heroísmo, 1996.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, "Os Açores nas Rotas das Américas e da Prata", Actas do Colóquio Internacional "Os Açores e o Atlântico", Angra do Heroísmo, Julho - Agosto de 1987.

- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Em Louvor do Divino Espírito Santo, Fotomémória*, ed. Região Autónoma dos Açores – Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Festas Populares dos Açores*, ed. Região Autónoma dos Açores – Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Retratos da Terceira*, ed. Delegação do Turismo da Terceira – Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Subsídios para o Inventário Artístico dos Açores*, ed. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1980.
- MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias do Concelho de Angra do Heroísmo*, ed. Tipografia Minerva Comercial, Angra do Heroísmo, 1974.
- MERELIM, Pedro de, *Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo*, ed. Diário Insular, Angra do Heroísmo, 1971.
- MERELIM, Pedro de, *Filarmónica "Recreio dos Artistas"*, ed. do autor, Angra do Heroísmo, 1967.
- MERELIM, Pedro de, "Quem foi o construtor do Jardim Duque da Terceira", in *Revista Ilha Terceira*, n.º 13, 1 de Julho de 1979, Angra do Heroísmo.
- MERELIM, Pedro de, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, ed. Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 3ª ed., Angra do Heroísmo, 1984.
- MERELIM, Pedro de, *Memória sobre o Serviço de Incêndios em Angra*, ed. Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo., Angra do Heroísmo, 1969.
- MERELIM, Pedro de, *Memorial Histórica dos Serviços Municipalizados de Angra. Bodas de ouro, 1929/1979*, ed. Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo, 1979.
- MERELIM, Pedro de, *Rádio Clube de Angra (A Voz da Terceira). Esboço cronológico 1947/1972*, ed. do autor, s/d.
- MESQUITA, Roberto de, "Olhos Amigos" in *Almas Cativas*, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, 3ª Edição, Angra do Heroísmo, 1983.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Ante - Plano de Urbanização de Angra do Heroísmo* (dactilografado), Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1946.

MONJARDINO, Álvaro, "A Classificação da Cidade de Angra na Lista do Património Mundial da UNESCO. Relatório de sócio do Instituto". Ed. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLII , pág. 457 a 465. – Angra do Heroísmo, 1984.

MONJARDINO, Álvaro, "Nota sobre a Cidade de Angra do Heroísmo. Proposta para a Inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO". in *Problemática da Reconstrução – Sísmo de 1 de Janeiro de 1980*. Instituto Açoriano da Cultura. 2º Vol. Pág. 86 a 89, Angra do Heroísmo.

MONJARDINO, Álvaro, *Reconstrução da Cidade de Angra e sua Expansão (Consulta e Parecer)*, in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XXXVIII, 1980

MONJARDINO, Álvaro; Faria, Manuel Augusto de, "Sobre a Recuperação da Zona do Cais da Alfândega", in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. LV, 1997, ed. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1997.

MOTA, Valdemar, "Antigo Barracão (casa do sal) é Hoje Cultura", in *A União*, Angra do heroísmo, 29 de Maio de 1999.

MOTA, Valdemar, "As Portas do Mar", in *A União*, Angra do heroísmo, 9 de Março de 1997.

MOTA, Valdemar, " Desertificação Urbana", in *A União*, Angra do heroísmo, 21 de Fevereiro de 1998.

MOTA, Valdemar, "Jardim Duque da Terceira", in *Boletim da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ano VII, 2ª série*, 1992, p. 36.

MOTA, Valdemar, "Os Fundos da Baía e a Memória de Angra", in *A União*, Angra do heroísmo, 18 de Abril de 1998.

MOTA, Valdemar, "Porto Vazio, Cidade Vazia", in *A União*, Angra do heroísmo, 29 de Maio de 1999.

MOTA, Valdemar, "Ribeira da Cidade ou dos Moinhos", in *A União*, Angra do heroísmo, 3 de Outubro de 1998.

MONTE ALVERNE, F. Agostinho, *Crónica da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, ed. do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1960/62.

OLIVEIRA, Carlos S.; CARVALHO, E. Cansado; RAVARA, Artur, *Políticas e Técnicas de Reconstrução usadas nos Açores depois do Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, ed. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1985.

RAMOS, Acúrsio Garcia, *Notícia do Arquipélago dos Açores e do que há de mais importante na sua História Natural*, ed. Tipografia Terceirense, Angra do Heroísmo, 1869.

SAMPAIO, Alfredo da Silva, *Memórias sobre a Ilha Terceira*, ed. Imprensa Municipal, Angra do Heroísmo, 1904.

SOCIEDADE PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO, *Textos Fundamentais*, Cadernos SPPC1, Lisboa 1996, (tradução de Fernando M. A. Henriques e Virgolino F. Jorge).

SOUSA BÁRTOLO, Carlos Humberto Mateus de, *Desenho de Equipamento no Estado Novo: as Estações de Correio do Plano Geral de Edificações*, Dissertação de Mestrado em Design Industrial apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2 vols., Porto, 1997.

VÁRIOS, *Arquitectura Popular nos Açores*, obra colectiva, ed. da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 1996.

5.2.3. Periódicos

Arquitectura Portuguesa (revista), 2.^a série (1929-1938); 3.^a série (1935); 4.^a série (1958).

Atlântida (revista) - 1980 - 1990.

A Pátria (diário) - anos de 1930 - 1940.

A União (diário) - anos de 1893, 1896 - 1898, 1902, 1910, 1919, 1925, 1928 - 1932, 1934 - 1941, 1951, 1955 - 1958, 1969, 1970, 1983 - 1990, 1998 - 1999.

Diário Insular (diário) - anos de 1947 - 1955 e 1969 - 1999.

Boletim da Real Associação dos Architectos civis e Archeologos Portuguezes - 2.^a série (1876-1890) ; 3.^a série (1898-1899).

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira - 1969 - 1970 e 1980 - 1986.

Ilha Terceira (revista) - anos de 1979 - 1986.

O Ocidente - Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro (revista), Lisboa, 1878-1914.

O Panorama - Jornal literário e instrutivo da Sociedade de propaganda dos conhecimentos úteis, Lisboa, 1837-1868.

Expresso (semanário), Lisboa, 5 de Dezembro de 1998.

Público (diário), Lisboa, 15 de Julho de 2000.

ORIGEM DAS FOTOGRAFIAS

- Figura 2 – *Angra seus espaços e memórias*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, pág. 66
- Figura 13 – *Angra seus espaços e memórias*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, Pág. 54
- Figura 14 – *Da Praça às Covas – Memórias de uma velha rua* - Frederico Lopes, pág. 216
- Figura 15 – *Da Praça às Covas – Memórias de uma velha rua* - Frederico Lopes, pág. 340
- Figura 23 – Cedida pela família
- Figura 34 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. Ficha n.º 364
- Figura 42 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. Ficha n.º 506
- Figura 43 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. Ficha n.º 335
- Figura 44 – Propriedade do autor
- Figura 46 – Propriedade do autor
- Figura 53 – Propriedade do autor
- Figura 54 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. Ficha n.º 394
- Figura 69 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. Ficha n.º 507
- Figura 71 – *António José Leite, Artista Fotógrafo*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, pág. 431 (pormenor)
- Figura 74 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980, Ficha n.º 312
- Figura 76 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. Ficha n.º 170
- Figura 83 – Arquivo do Banco de Portugal
- Figura 84 – *Angra seus espaços e memórias*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, Pág. 53
- Figura 97 – Arquivo da Caixa Geral de Depósitos
- Figura 105 – *Arquitectura nos Açores – subsídios para o seu estudo* , Frederico Lopes, pág.155
- Figura 113 – *Da Praça às Covas – Memórias de uma velha rua* - Frederico Lopes, pág. 323
- Figura 117 – *Arquitectura nos Açores – subsídios para o seu estudo*, Frederico Lopes, pág. 125
- Figura 130 – *Álbum Açoreano*, Angra do Heroísmo, 1901, pág. 397
- Figura 131 – *Arquitectura nos Açores – subsídios para o seu estudo*, Frederico Lopes, pág. 131

- Figura 136 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. Ficha n.º 304
- Figura 141 – *Da Praça às Covas – Memórias de uma velha rua*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, pág. 348
- Figura 142 – *Da Praça às Covas – Memórias de uma velha rua* - Frederico Lopes, pág. 348
- Figura 170 – *Da Praça às Covas – Memórias de uma velha rua* - Frederico Lopes, pág. 300
- Figura 192 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. Ficha n.º 46
- Figura 198 – *Angra seus espaços e memórias*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, pág. 41
- Figura 200 – *Recordar Cem Anos – Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia – 1896 - 1996 – Dr. António Maio (Coord.)*, pág. 25
- Figura 205 – *Angra seus espaços e memórias*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, pág. 46
- Figura 206 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. Ficha n.º 1322
- Figura 210 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. Fichas n.º 1323 e 1324
- Figura 211 – *Diário Insular* (edição de 6/7/1999)
- Figura 230 – *Angra seus espaços e memórias*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, pág. 49
- Figura 236 – *António José Leite, Artista Fotógrafo*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, pág. 430
- Figura 242 – *Angra do Heroísmo* - José Manuel Fernandes, pág. 64
- Figura 247 – *Arquitectura nos Açores – subsídios para o seu estudo*, Frederico Lopes, pág. 154
- Figura 248 – *Angra seus espaços e memórias*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, pág. 60
- Figura 250 – *Angra seus espaços e memórias*, Francisco Ernesto de Oliveira Martins, pág. 56
- Figura 251 – *Da Praça às Covas – Memórias de uma velha rua* - Frederico Lopes, pág. 172

Nota: as fotos não referenciadas foram realizadas pelo autor

ORIGEM DOS DESENHOS

- Figura 37 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. S.R.E.C., Levantamento (reconstituição das fachadas).
- Figura 41 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. S.R.E.C., Levantamento (reconstituição das fachadas).
- Figura 68 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. S.R.E.C., Levantamento (reconstituição das fachadas).
- Figura 70 – Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo, 1980. S.R.E.C., Levantamento (reconstituição das fachadas).
- Figura 77 – cedido pelo proprietário
- Figura 78 – cedido pelo proprietário
- Figura 79 – cedido pelo proprietário
- Figura 80 – cedido pelo proprietário
- Figura 115 – *Manuel António de Vasconcelos, o Homem e o Artista* - Manuel Ferreira, pág. 178
- Figura 157 – *As casas de Luís Meireles ou como a Praça Velha se viu privada de um palácio* - Jorge Forjaz
- Figura 199 – *Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo* - Pedro de Merelim
- Figura 203 – Arquivo da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia
- Figura 207 – Arquivo da Caixa Geral de Depósitos, Lisboa.
- Figura 231 – *Arquitectura nos Açores – subsídios para o seu estudo* – Francisco Ernesto Oliveira Martins
- Figura 233 – Arquivo da Secretaria Regional de Educação e Cultura
- Figura 234 – Arquivo da Secretaria Regional de Educação e Cultura
- Figura 235 – Desenho cedido pelos familiares do escultor Maduro Dias
- Figura 243 – Desenho cedido pelos familiares do escultor Maduro Dias
- Figura 252 – Arquivo da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos
- Figura 253 – Arquivo da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos